LIBERTAS QUÆ SERA TAMEN
L V Vallejo
A REVOLTA DE PAPEL
A verdade sobre a Inconfidência Mineira

2ª Edição

A REVOLTA DE PAPEL

POR

LUIS VALENTIN C VALLEJO

Segunda Edição

RIO DE JANEIRO - 2012

INDICE

	Prólogo	5
	Prefácio da 2ª Edição	9
Capítulo 1	**Um pouco de História**	17
Capítulo 2	**Breve Noção sobre a Inquisição - Raízes**	23
Capítulo 3	**Breve Noção sobre a Inquisição - Séculos 16 e 17**	39
Capítulo 4	**Breve Noção sobre a Inquisição - Século 18**	49
Capítulo 5	**Portugal no Século 18**	63
Capítulo 6	**O Início do Reinado de D. João V**	73
Capítulo 7	**O Cofre de D. João V**	83
Capítulo 8	**A Tributação no Brasil**	96
Capítulo 9	**A Região das Minas**	107
Capítulo 10	**O Garimpo**	121
Capítulo 11	**O Descaminho**	125
Capítulo 12	**Revoltas**	144
Capítulo 13	**Pitangui**	151
Capítulo 14	**Organização Militar**	155
Capítulo 15	**A Revolta em Vila Rica em 1720 - Prólogo**	160
Capítulo 16	**A Revolta em Vila Rica em 1720 - A Ação**	173
Capítulo 17	**A Revolta em Vila Rica em 1720 - Epílogo**	182
Capítulo 18	**Revoltas Importantes - 1721 a 1777**	195
Capítulo 19	**D. José I e Pombal**	199
Capítulo 20	**O Processo dos Távoras**	206
Capítulo 21	**D. Maria I**	216
Capítulo 22	**Vila Rica após 1750**	233
Capítulo 23	**A Revolução que não Houve**	240
Capítulo 24	**Tiradentes**	258
Capítulo 25	**Preparativos da Conjura**	275
Capítulo 26	**Novo Conjurado: Tiradentes**	284
Capítulo 27	**A Conjuração Agoniza**	288
Capítulo 28	**O Governador e a Conjuração**	291
Capítulo 29	**A Extinção da Insurgência**	299
Capítulo 30	**A Devassa**	305
Capítulo 31	**Os Prisioneiros**	312
Capítulo 32	**A Salvação dos Poderosos**	316
Capítulo 33	**O Final Combinado**	322
Capítulo 34	**Epílogo**	335
Apêndice 1	**Extrato da Sentença dos Távoras**	344
Apêndice 2	**Extrato da Sentença dos Inconfidentes**	346
Apêndice 3	**Tabela de Conversões**	349
Apêndice 4	**Governadores de Minas**	350
Apêndice 5	**Os 3 Primeiros Interrogatórios de Tiradentes**	351
Apêndice 6	**O Tratado de Madrid 1750**	365
	Bibliografia	368

Prólogo

Este documento, fruto de intenso trabalho de pesquisa, baseia-se principalmente nas obras de ***Joaquim Norberto Souza e Silva e Francisco Assis Cintra*** que por sua vez basearam-se nos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM), e em historiadores, como Capistrano de Abreu, Varnhagen, Vicente Tapajós, Jaime Cortesão, Oliveira Martins, Kenneth Maxwell e outros. Tudo pode ser consultado atualmente nos arquivos nacionais.

A versão oficial da história varia sempre de acordo com as correntes que estão no poder. Em qualquer parte do mundo a atitude mais freqüente é CRIAR HERÓIS e MITOS, produzindo uma série de MENTIRAS e distorções ao mesmo tempo em que se oculta a VERDADE, encobrindo e esquecendo todos os erros e falhas de caráter do personagem.

Com Tiradentes não é diferente. A Inconfidência[1] Mineira nem existiu. Não passou de um conjunto de IDÉIAS que não saíram do papel. O máximo que se fizeram foram reuniões privadas em casas de alguns poderosos, sufocados por impostos, que tentaram brincar de revolucionários e pagaram caro a ousadia.

Não havia nenhum sentimento de patriotismo entre eles. Queriam mudar o governo para se livrarem da dívida que Portugal jogara sobre suas cabeças, continuarem ricos e

[1] Inconfidência: crime de infidelidade, deslealdade ou traição a um Estado ou governante.

poderosos e serem os mandatários do novo regime. Até Tiradentes perseguia esse objetivo: melhorar de vida e ganhar algum cargo no novo governo.
Os historiadores mais antigos – mais atentos à verdade, mais cultos, mais perfeccionistas e menos comprometidos com qualquer tipo de marketing – como Capistrano de Abreu, Varnhagen, Oliveira Martins e os que escreveram especificamente sobre a conjuração mineira como Joaquim Norberto de Souza e Silva ("*História da Conjuração Mineira*"), Kenneth Maxwell (*A Devassa da Devassa*) e Assis Cintra (*Tiradentes Perante a História*), Afonso Arinos de Melo Franco (*Inconfidência Mineira, Origem e Tendências Ideológicas*) narram coisa bem diversa do que a propaganda oficial ensina nas escolas.

Joaquim Norberto fez uma pesquisa fenomenal sobre a Conjuração, **tendo sido o PRIMEIRO HISTORIADOR a descobrir os autos da devassa e analisá-los minuciosamente.** Para compor sua obra consumiu 13 anos, na gigantesca tarefa de ler e interpretar os originais dos autos da devassa do Rio e Minas. Inúmeros livros e teses o atacam pessoalmente chamando-o de "monarquista" e "herético", ou seja, atacam a pessoa e não as obras. Ninguém diz que Norberto mente, pois o que mostrou está nos autos da devassa, e não se pode negar isso.

> *No entanto, parece-nos que a «História da Conjuração Mineira» é mais do que um elogio nacionalista, uma ode ao Império ou a negativa da importância de Tiradentes. Norberto construiu um roteiro básico da Inconfidência no qual todos os grandes historiadores, das mais variadas tendências*

ideológica, foram buscar não apenas informações, como também inspiração. É inegável sua influência sobre Afonso Arinos. (...) Maxwell não fugiu à regra; utiliza muito o cotejo dos depoimentos feito pelo historiador fluminense. Poucos historiadores reconheceram com imparcialidade o mérito desta obra. Um deles é Eduardo Frieiro que diz:

> *«Depois que pude conhecer os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, publicados pela Biblioteca Nacional, voltei a ler a História da Conjuração Mineira, de Norberto Silva e convenci-me de que o historiador fluminense, ao inverso do que diziam alguns críticos apaixonados, realizara aquela obra com honesto e seguro critério. Achei-a excelente de ponta a ponta e inatacável em suas linhas gerais».*[2]

Norberto era escritor, poeta, crítico e historiador, mas seus proventos vinham do cargo de funcionário público do Arquivo do Império. Os seus detratores diziam que "*não tinha suficiente formação intelectual*" e que tinha "*uma longa e pacata carreira de burocrata*". Os ufanistas o detestam por revelar a verdade sobre o "heroísmo" de Tiradentes. Mas não possuem nenhum argumento para defendê-lo como líder e herói, a não ser dizer que Tiradentes, no processo da devassa, foi considerado como sendo o mais conhecido da população, que confessou ser líder da revolta e que os revoltosos confessaram ser ele, realmente, o líder. Para Norberto fica fácil explicar o porquê disso, como veremos adiante.

Existe discordância entre os historiadores sobre a conjura.

[2] Filho, J I Calou - ***Versões Clássicas da Inconfidência Mineira*** - Acervo da revista do Arquivo Nacional, vol 4, nº 1, jan-jun-1989

Rocha Pombo deu-lhe extrema importância, enquanto que Capistrano de Abreu chega mesmo a ignorar a revolta, (realmente, não houve revolta) dando-lhe pouco relevo, enquanto ressalta a insurgência de 1720. O cunho nacionalista, segundo Vicente Tapajós, foi importado para a Conjuração de 1790, pelo frenesi da Revolução Francesa de 1789.

Existem diversos estudos mostrando como as autoridades brasileiras sempre trabalharam em prol de manter vivo o mito de Tiradentes, criando uma imagem heróica totalmente diversa da realidade.

Ao se estudar os detalhes, pode-se traçar o que ocorreu nos bastidores desse evento. É sintomático que a revolta tenha sido em Vila Rica. A principal motivação foi econômica. A propaganda oficial mostra um quadro diverso, destacando valores que não existiram na Conjuração natimorta: coragem, idealismo, patriotismo e heroísmo. Tudo ao contrário da verdade.

L Valentin
Inverno – 2009

Volta ao Índice

Prefácio da 2ª Edição

Para que se possam entender perfeitamente os fatos que se desenrolaram na chamada “Inconfidência Mineira” é necessário conhecer um panorama de como o Ciclo do Ouro do Brasil influenciou o mundo no século XVIII. Para isso, nessa segunda edição, resolvemos que seria necessário repassar alguns fatos importantes da história do Brasil e de Portugal. E para se entender Portugal, é preciso conhecer a Inquisição.

Dessa forma incluímos capítulos iniciais fornecendo um panorama voltado à economia, no Brasil, desde 1500 a 1750, e em Portugal, desde o final do século XVI até o início do século XVIII, mostrando as consequências da descoberta de ouro no Brasil. Incluímos também aspectos da história de Portugal na época, bem como uma sucinta explanação sobre os efeitos da Inquisição no reino e colônias.

Não se pode deixar de advertir o leitor para a praga dos blogs da Internet e da Wikipédia, cujo tipo de informação, em sua quase totalidade, é composto de meias verdades ou deslavadas mentiras. Igualmente adverte-se sobre os autores brasileiros que tratam desse assunto, que escrevem escondendo ou mudando a realidade, sem o menor escrúpulo, sob os mais diversos interesses. Tais escritores podem ser divididos em 4 categorias:

- fanáticos católicos
- marxistas
- ufanistas
- mercenários

Os marxistas implodem a história para que se adapte às teorias de sua religião - quando a URSS acabou, o marxismo também desapareceu como ciência, sobrevivendo apenas, atualmente, como religião, com todos os tiques das tais, inclusive com a característica de um fanatismo insipiente - os fanáticos católicos inserem tons de sua fé escravagista e entreguista, disfarçando a verdade; os ufanistas, com o orgulho tolo de um país cuja população se originou de escravos e gentalha da pior espécie do continente europeu, o qual, com tal matéria prima jamais poderá produzir um herói, tratam de distorcer a história e inventar mentiras para que do pântano doentio da moral nacional surja algo que possa se assemelhar com um (exemplos de ufanistas fabricantes de heróis são Lucio Costa e Diogo de Vasconcelos); e os mercenários, em troca de dinheiro fazem a salada que melhor lhes aprouver para satisfazer a quem lhes paga pelo serviço.

Os livros e teses desses "mestres" em História estão repletos de exemplos. Num deles, por exemplo, se diz que Tiradentes foi preso por "*defender um escravo numa briga*". Simplesmente mentira para que se julgue o personagem um bom cristão, defensor dos pobres e oprimidos.
A internet divulga mentiras. Tiradentes era líder (mentira). Lutou pela independência do Brasil (mentira). Foi mártir (mentira). Foi herói por assumir a culpa sozinho (mentira), e outras mais.
A TV causa mais estragos. Em programas de grande audiência, - um deles, aliás, marcado, encenado, com perguntas da "plateia" adredemente elaboradas e perguntadores claramente escolhidos e ensaiados - um "professor", que se gaba de ter "*lido milhares de documentos*"

diz que Tiradentes era rico (mentira - podia até ter terras, mas não tinha dinheiro), que os padres envolvidos na trama "*foram os que mais sofreram*" (justamente o contrário), que Tiradentes era culto e falava "*fluentemente*" francês (comprovadamente mentira deslavada).

Como exemplos de literatura paga, pode-se citar os livros de Jorge Amado elogiando o nazismo, pagos pelo governo alemão de Hitler, ou, depois, elogiando Stalin, o monstro lúgubre da URSS. Temos ainda a história de Zumbi, totalmente inventada pelo marxista gaúcho Decio Freitas, cujas provas em que se basearam suas mentiras ***jamais foram encontradas***. O mesmo acontece com Joel Rufino dos Santos e Clóvis Moura, outros marxistas que inventaram histórias de Zumbi, para transformá-lo em "líder proletário dirigente de uma sociedade igualitária". Ou a história de D. Pedro I, contada em diversos livros na onda da "reabilitação histórica". Uma página para expor seu caráter canalha e 200 páginas para enaltecer "boas ações". O mesmo acontece com D. Maria, que Portugal tenta reabilitar nos dias atuais. Num desses livros encomendados e pagos, em mais de trezentas páginas, a autora destaca a "bondade" de D. Maria e se sai com tolices como:

> *" (...)D. Maria deliciou-se com o casamento. Gostava do corpo quente do marido...(...)"*

e mentiras deslavadas, como esta:

> "*Em todos estes assuntos, era D. Maria quem tomava as decisões, os secretários de Estado apenas se limitavam a aconselhá-la. Os seus ministros eram homens diligentes e pios, contudo só dois deles tinham*

> *alguma experiência em assuntos mundanos. Estavam restringidos pela formalidade da corte, incapazes de fazerem juízos em nome da rainha."*

Ou seja, a autora, baseada quase que exclusivamente em cartas do embaixador inglês em Portugal, Robert Walpole, num livro beato, meloso e inverídico, contraria dezenas de escritores ilustres do século XIX, que afirmam a incapacidade física e mental de uma pessoa com a mente perturbada exclusivamente pelo medo do inferno. A propósito, nem uma única palavra atacando a Igreja Católica.[3]

Na iconografia, temos quadros onde se pintam Tiradentes com camisolão e barba (preta em uns e branca em outros) para que ficasse "mais parecido com Jesus" (conforme aparece nos quadros religiosos). Tiradentes sendo preso, com uma arma na mão, quando na verdade estava escondido e com a arma também escondida, sem nada nas mãos. Tiradentes marchando para a forca (camisolão branco, barba e cabelos compridos e brancos) quando na verdade estava seminu e com a barba e cabelos raspados devido aos piolhos que existiam na cadeia. Outro quadro aparece no cadafalso já esquartejado, quando na verdade o esquartejamento era feito em uma sala da guarda, sem acesso ao público. Portanto, quando se olhar um quadro pintado de Tiradentes, se estará olhando para uma mentira.

Mercenários e marxistas dizem que o importante não é a realidade dos personagens nem o que aconteceu, "*assim como na história de Jesus não interessa se ele foi crucificado e*

[3] Roberts, Jennifer - "*D Maria I*" - Cia das Letras.

ressuscitou, mas sim porque as pessoas acreditam nisso, no caso da Inconfidência, da mesma forma, não interessa mais, quem foi Tiradentes, mas sim como e por quais motivos se criou a imagem de Tiradentes que se tem hoje".

Isso é um sofisma boçal, pois definitivamente não é História o estudo do porquê as pessoas acreditam na ressurreição de Jesus ou dos motivos da imagem atual de Tiradentes. E, além disso, ao se estudar tais assuntos, fatalmente se encontrará estudando os fundamentos da crença ou dos motivos. Então, nesse momento, haverá obrigação de se recorrer à História.

A necessidade de se ter um herói pode ser entendida da forma que Villalta explica:

> *"Frente à dificuldade em se encontrar um herói para a República, foi-se encontrá-lo longe da proclamação, há exatos cem anos atrás, na figura de Tiradentes. Primeiramente, se cogitou a figura do Marechal Deodoro da Fonseca como símbolo da República, entretanto, sua imagem se assemelhava ao monarca D. Pedro II e seu republicanismo era considerado incerto, e outros candidatos como Benjamin Constant e Floriano Peixoto não possuíam o apoio de todos os republicanos."*
> *(...)*
> *"Para os positivistas era necessário implantar na consciência popular um espírito de civismo e nacionalismo, razão pela qual colocaram os fatos históricos a seu serviço. Fizeram algumas alterações e embutiram algumas alegorias para que a história ficasse mais interessante."*

> *(...)*
> *"Na educação cívica, os fatos históricos e os grandes homens são cuidadosamente reconstituídos e embalsamados para a instrução da juventude. Faz-se uma história comemorativa, que legitima os rituais cívicos."*
> *(...)*
> *"Para estes historiadores, os grandes eventos, produzidos por grandes sujeitos que atuam na história, favorecem o desenvolvimento da nação e a realização da democracia."*[4]

Nenhum pesquisador sério duvida que a atual história oficial sobre a Inconfidência Mineira é mítica. Infelizmente, o ambiente marxista e ideologicamente orientado das Ciências Sociais no Brasil insiste no ponto que a verdade histórica não importa, afirmando a impossibilidade de estabelecê-la e orientando que se escreva uma certa "*verdade atual* ou *realidade objetiva*" que dependerá da situação tanto de quem escreve quanto de quem lê.

Veja-se no exemplo abaixo de argumentação tendenciosa, ilógica e cretina:

> *"Pode-se dizer que no caso da Inconfidência a verdade tem várias faces. Mas como se crê que a verdade é uma só, deve-se, estudar cada face dos acontecimentos para tentar aproximar-se mais daquilo que se poderia chamar de realidade objetiva"* [5]

---

[4] Villalta, L Carlos - *As origens Intelectuais e Políticas da Inconfidência Mineira*
[5] Chiavenato,J Jose - *As Várias Faces da Inconfidência Mineira*"

O autor diz que "*se crê que a verdade é uma só*". Ora, o uso da palavra "*crê*", sinaliza uma dúvida, quando **SEMPRE** a verdade é única. Cada evento acontece de uma só forma e somente pode ter uma versão verdadeira.
As faces a que o autor marxista se refere são as INTERPRETAÇÕES de cada evento que sua teoria-religião costuma produzir para reforçar objetivos particulares inerentes a sua filosofia social.

O uso de tais jargões como "*faces da verdade*" e "*realidade objetiva*" mostram exatamente aonde o autor quer chegar, que pode ser resumido aqui:

> *"Não importa se ele era o líder ou o "bode expiatório" da Inconfidência, pois, **interessa verificar** como é possível que tantos homens acreditem que ele é um herói."*[6]

Ou seja, a História contada pela óptica da verdade não interessa. A manada deve ser instruída de acordo com as exigências do mercado. Ninguém mais pode reclamar por ter sido enganado, ao ter recebido informações deturpadas, amoldadas dentro dos mais diversos padrões, falseando em parte ou em todo com a verdade.

Os autores estão sempre sujeitos aos caprichos de editoras e comprometidos com vários esquemas. O que aqui se escreve é feito com completa isenção.

[6] Villalta, L Carlos - *As origens Intelectuais e Políticas da Inconfidência Mineira*

Não tenho qualquer comprometimento com editora, com corporativismo de academias, com ideologias, governantes, pessoas pobres ou ricas, enfim com nada e com ninguém. O único compromisso é extrair a verdade das fontes disponíveis, às vezes disfarçada, outras, frequentemente completamente oculta. E mais: sem interesse econômico, pois ela fica disponível gratuitamente na Internet.

Somente espero que os poucos que ainda preferem se ater aos fatos reais, os historiadores que a guilda chama de "heréticos" ou "sensacionalistas", não sejam recriminados quando teimam em resistir e mostrar que a realidade é diferente daquela que a unanimidade, pasteurizada a nível cerebral pelos controladores das mídias, acredita.

L Valentin Vallejo
Primavera - 2012

Capítulo 1

Um pouco de História

O descobrimento da América e o do Brasil são fatos polêmicos, mas a História moderna atualmente considera que a América foi descoberta pelo viking norueguês ***Leif Ericson*** por volta do ano 1000 e o Brasil foi descoberto em 1342 ou 1343 pelo navegador português ***Sancho Brandão***.[7]

Além de Pedro Alvares Cabral, que oficialmente descobriu o Brasil em 22 de abril de 1500, outro navegador a chegar anteriormente ao Brasil foi o espanhol ***Vicente Yáñez Pinzón***, comandante da nau *Niña*, da expedição de Cristóvão Colombo de 1492, que chegou às costas do Brasil em 20 de janeiro de 1500, mas não pode tomar posse da terra devido ao Tratado de Tordesilhas.

Logo depois de 1500, os espanhóis descobriram ouro e prata a oeste do meridiano de Tordesilhas. Isso fez com que Portugal também intensificasse as buscas desses materiais valiosos no Brasil.

Os pesquisadores achavam que encontrariam ouro no Brasil, na mesma altura das minas de *Potosi*, na Bolívia. Potosi foi fundada em 1546 pelo capitão espanhol *Juan de Villarroel*.

[7] Cintra, F Assis - "*Nossa Primeira História*" - Companhia Melhoramentos - São Paulo - 1922

Foi a maior produtora de prata do mundo nos séculos XVI e XVII.

Em 1548, o governador geral Tomé de Sousa tinha entre suas mais altas prioridades encontrar ouro. As notícias corriam dando conta que havia montanhas onde o ouro rolava pelas encostas e era levado pelo rio São Francisco. Circulavam fábulas tais como o "*El Dorado*", entre os espanhóis e a do "*Rio do Ouro*" e "*Lagoa do Ouro*", entre os portugueses.

A lenda do "El Dorado" dizia ser ele um chefe indígena que morava em uma aldeia onde todas as construções eram de ouro maciço. O ouro era tanto que o tal chefe cobria seu corpo com ouro em pó, ficando assim dourado (el dorado). Mais tarde, o termo "el dorado" passou significar também essa tal cidade. Igualmente as lendas do "rio do ouro" e "lagoa dourada", que teriam seus leitos de puro ouro.

As notícias também falavam de esmeraldas. Em 1554 Tomé de Sousa organizou uma expedição para entrar no interior do território, que partiu da Bahia. Foi a primeira "entrada" e se chamou "*Entrada de Porto Seguro*".

Ocorreram ainda outras entradas tais como:

- 1567 - Martim de Carvalho
- 1560 - Brás Cubas (S. Vicente-rio Paraíba do Sul - rio das velhas - rio São Francisco - barra rio Paranamirim)
- 1572 - Sebastião Fernandes Tourinho
- 1572 - Antônio Dias
- 1596 - Marcos de Azeredo

Em 1598, o rei Felipe II da Espanha (Portugal e Espanha estavam unidos) ordenou que o governador geral D. Francisco de Souza procurasse por riquezas nas capitanias de São Vicente, Santo Amaro (RJ) e Espírito Santo. S. Vicente produziu algum ouro, extraído das minas de *Jaraguá, Bituruna, Monserrate* e *Araçoiaba*, todas nas cercanias de São Paulo.
A produção dessas minas era insignificante, mas serviu para manter viva a esperança de se achar ouro em grande quantidade.

D. Francisco se empenhou em tentar encontrar novas minas, incentivando a criação de novas expedições. Desse seu esforço nasceram outras duas importantes entradas:

- 1601 - André de Leão e Olimer (S. Paulo - Minas)
- 1611 - Marcos de Azeredo

Apesar de não se descobrir ouro nem riquezas, as entradas contribuíram para abrir trilhas na floresta virgem que seriam utilizadas depois como vias de comunicações.

Com o comércio do açúcar brasileiro, a partir de 1600 a burguesia marítima portuguesa ganha força apoiada por uma classe média emergente. Esse comércio exigiu um desenvolvimento econômico com a construção de navios e capacitação de uma armada para defesa.

Nessa época, a economia do Brasil estava voltada quase exclusivamente para a cana de açúcar, mas, após 1650, depois

de uma crise na produção, a coroa portuguesa se esforçou ainda mais para encontrar ouro, prata e pedras preciosas. Essa crise ajudou no povoamento da vila de São Paulo, quando grande parte dos fazendeiros falidos de São Vicente subiu a serra para ali se instalar.

A vila de São Paulo estava em crescimento acelerado, pois, desde 1550, moradores mestiços de português e índios, atacavam as tribos para capturar os índios e escravizá-los. Atacavam também as missões jesuítas onde era muito mais fácil aprisionar os índios, que aviltados pelo cristianismo, pouco reagiam. Essas incursões fizeram com que surgisse uma classe de batedores que conheciam todas as milenares trilhas dos índios, bem com as técnicas de sobrevivência na floresta e no sertão. [8]
A venda de índios como escravos se mostrou um excelente negócio, o que estimulou o comércio, com a vinda de novos moradores para a cidade, bem como o surgimento de uma classe de comerciantes bem abastados.

Assim, com recursos privados, criaram-se "entradas" em tamanho maior que tinham a finalidade de encontrar riquezas, escravizar índios e caçar negros fugitivos dos engenhos de açúcar. A essas enormes expedições deu-se o nome de "*bandeiras*"[9] e os que dela participavam, de "*bandeirantes*."

---

[8] Sertão: região agreste, sem habitantes, afastada de centros urbanos. Linguistas acreditam que a palavra se derivou do latim "desertum" -> "sertum" -> "sertam" -> sertão (deserto)

[9] Onde não era possível formar uma Companhia de Ordenanças, uma unidade menor, chamada de "Bandeira" de Ordenanças, era constituída. As Bandeiras que desbravaram o território brasileiro, em particular o de Minas Gerais, eram unidades desse tipo. Eram, portanto, organizações militares.

Destacam-se:

- 1664 - Matias Cardoso de Almeida
- 1668 - Lourenço Castanho Taques
- 1671 - Agostinho Barbalho
- 1673 - Matias Cardoso
- 1674 - Fernão Dias Paes Leme e Manuel Borba, o Gato.
- 1681 - Manuel de Borba, o Gato
- 1693 - Antônio Rodrigues Arzão

A principal diferença, portanto, entre entradas e bandeiras eram que as primeiras eram financiadas pelo governo de Portugal e tinham como finalidade principal o descobrimento de riquezas. Já as bandeiras eram financiadas por particulares que lucrariam com as riquezas encontradas e com a venda de escravos índios. Porém, muitos desses organizadores de bandeiras faziam acordo com a Corte e conseguiam também que o governo financiasse em parte e até mesmo na sua totalidade a organização de bandeiras.

Além dessas expedições terrestres, foram criadas as fluviais, que partiam de São Paulo pelo rio Tietê e adentravam as áreas de mineração de Mato Grosso. Essas eram chamadas "*monções*".

As entradas e bandeiras tiveram como consequência, dentre outras, a criação de rotas pelo interior do Brasil. As principais e mais usadas foram chamadas de "*caminhos*".

Destacaram-se os seguintes caminhos:

- Caminho da Bahia (ligando a capitania da Bahia às Minas)
- Caminho do Rio de Janeiro (ligando a capitania do Rio de Janeiro às Minas)
- Caminho dos Diamantes (Vila Rica, Diamantina)
- Caminho de Goiás
- Caminhos do Mar de São Paulo
- Caminho de São Paulo
- Caminho Geral do Sertão (São Paulo para as Minas)

Os caminhos que estivessem envolvidos, principalmente com processos de mineração, eram chamados de "Estradas Reais".

As Estradas Reais tinham, pois a seguintes características:

- natureza oficial, ou seja, mantidas e fiscalizadas pela coroa;
- exclusividade de utilização;
- vínculo com a mineração.

Assim as estradas reais, por serem oficiais, eram as ÚNICAS onde se tinha autorização para transitar (pessoas, animais e cargas). A utilização de outras vias ou abertura de novos caminhos era crime. É desse tempo que vem o termo "*descaminho*" no sentido de contrabando.

Capítulo 2

Breves noções sobre a Inquisição
- Raízes -

Escudos da Inquisição[10]

No final do século XV, Portugal tinha tudo para se tornar potência mundial. Tinha uma forte armada e marinha mercante, tinha as possessões na África, na Ásia e no Brasil, o que lhe dava as mercadorias que eram requisitadas por toda Europa e tinha, devido a isso, uma fortíssima classe média, formada por comerciantes e artífices.

---

[10] Lema da Inquisição Espanhola: "*Exurge Domine et judica causam tuam*" ("Venha Senhor e defenda tua causa")

Essas características eram suficientes para alavancar o progresso do país e colocá-lo no topo das nações. A Espanha, França e Inglaterra também estavam na mesma situação. Por que então somente a Inglaterra, seguida da França, se tornaram potências mundiais?

Examinando atentamente verifica-se que a única diferença de monta entre esses países foi a influência exercida na Espanha e Portugal pela Igreja Católica, influência que, em cerca de 100 anos, se transformaria em dominação total, com a implantação da mais aterrorizante instituição criada na época, o câncer da Inquisição.

A Inquisição, além é claro de fazer correr sangue, provocou três importantes mudanças sociais nesses dois países:

1 - Com a expulsão dos judeus e perseguição sistemática dos cristãos novos aniquilou a classe média e os indivíduos que poderiam levar adiante indústrias, deixando a economia do país inteiramente cingida à agricultura e pecuária, eliminando também os mercadores e comerciantes, deixando essas tarefas aos estrangeiros, principalmente ingleses;

2 - Criou uma sociedade extremamente intolerante e supersticiosa, que foi doutrinada, pelo terror das fogueiras da inquisição, em um cristianismo fanático, sanguinário, pernicioso, improdutivo, perdulário, corrupto, onde tudo girava em torno das crenças e cerimônias da igreja. As famílias reais davam o exemplo maior que era seguido pela nobreza e o restante do povo. Os representantes da religião se tornaram mais poderosos que o rei e principalmente os dominicanos, franciscanos e jesuítas, foram os principais

responsáveis pela derrocada do sistema econômico desses países;

3 - reforçou o absolutismo do rei, fazendo com que o monarca governasse despoticamente, sem ouvir o povo, cometendo desatinos, dilapidando desenfreadamente o erário público e fazendo com que a nobreza, que gravitava em volta dele, se tornasse também um ninho de despotismo, corrupção e de parasitas que sugavam a riqueza da nação sem nada produzir ou contribuir para a produção.

Por outro lado, a Inglaterra fortalecia seu sistema econômico, com liberdade de culto, sem perseguições religiosas e com favorecimento à classe média através do comércio e mercantilismo, o que somente trazia progresso à nação.

Não cabe aqui expor *in totum* o que foi a Inquisição, uma instituição inteiramente apoiada pelo papado e pelos governantes de Portugal e Espanha, de uma monstruosidade tal que, se não ultrapassa, fica em pé de igualdade com os extermínios promovidos pelo nazismo e comunismo no século XX.
Uma breve explanação, porém, é necessária para fique patente o quadro da sociedade portuguesa, a fim de que se possa bem compreender D. João V e sua política com relação ao ouro brasileiro.

A Inquisição Católica durou 605 anos. Estima-se que tenha condenado à morte, em todo o mundo, cerca de mil pessoas por ano, o que daria um total de cerca de 600 mil pessoas. Suas consequências imediatas e posteriores e seu modo de castigar publicamente os acusados, deixaram tantas provas,

evidências, testemunhas e escritos, que esconder seus rastros se tornou impossível.

Alexandre Herculano bem a descreveu:

> *"(...) não teria sido na essência senão aquela instituição terrível que, ajuntando ao monstruoso da origem e natureza a demência das suas manifestações e a atrocidade das suas fórmulas, surgiu no seio do catolicismo durante o século XIII, e que veio, com o nome de Inquisição ou Santo Ofício, a cobrir de terror, de sangue e de luto quase todos os países da Europa meridional, e ainda, transpondo os mares, a oprimir extensas províncias da América e do Oriente."*[11]

Juan Antonio Llorente também concorda:

> *"Mas, em todos os lugares onde se respirou o ar mortífero do Santo Ofício, onde este tribunal sanguinário se estabeleceu, as cidades mais populosas ficaram tão desertas de seus moradores produtivos ao ponto de que, dentro de suas muralhas não sobrarem senão delatores e vítimas, carcereiros e carrascos; e a terra mais fecunda se converteu em um espantoso deserto.*
> *Portugal, Itália, Sicília e muitos outros lugares na Índia e no Novo Mundo padeceram por um longo*

[11] Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo - *"História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal"* - Tavares Cardoso & Irmão Editores - Lisboa - 1902

> *tempo sob a sanha homicida dos inquisidores, mas em nenhum lugar ela fez tantos estragos como na Espanha, em nenhum lugar deixou tantas raízes profundas como à sombra do trono castelhano."*[12]

E ainda:

> *"Regiões ou vilas foram verdadeiramente devastadas. D. Luis da Cunha*[13] *exclamava com angústia: veja-se o que foram as províncias da Beira e Traz-dos-Montes, e nelas os lugares de Fundão e Covilhã, as cidades da Guarda, Bragança. etc., onde floresciam as manufaturas e o comércio e o que agora são, depois que nelas entrou a Inquisição a prender e a destruir os seus moradores. É escusado dizê-lo, porque ainda mal que todos o sabem e, só os zelosos do bem do Reino o sentem e o choram.*" [14]

Vamos nos abster de mencionar os apologistas da Inquisição, sempre católicos fanáticos, que, desautorizando todos os anais das cidades onde se encontram as extensas listas de supliciados, negam a existência de mortos, a defendem como mal necessário, desculpando os massacres como sendo "*imposição da época*", desculpando a tortura ("*torturavam,*

---

[12] Juan Antonio Llorente - "*Historia Critica de la Inquisicion de España"* - Biblioteca Ilustrada de Ambos Mundos- Barcelona - 1870

[13] D. Luis da Cunha era embaixador de Portugal na França na época de D. João V. Comentando as opiniões de D. Luís da Cunha, Lúcio de Azevedo afirma que a Inquisição acabou por deixar exaustas essas províncias e por muito tempo sem esperança de se recobrarem. E observa que também no Alentejo a comarca de Aviz sofreu de sorte igual.

[14] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro -

mas não matavam") e alegando que quem matou foi a justiça comum e não a Igreja. Alegações frágeis, inteiramente desmontadas pelos estudiosos sérios do assunto e pela extensa documentação existente em todas as partes onde existiu um tribunal da inquisição.

A igreja, na idade média, sempre usou de expedientes para enriquecer e, enquanto por um lado pregava a fanatização religiosa, por outro usava o fanático para extorquir-lhe a fortuna: empréstimos aos grandes senhores feudais, que empenhavam seus bens para marchar nas cruzadas, os quais quando se davam mal, eram tomados pelos credores (a igreja), doações de terras e bens retirados de moribundos que eram convencidos a doar suas riquezas para a igreja em troca de uma passagem direta para o paraíso; convencimento de herdeiros ricos a entrar em ordens religiosas, doando toda sua herança a elas por ocasião dos votos; convencimento de pessoas crédulas e ricas a doar suas riquezas para poderem entrar no céu; cobrando para absolver pessoas ricas de crimes ou supostos crimes; etc. O clero era riquíssimo, competindo muitas vezes em riqueza e luxo com os príncipes e nobres do reino.

> *"(...) estas riquezas introduzirão entre os frades um espírito de insubordinação, uma paixão para o mundo e para os prazeres, um costume enfim, de devassidão que não poderão corrigir os estatutos nem as censuras dos concílios. O fausto das abadias competia com o dos palácios; o mais simples religioso não aparecia em público senão rodeado de criados e de cavalos; a comitiva dos abades rivalizava com a dos reis;*

> *nenhum vassalo escapava à sua tirania, nenhuma mulher à sua luxúria.”* [15]

Para garantir a situação, a igreja sempre manteve uma vigilância para que a sua fé não fosse contaminada. Durante os treze primeiros séculos de sua existência, essa vigilância era obrigação dos bispos, que deviam procurar, em suas dioceses, os desvios de fé e os hereges e tomar providências para resolver os problemas que surgiam.

Para os hereges, os bispos criaram comissões chamadas “*sínodos*” que eram espécies de conselho regional onde os conselheiros “julgavam” os casos de heresia e desvio da fé. A punição que esses sínodos aplicavam aos culpados variava de simples penitências à excomunhão, ou seja, a perda da condição de católico. Em seguida, entregavam o culpado para que fosse julgado pela justiça do reino, onde, em seus tribunais, não havia religiosos.

O acusado assistia a todo o processo, era inteirado de todas as acusações, tinha a seu dispor de todos os meios de defesa. Existiram vários casos em que tais tribunais condenaram hereges à fogueira, mas na medida em que isso era raro, o confisco dos bens do acusado era muito frequente.

A condenação à morte e o confisco dos bens variava de acordo com a legislação de cada reino, e essa variava com o rei que o governava. Havia época em que tal praxe era

[15] Lavallée, Louis-Joseph - *“História Completa das Inquisições em Itália, Hespanha e Portugal”* - Typographia Maigrense - Lisboa - 1822

revogada por um novo rei que assumia o trono, e era reintroduzida por seu sucessor e assim por diante.

No século XII houve intensa luta entre os imperadores e os papas, causada pela ambição de alguns papas e pela corrupção e excessos que eram praticados pelo clero. Assim, nessa época a maioria das acusações de heresia era feita contra aqueles que contestavam a autoridade eclesiástica.

E essa contestação foi se tornando violenta diante da revolta do povo contra o poder e a corrupção que grassava no meio religioso. Devido a isso, em 1.179, no terceiro concílio de Latrão, o papa decretou violentas medidas contra os hereges, que se espalhavam nas províncias de Albi, Tolosa e Gasconia (sul da França) e Aragão e Navarra (norte da Espanha).

Dentre as diversas medidas tomadas nesse concílio, estavam castigos aos hereges como excomunhão, confisco dos bens, proibição de sepultamento eclesiástico e escravização dos culpados pelos príncipes. E também indulgência de dois anos aos cristãos que pegassem em armas para combater os hereges e proibição de se dar a eucaristia aqueles que se recusassem a lutar.

Em 1.184, o papa Lucio III expediu um decreto para que os bispos trabalhassem para descobrir os delitos de heresia, por atos praticados ou por denúncias, dividindo os indiciados por heresia em *suspeitos, convencidos, penitentes e relapsos.* Para cada classe dessas foram determinados vários tipos de penas. Esse decreto foi o germe iniciador da inquisição.

Porém isso não foi suficiente para acabar com a heresia, que agora se espalhara e se fortalecia a olhos vistos. Assim em 1.204 o papa Inocêncio III envia dois padres para várias províncias francesas na região de Arles com poderes para que "*encontrassem, dispersassem, destruíssem e arrancassem*" as sementes da heresia. Isso revoltou as dioceses locais que não respeitaram a autoridade desses padres, boicotando-os de todas as formas. Quando o papa soube disso, enviou, em 1.206, mais dois sacerdotes espanhóis para ajudá-los naquela missão: o bispo de Osma e um padre chamado Domingos de Gusmão.

O bispo de Osma não suportou o encargo e voltou a sua diocese, porém o padre Domingos se entregou de corpo e alma à tarefa e para isso juntou em torno de si vários sacerdotes, formando uma congregação em Tolosa, França, a qual o papa Honório III, em 1.216, aprovou seus estatutos, criando então a congregação de "*frades pregadores*" ou ***dominicanos***. Tais frades também eram conhecidos como "*inquisidores da fé*".

Porém, a função de tais frades ainda não era fazer correr sangue, mas se empenharam em fazer uma tremenda lavagem cerebral na população. Daí o nome de frades pregadores. Sua tarefa principal era, além de descobrir os hereges, inflamar o povo contra eles e em excitar o zelo dos príncipes e das autoridades em manter a fé, utilizando todos os métodos possíveis, incutindo um fanatismo bárbaro e selvagem tanto na população ignorante quanto na nobreza.

Outra tarefa ordenada diretamente pelo papa era de inteligência ou espionagem, ou seja, deviam procurar

conhecer detalhadamente as estatísticas dos locais onde passavam, tais como quantidade de cristãos, quantidade de hereges, número de bispos, de padres, saber como agia o bispo, como os padres se comportavam, etc, e enviar essas informações para Roma. É de tanto perguntar, pesquisar e espionar que ganharam o nome de "*inquisidores*". Porém, a Inquisição ganhou esse nome devido a um processo que os antigos magistrados romanos abriam chamado de "*inquisitio*" ou seja inquirir, perguntar, pesquisar, etc.

Nos próximos 30 anos o papa aumentou os poderes dos dominicanos e essas bestas sanguinárias e fanáticas impuseram um tamanho medo na população, que simplesmente avistar um deles já era motivo para que todos se encolhessem paralisados de terror. E era um terror generalizado, pois até os membros da nobreza estavam expostos a serem acusados e presos.
E, aumentou também a quantidade de frades dominicanos que se espalharam por toda a Europa. Apareceram também outras ordens chamadas de *minoritários*, entre elas a dos *franciscanos*.

Outro aumento foi o de hereges, o que obrigou o papa Inocêncio IV, no concílio de Lion em 1.245 a criar a verdadeira inquisição, numa bula com 37 capítulos.

Nestes aparece a verdadeira face de um papado podre:

- as penas são morte, prisão perpétua, desterro e confisco de bens

- os hereges deviam se entregar de livre e espontânea vontade
- a delação é recompensada e qualquer pessoa pode delatar, mesmo crianças, criminosos e infames
- os nomes dos delatores ficam em segredo
- quem fugir e não for apanhado será condenado a revelia
- **quem não admitir a culpa, será condenado**
- quem admitir a culpa e não se converter será condenado
- os hereges falecidos serão condenados, sendo seus herdeiros citados para fazerem a defesa e pagarem os confiscos
- se o condenado morre antes de completar a punição, seus herdeiros deverão indenizar a igreja com bens
- os relapsos (os que se convertem e caem na heresia novamente), os contumazes e fugitivos que se entregarem terão pena de prisão perpétua
- a prisão perpétua será cumprida em celas fechadas
- os comissários da inquisição devem incessantemente vistoriar habitações, casas, cabanas, cavernas, subterrâneos e esconderijos para encontrar hereges escondidos
- os esconderijos serão arrasados e os bens dos donos dos locais dos esconderijos confiscados
- é proibido a qualquer pessoa que não seja religiosa possuir livros religiosos em latim
- é proibido a todos, inclusive religiosos, possuírem livros religiosos em outra língua
- os bispos de cada região poderiam participar dos julgamentos dos inquisidores

- os magistrados civis poderiam nomear um ajudante para os inquisidores que ficariam com 1/3 dos bens confiscados (depois ¾)
- todas as despesas - caríssimas - com as atividades dos inquisidores seriam pagas pela comunidade onde se instalassem

Não satisfeito, em 15 de maio de 1.252 o mesmo papa Inocêncio IV lançou a bula "*Ad Extirpanda*" (Para Arrancar) que permitia o uso de tortura para que os réus confessassem. A Inquisição foi, dessa forma, instalada inicialmente em três regiões da Itália, em 1.252. Na França, ocorreu em 1.255. A princípio foi aceita, mas pouco tempo depois, quando seus resultados ficaram conhecidos, os povos reagiram violentamente a ela. Os papas seguintes continuaram tentando implantá-la, sem sucesso.

Porém, com o passar dos anos, os dominicanos tomaram conta das cidades, como uma verdadeira praga, imiscuindo-se em todas as atividades delas.

> *"Os dominicanos tinham, desde a sua origem, cometido o erro de fazer bem patente o seu despótico caráter. Espiões, indiscretos e insolentes, intrometiam-se na administração pública, lançavam a sua vista inquisitorial sobre todas as operações, pretendiam julgá-las por mais estranhas que fossem à Religião, apresentavam-nas debaixo de uma falsa luz ao povo, cuja disciplina perturbavam por este modo; fatigavam os magistrados com as suas representações muitas vezes intempestivas e sempre insolentes;*

atrapalhavam a marcha de todos os negócios, e encontravam heresia em toda a parte onde achavam resistência e razão.

Não menos perigosos na sociedade particular, introduziam-se em todas as casas[16]*; faziam-se juízes de todas as pequenas desavenças de família; alimentavam todos os pequenos ressentimentos, para melhor espreitar as consciências; aproveitavam aqueles leves desafogos que um ligeiro descontentamento sugere a uma esposa contra seu marido, a um pai contra seu filho, aos criados contra seu amo; acariciavam os homens apaixonados para transformá-los em delatores; fundavam acusações sobre relações infiéis, sobre confidências muitas vezes mentirosas, sobre procedimentos inocentes, interpretados pelo ciúme, desfigurados pela inveja, envenenados pela calúnia; e disfarçando os seus intentos com a máscara da amizade, caíam de improviso sobre vítimas que de seu vagar escolhiam.*

Não mostravam mais pejo nas funções religiosas. A confissão, principalmente, era a sua arma mais segura e a mais pérfida. A astúcia das suas perguntas invertia as confissões: as faltas alheias eram o único assunto destas conversações secretas, e o penitente era absolvido dos seus próprios pecados só por ter falado dos pecados alheios.

---

[16] Os frades eram muitos e iam de casa em casa para ouvir confissões e espionar as famílias. Uma verdadeira praga, entravam em todas as casas (quem impedisse, era imediatamente preso acusado de heresia) vigiavam, espionavam, aliciavam e promoviam intrigas.

Introduzindo por este modo a divisão em todas as famílias, atemorizando todas as consciências, perpetuando todas as inimizades, ajuntavam a este infame procedimento a mais odiosa aspereza no modo de multiplicar ao infinito os motivos de confiscação, a mais insigne má fé quando as comunidades reivindicavam a terça parte na conformidade da sua instituição, e o mais excessivo rigor na percepção das rendas que lhes eram consignadas." [17]

Por esses motivos a Inquisição perigava e estava quase se extinguindo, quando Roma, procurando salvá-la de qualquer forma, baixou determinações que efetivamente resolveram o problema. Entre essas estava aquela que dizia que as despesas com a Inquisição NÃO MAIS seriam pagas pelas cidades. Foi o que bastou para acabar com a revolta dos cidadãos e a Inquisição voltou a ganhar força.

Usando desse instrumento o papa João XXII, a partir de 1.317, arrasou a nobreza italiana, confiscando os bens e tornando-se praticamente o imperador da Itália, enriquecendo a Igreja de uma forma jamais vista.

"É necessário confessar que nunca o espírito humano esteve mais completamente ameaçado na sua independência, e que, desde a invasão dos mouros, não tinha a Europa corrido mais iminente perigo.

---

[17] Lavallée, Louis-Joseph - *"História Completa das Inquisições em Itália, Hespanha e Portugal"* - Typographia Maigrense - Lisboa - 1822

Uma vez firmada a Inquisição além dos Alpes, como começava a sê-lo em Itália, e como o planejavam os papas, ficava sem garantia a autoridade dos monarcas; os grandes das diferentes Nações não teriam sido mais que vis rebanhos, cujos dias dependeriam do capricho e ódio de um frade; todos os povos teriam sido vulnerados nas suas relações, na sua indústria, no seu comércio, e nos seus mais caros interesses; todos os pensamentos nobres e generosos teriam sido sufocados, todas as ciências imputadas a crime, todas as descobertas proscritas, toda a indústria paralisada; a Europa não teria sido mais que um imenso túmulo, em que os reis aviltados e temerosos, os grandes sem honra e sem glória, os povos sem leis e sem energia, terão sido sepultados sem defesa nem movimento; e sobre este vasto campo, esterilizado pela ignorância, teria ficado em pé um só orgulho, o dos papas: e aos pés deste monumento de autoridade, único herdeiro de todas as autoridades aniquiladas, os cadafalsos levantados para degolar a sabedoria e a razão; e os verdugos deixando em paz os crimes para ferir somente os pensamentos."[18]

O papa também tentou instaurar a Inquisição na Alemanha, mas em todas as suas cidades os inquisidores foram expulsos e até mesmo mortos. Nas regiões, como Bulgária, Polônia, Eslováquia, Hungria, Holanda também não houve sucesso

[18] Lavallée, Louis-Joseph - "*História Completa das Inquisições em Itália, Hespanha e Portugal*" - Typographia Maigrense - Lisboa - 1822

nessa empreitada. Na França, que inclusive abrigou a sede do Papado, de 1.309 a 1.377, a Inquisição conseguiu prosperar, mas o avançado estado de consciência política da população fez que fosse anulada no século XV. Na Inglaterra e países bálticos não houve sequer tentativa de se estabelecer tal sanguinária instituição.

Assim, sobraram apenas Espanha e Portugal para serem palco do banho de sangue e de terror que se seguiria nos próximos séculos, com a destruição metódica dos seus sistemas econômicos.

Capítulo 3

Breves noções sobre a Inquisição - Séculos XVI e XVII-

Devemos ter ideia da situação da vida naquelas épocas. As cidades tinham habitações semelhantes às favelas brasileiras, só que geralmente subiam a 4 ou 5 andares, em ruas estreitas, onde não passava uma carroça grande. Como as pontas desses edifícios se inclinavam, o sol não conseguia chegar ao solo, e as ruas sem sol ficavam sempre úmidas, transformando-se em uma terrível esterqueira, pois nelas se jogavam o lixo, restos de comida, animais mortos, e principalmente se esvaziavam os penicos cheios de fezes e urina. Lógico que não havia esgotos, água corrente e muito menos banheiros.

O mau cheiro era sufocante, tanto dentro como fora de casa. Os fogões a lenha e lamparinas enfumaçavam o ambiente, que quase não possuía janelas. As ruas viviam infestadas de ratos, porcos, galinhas, gatos e cachorros. As casas infestadas de piolhos, pulgas, percevejos, mosquitos e formigas, além, é claro, dos ratos, muitos ratos. O palácio mantinha equipes para desmontar periodicamente as camas do rei e sua família, e tentar se livrar dos insetos, principalmente os piolhos, sempre onipresentes e invencíveis.

A água era considerada remédio. Além disso, cara de se obter e considerada pela Igreja Católica como "*elemento causador de prazeres lascivos e transmissor de muitas doenças*".

A higiene pessoal, na Casa Real - ou seja, os mais favorecidos e educados - era feita de acordo com regras dignas de um chiqueiro: de manhã, ao se acordar, passava-se um pano branco, seco, no rosto e nas mãos. Depois passava-se água perfumada para disfarçar o mau cheiro. Não havia escova de dentes, somente um preparado para melhorar o hálito. Banhos completos somente quando receitados pelo médico, na época, usados para tentar curar doenças como a raiva. Banho de mar, nem pensar.

Após meados do século XVIII, os médicos começaram a obrigar as pessoas a tomarem banhos de banheira, o que se tornou comum na Corte. A Igreja sempre foi contra, e para amenizar os padres furiosos, somente se tomava banhos de banheira vestidos com um camisolão branco. Mas isso não era hábito, sendo muito mais um modismo. O verdadeiro banho era de esponja, costume que quase chega ao século XX.

No final do século XIX o "banho", feito à tarde, no máximo 3 vezes por semana - na grande maioria, somente uma vez, pois o clima naturalmente frio propiciava a aversão a água - consistia em uma bacia com água morna, onde se mergulhava uma esponja e se passava no corpo seguindo uma ordem rígida: mãos, pés, boca, pescoço, peito, braços e a cara, com água fresca ou fervida, sem micróbios. Por fim a higiene íntima. E detalhe, tudo com os olhos fechados, para manter a moral e a decência. [19]

Portanto, com o aumento da população nessas condições, as epidemias eram frequentes e endêmicas, grassando com

[19] Burnay, M J V C B Moniz - "*A Higiene e Toilette nos séculos XVIII e XIX*"

brandura em certos períodos e estourando com violência mortal, em outros.[20]
É o caso da peste negra - a peste bubônica - que em 1347 explodiu na Europa matando de 25 a 75 milhões de pessoas. Depois ficou recorrente aparecendo a medida que nasciam novas pessoas não imunes à doença.
Ainda no tempo de D. João V (1707 - 1750) "*na quinta feira santa, quando a corte visitava as igrejas a pé e como as ruas eram enxurros de imundície, iam adiante moços com tábuas para a corte não se sujar.*" [21]
A duração média de vida era de 40 anos. Nessa idade, principalmente os camponeses, já tinham aparência de velhos de 70 anos. A medicina e odontologia não existiam, sendo praticadas geralmente por barbeiros. O remédio mais utilizado era a sangria no pé, onde se retirava, muitas vezes, mais de um litro de sangue do paciente.
Reforçada pela pregação dos frades, as doenças e todos os males eram considerados obras do demônio e a peste foi atribuída aos judeus, que foram perseguidos também por isso.
O povo fanatizado, e aterrorizado pela ameaça de morte na fogueira prometida pelos inquisidores, oprimido pelo medo de ser denunciado a qualquer hora, por qualquer pessoa (mesmo crianças), atormentado pela fome, doenças, guerras, e, principalmente, cercado de uma corrupção terrível, em todos

---

[20] Os acidentes, convulsões e doenças nervosas eram tidos por obras diabólicas, e contra elas havia os exorcismos acompanhados de chibatadas. (...) Contra a mordedura dos cães danados o remédio mais geralmente aplicado era uma peregrinação a Santa Quitéria de Meca. Fragmentos de pedra d'ara serviam para despertar os amores, e torna-los fogosos e permanentes. E até mesmo tinham virtude os tijolos e azulejos arrancados das igrejas. - Branco, M Bernardes - "*Portugal na Epocha de D. João V*" - Livraria de Antonio M Pereira- Lisboa - 1885

[21] Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II- Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

os âmbitos da vida quotidiana, volta-se inteiramente para a religião, que se torna o grande centro de sua vida. Os frades pregadores aproveitam e reforçam tais crenças, onde o medo do inferno é a constante. [22]

---

[22] Como curiosidade eis um trecho do livro "*Desengano dos Pecadores*", muito popular na época, escrito pelo padre Alexandre Perier, da Companhia de Jesus, no século XVI

"Nunca cuidei que o fedor do inferno fosse tormento tão insofrível que, bem considerado, se não vence a qualquer das penas que hão de sofrer os mais sentidos, pelo menos não cede, nem é menor daquelas que mais se podem excogitar. E se um só fedor, que é intenso, não há quem o possa suportar por muito tempo, quem duvida que, se os fedores forem muitos, e todos unidos no mesmo lugar, e com a mesma intensidade, não sejam capazes de tirar milhares de vidas no primeiro instante!

Será, logo, o fedor do inferno intensíssimo e totalmente intolerável por três razoes. A primeira, em razão do lugar e do sítio; a segunda, em razão da quantidade inumerável dos corpos dos condenados; a terceira, em razão da continuada assistência dos demônios.

No tocante ao lugar, diz o doutor Angélico Santo Thomaz, que, depois de estar a terra bem purgada pela violência e atividade do fogo do último dia do juízo; depois de reduzida em cinza esta universal máquina do Orbe; depois de estar purificado o mundo de todas as imundícies dos pecados; todas as fezes que restarem, ajuntadas entre si irão por canos subterrâneos a sepultarem-se na intolerável sentina do Inferno. Mas o alcatrão, o enxofre, o breu, e outras matérias betuminosas, que servem de alimento aquele fogo, acrescentarão e levantarão em grau mais subido este mau cheiro. E, se o ar, por puro que seja, fechado por muitos anos em qualquer morada, se corrompe de qualidade, que fica insuportável e pestilento, julguemos agora que tais ficarão os ares do Inferno fechados há tantos séculos, em um hediondo reduto de tantas imundícies, sem nunca ter por onde exalar ou purgar-se. Que peste refinada não causará! E quem haverá que imagine o que poderá sofrer, quando aqui neste mundo o fumo de uma candeia mal apagada, que lá no Inferno pareceria um cheiro mui suave, se rende ao nosso olfato tão molesto, como se fosse um fedor insuportável ! - Branco, M Bernardes - "*Portugal na Epocha de D. João V*" - Livraria de Antonio Maria Pereira- Lisboa - 1885

Todos acreditam em milagres, mesmo os mais inverossímeis, em bruxas, em feitiçaria, encantamentos, em demônios andando pela terra, em anjos maus e bons, enfim no cabedal de tolices que os crentes ainda hoje acreditam.
O povo acredita firmemente em excomunhão, em indulgências, em purgatório, em vida no paraíso e na capacidade do papa de ter poder para abrir e fechar suas portas[23].

Os governantes, reis, príncipes e nobres, são completamente dominados pelo papa e dependem dele para tudo. O papa por sua vez, se intromete no gerenciamento dos negócios dos estados e, praticamente é soberano neles, sem que ninguém ouse contestar. O lema era "*Inquisitio superior regibus*, ou seja, "a Inquisição é superior aos reis"[24]

Entre os funcionários da Inquisição, existiam os "***familiares***". As principais funções dos familiares eram ligadas à máquina policial do Santo Ofício, cabendo-lhes executar as prisões de suspeitos de heresia, sequestrar os bens dos condenados nos crimes em que coubesse confisco, e efetuar diligências a mando dos inquisidores. Havia ainda Familiares médicos, que examinavam os presos e avaliavam sua resistência à tortura. Exerciam, também, função precípua nos célebres Autos-de-fé, trajados com pompa, ladeando os penitentes em procissão e os condenados até o cadafalso. Faziam ainda notificações, prisões e condução de réus.

---

[23] Puigblanch, Antonio - "*La Inqusicion sin Máscara*" - La Imprenta de la Aquila - Mexico - 1824
[24] Ferreal, M V - "*Mistérios de la Inquisicion*" - Barcelona - 1845

Sem abandonar suas ocupações costumeiras, eles seriam funcionários civis do Santo Ofício e, caso fossem chamados pelos inquisidores – nos locais onde o tribunal havia se instalado – ou pelos comissários, prestariam a estes últimos todo o auxílio requerido e cumpririam as ordens que lhes fossem emitidas. O familiar nada ganhava, mas sua condição social crescia muito. Além disso, não podia ser julgado pelos tribunais comuns, somente pelos eclesiásticos. Na teoria seriam espiões secretos, mas se criou uma medalha de familiar, que os portadores exibiam com orgulho. Eram temidos e bajulados por todos. Todo povo sabia que a pior coisa do mundo seria ter um familiar como inimigo.

No século XIV os judeus em Portugal compunham a maior parte classe média. No entanto eram discriminados pela população de católicos, que, com o fanatismo exacerbado pelos frades pregadores, os encaravam com receio e inveja.
Os judeus eram superiores aos cidadãos comuns por sua perseverança, amor ao trabalho, capacidade em gerenciar indústrias e comércio, higiene muito mais apurada e portanto, além de serem ricos e emprestarem dinheiro em agiotagem, conquistaram postos na administração do reino, principalmente de fiscalização e cobrança de impostos.

A aversão dos fanáticos católicos se transformou em ódio e os judeus, por terem enriquecido, e serem cobradores de impostos, foram perseguidos pelo povo. Foram separados do povo e viviam em bairros chamados de "*judearias*", tendo, dentro deles, seu próprio sistema de leis e de administração. Eram obrigados a usar uma estrela de David nas roupas na altura do peito e sempre estavam em desvantagem diante dos cristãos em quaisquer desavenças.

Não podiam sair à noite das judearias, as mulheres cristãs não podiam entrar sozinhas em suas lojas no mercado, não podiam entrar na judearia, sob pena de morte, as sinagogas não podiam adquirir bens, como as igrejas católicas, os mercadores judeus não tinham isenções de impostos que os mercadores cristãos tinham e pagavam um imposto per capita, especial.

Todas essas desvantagens tinham um grande objetivo: fazer com que os judeus se convertessem. Os que se convertiam, eram chamados de "***cristãos novos***" e além de ficarem livres de todas essas imposições ainda ganhavam algumas outras regalias. Mas, todos sabiam que os cristãos novos somente se tornaram católicos de fachada. No fundo jamais abandonariam sua religião ancestral. Daí que, logo, logo, foram também caçados pela Inquisição.

A Inquisição nesse século já tinha iniciado suas funções de forma lenta e, movida principalmente pela necessidade de confiscar os bens dos ricos judeus e cristãos novos[25], estava dando sinais do que viria a se tornar.

Assim entramos no século XV. A Inquisição espanhola estoura de uma forma jamais vista em sua sede de sangue e riquezas, perseguindo e matando os judeus como moscas.

[25] Dinheiro, joias, prédios urbanos e rústicos com seus valiosos mobiliários, tapeçarias, quadros, instrumentos e aparelhos e todo cabedal, ainda com suas empresas agrícolas e industriais. - cf. "***Inquisição: A Calamidade que Empobreceu a Nação Portuguesa***" - Domingos José Soares Rebelo

Em Portugal, no reinado de D. Manuel I (1469/1521), foram notáveis as grandes perseguições contra os judeus. Pressionado por falta de recursos nos Cofres do Estado, o soberano tentou extorquir, aos armadores, cambistas, industriais e mercadores judeus, o ouro de que tanto carecia para os seus devaneios. Assim, em 1496 o Rei ordenou a expulsão de judeus e mouros; no ano seguinte, decretou o batismo forçado de todos os judeus vivendo no País, sequestrando-lhes os filhos menores de 14 anos[26], ao mesmo tempo prometendo aos cristãos-novos que, durante 20 anos, não os molestaria. Todavia, em 1499, foi proibido aos judeus conversos deixar o País sem licença régia e se interditou-lhes o negócio de câmbios sobre mercadorias. Através do País, sub-repticiamente, passaram a surgir motins populares contra os judeus, sendo saqueadas suas casas e suas sinagogas demolidas nos anos de 1504 (Lisboa), 1505 (Évora) e 1506 (Lisboa).

A Espanha também decreta a expulsão dos judeus e o confisco de todos os seus bens. Estes então fogem para todos os lados: uma parte começa a entrar em Portugal e outra, a maior, foge para a França, Alemanha e Holanda.

Houve muita aflição. No desespero os judeus mais desprovidos, por exemplo, trocavam uma casa por um jumento, mas a maioria tratou de esconder muito bem o dinheiro, ouro e joias e levaram tudo para fora de Portugal. A corrupção campeava. Existiram muitos religiosos

[26] Os filhos, separados das famílias, eram entregues a famílias e instituições católicas para que fossem convertidos e criados nessa fé.

(principalmente bispos) que enriqueceram ajudando os judeus a fugirem em troca de muito ouro.
Os judeus e os cristãos novos que não fogem então são perseguidos, presos e queimados. Suas propriedades são confiscadas.

Além disso, quem falasse, comerciasse, desse guarida, ajudasse ou simplesmente tocasse em um herege seria também acusado de heresia e, provavelmente, torturado e morto. O comércio e a indústria acabam. Os empregados desses judeus no comércio são postos na rua, tornam-se mendigos. As delações atingem níveis insanos. Tudo é motivo para se delatar alguém. Existem casos de prisão de pessoas cujos delatores disseram tê-las visto "*fazendo caretas para um crucifixo*".

O Bispo de Ceuta emitiu um monitório - citação para delação - onde se listavam centenas de atos que serviriam de base para se reconhecer um herege[27], a maioria ridículos, dentre eles:

- o modo de matar reses e aves
- o modo de provar o fio da faca na unha do dedo
- não comer certos tipos de carnes e peixes
- a altura das mesas onde se faziam as refeições
- o tipo de mesa usada nas refeições
- o lugar do aposento onde se estava por ocasião da morte de alguém

[27] Alexandre Herculano de Carvalho e Araujo - "*História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*" - Tavares Cardoso & Irmão Editores - Lisboa - 1902

- o modo dos pais de tocarem o rosto ou a cabeça dos filhos
- renovar o pavio dos candeeiros, ou limpá-los, às sextas feiras e muitas outras tolices.

Mas, na época a coisa era séria e a pessoa podia morrer por ser vista praticando um desses atos comuns.

> *"Só em um auto de fé em 1667, foram queimadas 237 pessoas, entre as quais 2 moças de 15 anos, 5 de 16, 6 de 17, 3 de 18 e outras de 19, 20 e 21 anos."*[28]

[28] Branco, M Bernardes - "*Portugal na Epocha de D. João V*" - Livraria de Antonio Maria Pereira- Lisboa - 1885

Capítulo 4

Breves noções sobre a Inquisição
- Século XVIII -

A Inquisição sempre quis manter uma máscara de um tribunal legal e justo e, para isso, dizia que suas sessões eram públicas. Mas o que acontecia era que os frades somente permitiam a entrada na sala do julgamento de parentes do réu e de algumas poucas pessoas, que tinham que apresentar um convite na entrada. Essas pessoas eram escolhidas entre os cidadãos mais crédulos, idiotas e fanáticos. Igualmente, nas salas das sessões existia uma cadeira no meio da sala destinada às testemunhas da defesa, que nunca era ocupada, pois, pela própria norma dos inquisidores, alguém que falasse pelo réu era imediatamente considerado suspeito e seria preso logo após depor. Todos sem exceção eram torturados. Os acusados de feitiçaria (homens e mulheres) tinham seu corpo completamente depilado à navalha antes de serem torturados, pois se acreditava que tinham um amuleto satânico que os livrava da dor e podiam escondê-lo nos pelos do corpo.[29]

Uma das formas de descobrirem bruxas era pelo seu aspecto: as mulheres velhas ou muito feias eram as primeiras a serem suspeitas, pois se acreditava que, por terem amizade com o demônio, com o passar do tempo, elas ficavam com um aspecto repelente.

[29] Ferreal, MV - "*Misterios de la Inquisicion*" - Imprenta e Libreria Española - Barcelona - 1845

E, finalmente, os frades tinham por lema que não importava muito se o acusado era ou não culpado, pois de qualquer forma estariam agindo sempre bem: se o acusado era inocente, sendo torturado e morto, ia imediatamente para o paraíso. Se era culpado, sendo convertido e depois queimado, também ganharia o paraíso. Precisa dizer mais?[30]

Os frades, em sua insanidade mórbida, pregam que as doenças são obras do demônio e somente através da intercessão dos santos, de oferendas, promessas, missas (as missas encomendadas eram pagas) é que receberiam o milagre da cura. Assim, a pessoa que chamasse um cirurgião para tratar de uma perna quebrada podia ser denunciada como herege.
Convencem o povo de que o Rei é enviado de deus e todos precisam obedecê-lo e venerá-lo, ao mesmo tempo em que destituem reis e príncipes os quais, ousando enfrentar a corte e até as determinações do papa, não os obedecem.

Vale notar que, enquanto os dominicanos se encarregavam da inquisição, os jesuítas (que foram expulsos em meados do século XVIII pelo grande Marquês de Pombal) se entranharam na vida portuguesa tornando-se verdadeiros dominadores de consciências.

> *"Reagindo contra a explosão violenta do heroísmo do homem da Renascença,* ***o jesuitismo pregava a doutrina da submissão*** *e proclamava a obediência sistemática. Inácio de Loyola recomendava aos seus discípulos portugueses que fizessem inteira resignação*

[30] Porém, existe muito mais a ser dito sobre a Inquisição, só que o assunto deste livro não comporta a sua tenebrosa, arrepiante, macabra e verdadeira história completa. Sugiro que se consultem os livros da bibliografia

> *das suas vontades, que oferecessem candidamente ao Criador, em seus ministros, a liberdade: um dom providencial: (...) «Não considereis o superior, qualquer que ele seja, como homem sujeito a erros; antes olhai para aquele a quem no homem obedeceis, como Cristo: buscai em vós as raízes que possam defender os seus mandados.»”*[31]

Ou seja, pregava a escravidão e o absolutismo do rei.

> *“Fanáticos pelo sistema e constantemente atentos a seu negócio, algemaram o povo mostrando os reis como enviados divinos cuja vontade nada na terra devia resistir; e se conjuraram contra os mesmos apunhalando-os no peito como a Henrique IV da França, ou ministrando-lhes veneno na eucaristia como fizeram com Henrique VII da Alemanha, sempre que fossem contrários ao seu objetivo de ambição.”* [32]

Os frades controlavam tudo. Todo o ensino e todos os colégios estavam nas mãos dos jesuítas. Ensinavam sobre ciências de uma maneira simplória: tudo era vontade de deus: o movimento dos astros, o crescimento das plantas, o aparecimento de um cometa, um terremoto, inundação, vulcão, etc. Desgraçado daquele que ousasse dizer que tais fenômenos eram naturais e tinham explicação diferente daquelas ensinadas pelos frades: era imediatamente preso. Qualquer calamidade era atribuída à cólera de Deus. E para

[31] Martins, JP Oliveira - “*História de Portugal*” - Tomo II- Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

[32] Puigblanch, Antonio - “*La Inqusicion sin Máscara*” - La Imprenta de la Aquila - Mexico - 1824

aplacá-la, a solução era fazer oferendas e promessas, rezar, comprar missas, fazer ladainhas e procissões.

Eventos como a chegada da primavera e a ocasião das colheitas, também tinham que ser encomendados aos santos com as mesmas atitudes. Por exemplo, para se ter boa colheita, todos cobriam o altar de São Medardo com oferendas. E essas soluções estavam disponíveis por obra de quem? Dos frades. Então era justo que a população os sustentasse.

Não se pode deixar de mencionar aqui uma poderosa ferramenta utilizada pelos frades: a confissão. Por ela ficavam sabendo de tudo e manipulavam os pobres crentes. Através da confissão podiam convencer um jovem a ser frade, doando sua herança ao convento, manipular mulheres solteiras e casadas, convencer moças a fugirem de casa para se tornarem freiras, chantagear homens e mulheres, obter favores sexuais das mulheres chantageadas e conseguir um panorama completo do pano de fundo tecido pelas vidas privadas na sociedade.

A técnica adotada pelos confessores era somente dar o perdão dos pecados depois que a pessoa além de contar o pecado, contasse também o nome e endereço de todos os envolvidos nele. Assim, se um nobre confessava que tinha uma amante, era obrigado a dizer seu nome e endereço. De posse de tais informações ficava fácil para o frade fazer chantagem, pedindo toda sorte de vantagens inclusive favores sexuais.

> "*O confessionário, não raras vezes dirigido por confessores indignos, tornou-se também um instrumento de prepotência, denúncias, abusos torpes e vinganças. Muitos confessores defendiam a doutrina,*

que aplicavam na prática sustentada por vários casuístas, de que era permitido perguntar aos penitentes os nomes e moradas dos seus cúmplices, sob a ameaça de os não absolverem. Esse hábito tornava-se particularmente grave, quando os penitentes pertenciam ao sexo feminino. Os danos à religião e à moral, provocados por esse abuso, constam duma literatura abundante (...) Sob o pretexto da salvação das almas, devassavam-se as consciências para servir as piores paixões. Era apenas uma das consequências do despotismo e um dos aspectos a que levava a prepotência de classe e a degradação da fé e do espírito religioso em alardes, quantas vezes hipócritas, do culto exterior." [33]

A Igreja tentou acabar com essa prática que perdurou até o final do século XVIII.[34]

[33] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

[34] A 6 de maio de 1745, o Cardeal da Cunha, Inquisidor Geral, e o Cardeal Patriarca, D. Tomás de Almeida, publicaram, cada um deles, sua pastoral, condenando o costume arreigado em muitos confessores de perguntar aos confessados os nomes e morada dos seus cúmplices. E de imaginar-se a que espécie de desordens podia conduzir e conduzia a prática quando incidia sobre o sexto mandamento e os confessados eram do sexo feminino; e que alguns sacerdotes não se dessem a ela com as melhores intenções. Ora, logo após, contra as duas pastorais e, mais designadamente a do Cardeal da Cunha, se ergueram publicamente os Arcebispos de Evora e do Algarve, sob o pretexto de que o Inquisidor Geral cometera uma invasão de jurisdição, mas na verdade, para justificar o escandaloso abuso dos confessores das suas arquidioceses (...) O papa Bento XIV, em breve de 1745, dirigido a Portugal, condenava como escandaloso e pernicioso, o costume já denunciado pelos dois cardeais portugueses. Não bastou a advertência. Em 1746, o Pontífice fulminava com a excomunhão *latae senteciae*, reservada aos Papas, todos aqueles que sustentassem a legitimidade da doutrina e da prática anteriormente condenadas. Em 1749, o Papa manda outro breve a Portugal, sujeitando aquele delito à jurisdição da Inquisição. --- Idem

Outro detalhe é que o individuo, ao ser acusado e preso, imediatamente tinha todos os bens confiscados. Antes de ser declarado culpado ou inocente! Se fosse inocentado, o que era raríssimo, quando fosse solto estava sem bens e arruinado.[35]

Passa-se o século XVI, inteiramente dominado pela Inquisição. Portugal, com 200 anos de Inquisição se transformou num imenso convento regido inteiramente por frades dominicanos, jesuítas e franciscanos.

> *"O patriotismo é, porém ainda uma afirmação de força, uma rebeldia contra a Obediência; (...) Mal do povo, mal do rei, que pensar valer por si alguma coisa. O tipo do soberano e da grei é esse D. Joao IV, beato e nulo; é esse povo português, macilento e mole, com a cabeça oca, os lábios sempre ocupados a rezar ladainhas e rosários, os joelhos doridos das longas estações dos jubileus, para ganhar as indulgências."*[36]

A população fanatizada depois de passar por uma lavagem cerebral de mais de 200 anos e de se cansar de se assustar com os chamados "Autos de Fé" - que eram os shows preparados pelos Inquisidores onde as vítimas eram punidas: açoitadas,

---

[35] Cf. "Arte de Furtar" - atribuído ao Pe. Antônio Vieira, mas atualmente sem autor conhecido - edição de Amsterdan - 1764 - ***"Depois de dada a sentença, de tal maneira ficam os bens confiscados sendo próprios do Príncipe pela DOAÇÃO DO PAPA (...) a confiscação é pena Eclesiástica e como tal não pode o Príncipe secular impedir a execução dela sem a licença do Sumo Pontífice, que pode lhe ceder o confisco como senhor supremo da Lei, que tem domínio sobre tudo (...) Os reis de Portugal quando senhores dos bens confiscados, que os podem dar até mesmo aos Hereges reconciliados, de quem se tomaram tais bens, mas, para manter o Santo Ofício funcionando, somente devem doá-los aos senhores Inquisidores (...)"*** (pag. 324)

[36] Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II- Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

tendo membros amputados, unhas arrancadas, ossos quebrados, mortas no garrote vil, para serem depois queimadas ou sendo queimadas vivas - se acostumaram com isso e agora esperavam com ansiedade esses shows e se divertem com a agonia dos inocentes.
O espetáculo agora está organizado. Existem centenas de descrições dos "Autos de Fé", e não entraremos nesses detalhes a não ser para ressaltar que tudo está coreografado.

Auto de Fé

Há as maneiras de se construir os palanques os tablados para o palco, os locais de aplicação de penas, os locais de garroteamento e as fogueiras.

Os condenados são vestidos cada um de acordo com a sua classificação, que vimos anteriormente. Todos portam os

"*sambenitos*"[37] que eram espécies de poncho que tinha uma grande cruz de santo André vermelha na frente e nas costas e cujo fundo variava de acordo com a condenação do infeliz.

O povo, de longe, identificava a pessoa e como seria punida só olhando para o sambenito. Os infelizes também portavam a *carocha*, espécie de mitra que era colocada em suas cabeças e que tinha escrito nelas, em letras grandes, a sua culpa, por exemplo, "*feiticeiro*" e a *samarra*, uma espécie de túnica.

Samarra

Sambenito

[37] A palavra sambenito é corruptela popular de "saco bendito", como os inquisidores chamavam a vestimenta dos condenados.

No palanque do rei e da nobreza, ficavam os convidados especiais do rei que tinham direito a um banquete (tudo grátis) oferecido pela Inquisição, onde, por todo o dia eram consumidas as mais deliciosas e caras bebidas e iguarias.

Digno de nota é a desfaçatez com que o Inquisidor geral dava a absolvição aos condenados no Auto de fé. Todos os condenados que tinham CONFESSADO sua culpa e se arrependido eram então absolvidos. Mas essa absolvição não era perdão. Era apenas o cancelamento da excomunhão dando aos condenados o direito de entrar no céu se morressem como bons cristãos. Então depois da absolvição, todos eram queimados. A maioria morria recitando orações pedindo a "salvação".

Esse era o grande espetáculo que no final do século XVI o povo esperava e aplaudia. Enquanto isso, Portugal desmoronava política e economicamente.

No Brasil, como colônia de Portugal, os acusados pela Inquisição eram presos e enviados para Lisboa. No século XVIII, em 1702, chega ao Rio de Janeiro, o bispo D. Francisco de S. Jerônimo, que tinha sido inquisidor em Évora. Sanguinário, ambicioso, fanático e implacável, aumentou a perseguição na colônia.[38]

---

[38] *"No Rio de Janeiro o maior furor da perseguição começou depois da chegada em 1702 do bispo D. Francisco de S. Jeronymo, que acabava de ser qualificador da Inquisição de Évora, e aí acaso tomara o gosto a tão sanguinolentas abominações, que melhor pode prosseguir no Rio, exercendo mais de uma vez, interinamente, o cargo de governador."* - Varnhagen - "*História do Brasil*"

No auto de fé em Lisboa em 1709, já aparecem mulheres brasileiras, enviadas pelo tribunal de D. Francisco. Até 1711 tinham sido presas mais de 160 pessoas, famílias inteiras, inclusive crianças.

Prisão da inquisição em Córdoba, Espanha. Um verdadeiro e imenso castelo.

Notável é o caso de João Gomes da Silva, do Rio de Janeiro, que pediu asilo no navio do francês *Renee Duguay Trouin*, juntamente com seus filhos, fugindo da inquisição. Mas cometeu um erro, deixando em terra sua filha Catharina Marques, então com 17 anos. Os inquisidores, furiosos, a prenderam e a mandaram a Lisboa, juntamente com a estátua de seu pai, que foi queimada.
Quanto Catharina foi encontrada, moribunda, dentro dos cárceres da inquisição, tinha 67 anos. Passou 50 anos presa na

mais horrível prisão que poderia haver: os calabouços da inquisição.[39]

Outras mulheres brasileiras que morreram o cárcere da inquisição foram Ignez Ayres, do Rio de Janeiro, morta aos 81 anos. Outra, também do Rio, morreu com 92 anos de idade.

Em 1713 foi o ano que mais teve condenados no Brasil: 66 pessoas, inclusive 39 mulheres, a maior parte sob a acusação de "terem sangue judaico".

---

[39] "A cada um dos infelizes que são conduzidos a estes cárceres se dá um cântaro com água para se lavarem e uma bilha a que chamam *gurguleta*, também cheia de água para beberem, com um copo ou taça de uma espécie de barro (...) Igualmente lhes dão uma vassoura para varrerem o quarto, uma esteira para deitarem sobre um estrado em que dormem, um vaso para as suas precisões, que se despeja de quatro em quatro dias, e uma espécie de pequeno alguidar para o cobrir, e que também serve para deitar o lixo do cárcere. Os presos são mantidos segundo o uso do país; os negros com canjica ou papas de arroz e um pouco de peixe frito, os brancos do mesmo modo, a exceção de lhes darem fruta e alguma carne nas quintas feiras e domingos ao jantar, mas nunca à noite, mesmo em dia de Páscoa (...)Faz-se observar na Inquisição um silêncio perpétuo e exatíssimo; e se um preso empreende queixar-se, chorar, ou mesmo rezar mais alto, arrisca-se a levar chibatadas da mão dos guardas, pois ao mais leve ruído que estes ouvem , correm logo ao lugar onde ele se faz para advertir que se calem; e se o preso não obedece ao primeiro ou segundo aviso, entram dentro, e o espancam desapiedadamente. (...) Em Damão não há uma subsistência regular para os presos. Os magistrados deixam isto à caridade de quem os quer socorrer; e como não havia na cidade senão duas pessoas que lhes mandavam regularmente de comer duas vezes na semana, não recebendo a maior parte deles nada nos outros dias, estavam reduzidos a uma miséria tão digna de compaixão, que isto mesmo contribuía muito para aumentar o meu mal. (...) mas entre eles havia alguns que estavam encerrados na sala mais pequena, separada da minha só por uma parede, os quais se viam tão atormentados pela fome, que, para subsistirem, se tornavam às mais nojentas imundícies. Por esta ocasião soube que tendo sido, alguns anos antes, apanhados e encerrados nesta mesma prisão perto de 50 piratas malabares, a horrível penúria que ali sofreram obrigara mais de 40 a enforcarem-se com as tiras dos turbantes. (Dellon, Charles - "*A História da inquisição em Goa*")

Outros brasileiros queimados vivos em Portugal pela Inquisição:

- 1720 - Thereza Paes de Jesus, 65 anos, Rio de Janeiro, qualificada como "*convicta, ficta, simulada, confitente, diminuta, variante, revogante e impenitente*"[40]
- 1726 - Padre Manoel Lopes de Carvalho, Bahia, qualificado como "*convicto, pertinaz e profluente na Lei de Moises*"
- 1729 - João Thomaz de Castro - cristão novo, "*convicto, ficto, simulado, falso, confitente, diminuto, e impenitente*"
- 1731 - Guiomar Nunes, 37, casada, Paraíba. *convicta, negativa e pertinaz*
- Queimado em estátua: Braz Gomes de Sequeira, cristão novo, que morreu no cárcere. Natural de Santos: *convicto, negativo e pertinaz.*

No total foram cerca de quinhentas pessoas remetidas do Brasil a Portugal pela Inquisição, todas donas de grandes quantidades de bens, que eram imediatamente confiscados.

Nessa época, já estava definida a partilha desses bens: ¼ para a coroa e ¾ para os padres.

---

[40] **Convicta**: acreditava firmemente em outro credo; **ficta**: fingida; **simulada**: falsa; **confitente**: confessou seu crime normal ou sob tortura; **variante**: mudou o depoimento várias vezes; **revogante**: alegou que confessou sob tortura; **impenitente**: não se arrependeu; **pertinaz**: persistente; **profluente**: bom pregador; **diminuta**: tendo muitas culpas, admitiu apenas uma ou poucas; **afirmativo**: defende sua posição de heresia; **negativo**: recusa em reconhecer a culpa; **relapso**: depois de prometer se emendar, foi preso pela segunda vez.

Na Espanha a contagem oficial das vítimas da Inquisição, desde 1481 até em meados do século XIX era:

- 4.656 queimados vivos
- 17.749 queimados em estátua
- 288.194 condenados às galés ou prisão[41]

Até 1732 a Inquisição em Portugal punira 23 mil pessoas e queimara 1.454, segundo dados oficiais. O número dos que morreram nos cárceres é desconhecido. Porém esse número é muito maior porque o Marquês de Pombal, após 1750 mandou destruir todos os prédios da Inquisição e os registros foram todos queimados.

O mesmo sucedeu em 1808, quando Napoleão mandou destruir e queimar todos os imóveis da inquisição.[42]

Na Torre do Tombo, em Portugal estão guardados hoje cerca de 40 mil processos da Inquisição, a espera que algum estudioso se debruce sobre eles e revele ao mundo mais horror do que se sabe atualmente.

---

[41] Ferreal MV - "*Mistérios de la Inquisicion*" - Barcelona 1845

[42] Um relato da destruição da "Casa de la Inquisicion de Madrid" pode ser visto segundo o relatório do coronel polonês ***Lumanousk***, que foi encarregado para a tarefa pelo marechal de Napoleão, ***Soult***. Nele o coronel mostra como foi a resistência de 400 soldados que defendiam a Casa, como entraram no castelo, encontraram os frades fingindo que nada sabiam e descobriram os calabouços secretos ainda com cerca de 100 presos, desde crianças a velhos de 70 anos, esqueléticos e nus. O horror foi tão grande que os soldados enfurecidos pegaram todos os frades e os torturaram até a morte em suas próprias câmaras de tortura. O coronel disse que diante de quadro tão pavoroso, não foi possível evitar a ação dos soldados. Ver: Ferreal MV - "*Mistérios de la Inquisicion*" - Barcelona 1845

"Detenhamo-nos, porém agora um pouco, e discorramos que sociedade ou que povo podia ser feliz, pensar, escrever, discutir, desenvolver-se, engrandecer-se, com uma tão monstruosa instituição, só própria para escudar a maldade e a hipocrisia, e para, com os competentes abusos dos espias ou familiares, satisfazer vinganças individuais, e produzir a desconfiança e a estagnação nas relações de comércio e nas intelectuais também. Nem os reis podiam domar a fúria do tribunal (da inquisição); e não nos devemos admirar de que, nesses tempos de superstição, não pudessem muitos reis arrostar o fanatismo religioso."[43]

[43] Varnhagen- "*História Geral do Brazil*"

Capítulo 5

Portugal no Século XVIII

Os frades sempre tentaram manter a população na mais completa ignorância, enquanto reforçavam a crença em milagres, prodígios e no sobrenatural. Uma dessas crenças espalhadas entre o povo era o Sebastianismo. O Rei D. Sebastião morrera em 1578 em um combate na África, porém como não houve testemunhas de sua morte, os portugueses o consideraram apenas "desaparecido". Os frades convenceram o povo a esperar pela volta de D. Sebastião, que ficou conhecido como "*o messias*", "*o encoberto*" e "*o adormecido*". E todo o povo foi levado na conversa. Essa crendice foi tão forte que até no Brasil, na Guerra dos Canudos e na Guerra do Condestado, se aguardava o surgimento de D. Sebastião para salvar os revoltosos.

Em meados do século XVII, os jesuítas, apoiando D. João IV, criaram a lenda de que o rei era a encarnação de D. Sebastião, para avivar a fé do povaréu e ajudar Portugal a enfrentar a terrível situação que passava.

O país estava arrasado. As extensas regiões cultivadas, agora desoladas e nuas, se restringiam a pequenas áreas cultivadas em torno de aldeias de 40 ou 50 pessoas. A erva daninha tomou conta dos campos, onde pastavam cabras selvagens. As casas vazias e arruinadas estavam por toda parte, ao mesmo tempo em que, em todos os lugares, surgiam toscas cabanas de colmo.

D. João IV, em guerra para se libertar da Espanha faz uma aliança com os ingleses, protestantes e hereges. Estes, tripudiando sobre os portugueses, conseguiram todas as vantagens que queriam. Para isso, até aprisionaram navios que tinham chegado Brasil, no porto de Lisboa, nas barbas do rei.

Este já tinha entregue as colônias aos holandeses, agora entregou Portugal aos ingleses. Os britânicos tinham livre comércio não só em Portugal como nas colônias, Brasil, África e Índia; tinham imunidade, nenhum podia ser preso em Portugal sem a permissão de um juiz da Inglaterra, as mercadorias inglesas pagavam imposto baixo ou nenhum e enquanto houvesse navios ingleses no porto (sempre tinha, pelo menos, um), Portugal não poderia alugar navios de outros países.

Portugal perdeu a dignidade, a independência e foi à bancarrota. Entre 1650 e 1657 conta-nos Oliveira Martins, que o país estava na última penúria:

> *"Famintos e nus em casa, éramos o riso das capitais da Europa. Na Haia, nosso embaixador D. Luiz de Portugal, era perseguido por padeiros e cervejeiros; e, em Paris, Francisco de Souza Coutinho viu a casa penhorada por beleguins. Urbano VIII não quis receber o embaixador de Bragança; a Suécia não reconhecia o que fora para lá mandado; e em Londres, Cromwell invadiu a legação portuguesa para*

> *prender o irmão do embaixador Pantaleão de Sá, que assassinara um burguês."*[44]

A 22 de Outubro de 1689, nascia em Lisboa, *João Francisco Antônio José Bento Bernardo de Bragança,* aquele quem viria a se tornar D. João V, o 24º rei de Portugal.

D. Pedro II, seu pai, rei de Portugal, enfrentava na época muitas dificuldades com o reino, que tinham começado com as guerras da Restauração, quando Portugal conseguiu se livrar da Espanha e se tornar independente.
Foi com D. Pedro II que a Inglaterra conseguiu fincar pé em Portugal e dele nunca mais saiu.

D. Pedro II iniciou seu governo em 1667, tendo consolidado a independência de Portugal, com a ajuda da Inglaterra, quando foi assinado o Tratado de Madrid em 1668, pondo fim às guerras da Restauração iniciadas em 1640.

Nesse tratado, entre vários acordos, Catarina de Bragança, irmã de D. Pedro seria dada em matrimônio a Carlos II, da Inglaterra e as cláusulas desse matrimônio só trouxeram vantagens para a Inglaterra:

- Portugal cedeu Tânger e Bombaim aos ingleses;
- Comprometeu-se a transferir para os ingleses a maioria das praças recuperadas dos holandeses;
- Dividiu com a Inglaterra, 50% comércio da canela;

[44] Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa-1882

- Comprometeu-se instalar famílias inglesas com os mesmos privilégios dos portugueses em Goa, Cochim, Diu, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, com proteção contra a inquisição.

Em troca, a Inglaterra daria suporte militar a Lisboa, protegendo com seus navios, embarcações portuguesas no Mediterrâneo e nas costas de Lisboa e do Porto, com Portugal arcando com as despesas da manutenção desses navios. Note-se a disparidade entre o que a Inglaterra ganhou e o que ela cedeu. Aqui entra em cena, para valer, a Inglaterra, que, como veremos adiante se tornou potência mundial através do ouro brasileiro.

Com a aliança com os ingleses, D. Pedro II fortaleceu a monarquia e enfraqueceu a nobreza, que desde o começo do século vinha se fortalecendo, e arrasou a economia portuguesa.
Em 1671, favoreceu os comerciantes estrangeiros, notadamente os que viviam em Lisboa, dando-lhes o mesmo tratamento que aos comerciantes portugueses e carta de proteção. Isso era necessário porque os judeus tinham sido expulsos e era preciso trazer comerciantes de fora para essa atividade. E esses, geralmente, não eram católicos. Assim, tinham a proteção real contra os inquisidores.

Nesse mesmo ano iniciou um projeto para criar manufaturas no país. Portugal fabricando bens era a última coisa que a Inglaterra queria e o governo inglês iniciou um plano para sabotar os esforços de D. Pedro nesse sentido.

Mas, a sorte parecia estar do lado de D. Pedro, quando logo no começo da década de 1690, se descobre ouro em Caeté, Minas Gerais. Inicia-se aí o "ciclo do ouro" no Brasil.

Em 1693, D. Pedro cria a capitania de São Paulo e Minas Gerais para melhor gerenciar a produção de ouro, que logo após foi encontrado também na Bahia, em Mato Grosso e Goiás.

A exploração de riquezas no Brasil trouxe uma nova e séria gama de responsabilidades à coroa Portuguesa, cuja economia desabava. Jaime Cortesão relata:

> *"Enquanto em Portugal as classes médias, a burguesia comercial e industrial, antes em progresso, ainda que lento, definhavam a olhos vistos em proveito dum clero ostentoso e duma aristocracia dissipadora, e se criava um padrão de vida artificial, sem a base sadia do trabalho e da produção; o ouro do Brasil, país que se transformara de súbito num imenso mercado, ia estimular o trabalho, as indústrias, o sistema monetário e a expansão comercial da Grã Bretanha, contribuindo poderosamente para a formação e desenvolvimento do seu capitalismo industrial."*[45]

Entre 1697 e 1698, D. Pedro reuniu as Cortes (conselhos que reuniam nobres, clérigos e o povo) que apresentaram ao

---

[45] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

monarca um panorama da decadência da economia e os conselhos para que houvesse uma reversão nesse quadro.

Isso já havia sido sugerido pelo Conde da Ericeira, que propunha a criação de indústrias de tecidos e de taxas para as importações. O plano do Conde também incluía disciplina, vida austera, sobriedade, colaboração de todos e cortes nos recursos das ordens monásticas que os estavam absorvendo desenfreadamente.

D. Pedro, alertado para esse perigo, tentou algumas providências sobre a economia portuguesa que agora, dependia quase que totalmente da produção agrícola, da viticultura e do açúcar brasileiro.

Recorramos novamente a Jaime Cortesão:

> *"Se Portugal devia à Restauração de 1640 a renovação da consciência nacional, as mesmas guerras que se lhe seguiram, prolongadas por um quarto de século, e as responsabilidades de manter um vasto império, disseminado ainda por três Oceanos, haviam aumentado o descalabro e os encargos.*
> *O reino continuava a sofrer da carência duma indústria própria que alimentasse as suas e as necessidades das províncias do Ultramar; da falta de preparação para o grande comércio; e, por consequência, duma forte burguesia, que tomasse em mãos, para riqueza própria e do país, as relações econômicas com o Brasil, o Oriente e a África.*
> *Ao passo que, nas outras grandes nações coloniais, como a Inglaterra e Holanda, a burguesia evoluíra*

> *para o capitalismo comercial, com base na expansão imperialista, que apoiava e inspirava, Portugal, desequilibrado na organização social e tributário das indústrias estrangeiras, caminhava para um absolutismo invertebrado, sem a forte medula da burguesia e do comércio marítimo, e para a diminuição da soberania, condicionada pela tutela inglesa."*[46]

Com a chegada do ouro brasileiro, a nobreza tornou-se viciada em luxo e importava os tecidos para depois ostentarem as vestes. A importação de tecidos era um dos itens que mais pesava na carteira da coroa portuguesa e as cortes queriam mais sobriedade. Então:

> *"Os vereadores do Porto, mal contentes com as pragmáticas anteriores pedem que se limitem o número de carruagens e liteiras; o uso de transformar os lacaios dos senhores em gentis-homens, dando-lhes librés esplêndidas; e que só as pessoas conhecidamente nobres usem seda. Denunciam os abusos do clero; a relaxação e a multiplicidade das Províncias das Ordens religiosas; seu aumento constante; a vinculação crescente de bens seculares a essas fundações; as questiúnculas em que ardem os institutos monásticos, com evasão da moeda para Roma, onde vai pagar as sentenças em processos mesquinhos.*

[46] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

> *Veneram a desigualdade da Justiça porque só a experimentavam em seu dano o pobre; e denunciam o grande enfraquecimento do comércio, pela saca que os estrangeiros fazem da moeda de ouro e prata, e a carestia em todos misteres e todos os víveres, de tal forma que não bastam as maiores rendas para os vassalos de S. M. poderem comodamente passar"*[47]

D. Pedro tenta, pois, encontrar uma saída para o impasse econômico, porém enfrenta uma enorme resistência da nobreza, do clero e das classes altas, que sempre se mantiveram às expensas da coroa e não queriam que houvesse mudança nisso.

Então acontece um sério imprevisto. Em 1 de novembro de 1700, morre na Espanha o rei Carlos II. Sem deixar herdeiros, em seu testamento nomeou o neto do rei da França, Luis XIV, como seu sucessor.

Em 15 de novembro de 1700, o rei Luis XIV apresenta na corte em Versailles seu neto, Felipe d'Anjou, como Felipe V, rei da Espanha.

Em 18 de junho de 1701, o rei de Portugal D. Pedro II, reconheceu o rei de Espanha Felipe V, assinando um pacto - o Tratado de Paris - "defensivo e ofensivo" com a Espanha e França.

---

[47] J. Lucio de Azevedo - "*Dissertações Cronológicas*"

Com isso criou-se o mais poderoso bloco de nações da época e a Inglaterra, Holanda e Áustria ficaram temerosos das consequências que poderiam advir de tal aliança.
Portugal, desde 1661, era totalmente dominado pela política inglesa, pois foi com a ajuda da Inglaterra que conseguiu a Restauração, e através de ameaças e pressões levadas a efeito principalmente por John Methwen, o embaixador inglês em Lisboa, D. Pedro ficou em uma situação difícil.

Com o passar do tempo a Inglaterra intimidou Portugal, inclusive com demonstrações de que poderia invadir o país com sua frota que sempre estivera vigilante no Mediterrâneo. Acuado e temeroso, D. Pedro é obrigado a romper o tratado de Paris em setembro de 1702.

Ao mesmo tempo, a Inglaterra e Áustria resolvem que o rei de Espanha seria Carlos de Habsburg, filho do imperador da Áustria, Leopoldo I.

O passo seguinte foi criar um pacto de nações contra a Espanha e França, formado por Inglaterra, Áustria, Holanda e Portugal. Com isso estoura a "***Guerra de Sucessão Espanhola***" que vai se alongar até 1714.

Estamos no ano de 1703. D. Pedro é acometido de um mal que lhe causa frequentes e longos períodos de sonolência. Mas a guerra está sendo disputada e Portugal é o local escolhido para que os aliados penetrem na Espanha.

Em 16 de maio de 1703, Portugal assina dois tratados: um de aliança defensiva com a Inglaterra e Províncias Unidas

(Países Baixos) e outro, defensivo e ofensivo com Inglaterra, Áustria e Holanda.

Em 12 de setembro de 1703, Carlos de Habsburg é aclamado em Viena, como Carlos III, rei de Espanha e começou os preparativos para derrotar Felipe V e conquistar aquele país.

Enquanto isso, em Portugal, D. Pedro está sendo convencido pelos ingleses a dar um passo que destroçaria a nação de uma forma fatal: a assinatura do Tratado de Methwen, o famigerado “***Tratado dos Panos e Vinho***”.

Capítulo 6

O Início do Reinado de D. João V

Em 27 de dezembro de 1703, depois de anos de esforços, a Inglaterra consegue dar o que seria, a longo prazo, o golpe de morte na economia portuguesa: o Tratado de Methwen, nome esse em homenagem ao embaixador inglês em Portugal, John Methwen.

Pequeno, com apenas três cláusulas, é o menor acordo da história política europeia, mas suas consequências foram devastadoras para Portugal e vantajosas ao extremo para a Grã Bretanha.

Resumindo, esse tratado dizia que Portugal "*daqui e para sempre*" se comprometia a importar os tecidos fabricados na Inglaterra e que esta, se comprometia a comprar todo o vinho produzido em Portugal, reduzindo as taxas de importação a 1/3 do que pagavam os vinhos franceses.

Nessa época a manufatura de tecidos de lã era a principal indústria da Inglaterra que contava com uma organização industrial e aparelhagem sem precedentes na Europa. Mas, também era poderosa na indústria siderúrgica e seus artefatos e estes eram exportados juntamente com os tecidos.

Por sua vez, Portugal praticamente não possuía indústrias e com esse acordo a manufatura portuguesa desapareceu,

ficando somente a produção agrícola, agora totalmente voltada à vinícola.

O que o D. Pedro e seus ministros não perceberam - ou perceberam e aceitaram a situação - é que o preço dos tecidos importados e mais outros manufaturados ingleses que chegavam junto a eles, eram largamente superiores ao preço do vinho, fazendo com que houvesse um desequilíbrio na balança comercial entre os dois países.
Estima-se que a relação fosse 2,5 por 1, ou seja, por exemplo, enquanto Portugal exportava 4.000 libras de vinho, importava 10.000 libras de manufaturas da Inglaterra, ficando pois com saldo devedor de 6.000 libras, que era então pago com ouro brasileiro.

Jaime Cortesão relata:

> *"O Tratado de Methwen fizera, com o tempo, do porto de Lisboa um alçapão de mágica por onde o ouro das Minas se escoava para Londres; e a aliança inglesa, conexa com aquele tratado, estava longe de oferecer ao aliado português garantia segura para todas as ameaças exteriores."*[48]

A visão da coroa portuguesa nessa época é que o ouro do Brasil seria inesgotável, podendo assim suprir os gastos de Portugal e também alavancar os países amigos - principalmente a Inglaterra.

---

[48] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

Dessa forma, os produtores agrícolas de Portugal passaram todos para a vinícola, deixando de lado outras culturas. Além disso, como o lucro da venda do vinho era certo, isso impediu que fossem feitos esforços para reavivar outros setores da economia, estagnando assim, completamente o setor econômico. Com o tempo, Portugal passou a exportar somente vinho e a importar tudo, em certas épocas, até azeite. E o déficit da balança comercial foi se agigantando cada vez mais.

D. Pedro II, doente, com 56 anos, ainda estava com outro problema grave em mãos: a guerra de sucessão espanhola.

Apoiando os ingleses, contra a Espanha e França, em 9 de março de 1704 teve que acolher em Lisboa, Carlos III, o rei de Espanha empossado pelos ingleses, com toda a sua corte e seu exército, para que dali pudessem atacar a Espanha na qual o rei Felipe V já estava empossado, para destroná-lo. Portugal foi obrigado a financiar todo esse imenso gasto, utilizando o ouro do Brasil.

A estada de Carlos III em Portugal foi marcada por desordens, anarquia nas tropas, desentendimentos entre comandantes militares e uma população oprimida e sem voz, pois D. Pedro, partidário do absolutismo, deixara de reunir as Cortes desde 1698. Assim, em 30 de abril de 1704, Felipe V declara guerra à Portugal começando as hostilidades.

A guerra se arrasta lentamente. Portugal é vitorioso no início e penetra na Espanha. Em 28 de junho de 1706, o exército português conquista Madrid e coroa Carlos III como rei de

Espanha. Mas, o povo espanhol não aceita o rei austríaco, preferindo apoiar Felipe V.

Porém D. Pedro II está alheio a essas vitórias, pois sua doença o incapacitou definitivamente. Assim, falece em 9 de dezembro de 1706, deixando o trono para seu filho João Francisco, que, aos 17 anos de idade foi levado ao trono como D. João V, o novo rei de Portugal.

D. João V é um dos personagens mais controversos da história portuguesa, sendo denegrido pela maioria dos autores. Eis sua descrição por Joaquim Felício dos Santos:

> *"Estávamos no reinado de D. João V. Príncipe despótico, pusilânime, beato, dissoluto, licencioso, que passava a vida engolfado nos prazeres da sensualidade. Nem os tributos com que em seu tempo se sobrecarregavam os povos, nem os galeões carregados de ouro, que do Brasil corriam para Portugal, chegavam para a sustentação do luxo de sua corte e para as compensações supersticiosas, com que pretendia acalmar os remorsos de uma consciência relaxada. Entretanto a agricultura em Portugal ia em decadência; o comércio e a indústria, aniquilados; o reino, debaixo do domínio dos Ingleses pelo ignóbil e funesto tratado de Methwen, resultado de sua inepta administração, sem regras, sem princípios."*[49]

---

[49] Santos, J Felício - "*Memórias do Distrito Diamantino*"

Jaime Cortesão acredita que o reinado de D. João V, se por um lado foi um desastre, de outro foi benéfico para as artes e cultura de Portugal e para o bem do Brasil.[50]

Já Oliveira Martins pinta um quando negro, chegando a dizer que os jesuítas estavam corrompidos, guiados por fraquezas humanas como superstições, escrúpulos, paixões, ilusões, etc, que depois de instaladas "*tinham apagado a consciência, varrido a inteligência*", e a moral e religião dos homens tinham se resumido a elas.

> *"Foi isso o que o reinado beato e devasso de D. João V veio mostrar, patenteando um sistema de costumes ridículos e nojentos."* [51]

Outra descrição de D. João V nos é fornecida por Marcus Cheke:

> *"O rei Dom João V, que morreu em 1750, foi o Salomão de sua era. Ele esbanjava a imensa fortuna canalizada das minas de ouro e diamantes do Brasil para o seu reino, mantendo um esplendor só comparável ao da corte da França e estabelecendo na catedral de Lisboa um patriarcado que imitava em tudo a pompa e a magnificência da de S. Pedro. Tão religioso quanto amigo da ostentação, permitiu que a igreja adquirisse uma riqueza e uma influência provavelmente sem paralelo na história de qualquer*

[50] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

[51] Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II- Livraria Bertrand - Lisboa-1882

> *outro país cristão. Ele transformou Lisboa numa espécie de cidade santa como Benares, num formigueiro de monges."*[52]

Aos 17 anos, D. João não tinha qualquer experiência no trato mundano, pois sua mãe, desde tenra idade, o criara recluso entre freiras, frades jesuítas e mulheres. Era nervoso, tímido, impressionável e fanático católico, sendo supersticioso ao extremo, respeitoso com a Inquisição, a qual dava todo apoio, e servo dedicado dos jesuítas.

Admirava incondicionalmente o rei Luis XIV da França (apelidado de *Rei Sol*, por seu amor ao luxo e à pompa) e queria se igualar a ele em luxo e riqueza. Adorava viver fazendo despesas excessivas, usufruindo comodidades caras e supérfluas, com gosto do fausto e desejo de ostentação. Recebeu por isso as alcunhas de "*Rei Sol Português*" e "*O Magnânimo*".

Na história ficou também conhecido como "*O Freirático*" e comprou do Papa Bento XIV o título de "*Sua Majestade Fidelíssima*", como veremos mais adiante. E sendo assim, assume um reino com três gravíssimos problemas:

- A Guerra de Sucessão Espanhola
- A economia do reino afundando, pelos dispêndios com a guerra, com as consequências do Tratado de Methwen, com os gastos com o luxo do corte e com as despesas com as colônias de além-mar;

[52] Cheke, Marcus - "*Carlota Joaquina*" - Livraria José Olympio - 1949

- A defesa das colônias, principalmente Sacramento, que era alvo dos espanhóis.

O tesouro estava exaurido: a produção agrícola diminuída; fábricas e oficinas desamparadas, o comércio regulado pelos ingleses, que sabotavam Portugal; e enquanto o povo - agricultores, mecânicos, pequenos proprietários e o baixo clero - sofria as misérias e dores impostas pela guerra e pela inquisição, uma fidalguia disputava com unhas e dentes junto ao trono os postos de maior fortuna ou poderio.

Então, a 1 de janeiro de 1707, ocorre a aclamação do novo rei, com apenas 18 anos de idade. Nesse dia, Portugal foi apresentado à pompa e luxo com que o novo rei se cercaria daí por diante. Eis um trecho do relato de D. Tomás de Almeida, o bispo Escrivão da Puridade:

> *"Um majestoso teatro junto à segunda galeria dos Paços Reais tinha o pavimento coberto de preciosas alcatifas da Índia, paredes, teto, colunas, janelas de brocados, veludos, damascos, sedas de variadas cores, franjadas de ouro e riquíssimas armações de panos de ras, tecidos de ouro e seda, tendo bordadas em ouro e prata as Quinas Reais de Portugal.*
> *A uma hora depois do meio dia baixou do seu aposento o Sereníssimo Príncipe com a opa roçagante de tela de prata com flores de ouro, forrada de outra tela carmesim com flores do mesmo e vestido de veludo com abotoaduras de diamantes de grande valor, o hábito da Ordem de Cristo, espadim da*

> *mesma sorte e no chapéu uma joia que prendia toda a aba dele."*

Enquanto D. João subia ao trono com festanças luxuosas, os combates da guerra de sucessão se intensificavam. Em 24 de abril de 1707, o exército franco-espanhol começou a virar a situação, com uma grande vitória em *Almansa* e ameaçando a parte norte de Portugal.

A guerra de Sucessão continua com vitórias francesas em 1709. Em 17 de abril de 1711, morre na Áustria o Imperador José I, irmão de Carlos III. Este, então, abandona a Espanha e a guerra para se tornar imperador do império Germânico, com o título de Carlos VI. Isso contribuiu para desanimar por completo a aliança que batalhava contra Felipe V. Assim, em 1712 os ingleses saem do conflito e, com a retirada das tropas inglesas, a França vence a batalha de *Denain*, praticamente pondo fim às hostilidades.

Assim, em 07 de novembro de 1712, Portugal assinou armistícios com a França e Espanha. Em 11 de abril de 1713, Portugal assina um tratado com a França - o *Primeiro Tratado de Utrecht* - e em 6 de fevereiro de 1715, outro com a Espanha - o *Segundo Tratado de Utrecht.*
O comportamento da Inglaterra desilude alguns, como D. João Gomes da Silva, o conde de Tarouca, representante de Portugal nos Tratados de Utrecht, que escreveu: "*A Inglaterra só cuida da sua paz, sem consideração alguma aos interesses dos demais aliados."*

Já Sebastião José de Carvalho e Melo, o grande Marquês de Pombal, disse: “*o inglês imagina que nasceu para ser o senhor dos cabedais do mundo*”

Não se concebe como a Inglaterra conseguiu tantas vantagens. De fato, Portugal e Espanha saíram perdedores com os tais tratados. Senão vejamos:

- Felipe V conservou a coroa de Espanha, mas foi obrigado a renunciar à sucessão francesa
- A Espanha conserva suas colônias ultramarinas
- A França continuaria com seu território
- Portugal teria a soberania sobre a América Portuguesa, na região compreendida entre os rios Amazonas e Oiapoque.
- A Espanha devolveria à Portugal a colônia de Sacramento (atual Uruguai)
- Portugal devolveria à Espanha, Puebla e Albuquerque
- A Espanha teve que ceder para a Inglaterra a ilha Menorca, o rochedo de Gibraltar, a Terra Nova (*Newfoundland*), e a Acádia
- A França teve que ceder à Inglaterra a baía de Hudson e St. Kitts (a ilha de São Cristóvão, no Caribe)
- A França teve de ceder à Áustria todo o sul dos países baixos
- A França teve de ceder ao duque de Savoia a Sicília e terras ao norte da Itália
- A Inglaterra ganhou o direito de fazer o comércio de escravos para a América espanhola.

Mesmo assim, D. João continuou acreditando que o apoio da Inglaterra com sua armada era de grande importância para manter a segurança das colônias ultramarinas, e reafirmou sua aliança com os ingleses.

Um panorama da situação mostra como a Inglaterra dominou completamente a França, Portugal e Espanha com esses tratados, conseguindo territórios importantes como Gibraltar, conseguindo colônias na América do Norte, tomando sem qualquer esforço o ouro do Brasil que Portugal recolhia com as maiores dificuldades, arrasando com a economia de Portugal, dominando a navegação no Atlântico Norte, quer através da pirataria, cujos navios atacavam os cargueiros espanhóis de prata e os portugueses e franceses de mercadorias e ouro, ou de patrulhamento de sua armada oficial e usufruindo do monopólio do comércio de escravos para as colônias portuguesas e espanholas.

Capítulo 7

O Cofre de D. João V

No final da guerra de Sucessão, em 1715, D. João V tem 26 anos. Sem a preocupação da guerra e com a segurança dos carregamentos de ouro que chegam do Brasil, ele entra então num período de glória, de paz e de uma fatal ilusão de prosperidade.

D. João passou toda infância e adolescência numa corte onde sempre houve necessidade de dinheiro, sobrando o sofrimento acarretado pelas guerras e reveses. Agora, entretanto, estava deslumbrado pela paz supostamente garantida pela Inglaterra e pelos tesouros que provinham das minas do Brasil. E com isso, devido a seu caráter pusilânime, perdeu a cabeça e se esbaldou de todas as formas que o absolutismo real e a debilidade moral da corte lhe permitiam.

O reinado de D. João V transcorreu inteiramente numa época sem guerras. Foram 38 anos de paz que, entre outras consequências, trouxe um aumento considerável na população de Portugal e um aumento da riqueza pública proporcionada pelo ouro e pedras preciosas do Brasil.

A abundância propiciada pelo Brasil transformou a sociedade portuguesa, que abandonou as atividades normais e produtivas para abraçar as exóticas, frívolas, improdutivas e parasitas.

Na idade média a burguesia produtiva, abrangendo mercadores e armadores de navios partilhavam com a nobreza os lucros do tráfico marítimo, o que consolidou os laços de unidade nacional e aprimorou o caráter da nação. No século XVI, essa burguesia definhou consideravelmente, deslocada pela nobreza que havia se tornado praticamente a única beneficiária com o comércio marítimo.
Essa nobreza, para manter-se em posição, aliou-se com o alto clero, repartindo com a Igreja seus lucros, privilégios e poder político. A marinha mercante, fruto do esforço das outras classes da sociedade, afunda e muitos portos são fechados.

Após a guerra de Sucessão as manufaturas portuguesas praticamente desapareceram e tudo era importado da Inglaterra[53]. Portugal continuava a exportar açúcar (brasileiro), sal, vinhos e frutas, mas seu comércio marítimo estava abalado ao extremo.
A Inglaterra inunda Portugal com as mais variadas mercadorias e gêneros alimentícios, além de tecidos, enquanto, quebrando o tratado de Methwen, taxa os produtos portugueses que chegam a Londres.

Por outro lado, os comerciantes ingleses que vivem em Portugal, protegidos desde o tempo de D. Pedro II, se apoderam de toda a exportação de vinhos. Além de dominarem esse setor, adulteram os vinhos que serão exportados, fazendo cair sua qualidade, e, por conseguinte, a sua demanda.

---

[53] Oliveira Martins nos conta que "*até o pão para Lisboa vinha da Inglaterra*" Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II -- Livraria Bertrand - Lisboa-1882

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, escreveu:

> *À proporção dos tratados em que nos foi permitido o mesmo comércio na aparência, foi a Inglaterra multiplicando os impostos e os impedimentos (...) de sorte que não só não podemos levar a nenhum porto de Inglaterra manufatura ou produção alguma do nosso continente ou das nossas conquistas, mas (o que mais é) que os vassalos de S. Majestade não podem nem ainda extrair as mesmas manufaturas e os mesmos frutos da Inglaterra e das suas conquistas, sendo por isso obrigados a vender e comprar aqui (em Lisboa) tudo pela mão dos ingleses."*[54]

Portugal começa então a importar, quase que exclusivamente da Inglaterra, manufaturas e gêneros de toda espécie, incluindo trigo, cevada, farinha, lentilha, feijão, favas, manteiga, queijos, carnes, macarrão, etc. Em certos anos, até o azeite, orgulho de Portugal, também foi importado.

O governo de D. João V, a partir de 1720, favorecia os comerciantes estrangeiros de trigo, isentando-os de impostos, das garras da inquisição e até mesmo pagando sua hospedagem.

O mesmo Marquês de Pombal afirma que, já em 1713, a Inglaterra tirava anualmente de Portugal mais de 10 milhões de cruzados. (Isso equivalia a 9,8 toneladas de ouro!)

---

[54] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

O ouro no Brasil fez com que a produção de açúcar e fumo despencasse. Portugal não se importou muito, pois estava economizando em navios, pois um navio carregado de ouro era infinitamente mais rentável que um carregado de açúcar. Com isso, diminui a produção agrícola e sua marinha mercante.
A falta de navios fez com que o comércio português ficasse inteiramente nas mãos de estrangeiros, a maioria ingleses, que lucravam exorbitantemente com isso. A carestia se instalou em Portugal. Todos os gêneros alimentícios, apesar de abundantes, estavam em um alto patamar de preço.
O rei, D. João V, segundo historiadores franceses, governa manipulado por um jesuíta, o padre Luís Gonçalves, partidário dos Ingleses e da Áustria. Vive em um luxo esfuziante. [55]

---

[55] Por curiosidade transcrevo aqui o que era servido na mesa de D. João V, em um dia normal: *«Domingos Rodrigues, cozinheiro de S. Majestade, na sua "Arte de Cozinha", impressa em 1732, já em 3ª edição, fornece receitas e o menu básico servido semanalmente à D. João V. Eis o menu para quinta feira:*
"COMER PARA A QUINTA FEIRA
1ª iguaria - Caldo de gallinha com sopas, como acima.
2 ª iguaria - Leitões assados, guarnecidos com gallinholas.
3 ª iguaria - Pombos com cardo em fricassé.
4 ª iguaria - Pernas de carneiro de casio.
5 ª iguaria - Empadas de peru sem osso.
6 ª iguaria - Pasteis folhados de coelho.
7 ª iguaria - Olha podrida em massa, que é a melhor de todas.
8 ª iguaria - Leite em siricaia.
Advirto que para as gallinhas que ficam de caldo, se hão de mandar à mesa um dia sobre cuscus, outro sobre fideos, outro sobre letria, outro sobre arroz.»
Branco, M Bernardes - "*Portugal na Epocha de D. João V*" - Livraria de Antonio Maria Pereira- Lisboa - 1885
Obs: Olha Podrida - comida de origem espanhola, feita com carne, toucinho e legumes, a que se acrescentam presunto, carne de ave, embutidos e temperos; Siricaia: manjar preparado basicamente com ovos, leite e açúcar; Cardo: alcachofra; Fideo e letria: tipos de espaguete

Depois da guerra de Sucessão, torna-se um déspota absolutista, devasso, dilapidador dos tesouros do Brasil, gastando grande parte do tesouro em opulência na corte e em obras de igrejas, capelas e doações ao Papa.

Recebe o apelido de *freirático*. Explicando. A mulher em Portugal, até a descoberta do ouro no Brasil era extremamente reprimida, vivendo de forma islâmica: trancada dentro de casa, sem autorização para falar com estranhos e sem poder escolher com quem se casará.

Com a descoberta do ouro e a partir de 1710, começou uma corrida e os homens de Portugal partiram para o Brasil em busca do metal. Estima-se que no século XVIII, saíram de Portugal 800 mil homens, de uma população total de cerca de 2,6 milhões de pessoas. Ou seja, chegaram em média ao Brasil, naquele século, cerca de 7 mil homens portugueses por ano.

Então, as mulheres que ficavam em Portugal foram obrigadas a batalhar pela vida e criar os filhos. A sua maior ocupação era a produção de rendas, um trabalho que era feito em casa e que bastava para o sustento da família. Até isso foi proibido mais tarde por D. João.

Sobravam mulheres em Portugal e o costume de todos era que aquelas que não conseguiam se casar eram mandadas para

conventos, que se tornam o parque de diversão dos nobres.[56] Todo moço nobre, portanto, frequentava os conventos em busca de freiras. Eram conhecidos então como "freiráticos".
D. João V não fugiu a regra e por gostar muito desse passatempo recebeu tal título. Além disso, sua mulher D. Maria Ana, da Áustria, irmã do imperador Carlos VI da Áustria, era de uma fealdade incomum. Mais uma razão para o rei manter casos e casos extraconjugais. É emblemático seu romance com Madre Paula (Paula Teresa da Silva e Almeida) do convento de Odivellas, de quem teve um dos vários filhos naturais (ilegítimos), os chamados "*Meninos de Palhavã*". [57]

Sobre o Convento de Odivellas, Oliveira Martins conta-nos:

> *"(...) um cubículo misterioso em Odivellas, onde o sibarita dava largas à concupiscência, fundindo num só os amores da carne e os do incenso, numa embriaguez dolente e sensual, cheia do misticismo doce. O jesuíta preparara, ao rei e a todos, esses recessos misteriosos, alcovas perfumadas vestidas de imagens piedosas, onde se exercia o culto de todos os amores, sem pecado, num arroubo de semivida de*

[56] A propósito, escrevia D. Luis da Cunha: 'Se é grande o prejuízo que os conventos de frades fazem a Portugal, não há menos o que lhe provém dos conventos de freiras, cujos pais por não terem bastantes bens para as casarem com igualdade, as forçam a tomarem aquele estado, dando-lhes por dotes, além dos votos que fazem, a desesperação com que as põem e por isso são outras tantas mulheres públicas, pelo modo que o podem ser, de que é bastante prova o justo rigor, com que sua Majestade castiga os que com elas tem algum comércio, por se supor que o não pode haver inocentes (Instruções inéditas a Marco Antônio de Azevedo Coutinho, Coimbra. 1930. pág. 49). Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

[57] Todos os meninos de Palhavã, 3, foram filhos de freiras - Branco, M Bernardes - "*Portugal na Epocha de D. João V*" - Livraria de Antonio Maria Pereira- Lisboa - 1885

delicias. O místico levava o rei até à porta, abria-a, sumia-se murmurando rezas untuosas... (...) É verdade que D. João V perdia a cabeça por todas as mulheres. Mas a sua verdadeira paixão estava em Odivellas, o ninho da madre Paula. Mandara fazer um apartamento precioso, para guardar os seus amores. Madre Paula e a irmã Maria da Luz viviam juntas, nesse fofo recinto preparado para todas as voluptuosidades. Todo o luxo da época se acumulara no palacete misterioso e maravilhoso: as talhas douradas, os mosaicos de Itália, os charões da Índia, os móveis de ébano embutidos de marfim, os espelhos do Veneza, os cristais, as cambraias, as rendas, as pratas e ouros, as franjas pesadas, os estofos de melania (a fazenda da moda) e as sedas adamascadas que revestiam as paredes. As duas irmãs dormiam no mesmo quarto, e entre as camas tinham duas pias de prata, com água benta, para se persignarem. (...) A embriaguez devota não excedia, porém, o desvario lúbrico da sala cor de fogo, onde a sensível odalisca, brevemente vestida do rendas, era servida pelas suas criadas mulatas, com argolas de ouro nas orelhas... O rei entrava o saia, sem se esconder, sem recear que o vissem. Todo o convento o conhecia e lhe beijava, reverentemente, a mão. Perto do palácio porém rebuçava-se por decoro: era ao Arco-dos-pregos, e o Cucolim, ao contar as idas para Odivellas, dizia — ali perde a vergonha!"[58]

[58] Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II-- Livraria Bertrand - Lisboa-1882

Os nobres, a começar pelo rei estavam tão profundamente envolvidos com a religião - beatério - que seu comportamento ficou marcado na história:

> *"A par do beatério caminhava a relaxação de costumes, sendo o próprio rei quem dava o detestável exemplo de frequentar os conventos para fazer a corte a freiras, e tendo amantes nos mosteiros. E a dissolução de costumes era tal que na obra "L'Etat présent da Royaume de Portugal em l'année 1767" se leem estas palavras, que traduzimos do original francês : «Todos os conventos de Portugal tem por modelo o de Odivellas, onde trezentas freiras belas e namoradeiras formavam o serralho de D. João V, de onde saíram todos os bastardos deste rei; e as quais tinham, cada uma, um ou vários amantes para com eles se distraírem. Estas religiosas, sempre ataviadas, nunca usando dos seus fatos de religião, cobertas de alvaiade, de enfeites e de diamantes, animavam o mais refinado galanteio e passavam por serem as amantes mais atraentes da nobreza portuguesa. E foi este escândalo o que mais se via exposto aos rigores do marquês de Pombal. Tanto os padres portugueses como as freiras portuguesas podem ser havidos como os mais libertinos de toda a Cristandade».*[59]

Em um sermão que pregou D. Raphael Bluteau na igreja dos Caetanos em 1723, destacamos:

---

[59] Branco, M Bernardes - "*Portugal na Epocha de D. João V*" - Livraria de Antonio Maria Pereira- Lisboa - 1885

"Em Lisboa, celebérrimo empório da Europa, a conveniência do comércio desperta e fomenta a cobiça dos negociantes. A Lisboa trazem os estrangeiros heterodoxos, com suas mercancias, os vícios das suas terras, juntamente com os erros das suas seitas, e publicamente os professam.
Em Lisboa a rabulice e maliciosa sutileza dos litigantes perpetua os pleitos, e com trapaças, coligações ou conluios eterniza inimizades.
Em Lisboa, a suavidade do clima afemina os ânimos e a delícias ilícitas os inclina.
Em Lisboa, com os ódios inveterados ou com fúrias repentinas muita gente se mata e uma das razões das muitas mortes é que os ofendidos, supondo que a justiça não castigará aos que os agravaram, com suas próprias mãos fazem justiça.
Em Lisboa por uma folha de papel a que chamam carta de seguro o mais cruel homicídio se abafa.
Em Lisboa qualquer sombra de infidelidade no tálamo conjugal afia o punhal para o desagravo, e o matar mulheres é ponto de honra.
Em Lisboa, negros e vilões, quando não tem padrinhos talvez se castigam: para homens de bem, quando obram mal, raro é o castigo.
(...) Em Lisboa para certos sujeitos o não pagar dividas é nobreza e o fazer esmolas é baixeza. Em Lisboa o perdoar agravos é fraqueza, e o vingar-se deles é fidalguia (...)"[60]

[60] Branco, M Bernardes - "*Portugal na Epocha de D. João V*" - Livraria de Antonio Maria Pereira- Lisboa - 1885

Muitos historiadores acusam D. João V de gastar o ouro do Brasil com inutilidades sacras. Por não ter filhos durante os dois primeiros anos de casado fez uma promessa a Santo Antônio para ter herdeiros (teve 5). Com a chegada do primeiro, cumpriu a promessa e construiu o convento de Mafra, ao qual Oliveira Martins se referiu: "*Mafra devorou em dinheiro e gente mais do que Portugal valia*." Estima-se que Mafra consumiu um terço dos quintos apurados com o ouro do Brasil, em todo o reinado de D. João V.[61]

Esbanjou milhões de cruzados com donativos ao Papa. Só pelo título de "*Fidelíssimo*" pagou vários milhões ao Papa. Gastou ouro para construir o aqueduto de Lisboa, para pagar ao Papa para que instalasse um Patriarcado em Lisboa em sua capela particular e para a construção da capela de São João Batista.

Estima-se que pagou para Roma uma soma total superior a 200 milhões de cruzados. Para os frades, conventos e igreja, em Portugal, não há estimativa precisa, mas foram também vários milhões de cruzados. Alexandre de Gusmão, o secretário do rei, se desesperava: *"A fradaria nos absorve, a fradaria suga tudo, a fradaria nos arruína!"* [62]

Lembrar que 1 milhão de cruzados era aproximadamente o valor de 1 tonelada de ouro.

Eis o que conta Oliveira Martins:

---

[61] Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa-1882

[62] Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II- Livraria Bertrand - Lisboa-1882

> *"D. João V recebeu do Brasil, na totalidade, 130 milhões de cruzados, 100 mil moedas de ouro, 315 marcos de prata, 24,5 mil marcos de ouro, 700 arrobas de ouro em pó, 392 oitavas de ouro, 40 milhões de cruzados em diamantes, fora os quintos e o pau brasil que rendiam por ano, 1 milhão e meio de cruzados."* [63]

Mas, D. João, a bem da verdade, também utilizou o ouro para obras úteis ao Brasil, tais como ouro para pagar ao Papa Bento XIV para conseguir as dioceses de Mariana e São Paulo e das prelazias de Goias e Cuiabá. Esses atos foram de extrema utilidade ao Brasil, pois assim a Santa Sé estava reconhecendo a expansão bandeirante para o sul e oeste em terras que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha.

O ouro também serviu para que Portugal fosse reconhecido como potência mundial, tendo expoentes diplomáticos em seus quadros nas embaixadas de Londres, Madrid, Roma, Paris e Amsterdam.

Com ouro, D. João pagou a colonização de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mandando para essas localidades milhares de casais açoreanos e gastou muito para manter a colônia de Sacramento. Pagou cartógrafos para elaborar o "Novo Atlas do Brasil", e finalmente recorramos novamente a Jaime Cortesão:

---

[63] Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II- Livraria Bertrand - Lisboa-1882

> *"O ouro permitiu a D. João V — e é o que iremos ver e se desconhece inteiramente — presidir à preparação científica do Tratado de Madrid, ou melhor, à renovação da cultura geográfica, astronômica e cartográfica do país, o que iria dar a Alexandre de Gusmão a possibilidade de assentar o novo convênio sobre a negação do Tratado de Tordesilhas. O ouro permitiu-lhe formar o escol de engenheiros, astrônomos e cartógrafos, que durante o seu reinado e no seguinte iriam fortificar e cartografar, não só as costas, mas as fronteiras terrestres do Brasil, fato essencial para a compreensão da história luso-brasileira, nesse período.*
> *Com o ouro renovou ou fundou praças e fortalezas, ao longo de toda a costa do Brasil, e, sobretudo, desde o Rio de Janeiro para o Sul, onde se construíram, sob as ordens de um dos melhores e mais experimentados engenheiros portugueses, José da Silva Pais, as defesas da Ilha de Santa Catarina e os fortes do Rio Grande e São Miguel. Com o ouro, enfim, recrutou na Itália, Alemanha e Suíça os dezenas de engenheiros, geógrafos, astrônomos e cartógrafos, que haviam de realizar no terreno o tratado negociado em 1750."*[64]

Porém, o reinado de D. João V foi muito mais desastroso que benéfico. D. Luis da Cunha, embaixador de Portugal na França, em seu "*Testamento Político*" aconselha o futuro rei, o príncipe D. José, a utilizar os serviços do Marquês de

[64] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

Pombal, como único homem a ter condições de melhorar a pátria:

> *"Achará muitas terras usurpadas ao comum, outras incultas, os caminhos intransitáveis.* ***A terça parte de Portugal é propriedade da Igreja*** *que não contribui para a segurança e defesa do Estado; é dos cabidos das dioceses, dos colegiados, dos priorados, das abadias, das capelas, dos conventos de frades e freiras. Achará que o reino não é povoado."*[65]

[65] Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II- Livraria Bertrand - Lisboa-1882

Capítulo 8

A Tributação no Brasil

Em meados de 1530 surgiu o primeiro imposto a ser cobrado no território brasileiro, relativo ao único produto extraído da colônia: o pau-brasil. Este imposto era de 20% da madeira coletada. Os responsáveis por fiscalizar a extração e cobrar esse imposto para a coroa eram os "*rendeiros*" ou "*cobradores de rendas*"

Esses rendeiros eram nomeados pela coroa portuguesa com direitos absolutos no local da extração da madeira: podiam punir, prender e aplicar sanções a todos, principalmente aqueles que atrasassem ou se recusassem a pagar os impostos determinados.

No período de 1530 a 1550 passou a ser emitida a Carta de Foral, ou simplesmente Foral, um documento real utilizado pelo império português, com a finalidade de gerenciar a colônia. Constava de:

- alíquotas a serem cobradas sobre produtos extrativistas, ouro, escravos e comércio.
- Um tipo de código tributário
- Tributos comuns, ordinários

- Tributos de caráter excepcional ou urgente, na forma de soldo para as tropas e despesas para construção de fortalezas[66]

Em seguida, com a nomeação e vinda do Governador Geral, os sesmeiros passaram também a pagar tributos.

> *"O Governador os fará demarcar (terras incultas) e, logo que estiver de assento, da-las-á de Sesmaria a quem quiser, nunca maior porção que a cada um for possível aproveitar, sob a condição de virem os sesmeiros residir na Bahia e de não alienarem as terras durante os três primeiros anos."* [67]

Os primeiros tributos impostos aos sesmeiros foram:

- Vintena (20%) sobre o pau-brasil, especiarias e drogas (produtos medicinais).
- Direitos de Portagem nos rios.
- Donativos e a terça parte dos ofícios.
- Contrato dos dízimos.
- Contrato das entradas.
- Dízimos das colheitas e do comércio com o exterior.
- Foros, rendas e direitos para os alcaides-mores.
- Pensão anual de 500 réis devidas pelos tabeliões das vilas e povoações das capitanias.

[66] Saraiva, J Hermano - "*História Concisa de Portugal*"
[67] Ferreira, Benedito - "*História da Tributação no Brasil, Causas e Efeitos*"

Veja que tudo era taxado. Ou seja, antes de completar 100 anos, a fúria arrecadadora de impostos da coroa portuguesa já dominava o Brasil. E mais, quando faltava dinheiro a população era taxada pelas tais "doações".

Como ressaltado anteriormente a principal tarefa dos Governadores à época, era arrecadar. Tanto é que, quando a arrecadação desses impostos não mais era satisfatória, apelavam para outros artifícios, como instituir o monopólio legal e total da economia, criando em meados de 1649 a Companhia Geral do Comércio, com o privilégio de controlar todo o comércio da Colônia.

Os impostos arrasavam. O Historiador Benedito Ferreira dizia que o preço sobre o açúcar produzido na Colônia foi espantoso, entretanto, as tributações eram absurdas, mas, mesmo assim continuavam a plantar a cana e montar os engenhos para a produção do açúcar.

O sistema tributário era completamente confuso e fraudado. Havia moedas falsas, desonestidade dos funcionários, leis absurdas, corrupção, compra de favores, etc. A par disso a arrecadação toda era para beneficiar só a Metrópole, nada trazendo de progresso para a colônia.
Com muito ouro à disposição a Coroa cria o Banco Proclamação em 11/02/1701, em seguida sendo criado o "*Regimento das Terras Minerais do Estado do Brasil*". Onde também foi criada a figura do Provedor das Minas, atribuindo-lhe a função de regulamentar toda a matéria.

Porém, as dificuldades eram grandes na colônia. Os "mascates" viajavam de vila em vila, vendendo gêneros

manufaturados dos grandes centros a exemplo de água de cheiro, o sabão, tecidos estampados e outros produtos de subsistência. E como ninguém tinha dinheiro para pagar aquelas compras que eram feitas, na volta de sua viagem e na hora da cobrança, como não havia o dinheiro, eles recolhiam as "*tramas*": os bens e animais que recebiam em pagamento de suas mercadorias.

Com as lutas desencadeadas entre pequenos e grandes mineradores pela posse das minas, novas e drásticas medidas e novos tributos foram decretados, aumentando a receita provinda do ouro de maneira tão substancial que já era a maior contribuição para a Fazenda Real. Esta chegou a instituir salários vultosos para seus funcionários objetivando o controle geral e aumentar a arrecadação da Coroa. Houve muitos confrontos entre mineradores e provedores para se estabelecer o sistema de cobrança.

Com o aumento da extração aurífera, ampliou-se também a carga fiscal sobre a atividade. A pressão tributária da Coroa portuguesa levou a montagem de um complexo aparato burocrático nos centros de mineração, cujo objetivo era, em última instância, estabelecer um rígido controle para se evitar a sonegação e ampliar ao máximo as receitas do próprio Estado.

Assim, diversos impostos foram sendo criados, destacando-se:

- Capitação: imposto instituído em 1703 e cobrado sobre o número de escravos utilizados no garimpo. Previa a

cobrança de 17 gramas de ouro por escravo. Era cobrado semestralmente.

- Fintas: sistema de cotas anuais de arrecadação do quinto, instituído em 1713, com seu valor fixado em 30 arrobas (450 quilos de ouro).
- Quinto régio do ouro: tributo cobrado pelo Estado sobre o ouro extraído e que equivalia a 20% do total declarado pelo minerador.
- Quinto sobre pedras preciosas, prata, cobre chumbo, estanho, etc.
- Bateia: instituído em 1715, consistia num tributo por bateia (tipo de gamela utilizada para separar o ouro do cascalho e que foi o principal instrumento utilizado na mineração), cobrado de cada minerador e equivalente a 40 gramas de ouro em pó.
- Direito de entrada: criado em 1710, era pago nas três passagens legais que vinham do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia; incidia sobre os produtos "secos" (material agrícola, ferramentas, tecidos, roupas, mobiliário) e os "molhados" (vinho, azeite e alimentos).
- Direito de passagem: criado em 1711, era uma espécie de pedágio e incida sobre os indivíduos e os animais em trânsito para as Minas Gerais.
- Derrama: instituído em 1765, consistia na cobrança oficial e forçada dos quintos em atraso que, a partir de 1750, deveriam alcançar, pelo menos, 100 arrobas (1,5 mil quilos) anuais para toda a capitania de Minas Gerais.

Ou seja, a esses novos impostos vieram se juntar aqueles já descritos anteriormente na página 97. Então, vemos que cobrar impostos até esgotar o cidadão é coisa que vem desde o descobrimento do Brasil. Vejamos.

Lingotes de ouro quintados

A “*finta*” era um tributo ocasional e provisório, mas detestado e sonegado de todas as formas possíveis. Era um imposto cobrado de cada cidadão, segundo as suas posses ou rendas, destinado a custear construções de obras de uso comum como pontes, estradas, provimento de tropas militares que transitavam de passagem para outras capitanias, construções de igrejas, bem como para cobrir gastos supérfluos de autoridades coloniais. Ou seja, apesar de provisório deveria ser constante, pois o alcaide-mor (equivalente a prefeito) o lançava quando um dos acontecimentos acima se realizava.

O quinto de ouro era cobrado nas Casas de Fundição (1719), onde todo o ouro produzido na capitania deveria ser fundido, quintado, isto é, retirada a quinta parte pertencente à Coroa; em seguida, ele era transformado em barras de tamanho e peso variáveis, que eram marcadas com o selo real e, posteriormente, devolvidas aos seus proprietários. As primeiras Casas de Fundição foram instaladas em Vila Rica, Sabará e São João Del Rei (nome dado em homenagem ao rei perdulário D. João V)

O Quinto Real consistia na cobrança de um quinto, ou 20%, do ouro que os proprietários de escravos conseguissem extrair. Mas, a quantidade a ser paga pelos súditos ao Rei era estipulada pelos termos das juntas, variando de ano para ano. A base de cálculo era referente ao número de escravos de um minerador, sendo fixado a cada ano o valor a ser pago sobre o escravo. A cobrança era realizada diretamente pelas Câmaras ou através de procuradores nomeados por ela.

De 1700 a 1713 vigorou na região mineradora o sistema de pagamento do ouro em pó, não podendo ninguém levá-lo para fora dos registros[68] sem guia comprobatória da quintação.

Antônio de Albuquerque, primeiro governador da capitania, resolveu adotar em 1710, o sistema de cobrança por bateias, na razão de 8 a 10 oitavas por bateia. Esse sistema era capitação disfarçada e gerou enorme injustiça, pois não taxava o ouro produzido, mas sim a quantidade de escravos. "*Os mineiros que encontravam pouco ou nenhum ouro em suas lavagens pagavam tanto quanto os que encontravam em abundância.*"[69]

Já a "derrama", atingia a todos sem distinção. Este era cobrado quando o quinto do ouro não atingia a cota previamente estabelecida pela Coroa, forçando os colonos, os não defraudadores do fisco, e os que não se dedicavam a mineração do ouro, a arcar com 20% destinados ao erário Real. Ou seja, todo o povo arcava com tal tributo.

Por esse motivo a derrama era temida e odiada, porque principalmente sabia-se que essa tributação seria destinada aos confortos das autoridades coloniais, doações para a igreja e toda outra sorte de aplicações, todos anatemizados pelos cidadãos.

Os quintos representam apenas uma parte do regime fiscal: havia mais os dízimos, os direitos das entradas, as passagens

[68] Registros eram postos à beira dos caminhos, em locais apropriados, para recolher impostos das mercadorias que transitavam pela estrada. Semelhantes aos pedágios atuais.

[69] Boxer, C Ralph - "*The Golden Age of Brazil*"- University of California Press - 1962

dos rios. Os dízimos, estabelecidos em 1704, rendiam no tempo de Teixeira Coelho[70] mais de sessenta contos anuais: para os seis anos e cinco meses decorrentes do primeiro de agosto de 1777 ao último de dezembro de 1783 o contrato foi arrematado por 388 contos (cerca de 950 kg de ouro)

Os direitos de entrada cobravam-se nos registros do caminho novo, da Mantiqueira, do Itajubá, do Jaguará, do Ouro-fino, do Jacuí, de Sete Lagoas, do Jequitibá, do Zabelê, do Ribeirão da Areia, de Nazaré, de Olhos d'Água, de S. Luís, de Santo Antônio, de Santa Isabel, do Pé do morro, do Rebelo, do Inhacica, do Caeté-mirim, do Galheiro, do Bom-Jardim, de Simão Vieira, de Jequitinhonha, de Itacambira, do rio Pardo.

Pagavam entrada os escravos introduzidos pela primeira vez, cabeças de gado vacum, muar ou cavalar, e as cargas de fazenda seca ou molhada. O rendimento das entradas em 1776 foi de mais de cento e quarenta e sete contos.

Pagava-se passagem nos rios Sapucaí, Verde, Mortes, Grande, Paraopeba, Velhas, Urucuia, Baependi, Pará, São Francisco, Jequitinhonha. Ofícios de justiça e fazenda pagavam também donativos, tenças[71] e novos direitos.

Na constância da derrama surgiram os primeiros fenômenos da decadência da mineração. Explicaram-na pelos extravios cada vez mais numerosos, graças à multiplicidade de vias de

---

[70] Desembargador José João Teixeira Coelho, intendente do ouro da Casa de Fundição de Vila Rica e que serviu na secretaria de governo a quatro governadores (1767-1779)

[71] Tença: tributo destinado à manutenção dos funcionários do governo

comunicação. Teixeira Coelho, que passou onze anos em Minas, ocupando altos empregos, e deixou escrito precioso sobre a capitania, indica outras causas: a pobreza dos mineiros; falta de negros, monopólios deles e direitos excessivos que pagavam; abusos nas concessões dos guardas-mores; demandas sobre terras e águas minerais; mau método de minerar; demandas sobre os privilégios dos mineiros a que chamam da trintada, divisão das fábricas por heranças, etc.[72]

Porém ainda existiam as pragas das contribuições espontâneas, que serviram para tudo. Por exemplo, na invasão holandesa foi usada para custear guerras contra a Holanda, em outra ocasião, custear o dote da Infanta D. Catarina, que casaria com o Rei da Inglaterra Carlos II, em outra custear guerra da Inglaterra contra a França, e assim por diante.

Ainda são dignas de nota algumas particularidades do governo colonial nas minas:

- para tudo o cidadão pagava. Se precisava de um documento, de um despacho de uma autoridade, para atravessar uma ponte, etc, havia sempre uma taxa para pagar antes (sempre em oitavas de ouro);
- se precisava uma inspeção em sua mina, tinha que pagar as diárias dos inspetores, geralmente o guarda mor e o escrivão e, se houvesse, a de outros funcionários;
- se era preso, tinha que pagar uma fiança para ser solto;
- se fugisse e fosse necessário mandar soldados para procurá-lo, tinha que pagar as diárias dos soldados (o

[72] Abreu, Capistrano - "*Capítulos da Historia Colonial do Brasil*" - vol III

acusado pagava para ser preso) Isso fazia com que muitas pessoas ficassem livres, pois sendo pobres, sem dinheiro para pagar os soldados, estes não as perseguiam;

- Tudo era arrendado. E os arrendamentos e dízimos ficavam a cargo do “contratador” que acumulava muita riqueza e poder.
- E principalmente, o devedor que não podia pagar suas dívidas com a Coroa, era preso, invariavelmente deportado e TINHA TODOS OS SEUS BENS CONFISCADOS! Esse era o grande medo da derrama, principalmente dos mais ricos, que sem dinheiro para pagar impostos, se fossem condenados, ficariam arruinados.

Capítulo 9

A Região das Minas do Ouro

Por volta de 1670, presume-se que Brás Cubas, Provedor-parcial da Fazenda Real da Capitania de São Vicente, teria descoberto ali as primeiras jazidas de ouro, mandando amostras ao Rei de Portugal.

Outras jazidas foram encontradas nas Serras de Jaraguá em São Paulo. Daí em diante o Monarca determinou ao então Governador Geral, D. Francisco de Sousa, que fosse pessoalmente examinar as descobertas do ouro. Vimos que a descoberta de muito ouro no Brasil ocorreu por volta de 1690, em Caeté, Minas Gerais. Depois foram descobertas grandes minas em Mato Grosso e Goiás.

Assim como nos outros locais do mundo onde se descobriu esse metal precioso, imediatamente iniciou-se o que é chamado de "corrida do ouro", ou seja, um imenso deslocamento de pessoas das mais variadas índoles para a região, com todos os complicadores que isso acarreta.[73]

---

[73] *"De todas as outras capitanias do Brasil correram bandos de aventureiros, de desertores, de criminosos fugidos à justiça, e em seguida esta corrente infesta de emigração para o país das minas foi acrescentada com imenso número de indivíduos europeus, quase todos proletários ou ganha-paens, saídos da última camada da população, e mais infensos ao país que vinham habitar, do que os nacionais das diversas capitanias que para ali correram."* Oliveira, J J Machado - "*Quadro Histórico da Província de São Paulo*" - Typographia Imparcial SP 1864

Todos chegam com a única intenção de enriquecer, de forma rápida e fácil. E, motivados por ganâncias desenfreadas, tornam o local de mineração em palco de fomes, desordens e rixas sanguinárias.

Portugal estava acostumado a tratar a colônia de forma displicente, pois até agora somente lidara com os produtores agropecuários e com uma população diminuta que existia no Brasil, que obedecia às leis e não provocava confusões. Além disso, a produção agrícola era facilmente taxada e controlada. Com a "corrida do ouro" tudo mudou, fazendo com que a população aumentasse no Brasil, no centro e sul. As pessoas que trabalhavam na agricultura rapidamente se deslocaram para as minas, fazendo com que a diminuísse a produção de açúcar e fumo.

Os homens, os mais aptos e competentes, estavam saindo de Portugal para buscar ouro no Brasil. D. João V baixa vários decretos para limitar esse êxodo, mas em vão. Muitos foram os casos em que os próprios marinheiros, ao chegarem ao Brasil, abandonaram seus navios e partiram para as minas. Assim sobravam mulheres em Portugal.

No Brasil acontecia o contrário, faltando mulheres, quer brancas, ou mulatas. Em 1732, por ordem real, qualquer mulher, sem a companhia do marido, que quisesse sair do Brasil tinha que obter autorização do próprio rei. O padre jesuíta e historiador João Antonio Andreoni, conhecido como Antonil, informa que no mercado de Minas o artigo mais caro era a mulata de "partes", ou seja, a mulata vistosa com as

“partes” bem robustas. Valia o dobro do melhor escravo, ou seja, mais de 600 oitavas de ouro (mais de 2 kg de ouro)[74]

Em 1662, os paulistas Barbalho e Paes trazem ouro e pedras preciosas do sertão, descobrindo o Itamarandiba. Em 1683 Paes é nomeado capitão-mor das minas de esmeraldas. Em 1694 ocorre a primeira fundição de ouro em Taubaté.

Até essa data, a população de São Paulo era quase independente, formada por pessoas aventureiras, corajosas e que preservavam com muita veemência sua liberdade, quase selvagem. E o governo, quase totalmente ausente, tinha que mudar de atitude se quisesse também ser parte na corrida do ouro.

Segundo Machado Oliveira, quem descobriu as minas de Caeté, em 1695 foi o paulista Antônio Rodriguez Arzão, cunhado de Bartholomeu Bueno da Silveira. Tendo extraído 3 oitavas de ouro (cerca de 10 g) fez um relatório na capitania do Espírito Santo e com o ouro fez duas medalhas. Em São Paulo, ao mostrar as medalhas, incentivou que mais pessoas saíssem para garimpar o ouro.

Um desses foi Bartolomeu Bueno que chegou até o local com uma bandeira e começou a extração de ouro. Assim, um de seus homens, Carlos Pedroso da Silveira, recolheu 12 oitavas de ouro (cerca de 38 g) e, conforme a lei teve que “manifestar” a descoberta ao governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes Sande. Tal manifesto era obrigatório.

[74] Antonil, A João - “*Cultura e Opulência do Brasil*”

Assim, a descoberta do ouro foi oficializada e o governador mandou erguer em Taubaté, uma casa de fundição oficial, por ser essa localidade um ponto de passagem dos caminhos que levavam às minas.[75]

Então os paulistas se entregaram totalmente à corrida do ouro, abrindo diversas sendas entre São Paulo e a região das minas, evitando sempre percorrer as trilhas de outros grupos ou mesmo de seus antecessores. Essas trilhas sempre davam em descobertas de ouro e fizeram uma malha no território explorado. Tantas foram as minas descobertas que a região ficou conhecida como "*minas geraes*".

Portanto foram os paulistas que "colonizaram" essa região, fundando nelas diversos "arraiais". Eles também se consideravam donos das terras e das minas.

As trilhas mais usadas se tornaram depois os "caminhos" e as "estradas reais". Para se chegar a Vila Rica, saindo de São Paulo, a viagem durava dois meses. Era feita pelo "caminho velho". Para se ter uma ideia do custo das viagens, uma boa mula de montaria valia 400 mil réis (cerca de 1 kg de ouro) e uma pessoa acompanhada de um escravo com uma mula de carga e outra de montaria, podia viajar pelo país, por um ano, com 4 contos de réis (cerca de 10 kg de ouro).[76]

O caminho de São Paulo ia de São Paulo a Vila Rica. Os paulistas percorriam a estrada do nascer do sol até cerca de 2

[75] Oliveira, J J Machado -"*Quadro Histórico da Província de São Paulo*" - Typographia Imparcial SP 1864
[76] Rugendas - "*Viagem através do Brasil*" - Biblioteca Histórica Brasileira - 1954

horas da tarde. Depois acampavam e geralmente procuravam caça, pesca ou outro alimento. Então no percurso, gastavam cerca de 2 meses.[77]

Saindo de São Paulo passavam por Itaquaquecetuba, Mogi, Laranjeiras, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, serra da Itatiaia, Passa Quatro, Itamonte, Pouso Alto, São Lourenço, Baependi, Cruzilha, Carrancas, S. João del Rey, Tiradentes, Lagoa Dourada, Casa Grande, Entre Rio de Minas, São Brás, Itabirito, Vila Rica.

O caminho velho do Rio até Vila Rica - Estrada Real - percurso feito em cerca de 30 dias, era o seguinte: Rio, Parati, Cunha, Guaratinguetá e depois no mesmo caminho de São Paulo.

O caminho novo, do Rio a Vila Rica, feito em cerca de 15 dias, o mesmo que era percorrido por Tiradentes, é o seguinte: Rio, Irajá, Porto Estrela, Magé, Petrópolis, Pedro do Rio, Inconfidência, Salutaris, Paraíba do Sul, Monte Serrat, Simão Pereira, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Santos Dumont, Antônio Carlos, Barbacena, Ressaquinha, Carandaí, Conselheiro Lafayette, Ouro Branco, Vila Rica.

[77] Antonil, A João - "*Cultura e Opulência do Brasil*"

Estrada Real - Caminhos Velho e Novo

Estrada Real - Ouro Preto - Diamantina

Porém os paulistas, pessoas acostumadas a uma vida dura no meio do mato, eram quase inocentes diante da esperteza e corrupção dos recém-chegados. Conforme Auguste St. Hilaire disse: "*os paulistas não conseguiram se livrar dessa amálgama informe, dessa vagabundagem de homens desordeiros, a escória de Portugal e Brasil, que, em tropel corria para o território das minas (...) e foram contaminados (...) por todos os vícios que se haviam concentrado naquele território; desencadearam-se ali todas as paixões, ali cometeram-se todos os crimes*." [78]

Dois frades jesuítas[79], que vendiam gêneros aos paulistas começaram a incitar os ânimos contra os paulistas, principalmente aumentando os preços das mercadorias a um nível exorbitante.

A guerra foi inevitável, depois de alguns anos de escaramuças, em 1707 estourou a guerra civil nas minas, onde de um lado estavam os paulistas, que tinham descoberto as minas e achavam que elas lhes pertenciam e do outro, os forasteiros, compostos de brasileiros fora de São Paulo e europeus - os *reinóis* - que foram apelidados de "*emboabas*" - palavra com que os índios designavam as aves de pernas com

---

[78] St. Hilaire, Auguste - "*Histoire de la Province de St. Paul*"

[79] Os jesuítas tinham criado uma Companhia de entreposto comercial que tinha armazéns próprios em todo o Brasil, onde vendiam ao público no varejo e atacado todos os gêneros. A "Companhia do Grão Pará" fundada pelo Marquês de Pombal fazia concorrência a ela e os jesuítas diziam nos seus sermões que quem comprasse dela seria condenado ao inferno. Nas colônias os frades faziam charque, vendiam peixe e carne salgados, couro, drogas do sertão; abriam comércios de secos e molhados e açougues - (Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II- Livraria Bertrand - Lisboa- 1882)

plumas (pinto calçudo) e que pareciam com os portugueses com suas botas que subiam até as pernas.

Houve uma grande batalha vencida pelos paulistas e a matança foi grande. O rio que passava pelo local foi chamado então de rio das Mortes.

Os célebres frei Francisco de Menezes e frei Conrado[80], para alguns historiadores ou Frei Francisco de Meneses e frei Francisco do Amaral Gurgel, para outros, tinham o monopólio de todos os gêneros em TODA A CAPITANIA. Tentaram dominar a venda da carne, e foram violentamente repelidos pelos paulistas, tornando-se seus inimigos.

> *"Então planejaram vingar-se, expulsando-os de uma terra que os mesmos haviam descoberto e, por assim dizer, conquistado, povoando-a com suas famílias. Para executarem rapidamente e sem perigo o plano, forjaram, como era de esperar de tão miseráveis padres, um édito real, que divulgaram, sob pretexto do interesse geral e sossego público, e de acordo com o qual, todas as armas dos paulistas deviam ser guardadas em um depósito público. Os que desobedecessem às determinações do édito seriam considerados rebeldes. Vários dentre os paulistas pacíficos caíram no laço e entregaram suas armas. Os europeus, que por isso se tornaram ousados, lançaram-se, com os sacerdotes à frente, sobre os fracos e desarmados adversários e prenderam aqueles que eles mais temiam. Entre esses achavam-se*

[80] Dizem alguns autores serem esses frades da Ordem da Santíssima Trindade

Domingos da Silva Rodrigues e Bartolomeu Bueno Feio. Com a prisão deles os outros todos perderam a coragem, fato que se acentuou com a espantosa notícia de que os paulistas, sem exceção, seriam trucidados em determinado dia.
Que essa notícia seja verídica ninguém pode afirmar. O objetivo dos portugueses foi, porém, de modo geral atingido, pois a maior parte dos paulistas abandonou suas propriedades em Minas e regressou à terra natal.
Mesmo fugitivos foram eles acossados. Em demanda dos antigos lares, os paulistas acamparam em um sítio às margens do rio das Mortes, que ainda hoje tem o nome de Capão da Traição. Eram guiados por Bento Gabriel de Gois. Surpreendidos por Bento Amaral Coutinho, confiaram na palavra deste traidor, que não lhes exigiu senão as armas, jurando garantir suas pessoas e bens. Desarmados, foram então os paulistas barbaramente assassinados." [81]

Na região ficou dominando, como um rei, o português Manuel Nunes Viana, um completo facínora, que sob o poder da força e do assassinato, se tornou o comandante supremo dos garimpos. O próprio governador D. Fernando Mascarenhas em 1710 ao tentar colocar alguma ordem no local, quase foi assassinado pelo exército de bandidos de Viana.

D. Fernando teve que fugir do garimpo às pressas e estava em São Paulo tentando reunir um exército para punir Viana, quando foi substituído por D. Antônio de Albuquerque Coelho.

---

[81] Schwege, W Ludwig - "*Pluto Brasilienses*" - Companhia Editora Nacional - 1944

> *"Depois da retirada de Mascarenhas, exerceu o caudilho português, sem a menor oposição, as funções de governador da área que havia se apoderado, explorando as minas somente em proveito dos seus (...) Era plano dos rebeldes levar as cousas ao ponto de que por oito ou nove anos desfrutariam as minas que haviam se assenhoreado, não consentindo aí nem poder administrativo, nem judiciário que lhes fosse estranho, formando o território um corpo isolado e desligado das outras capitanias, com governo especial (...)"* [82]

Em Caeté, um baiano, chamado Sebastião Pereira de Aguiar, homem rico e estimado, escrevera ao Governador Mascarenhas, comprometendo-se a reunir homens para derrotar Viana. Ao oferecer-se para isto, além de nutrir um grande ódio aos reinóis, fora impelido, sobretudo pelas injustiças e violências que Viana e seu grupo cometiam principalmente contra os brasileiros de todas as províncias.

D. Antônio então viaja para Caeté, com um pequeno séquito, a fim de encontrar-se com Aguiar, e lá recebe a visita de frei Miguel Ribeiro, secretário de Viana, que vinha lhe transmitir a mensagem de submissão e acatamento da autoridade do governador.

Então, o Governador recebe Viana em entrevista quando este lhe protestou obediência e respeito. O governador ciente dos

[82] Oliveira, J J Machado -"*Quadro Histórico da Província de São Paulo*" - Typographia Imparcial SP 1864

seus crimes deu-lhe a ordem para que abandonasse o local e retornasse a sua fazenda, na Bahia.
A história de Viana é nebulosa e não se tem certeza do que ocorreu com ele. Dizem que foi a Portugal, outras fontes dizem que nunca saiu da Bahia, onde foi preso por ordem do vice-rei, enfim, sabe-se que morreu por volta de 1735. Os demais revoltosos, por ordem régia, foram perdoados e deportados. [83]

Os paulistas, depois da derrota no Capão da Traição, ao voltarem à São Paulo foram enxotados por suas mulheres que os chamaram de covardes por terem fugido do garimpo. D. Antônio envia um emissário a São Paulo, o frei Simão de Oliveira para aconselhar os paulistas a não voltarem a combater os mineiros, o qual levou também conselhos e

---

[83] Manuel Nunes Viana chegou à região do rio São Francisco no início do século XVIII e ocupou-se do comércio ambulante de bugigangas. Fui o principal líder português na Guerra dos Emboabas entre 1707 e 1709, chegando a ser proclamado, por seus pares, governador da capitania de Minas do Ouro antes que D. Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho findasse o levante em 1709.
Passou a administrar os bens de D. Isabel Maria Guedes de Brito que havia sido de seu pai, o mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito. A partir daí, envolveu-se no comércio de gado, transformando-se em proprietário de terras nas margens do rio Carinhanha. O Conde de Assumar assim o definiu: “não saiu do inferno maior peste, nem Deus deu aos sertões maior castigo”. Esteve envolvido diretamente em 11 levantes entre 1708 e 1736, fora àqueles nos quais utilizou testas-de-ferro para não se expor. Em 1705, Manuel Nunes Viana é citado em documentação como capitão-mor. Em 1716 o Marquês de Angeja perdoou Nunes Viana por seus delitos conseguindo, posteriormente, o aval régio, contrariando a vontade do Conselho Ultramarino que era amplamente contrária a Nunes Viana. Em abril de 1717, o referido Marquês concede a Nunes Viana a patente de mestre-de-campo comandante da guerra ao gentio bárbaro no distrito de São Francisco, cujo regimento dava ao potentado amplos poderes. Isto demonstra claramente a força que o protetor de Manuel Nunes Viana gozava junto à corte e ao rei. Evidencia também a existência de uma rede clientelar que se estendia desde Minas, passando pela Bahia, até Lisboa. CAMPOS, Maria Verônica - “*Governo dos Mineiros*” --- Oliveira, J J Machado -“*Quadro Histórico da Província de São Paulo*” - Typographia Imparcial SP 1864

ameaças de penalidades emitidas pela Igreja feitas pelo próprio bispo do Rio, o cruel D. Francisco de São Jerônimo. Nada disso adiantou e, sob o comando de Amador Bueno da Veiga, os paulistas reúnem um exército e acampam em Taubaté.

O governador Coelho vai a essa cidade para tentar evitar que os paulistas voltem ao garimpo para se vingar. Mostra que o bando de Viana não mais existia, que as forças dos paulistas não seriam suficientes para conquistar toda a região mineira e pede paz. Os paulistas não concordam e o governador, aborrecido, volta ao Rio por Paraty. Do Rio o governador manda avisar os mineiros que os paulistas se aproximam.

No povoado de Rio das Mortes os mineiros construíram um forte que foi sitiado pelos paulistas. Trava-se uma luta demorada e Bueno decide então sair do combate. Os paulistas desanimados por essa defecção, combatem por mais algum tempo e então resolvem também se retirar.

Em 3 de novembro de 1709, em consequência da guerra dos Emboabas, a Coroa desmembrou a Capitania do Rio de Janeiro, criando no lugar da antiga Capitania de São Vicente a Capitania de S.Paulo e Minas do Ouro, sendo seu primeiro governador D. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho.

Agora, o governador do Rio foi transferido para governar S. Vicente com a ordem real de não permitir que os paulistas formassem novo exército e criar condições para que pudessem participar do garimpo pacificamente. Parece que os paulistas foram convencidos, depondo as armas, quando D. Antônio

Albuquerque os presenteou com um retrato de D. João V, como garantia das promessas feitas.

Estamos em 1710 e agora o governo toma conta do garimpo e a produção de ouro vai enriquecer a Inglaterra, que vai destinar parte para implementar suas colônias nos Estados Unidos e permitir que D. João V gaste o ouro de uma maneira intensa e estúpida, jamais vista em nenhum local do mundo, sem que essa gastança tenha qualquer utilidade em transformar Portugal em nação rica e próspera.

Capítulo 10

O Garimpo

O ouro era encontrado sob duas formas: aluvião e em veios de quartzo em certos tipos de rocha. No aluvião o ouro se misturava ao cascalho e era separado nos riachos por bateias, uma espécie de grande bacia manejada por uma pessoa, geralmente negros escravos. Quando era uma pessoa livre que utilizava a bateia para colher o ouro, essa pessoa era chamada de "*faiscador*". Já a exploração nos veios era feita com ferramentas, tipo punções, talhadeiras e ponteiros de aço.

Portugal classificava o ouro em 3 tipos:

- Ouro em pó
- Lingotes
- Moedas

Ouro em pó é todo ouro que era extraído: podia ser em pepitas muito pequenas, como grãos de areia ou pepitas grandes, que não eram propriamente pó. Mas a classificação era esta. Lingote era o ouro em pó fundido nas casas de fundição. E moedas de ouro eram aquelas cunhadas com esse metal, geralmente de 22 quilates.

O governo, diante das matanças e crimes que estavam ocorrendo na exploração do ouro, resolveu repartir os locais, chamando-os de "*datas*". Cada data tem 30 braças de largura por 30 de comprimento.[84]

[84] 1 braça = 2,2 metros

O descobridor fica com a primeira data, como descobridor, a segunda é da Coroa, a terceira é do Guarda-mor, a quarta é do descobridor, na qualidade de mineiro, se ele tiver um número suficiente de escravos para explorar a data. A data da Coroa era, então, imediatamente vendida ou leiloada.
As outras datas são sorteadas na razão de 2 braças quadradas por escravo ou índio. Quem tem 15 escravos recebe uma data inteira (30 x 30 braças).

Para participar do sorteio o interessado deverá fazer petição ao superintendente das minas, pagando-se a ele uma oitava de ouro e outra ao seu escrivão.

Muitas vezes um terreno era dividido em 500 datas e então o repartidor e o escrivão ganhavam mil oitavas de ouro (cerca de 3,5 kg) e todo o terreno não produzia tal quantidade de ouro, dando prejuízo aos mineiros.

Por esse sistema, o guarda-mor enriquecia rapidamente, pois ganhava de cada descobridor uma data que podia explorar ou vender.
O ouro em pó era a moeda que circulava no garimpo e a oitava (3,586 g) era o padrão para se comprar tudo. E como ouro é a moeda mais forte existente e com a abundância que era recolhido, logo a região atraiu mercadores de todo o tipo, que penavam pelos caminhos para chegar às minas com suas mercadorias e trocá-las pelo precioso metal, vendendo-as por preços absurdos, que os mineiros pagavam sem a menor preocupação.
Abriram-se armazéns, pousadas, açougues, e os mascates vendiam tudo do bom e do melhor que os navios ingleses e franceses despejavam no porto do Rio.

Atualmente o grama de ouro é vendido por cerca de R$ 115,00 reais (2012). Compare com os preços que Antonil nos dá de diversas mercadorias, das quais ressaltamos:

Descrição	Oitavas	Gramas de Ouro
um boi	100	358
um alqueire de farinha de mandioca (13,8 litros)	40	140
uma libra de manteiga de vaca (450 g)	2	7
uma galinha	3 ou 4	10 a 14
seis libras de carne de vaca (2,8 kg)	1	3,6
açúcar (uma arroba)	32	115
uma camisa de linho	4	14
um chapéu comum	6	21,5
uma espingarda comum	16	56
uma pistola comum	10	36
uma tesoura	2	7
Um escravo bom e forte	300	1100
um escravo ou mulato com profissão	500	1800
um cavalo andador		900

Isso sem falar nas "*mulatas de partes*" que eram compradas exclusivamente pela beleza de seu corpo, para serem amantes dos patrões. Antonil diz que seu preço era de 600 "ou mais" oitavas. (2,2 kg de ouro)[85]

Ao se fazer a conversão para o preço do ouro de 2012, chega-se aos incríveis preços como 1 kg de manteiga a R$ 511,00;

[85] Antonil, A João - "*Cultura e Opulência do Brasil*"

uma galinha a fantásticos R$1.115,00 ou 1 kg de carne a R$ 147,00 ou 1 kg de açúcar (produto do Brasil) a R$ 250,00

Então, gastava-se muito ouro em pó (todos andavam com balanças portáteis) para fazer todos os pagamentos, inclusive com os comestíveis. Os vendedores logo enriquecem, acumulando uma enorme quantidade de ouro.

Capítulo 11

O Descaminho

A Coroa portuguesa sempre tratou o Brasil como apenas uma fonte de riqueza, própria para ser explorada a fim de manter com seus produtos o reinado.

Porém, como vimos, Portugal era um reino, mas não uma nação. Até o século XIV até que houve alguma glória nos reinados que ocorreram no país, mas, nos séculos que após vieram, quase que exclusivamente por obra do fanatismo religioso, que incapacitou e cegou os reis, a nobreza e o povo, impedindo que agissem adequadamente para que a nação se firmasse, enriquecesse, progredisse e se tornasse potência mundial, a queda foi inevitável, com o degringolamento dos costumes, da ética, da moral, da inteligência e da cultura.

O que se viu foi prosperar de forma assustadora a corrupção, a mentira, a traição, a hipocrisia, a desídia e a inércia, andando *pari passu* com o aumento descomunal e extremamente nocivo da dominação da igreja católica sobre toda a nação, realizada pelas mais torpes figuras humanas, travestidas de membros de associações religiosas a ela ligadas.

Em meados do século XVIII, Portugal tinha cerca de 2 milhões e 100 mil habitantes. Desses, 200 mil eram religiosos e controlavam cerca de 1/3 do território português. Oliveira Martins nos conta:

"No meio da comédia burlesca da devoção, a desordem a corrupção eram enormes. «Tudo se consegue com quaisquer quatro bolsas aplicadas decentemente a qualquer bonzo, quando não possa ser ao vizir seu protetor», dizia Alexandre Gusmão que via as coisas por dentro. (...) era público que o confessor da rainha vendera o contrato de tabaco por 12 mil cruzados. O conde de Unhão, capitão general do Algarve era contrabandista (...) os fidalgos ocupavam-se em troças brutais, promovendo tumulto e desordens, em que havia mortos. Eram falados os bandos e arruaças do duque de Cadaval, dos marqueses de Marialva e de Cascais, dos condes de Aveiras e Óbidos, que punham Lisboa num estado permanente de terror. O próprio irmão do rei, o infante D. Francisco, (como D. Afonso VI) de súcia com o Suppico e outros, se divertia nessas aventuras e raptos noturnos que ensanguentavam as ruas da capital. A antiga valentia portuguesa aparecia transformada em uma brutalidade grosseira. (...) A Religião e a Índia davam ocupação aos bastardos que abundavam; e os escravos, a devoção e a sífilis, eram três lepras que tudo corroíam. As mulheres dos ministros e dos juízes vendiam a justiça e os empregos: eram já o melhor empenho. Sob a opulência ostentosa, havia uma miséria real: nenhum desembargador deixava perder casamento de 30:000 cruzados. Os fidalgos, com os seus nomes da extensão de léguas, com as casas empenhadas, eram mendigos impertinentes, mas ao mesmo tempo obsequiosos: os ministros recebiam-lhes os memoriais por meio das esposas, nos seus gabinetes reservados, com toda a

> *decência e respeito; e eles ficavam fora, esperando que a mulher convencesse o magistrado da justiça da sua causa. Esses eram, ao mesmo tempo, os arruaceiros da noite, rufiões da rua, espadachins e até facínoras. A brutalidade soez, a crueldade sanguinária, o requinte e a corrupção de todos os costumes, formavam a coroa e a corte de D. João V (...) A perversão dos instintos, o vazio das inteligências, a maldade imbecil e a carolice piegas e lúbrica retratavam a primor o estado caduco do corpo da nação amortalhada num sudário de brocados de sacristia, fedendo a incenso e a morrão. Portugal era um cenário de ópera, armado numa igreja. (...)* [86]

A Coroa julgava inesgotáveis os depósitos minerais, que cada um podia explorar da maneira que mais lhe conviesse. Esquecia-se de que eles se esgotariam rapidamente pelo tipo predador de garimpo que se instalara. Todos queriam colher sem semear. Caso fosse possível, extrairiam todo o ouro do Brasil em um único ano e, adeus! Nada teria ficado para o futuro.

O quanto de ouro foi retirado do Brasil? Em todo período colonial, autores como Humboldt calculam que a produção total de ouro do Brasil foi de 1.600 toneladas. Já Simonsen encontrou o valor de 1.300 e Calógeras, 1.100 toneladas.

---

[86] Martins, JP Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II- Livraria Bertrand - Lisboa-1882

Jaime Cortesão, que traz extensa análise do assunto, nos informa que, no reinado de D. João V, foram extraídos cerca de 805 toneladas, sendo quintados apenas cerca de 88 toneladas. Ou seja, foram descaminhados cerca de 700 toneladas de ouro.[87]

O importante é que o Brasil, dono de toda essa riqueza foi espoliado, nada ganhando por ter em seu solo tamanho tesouro. Portugal, que retirou o ouro, também nada aproveitou dele em beneficio da nação. Quem ficou com a maior parte desse ouro, quem progrediu, cresceu e se tornou potência, foi a Inglaterra e suas colônias na América.

Por esse panorama, o rei D. João V recebeu apenas cerca de 90 toneladas de ouro e o gastou da forma que já vimos anteriormente. Isso significa que o "quinto" ou seja 20% de imposto, talvez tenha chegado a ser apenas 10%.

As razões de tamanha sonegação são muitas, mas a principal, sem qualquer dúvida, é o caráter de todos os envolvidos nessa história. Começando pelos representantes do rei na colônia, que eram fidalgos que saíam da corte portuguesa, com a fama que vimos anteriormente. Ou seja, corruptos, desonestos, ladrões. Na época do ouro, bastava um ano para fazer a fortuna de magistrados, intendentes, governadores e outros altos funcionários oficiais do governo.
Então, se os chefes tinham tal caráter, os subordinados os imitavam. Contratadores, guardas-mores, escrivães, oficiais

[87] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

de minas, oficiais das casas de fundição, oficiais dos registros, militares - oficiais e praças - todos roubavam.
Já os mineiros, que eram de pior espécie que os funcionários do governo, também não ficavam atrás e faziam de tudo para escapar da tributação. Finalmente, os escravos e índios, que, ao menor descuido também roubavam o que lhes caísse nas mãos.

Assim, faziam-se conluios e acordos ilegais entre todos. Os funcionários extorquiam os mineiros, que logo encontravam uma maneira de conciliar a situação, onde todos sairiam lucrando e, a Coroa, perdendo.
O sistema dos quintos era um produto da ambição da coroa portuguesa aliada à ignorância e falta de tato dos legisladores. Eles desprezaram a cotação do ouro feita internacionalmente e criaram uma cotação que funcionava da seguinte maneira: o ouro em pó era pago, digamos a 1.200 réis a oitava. Depois de quintado valia 1.500 réis a oitava.
Como exemplo, inocentemente, os funcionários mostravam que trazendo 5 oitavas para ser quintado o mineiro nada perderia. Assim, retirava-se 1 oitava para pagar o quinto e sobravam 4 oitavas para o mineiro:
Ouro em pó: 5 x 1200 = 6.000
Ouro quintado: 4 x 1500 = 6.000

Porém, andando um pouco pelas picadas logo se encontrava um contrabandista que pagava 1.500 reis a oitava. Assim o mineiro recebia:
Ouro em pó: 5 x 1500 = 7.500

Além disso, ficava-se fora do círculo de corrupção dos funcionários, onde se pagava propina para tudo.

Alexandre de Gusmão, o Secretário de D. João V perguntava:

> "*É esperável que haja quem voluntariamente vá privar-se da quinta parte do seu cabedal, podendo salvá-la com pouco risco ou trabalho?*"[88]

Eschwege, via nisso a perpétua lei da oferta e procura: "*O ouro e as moedas de ouro são sempre exportados de um país, enquanto essa operação produzir lucros, e na proporção dos benefícios auferidos pelos compradores estrangeiros*."

E denuncia o erro dos governos portugueses, que, durante mais de um século, não equipararam o valor oficial do ouro ao que ele tinha no comércio. Por esta forma os que praticavam o contrabando do ouro, na época da tributação por quintos, podiam ganhar e ganharam muitas vezes, além dos 20% sonegados ao Estado, o lucro da diferença do ágio de país para país.[89]

De nada adiantaram as diversas formas de tributar o ouro, pois a sua abundância, a sua consequente desvalorização, o aumento do padrão de vida e a alta dos preços, provocaram um desnível no valor do ouro entre Portugal e os demais países europeus, cujos governantes por ambição e simples burrice se recusavam a corrigir.

---

[88] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

[89] Schwege, W Ludwig - "*Pluto Brasilienses*" - Companhia Editora Nacional - 1944

Isso significava que dentro dos domínios portugueses o ouro tinha um valor muito menor que aquele praticado pelos outros países, o que somente serviu para alimentar fragorosamente o contrabando e fazer o lucro e a alegria de uma multidão de pessoas por cujas mãos passava o precioso metal.
O contrabando ou "descaminho" e os esquemas de fraude para defraudar o monopólio da metrópole sobre o ouro e o tributo dos quintos reais, cresceram de forma assustadora. O crime começava pelas autoridades corruptas e desonestas.

Claudio Manoel da Costa,[90] Secretário do governo de Minas, em viagem de quase 4 meses, no final do ano de 1764, em companhia do governador da capitania D. Luiz Diogo Lobo da Silva e do provedor da fazenda Real, Dr. José Gomes de Araújo, justamente para encontrar irregularidades na tributação do ouro, cuja produção, nessa época começa a diminuir visivelmente, deixou escritas diversas atas nas quais relata as fraudes e as providências que foram tomadas.

Em carta ao irmão, em 1765, o provedor Araújo diz:

> *"(...) e que reduzi à ordem a **grande soma que nos mantimentos dos cavalos roubavam os soldados dragões** destacados em todos os quartéis da mesma comarca (...)"*

Nas cartas do governador Lobo da Silva, escritas para Lisboa em 1766, o provedor Araújo é atacado:

[90] O mesmo da Inconfidência mineira

> *(...) tinha um mulato a seu serviço com habilidade para falsificar letras e assinaturas, era demasiado ambicioso e levava vida irregular (...)*

Claudio Manoel escreve:

> *"(...) para efeito de examinarem uma ponte com que sem licença de S. Majestade tinha fraudado os seus reais direitos, o morador da fazenda chamada de Marinho permitindo por ela, ou passagem franca, ou algum mal acautelado portão, ao qual sem respeito da guarda militar destacada neste mesmo rio, se tinham arrojado alguns moradores e viandantes escandalosamente arrombando de noite, por mais de uma vez, repetindo este fato sem temor da Justiça fiados em que com o escuro da noite seria invencível a precisa averiguação de semelhante temeridade, com que tinham fraudado a passagem real no mesmo rio de tantos anos estabelecida, havendo sido de tanta utilidade que em alguns dos seus triênios, unida com a do rio das Mortes, tinha chegado a render cinquenta e cinco mil cruzados e que hoje não se encontre quem a queira rematar, do que procede achar-se por conta de S. Majestade com mais despesa na guarda militar que rendimentos, exposta a estes, e outros insultos que se tem cometido por todo este rio grande (...)"*

Note-se que o sistema de contratação fica patente. No caso acima, uma ponte tinha sido arrendada e havia fraude no pagamento do direito de passagem.

Em seguida se constata como era fácil o contrabando:

" (...) porque entrando da estrada de São Paulo por capitania diversa a Serra da Mantiqueira, por outra das suas quebradas e saindo desviados do Arraial do Itajubá na distância de três léguas, encontravam o rio Sapucaí de fácil navegação e em qualquer parte dele que desembarcassem se achavam os contrabandistas em Minas, ou fora delas, saindo sem perigo algum de confisco; pelo que assentaram que se devia abrir um caminho, que por entre os matos viesse sair ao registro de Capivari onde achando-se fiel, guarda e a patrulha de antes aquele sertão destinada, seria mais fácil a vigilância (...)

Em seguida sugere-se que os soldados patrulhem o caminho "*pelo menos uma vez por mês*". Ou seja, medida totalmente ineficaz para conter o contrabando.

" (...) e também que de mês em mês, pelo menos, patrulhassem os ditos soldados[91] *a estrada chamada do facão; porque posto uma e outra se achasse embaraçada, e sem dar passo pelas impossibilidades que o tempo com os barrancos e derrubadas lhe tinham feito (...)"*[92]

As picadas e trilhas se tornaram incontáveis. Tentando coibir o aparecimento de novas trilhas, o governo distribuiu sesmarias ao longo do caminho novo e proibiu que quaisquer

[91] Patrulha do Mato - soldados que patrulhavam os caminhos

[92] Costa, M Rodrigues - "*Autógrafos de Claudio Manoel da Costa*" - Revista do Inst. Hist. Geog. Brasileiro - 1956 - vol 233

outras pessoas, fora os sesmeiros e seus agregados, circulassem ou se instalassem nessa região. Em vão.

Em 1736 pelo Bando[93] "*Aditamento ao regimento de Minerar*" o governo metropolitano mandou que se fechassem quaisquer trilhas e logradouros existentes nas imediações das áreas de mineração, tornando algumas regiões "*áreas proibidas*" à ocupação. Foi o caso, por exemplo, dos sertões da Mantiqueira, sertões do Leste, na fronteira Sul da capitania de Minas Gerais. Nessa área proibiu-se a existência de sítios volantes e do trânsito de homens dispersos, sem ocupação definitiva.

Em 1754, o capitão Manuel Lopes de Oliveira, sesmeiro e morador da fazenda da Borda do Campo, contígua ao sertão da Mantiqueira, comunicara ao governador que algumas pessoas abriram três picadas nos "*matos gerais do Rio de Janeiro*", com o "*pretexto de necessária serventia para as suas fazendas*".

Como a abertura das picadas se avolumava naquelas paragens, o alferes João Carvalho de Vasconcelos, que patrulhava o Caminho Novo, repreendeu Manuel Lopes, que era o responsável por aquela área, para que "*sem demora mandasse notificar as pessoas (...) para que não continuassem mais na abertura das ditas picadas*".

Outro capitão, Sebastião Gonçalves Pinto foi também notificado pelo mesmo alferes, a fim de que parasse de incentivar a abertura de rotas alternativas nos sertões da

[93] Bando: espécie de decreto

Mantiqueira, da mesma forma que precedera contra Manuel Lopes de Oliveira.

O mesmo Manuel Lopes de Oliveira, em 1780, agora já tenente-coronel, foi acusado pelo governador dom Rodrigo José de Meneses, de ter subornado o governador interino José Antônio Freire de Andrada, de modo a "*ficar sendo o único possuidor de todo o terreno que quisesse apropriar-se*", para que pudesse "*receber as utilidades e conhecer os intrincados caminhos*", apossando-se das suas riquezas minerais. [94]

Essa é uma pequena amostra dos desvios das autoridades. Segundo os depoimentos da época, foi entre os anos de 1729 e 1730 que os descaminhos cresceram de forma intensa. Os descaminhadores transportavam o ouro por contrabando para a Colônia do Sacramento (Buenos Aires); que dali seguia para Londres ou Amsterdam, os dois grandes mercados dos metais preciosos; alguns conduziam-no à Guiana Francesa; e eram em maior número as arrobas que se evadiam sob o falso pretexto de resgatar escravos nas costas da Guiné, de Angola, ou Moçambique, onde passavam para as mãos dos holandeses ou franceses que ali mercadejavam.

Navios das ilhas de Cabo Verde vinham também ao Rio de Janeiro, para disfarçadamente transportar o contrabando de ouro que iam vender aos ingleses nos portos da Guiné portuguesa e aos franceses nos da Gambia.

Nos navios que iam para Portugal ocorriam os maiores desvios. O Ouro saía pelos portos da Bahia, Rio de Janeiro,

---

[94] Rodrigues, A Figueiredo - "*Os sertões proibidos da Mantiqueira*"

Pernambuco e Maranhão, escondido nas caixas de açúcar, nos tabiques das câmaras ou nos costados do navio. D. Luís Vaja Monteiro, governador do Rio, denunciava, em 1730, em carta a D. João V:

> *"Se V. Majestade comprasse os navios e a carga e os desmontasse para descobrir o ouro, lucraria a sua Real fazenda quinhentos por cento..."*

Denunciava ainda que em Portugal se criavam companhias com a única finalidade de roubarem os quintos.[95]

Os mineiros escondiam, transportavam e contrabandeavam o ouro pelas picadas. Os negros e os índios escondiam bastantes oitavas quando catavam nos ribeiros e nos dias santos, e quando, nas últimas horas do dia tiravam ouro para si, gastando a maior parte deste ouro em comida e bebida.

A falsificação corria solta. O ouro em pó era misturado com limalha de cobre. Em 1730 se tem notícia do funcionamento de uma casa da moeda falsa, em Itaverava, montada pelos ourives Francisco Bravo, morador no Rio das Mortes e Carlos de Matos do Quintal. Os ourives, funcionários do governo, tornaram-se, como era de esperar, os auxiliares cúmplices das fraudes. Se uma parte do ouro se evadia em pó, outra era fundida clandestinamente em barras que circulavam, sem a marca legal. Devido a isso, em 1730, foi proibida a permanência de ourives nas minas.

---

[95] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

Em 1733 D. João V ordenava ao Conde das Galveias, então governador de Minas, que mandasse prender as pessoas que tinham *"cunhos falsos com que se marcam as barras ou folhetas de ouro, usurpando os Quintos..."*

A coroa está assustada pela queda de arrecadação e o grande número de ordens régias sobre essa produção, expedidas durante este mesmo ano, revela o intenso alarme, que na metrópole haviam provocado as várias formas de fraude e contrabando.

Numerosas, inadequadas e ineficazes foram as leis que surgiram, as quais claramente não tinham a finalidade de proteger a mineração do ouro. Ao contrário, todas elas apenas visavam o aumento da produção a qualquer preço com o estabelecimento de medidas que assegurassem a parte devida à Coroa.

Por exemplo, em uma delas não se podia prender os mineiros por dívidas, nem penhorados os escravos, ferramentas, mantimentos e mais petrechos necessários para as lavras. A dívida somente seria paga com o ouro recolhido.

Existia uma infinidade de guardas-mores, que cometiam toda sorte de abusos. A maior reclamação era sobre o recebimento de tantas diárias quantas minas visitassem. Lembrar que era o dono da mina quem pagava tais diárias. Daí a revolta.

O Governador Gomes Freire de Andrada expediu, em 1736, um Bando especial, que regulamentava essa matéria:

> *"Levarão de salário (diária) de cada dia de caminho três oitavas o Guarda-Mor e duas o Escrivão, rateando-as, quando forem de um caminho fazer diferentes vistorias, e não gastarem mais que meio-dia."*

Além da diária, Guardas-Mores e seus Escrivães tiveram suas vistorias limitadas a 6 oitavas para os primeiros e 3 para os segundos.

O Provedor, Tesoureiro, Escrivão e quaisquer outros oficiais que visitassem as minas não poderiam ser sócios dos mineradores, nem receber qualquer quantia em ouro, sob severas penas.

Proibia-se a entrada nas minas de qualquer pessoa estranha ao serviço. Quem tivesse negócios com os funcionários poderia penetrar no distrito, desde que comunicasse imediatamente a sua entrada ao intendente. Os infratores incorriam na pena de cem oitavas e expulsão da capitania.

Sob nenhum pretexto devia ser tolerada a presença de eclesiásticos no distrito, a não ser os que recebiam côngruas[96]. Caso aparecessem outros que não estes, devia-se levar o fato ao conhecimento do governo, e isso imediatamente.

Os esmoleiros de igrejas e capelas deviam ser imediatamente expulsos pelo intendente, e presos no caso de reincidência.

[96] Côngrua: pensão paga aos padres para seu sustento

Nenhuma loja ou armazém de víveres devia ser tolerada, com exceção de quatro ou seis, que ficariam sob a fiscalização imediata da Intendência do Ouro.

Se fossem encontrados escravos trabalhando por conta própria, ou munidos de ferramentas, deviam ser os mesmos vendidos, repartindo-se o produto da venda, de acordo com o estabelecimento no primeiro contrato diamantino.

Os guardas não poderiam molestar os que viajassem para Mato Grosso através do distrito, a não ser no caso de se afastarem os mesmos, de maneira suspeita, do caminho.

Ninguém poderia residir no distrito, a não ser as pessoas que fossem necessárias aos contratadores das lavras, ou tivessem permissão de residência, passada especialmente pelo intendente.

Todos os funcionários civis e militares culpados de fraude perderiam os cargos e seriam engajados como praças sem soldo na guarnição de Nova Colônia, na capitania do Rio Grande, onde passariam a servir por dez anos sem remuneração, a não ser que a gravidade da infração merecesse pena maior.

Resumo das ações do governo quanto a arrecadação

1710 - O governador D. Antônio Albuquerque estabelece que o quinto deveria ser cobrado à razão do número de bateias. O tributo dessa forma estava muito difícil de ser arrecadado. Além disso, os padres eram contra e faziam sermões para que o povo o sonegasse.

1714 - D. Braz Baltazar da Silveira foi seu sucessor no Governo de São Paulo e Minas, e dividiu a capitania em quatro comarcas para melhor fiscalizar. Decretou novo imposto anual de 30 arrobas de ouro, contanto que fossem suprimidos os registros, para que o ouro corresse livremente.

1715 - Os direitos de entradas passam ser das câmaras. Os secos e molhados seriam taxados, respectivamente, à razão de oitava e meia, e meia oitava, pagando-se uma oitava por cabeça de gado[97].

1715 - O rei discorda desses impostos e manda voltar o quinto pelo número de bateias isto é, pelo número de escravos, nela ficando resolvido que se cobrassem dez oitavas por bateia (quase 40 g de ouro). Houve tantos protestos que o Rei voltou atrás e aprovou o ajuste de 30 arrobas em outubro de 1715 (cerca de 450 kg de ouro). [98]

1716 - O governador autorizou as câmaras à estabelecer Registros onde deviam ser pagos os impostos mencionados acima, acrescidos de duas oitavas por escravo e de dez por armazéns e botequins. Tudo isso devia completar as 30 arrobas ajustadas. O que faltasse seria pago pelo povo.

1717 - O novo governador, D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, resolve que o quinto devia ser elevado, em vista do aumento da população. Estabeleceu ainda que o povo pagaria

[97] 1,5 oitava=5,4 g de ouro ---1/2 oitava=1,7 g de ouro ---1 oitava=3,6 g de ouro
[98] Schwege, W Ludwig - "*Pluto Brasilienses*" - Companhia Editora Nacional - 1944

doravante 25 arrobas, revertendo para o Rei os direitos de entrada.

1719 - Se decide construir uma ou mais Casas de Fundição, nas quais todo ouro seria fundido em barras, ao mesmo tempo sendo proibida a circulação de ouro em pó.

1720 - D. João V separa a capitania de Minas de São Paulo, e nomeou Governador de Minas a D. Lourenço de Almeida.

1722 - Tentativa de implantar Casas de Fundição e da Moeda em Vila Rica. A revolta do povo fez com que o governador adiasse a medida e o povo foi anualmente taxado em mais 12 arrobas de ouro, que completariam as 37.

1724 - O Rei insiste a respeito das Casas de Fundição. Marcam-se o início de seus trabalhos para 1º de fevereiro de 1725.

1727 - Descoberta de diamantes em alguns córregos do Serro Frio e, por essa razão, o Governador proíbe que Guardas-Mores distribuíssem datas minerais naquela região.

1732 - O Conde de Gálveas é nomeado governador

1734 - Mais taxação: a quota subiu para cem arrobas anuais, caso as Casas de Fundição não atingissem esse valor. Extinta a Casa da Moeda, proibindo-se, a partir de seis meses, a circulação de moedas de ouro, com exceção das de 400 e 800 réis.

1735 - Governador Gomes Freire de Andrade. Instituída a capitação no lugar dos quintos.

Ficou, pois, estabelecido que deveriam ser feitos os seguintes pagamentos: cada negro, quatro oitavas e 3/4; cada operário, a mesma importância; cada armazém de grande movimento, 24; de movimento médio, 16. As escravas que trabalhassem nas vendas não estavam sujeitas à capitação, assim como os negros, negras, mulatos e mulatas que possuíssem escravos, os quais deveriam pagar somente por estes últimos.

Os mascates deveriam pagar oito oitavas, os boticários e açougueiros, 16. Também estavam isentos os escravos a serviço dos Governadores, os padres, oficiais e servidores públicos.

A capitação teve início a 1° de julho de 1735, ficando proibida a circulação das moedas de ouro e livre a de ouro em pó, que podia ser transportado até os portos de mar, de onde, de acordo com a lei de 3 de janeiro de 1735, só poderia ser encaminhado para Lisboa.

1751 - Fim da capitação. Volta dos quintos. Escreveu Alexandre Gusmão:

> *"Por mais que fossem as guardas, as buscas e os exames; sem embargo de estar imposta a qualquer descaminho a pena de confiscação de bens e degredo por dez anos para Angola; sem embargo de não haver mais que três caminhos para entrar e sair das minas, com graves cominações a quem fosse achado em qualquer outro ou abrisse novas picadas; sem*

embargo das contínuas recomendações (...) aos governadores e ministros nunca foi possível evitar o extravio do ouro e era continuamente informado El Rei (...) dos muitos milhões de cruzados, que passavam por alto (...)"[99]

1755 - D. Antônio de Noronha tomou posse do Governo, tenta arrecadar os quintos. Toda a população, não apenas os mineiros, deveria completar o pagamento das cem arrobas do quinto.

1768 - Novo governador, o Conde Valadares que continua tentando arrecadar os quintos e não tolerou a presença de padre algum em Minas, enviando aqueles que ali se encontravam para além das fronteiras.

Desde então, nada particularmente importante em matéria de mineração teve lugar na província. De fato, tendo atingido o ponto culminante, a mineração começou a decair até a chegada da família real ao Brasil em 1808.

[99] Cortesão, Jaime - "*Alexandre Gusmão e o Tratado de Madrid*" - Instituto Rio Branco - Rio de Janeiro

Capítulo 12

Revoltas

Após o começo do século XVIII, a sociedade em Minas foi assolada por várias insurreições. No período compreendido entre 1694 e 1736, a capitania de Minas do Ouro vivenciou 46 levantes. Desses 46 levantes, 37 ocorreram entre 1694 e 1720, sendo que entre 1717 e 1720 – período no qual o governo das Minas esteve sob a responsabilidade de D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, conde de Assumar – ocorreram 16 levantes – dentre eles a revolta de 1720.

Em toda capitania de Minas a população de negros em meados do século XVIII era de 38%.

O garimpo, ou seja, a coleta do ouro era feita quase que exclusivamente por escravos. De 1715 a 1725 foi a época em que mais se recolheu ouro em Minas e a relação nos garimpos de escravos negros para os brancos era de 30 para 1.

Isso ocasionou que os escravos se tornassem técnicos na extração do ouro e ficassem numa posição privilegiada diante dos senhores, que se submeteram a insolências, chantagens e até agressões por parte deles.

Cientes de que precisavam dessa mão de obra especializada, e que, se quisesse, o escravo poderia enriquecer ou falir seu dono, os senhores, não castigavam, davam regalias e defendiam os seus escravos quando eram procurados pela

milícia. Além disso, a posse de áreas e de água era condicionada ao número de escravos. Assim, quem tinha poucos, pouco conseguia nas concessões de datas.

O governo português somente piorava a situação, como quando instituiu a liberdade para os escravos que denunciassem o patrão que estivesse roubando nos quintos, decisão tão nociva, que causou tantos problemas, que foi revogada em 1750.
Esses fatores, aliados ao grande número de escravos, proporcionaram condições ideais de fuga. Os escravos fugitivos, chamados "*calhambolas*" formaram tipos de aldeias chamadas "*quilombos*" onde se abrigavam, viviam, TINHAM ESCRAVOS, se organizavam e armavam para atacar os brancos.

Tais ataques foram crescendo de intensidade e violência, que a população das vilas foi tomada por um medo tão intenso que chegou a paranoia. Dos quilombos os negros saíam para assaltar, incendiar, matar e estuprar. Emboscavam os comboios com mercadorias, roubavam tudo, deixando as cidades sem víveres. Os que ficavam nas cidades se embebedavam, e causavam todo tipo de distúrbio.

O governo fazia leis, que não podiam ou não eram cumpridas. Os donos de armazéns, em troca de oitavas de ouro, escondiam calhambolas, vendiam provisões e armas a eles. A região montanhosa oferecia um ótimo esconderijo. Para persegui-los, a comunidade tinha que pagar uma finta, ou seja, se cotizar para contratar um capitão do mato para fazer a tarefa, o que quase sempre não resolvia o problema.

Talvez fosse resolvido se a coroa portuguesa financiasse a milícia para destruir os quilombos (alguns tinham mais de 600 homens bem armados) prender e punir os rebeldes. Mas a ordem era somente gastar dinheiro na produção de ouro. O resto não tinha importância.[100]
Pode-se afirmar que após 1700, todas as vilas do garimpo sofreram barbaramente com os ataques dos escravos, que foram se organizando lentamente e conspirando para fazer algo grande.

No início do ano de 1719, o Governador, conde de Assumar teve notícias segundo as quais o negros de São João del-Rei planejavam um levante na Quinta-Feira santa, quando toda a população branca estaria na igreja. Lembrar que a Inquisição era vigilante e quem não fosse à missa ou trabalhasse num domingo, era candidato certo para a fogueira.

Aproveitando-se da ausência dos homens brancos reunidos nas igrejas, os negros invadiriam suas residências, apoderar-se-iam de suas armas e os matariam.

Os negros, em uma reunião secreta tinham elegido reis, rainhas, príncipes e designaram postos militares aos seus compatriotas, mas houve uma disputa entre a etnia de Mina (Guiné) e a de Angola, que, cada qual queria que seu rei eleito fosse o monarca absoluto. Esse desacordo fez com que a conspiração vazasse e as autoridades ficassem cientes dela.

---

[100] Para citar um só exemplo, para a expedição contra os quilombos em 1743, as Câmaras contribuíram com 2.750 oitavas do ouro, responsabilizando-se pela movimentação das tropas, ficando apenas as armas, pólvoras e balas por conta do Rei de Portugal.

Objetivando evitar tal sublevação, o governador enviou o tenente-general João Ferreira Tavares à comarca do Rio das Mortes – a menos povoada de brancos – com o intuito de prender os amotinados, "*o que obrou diligentissimamente fazendo prender e meter a esta vila os chamados reis das nações Mina e Angola e outros que constam estavam nomeados cabos oficiais da sublevação*". Os cabeças foram presos e enforcados.[101]

Dentre os negros envolvidos no levante que não aconteceu, dois pertenciam ao ouvidor geral Valério da Costa Gouvêa e dois ao mestre-de-campo Ambrósio Caldeira Brant. Ambos resistiram a entregar seus negros entendendo, principalmente Caldeira Brant, "*que aquela máquina era levantada pelos seus inimigos para o destruírem*"[102]

Nota-se que, dessa forma, o governo tinha que lidar com dois problemas graves: os ataques dos calhambolas e, simultaneamente, com as revoltas contra a cobrança de impostos.

Em 1712, em Pitangui, estoura o "Motim da Cachaça", que veremos no próximo capítulo.

---

[101] Russell Wood, AJR - "*Escravos e libertos no Brasil*" == Reis, J Jose - "*Quilombos*"

[102] Mediante a oposição do mestre-de-campo, D. Pedro de Almeida lhe escreveu dando conta da existência de dois negros de sua propriedade envolvidos no referido levante e, como gozava Caldeira Brant de boa reputação de bom vassalo de Sua Majestade, não acreditava, o Conde, que ele estivesse envolvido na sublevação. Contudo, caso ele se recusasse a entregar os referidos negros, seria tido com participante do levante. Como o mestre-de-campo não foi preso, acredito que tenha entregado os referidos negros. Mathias, C L Kelmer - "*Redes Clientelares e estratégias de ação na revolta de vila rica 1720*"

Em 1713, na Vila do Carmo, o Ouvidor Geral, Dr. Manoel da Costa Amorim, resolveu retirar colonos de terras que ele afirmava serem da Coroa, que seriam leiloadas. Houve uma revolta geral e os líderes dela foram presos e deportados. Mas logo depois se conseguiu o perdão dado pelo Rei e todos puderam voltar, tendo recuperado seus bens confiscados.

Em 1715, foi a vez de Sabará, Vila Nova da Rainha e Vila Rica, cujo povo se revoltou contra o pagamento dos quintos pelas bateias. O governador informou ao Rei e este, em 04 de março de 1716, concedeu perdão aos revoltosos e mandou extinguir ali o quinto pelas bateias.[103]

Em 1735, em Catas Altas, ocorreu uma revolta de escravos, onde foram mortos alguns brancos. D. João V endureceu com as medidas contra os escravos, constatando: " (...) a *liberdade com que vivem os escravos nessas minas, sendo o principal motivo de suas desordens o verem que não se punem os atrozes delitos que escandalosamente cometem"*

Em 1736, revolta contra a capitação no Sertão de São Francisco, (Brejo Salgado) comandada pelos principais e mais poderosos mineiros da região. Foi uma revolta de grande proporção e importância.

Alguns autores chegam a considera-la ***"a tempestade mais temerosa da História Colonial de Minas"***. É notória a prisão de D. Maria da Cruz, uma das cabeças da revolta, que foi

[103] Na realidade, o interesse da Corte era mesmo o de produzir ouro. Prender ou deportar mineiros era interromper essa produção, então, não se aplicavam sanções, desde que os mineiros continuassem a extrair a riqueza.

conduzida presa até Vila Rica. Esse fato ocupa vários volumes nos arquivos históricos mineiros.

De 1743 a 1746 ocorreram motins de escravos em Campanha do Rio Verde e em toda comarca do Rio das Mortes. Os oficiais da comarca escreveram ao rei:

> *“ (...) pelos contínuos roubos e mortes que fazem os negros fugidos; tendo chegado a sua insolência a tal extremo que, ainda sem o interesse do roubo, matam por devoção aos brancos que lhe caem nas mãos, ou nas suas ciladas: sendo em tanto número estes malfeitores que, em partes mui distantes dos seus quilombos, se encontrarão partidas de 20, 30 e de mais, com espingardas, baionetas, patronas e mais armas de toda a sorte de que usam tão destramente como qualquer soldado; saem dos atrevimentos que cometem nas estradas, não duvidam insultar aos moradores que possuem fábricas grandes, nas suas próprias fazendas e casas, não sempre são rechaçados, obrando nas dos pobres, em que acham menos resistência, e com suas famílias brancas, os maiores atrevimentos a que pode chegar a sua maldade: amarrando-lhes suas mulheres e filhas, levando consigo nuas, e desflorando outras, à sua vista...”* [104]

[104] Expedição mandada fazer por Gomes Freire de Andrada para abalar os quilombos. (Revista do Archivo Público Mineiro. 1903:619-621.)

Até 1770 continuaram as manifestações e pequenas revoltas contra a taxação imposta por Portugal, bem como as ameaças de calhambolas. Em 1776 acontece a "Inconfidência de Curvelo"

Então, nota-se que as insurreições - todas motivadas pela cobiça do ouro - eram acontecimentos frequentes e nenhuma delas motivada por qualquer espírito de "amor à pátria" ou pela "independência" do Brasil. Muito pelo contrário.

Os negros escravos somente queriam a liberdade e um canto para viver em paz. Os brancos queriam enriquecer e continuar vassalos de Portugal. O Brasil, como nação, realmente não importava. Todos os movimentos separatistas, como o de Amador Bueno, visavam libertar de Portugal apenas aquela região onde se vivia. Os quilombos idem.

Não havia sentimento de libertar toda uma província, capitania ou mesmo grupos de capitanias. Essa era uma ideia totalmente estranha às pessoas da época e Tiradentes não fugiu à regra.

Não se pode deixar de mencionar, no entanto duas revoltas que causaram um grande movimento, tanto na população quanto no governo: a de Domingos Rodrigues do Prado e a de Felipe dos Santos.

Capítulo 13

Pitangui

Situada em pleno sertão centro-oeste da Comarca do Rio das Velhas, entre os rios Pará e Paraopeba, Pitangui (rio das crianças) tornou-se o abrigo dos paulistas que foram derrotados na guerra dos Emboabas. Foi a primeira vila do país a oferecer resistência armada contra a cobrança de tributos portugueses.

Domingos Rodrigues do Prado, bandeirante, nascido em Taubaté, casado com a filha do Anhanguera 2, Bartolomeu Bueno da Silva, se fixara em Pitangui. Odiando os reinóis fez da região uma pequena fortaleza onde o governo de Minas tinha dificuldades para entrar.

Rico, com muitas posses e um exército de cerca de 500 homens bem armados, extraiu ouro desde 1710, sem informar ao governo de sua existência. E mais, expedira comunicados condenando a morte se algum morador da cidade apenas falasse em quintos.

Em 1700 Portugal vê apreensivo que suas bebidas, tais como o vinho do porto e a bagaceira, estavam perdendo mercado para a cachaça, que tinha caído no gosto dos mineiros e era baratíssima.
Com a desculpa que a cachaça era prejudicial ao garimpo do ouro, resolveu taxar a bebida, o que elevou em muito o seu preço.

Em Pitangui, passados alguns anos, o governador já sabia que estavam extraindo ouro, mas ninguém pagava os quintos. Porém, Pitangui já tinha a fama de ser "rebelde, insubordinada e turbulenta". Os funcionários do governo sabiam da "*péssima reputação dos moradores da região, insubmissos à Coroa, onde suas leis não eram aplicadas e onde viviam pessoas poderosas que aplicavam eles mesmos a ordem e a lei, desdenhando da justiça oficial.*" O conde de Assumar descreve seus habitantes como "*bárbaros e ferozes, mais próximos dos animais que da natureza humana*".

Em 1713, chegam a Pitangui os cobradores dos quintos e do imposto da cachaça: 6 arrobas de ouro. Quando soube do fato, Domingos convocou o povo, com seu jeito valente e bruto e disse que ninguém pagaria nada. "*Ninguém paga*" foi a ordem geral.

Os cobradores do reino, Jerônimo e Valentim Pedroso, foram atacados pelo povo enfurecido sendo o primeiro ferido e o segundo, morto. Era a primeira sedição que se levantara nas Minas do Ouro e na Colônia contra o Governador e El-Rei.

Diante de tão grave ato, sem ter condições de punir os responsáveis, a Coroa resolveu isentar o povo de Pitangui do pagamento do imposto e de punições. A desculpa dada foi que o povo exercia uma função importantíssima na extração do ouro e não podia paralisar tal operação. Ou seja, confirmava-se que o ouro estava acima de tudo.

O governador, Capitão general Dom Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos - o Conde de Assumar - manda então o brigadeiro João Lobo de Macedo para

governar a vila. Este, temendo por sua vida, depois de adiar o quanto pode, se dirigiu a vila, da qual logo foi expulso por Domingos.

Porém, em 1719, o governo inconformado em perder os tributos, envia novos cobradores, agora com a dívida corrigida para 25 arrobas de ouro.

Domingos e seu sogro Bartolomeu Bueno novamente se colocam contra a cobrança e agitam a multidão que obedecendo-os, matam a pauladas o cobrador Diogo da Costa da Fonseca.

O governador então mobiliza um exército de 500 homens e marcha para Pitangui. Domingos somente conta com 400 homens e, diante da tropa do governo, se acovarda e foge. Mas os rebeldes ficam firmes nas suas posições.

Houve intensa luta nas proximidades de Pitangui. O governo vence e toma a vila. Os outros chefes da resistência, como os irmãos Fraga e Alexandre Afonso, e seus companheiros que ficaram para lutar, têm seus corpos esquartejados e as cabeças fincadas em paus à beira da estrada, em um local ainda conhecido como “Mato das Cabeças”. Suas casas são queimadas, suas terras salgadas, e são confiscadas todas as suas propriedades.

Domingos, que fugira para Taubaté depois disso, assassina o mestre de campo Carlos Pedroso da Silveira e vai então para Goiás onde descobre as minas de Crixás. Parece que faleceu em 1738.

A quantidade de documentação dessa época nos Arquivos Históricos Mineiros e no Arquivo Nacional é imensa. Um estudo detalhado dela vai mostrar que jamais houve a intenção de independência de Portugal por parte desses revoltosos.

Em muitas rebeliões, o grito popular era "*Abaixo a Tirania, Viva o Rei*". Todos queriam enriquecer, pagar pouco imposto, escapar da corrupção das autoridades e ficar livre da violência dos ataques de calhambolas.

Todos sabiam que não tinham condições de enfrentar o exército de Portugal, caso quisessem criar um país independente na região. Até uma criança sabia que tal país seria inviável. Bastaria Portugal cercar a região e deixar que os "independentes" morressem de fome.

Portanto, não houve movimento "nativista", os escravos não eram pobres sofredores, e sim criminosos selvagens, os índios mais selvagens e cruéis que os negros, a violência, a corrupção e o medo eram extremos, ninguém queria sair da proteção do Rei, ninguém tinha condições financeiras para arcar com a criação de um novo país e muito menos tornar o Brasil, um território imenso, independente de Portugal.

Capítulo 14

Organização Militar

Antes de entrarmos na rebelião de 1720, é necessário dar alguns esclarecimentos sobre as forças de segurança usadas na capitania de Minas naquela época. Eram de três tipos:

- 1ª Linha - Tropas profissionais, pagas
- 2ª Linha - Forças auxiliares
- 3ª Linha - Ordenanças

As forças auxiliares e as ordenanças eram contingentes que não recebiam remuneração e obrigadas a prestar serviço gratuito, sendo engajados nelas todos os cidadãos que estivessem em condições de tomar armas. Até 1719, em Minas, havia somente as forças auxiliares e as ordenanças.
Em 1719 começam a atuar os dragões - força de primeira linha da cavalaria - cujos membros recebiam soldos e eram recrutados entre os solteiros. Para Minas vieram 2 companhias com 60 homens cada.

As forças auxiliares não eram remuneradas, mas, se entrassem em combate, recebiam a metade do que era pago às tropas profissionais, com exceção dos oficiais, que sempre recebiam soldo. As ordenanças, idem, sendo uma espécie de força de reserva, usadas como recrutamento e defesa.

As ordenanças eram comandadas por um capitão-mor, eleito pelo conselho da cidade ou nomeado pelo alcaide-mor. A

partir de 1707, passam a ser nomeados exclusivamente pelos governadores de armas. Todos desejavam "nomeações de alta patente" mais pelo título e pela honra do que pela execução dos deveres que implicavam. Já os soldados rasos estavam sujeitos a todas as sortes de humilhações e não tinham qualquer espécie de soldo.

Teoricamente, todos os homens de 18 a 60 anos deveriam fazer parte de uma das três tropas existentes e o recrutamento militar acompanhava-se de uma complexa trama de negociações, resistências e compromissos, vale dizer que o suborno, apadrinhamento e troca de influências corriam soltos. O serviço militar durava em média 10 anos.
O recrutamento militar não era simples: cabia ao capitão-mor o poder de selecionar os soldados. Apreendia milhares de homens e depois escolhia os que iriam pegar em armas. Logicamente, que os que entravam em acordo eram dispensados. Uma rede de privilégios livrava a grande maioria do alistamento. Uma vasta rede de proteção, dada por um grupo ou uma pessoa que detinha certo privilégio, livrava vários homens dessa obrigação.

Muitos tentavam pedir baixa, outros desertavam e se refugiavam no sertão em casas de familiares, mas estavam sujeitos a serem presos a qualquer hora para se averiguar sua situação militar.

As Ordenanças se transformaram guarda municipal a partir de 1831. As tropas auxiliares se transformaram em milícias em 1796.

Características das forças:

Tropas de 1ª Linha

Tipo	Regular, Profissional, Paga
Composição	Portugueses e colonos brancos Mais tarde aceitaram-se negros e mulatos
Recrutamento	Forçado
Funções	Em Minas, segurança interna e policiamento
Condições	Recebiam soldo, fardamento, farinha, azeite, cavalos e assistência médica

Tropas de 2ª Linha

Tipo	Obrigatório não remunerado
Composição	Cavalaria: brancos Infantaria: brancos, mulatos e negros forros
Recrutamento	Forçado
Comando	Patentes regulares para instrução e pessoas bem posicionadas na sociedade
Condições	Equipamentos e armas por conta do comandante ou dos soldados

Tropas de 3ª Linha

Tipo	Obrigatório não remunerado
Composição	População masculina entre 18 e 60 anos Não alistada nas duas primeiras e não dispensada oficialmente
Recrutamento	Não havia. Todos os homens estavam automaticamente alistados
Comando	Sempre figurões da sociedade local
Condições	Equipamentos e armas por conta dos soldados, que eram proporcionais às suas rendas
Vantagens	Para os comandantes ascensão e prestígio social
Funções	Somente em âmbito local - faziam policiamento e obras públicas

Patentes Militares- Equivalências

Comandante Supremo: **Capitão General**[105]
Segundo em comando: **Mestre de Campo General**

Companhia de Ordenanças (250 soldados)	Exército Atual
Capitão	Capitão
Alferes	Tenente
Sargento	Sargento
Cabo de Esquadra	Cabo

Terço de Ordenanças (2500 soldados)	Exército Atual
Capitão-mor	Coronel
Sargento-Mor	Major
Ajudante Sgto Mor	Capitão
Alferes	Tenente
Sargento	Sargento
Cabo de Esquadra	Cabo

Companhia de Auxiliares (60 soldados)	Exército Atual
Capitão	Capitão
Alferes	Tenente
Sargento	Sargento
Cabo de Esquadra	Cabo

[105] O mestre-de-campo era o "o oficial militar da tropa de linha responsável pelo governo ordinário de seu regimento, transmitindo as ordens do capitão-general ou do mestre-de-campo general a seus oficiais. Tem a jurisdição cível e criminal de seu terço, com apelação para o general. Usa como distintivo bengala curta e grossa, com engaste. Também recebe a denominação de coronel." O mestre-de-campo general era o "oficial militar de maior posto abaixo do capitão-general, comandante de todos os terços da tropa de linha. Não estando presente o general, governa toda a infantaria, cavalaria e artilharia, e estando ambos o capitão-general dá ao mestre-de-campo general todas as ordens para que se distribua aos mestres-de-campo e deles aos oficiais subalternos. A ele toca fazer a distribuição dos alojamentos e dar as licenças para os vendedores de comestíveis aos militares. Usa o bastão como insígnia". (CÓDICE Costa Matoso, vol. 2)

Terço de Auxiliares Infantaria (600 soldados)	Exército Atual
Mestre de campo	Coronel
Sargento-Mor	Major
Ajudante Sgto Mor	Capitão
Alferes	Tenente
Sargento	Sargento
Cabo de Esquadra	Cabo

Regimento de Cavalaria (604 soldados)	Exército Atual
Coronel	Coronel
Tenente Coronel	Tenente Coronel
Sargento Mor	Major
Ajudante Sgto Mor	Capitão
Quartel Mestre	Tenente
Picador	Sargento

Capítulo 15

Revolta em Vila Rica de 1720
Prólogo

A revolta de Vila Rica de 1720, conhecida indevidamente como "Revolta de Felipe dos Santos" foi um evento de importância devido às suas consequências e a quantidade de participantes.

Por ficar patente nela as reais intenções dos envolvidos, as técnicas de conspirar, as técnicas de se lidar com o motim pelo governador, a corrupção descarada das autoridades e o modus operandi de cada envolvido, que servirão de base para se analisar e chegar à verdade no caso da Inconfidência Mineira, onde se repetiram, uma por uma, todas as situações apresentadas em 1720, os "estudiosos" brasileiros falam nela somente de passagem.

E quando falam, simplesmente distorcem os fatos, ou, em bom português, mentem. Ao digitar no site de pesquisa "google" a frase "*revolta de Filipe dos Santos*" são encontradas mais de um milhão de páginas. Analisei as trinta primeiras e todas, com exceção de uma, ou mentem ou distorcem os acontecimentos. Grande parte conta a história sob o viés marxista: "***Felipe dos Santos", pobre, herói popular, liderou uma revolta, lutando contra a opressão para criar um mundo de fraternidade***." Outros, a imensa maioria, dizem ser tal pessoa "***rico mineiro, o chefe da revolta, herói popular, que trocou seus bens pela***

independência do país". E tal famosa frase que ele NÃO DISSE ao ser enforcado. Em suma, uma enganação total.

Vamos estabelecer aqui a verdade, comprovada por vasta bibliografia que foi mencionada nas notas desta edição[106]

Os envolvidos como comprovadamente revoltosos foram 27 pessoas. Mas a lista toda chega a 154 pessoas, por envolvimento indireto. Os 27 principais foram:

Antônio Caetano Pinto Coelho
Antônio Martins Leça
Frei Bento
Felix Azevedo Carneiro Cunha
Felipe dos Santos
Francisco de Monte Alverne
Francisco Xavier
Franco da Costa Ramos
João da Silva Guimaraes
João Nunes Viseu
José Carlos
José da Silva Guimaraes
José Peixoto de Abreu
José Ribeiro Dias
Manuel Mosqueira da Rosa
Matias Barbosa da Silva
Pascoal da Silva Guimarães
Pedro da Rocha Gandavo
Pedro de Barros
Pedro de Moura Portugal
Rafael da Silva e Souza
Sebastião Carlos Leitão
Sebastião da Veiga Cabral
Teodósio da Silva
Tomé Afonso pereira
Traquilha
Vicente Botelho

O líder, o chefe supremo, o cabeça, dessa trama muito bem urdida foi Pascoal da Silva Guimarães. As razões da revolta são todas motivadas pela situação econômica e política de

[106] A maior parte das informações deste capítulo foram extraídas do excelente trabalho do professor Carlos Leonardo Kelmer Mathias, "*Jogos de Interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica*" - UFRJ - 2005, no qual se pode ter uma visão do contexto completo da revolta, inclusive com análises detalhadas das personalidades envolvidas. Imprescindível para quem deseja entender tal evento.

cada um dos envolvidos e segundo Mathias[107], isso significava uma estratégia, dentre várias, a ser adotada para fazer face à chegada do novo governador - o conde de Assumar - que trazia consigo, além da visão pessoal de poder e riqueza, uma política emanada da Corte para tentar por ordem na balbúrdia que o garimpo do ouro se tornara.

Pode-se dividir os participantes desse fato importante na história do ouro de Minas Gerais da seguinte forma:

- Os revoltosos que possuíam bens, ouro, escravos, títulos, autoridade, poder econômico e poder político;
- Os revoltosos serviçais dos acima mencionados;
- A população das Vilas envolvidas;
- Os não revoltosos que possuíam bens, ouro, escravos, títulos, autoridade, poder econômico e poder político;
- O governador
- Os que ajudaram o governador

O modo que Portugal escolheu para retirar o ouro do Brasil foi o pior possível. Baseado em "*façam o que quiserem, desde que paguem a quota anual de arrobas de ouro*", ou seja, desconsiderando o que significa o fator humano dentro de um quadro de "façam o que quiserem", pôs a tona uma situação de completa anarquia e salve-se quem puder.

As pessoas que se tornaram influentes trataram de criar facções de agregados que lhe ajudavam a manter sua posição de mando dentro da sociedade, estando sempre dispostas a

[107] Mathias, C L Kelmer - "*Jogos de Interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica*" - UFRJ - 2005

interferir em favor dos componentes de suas facções. O governador, sem alternativa, também fazia o mesmo, procurando trazer para sua facção, através de concessão de privilégios, todos que pudessem ajudá-lo a cumprir adequadamente sua tarefa de governador e ao mesmo tempo, enriquecê-lo.

A luta para criar, manter e expandir tais redes de coligados era, pois a principal tarefa a que todos se devotavam, usando os métodos que fossem necessários, principalmente a corrupção, traição e assassinatos.

A política era, pois, um eterno fazer e desfazer alianças com e entre poderosos, sempre com um único objetivo de se satisfazer ambições pessoais.

Não se pode aqui fazer uma análise completa de cada um dos revoltosos, então ficaremos com alguns, a começar pelo líder da revolta, Pascoal da Silva Guimarães, que possuía uma rede de mais de 58 pessoas.

Pascoal da Silva Guimarães foi um destacado reinol na guerra dos emboabas. Riquíssimo, o senhor mais poderoso de Vila Rica e, na época, talvez de toda capitania de Minas, em 1720 era proprietário de duas grandes fazendas e de mais de dois mil escravos, além de ricas lavras de ouro.

Em Vila Rica, era sargento-mor e foi elemento de suma importância no desenrolar da guerra dos Emboabas para garantir a vitória da Coroa contra os paulistas em 1710. Assim que o Governador chegou ao local com apenas 20 soldados e uns poucos oficiais, Pascoal, às suas custas, sustentou a tropa

e a comitiva do governador por quinze dias, tendo uma despesa fenomenal.

Foi também quem fez as conversações com os dois líderes das hostes que se enfrentavam, conseguindo que fizessem a paz e se curvassem diante da autoridade do governo.

Essa amizade com o governador foi recompensada. Em 1711, recebeu do mesmo uma sesmaria de uma légua, nas terras em que morava. Pascoal tinha, na ocasião, 300 escravos. Dois meses depois, o governador o promove a Mestre de Campo, no Terço das Ordenanças de Vila Rica, além de nomeá-lo Superintendente de todo o distrito.

O ditado diz que uma mão lava a outra. No mesmo ano, Pascoal mandou 2 pelotões de 30 escravos armados, cada um, para o Rio de Janeiro, para ajudar o Governador com a luta contra os franceses.

O governador, por sua vez, favorecia Pascoal em tudo, lhe conferindo agora toda autonomia e poder no distrito, além de lhe garantir o comando de um pequeno exército de negros armados e índios “frecheiros”.

Em 1713 assume o novo governador da Capitania de Minas do Ouro, D. Brás Baltasar, que está muito agradecido pela colaboração de Pascoal.

Em 1716, D. Brás concede a Pascoal duas cartas de sesmaria, sendo uma de uma légua na localidade de Capão das Cobras e outra, também de uma légua, na localidade de Tacarucu, no

rio das Velhas, “para acomodar sua gente faisqueira, e suas feitorias de roças e gado”.

Em 1718, D. Pedro de Almeida, o novo governador, concede o posto de “governador de Vila Rica” a Pascoal:

> *"(...) deixar encarregado desta Vila Rica e seu distrito uma pessoa que encerra merecimento, serviços, nobreza e autoridade, e achando-se todas na pessoa de Pascoal da Silva Guimarães, que tem servido o dito nestas Minas, por espaço de quatro anos em postos de sargento-mor de ordenanças desta vila e de mestre-de-campo do terço dos auxiliares, que nela se formou em que está confirmado por Sua Majestade (...) sendo o principal instrumento da devida obediência que tem o dito governador que nomeando ao mestre-de-campo Pascoal da Silva Guimarães no cargo da superintendência deste distrito se houvesse com grande acerto, e prudência de que resultou principiarem os povos a experimentar quietação, e sossego que de antes os não tinham".*

O filho de Pascoal, João da Silva Guimarães, recebeu do próprio D. Pedro de Almeida, em 13 de março de 1719, a patente de capitão-mor das ordenanças do “distrito desde o Rio das Pedras até Raposos”. E, em 1720, João da Silva era juiz ordinário da câmara de Vila Rica, ou seja, o controle da câmara permanecia também na família de Pascoal da Silva.[108]

---

[108] O conde de Assumar escreverá mais tarde: “*Tudo que se verificou foi arte de seu ouro, reputado em mais de cem arrobas, sem se contar fazendas, lavras e escravos.*”

Sebastião da Veiga Cabral, o segundo principal líder da revolta, foi nomeado para o posto de governador da Colônia do Sacramento em 1696 – cargo que assumiria somente em 1699, com patente de tenente de mestre-de-campo general, em função de serviços anteriormente prestados, principalmente, na defesa das ilhas açorianas do Corvo, Flores e Terceira. Retornou ao Reino onde, em 1709, assumiu o governo de Abrantes, chegando, depois, ao Brasil, por volta de 1717. Pleiteou o cargo de governador de Minas por três vezes, não conseguindo que o Rei satisfizesse seu desejo. Daí sua frustração. Era um dos homens que possuía vasta rede de coligados e um dos mais poderosos de Minas.

Manuel Mosqueira da Rosa, o terceiro principal líder da revolta, também pessoa tão poderosa quanto os dois primeiros líderes, dono de ricas posses, almejava reaver seu posto de ouvidor da comarca de Vila Rica, então ocupado por Martinho Vieira. Por ser o cargo de ouvidor um dos mais importantes da vila, ser novamente ouvidor era um dos motivos de Mosqueira da Rosa para sua adesão à revolta. [109]

Outro revoltoso favorecido foi Pedro da Rocha Gandavo. Do governador D. Antônio de Albuquerque, recebeu, em 1711, sesmaria de uma légua de terra em quadra em um sítio seu no distrito da Itatiaia, onde possuía "bastante fábrica de escravos".

---

[109] Ao ouvidor cabia cuidar das causas a ele remetidas por apelação do juízo ordinário; passar cartas de seguro; tirar devassas; inspecionar a igualdade dos pesos e medidas; exercer a presidência da junta dos recursos; ser membro da junta da Fazenda e da junta das Justiças; acumular os cargos de superintendente de terras e águas minerais, de corregedor de comarca, de auditor de gente de guerra, de juiz de feitos da Coroa no âmbito da sua jurisdição e de provedor de defuntos e ausentes, resíduos e capelas.

De D. Brás Baltasar, Pedro da Rocha foi agraciado com o posto de sargento-mor da cavalaria de ordenança e, posteriormente, com o posto de coronel de um regimento de cavalaria de ordenança do distrito de Vila de Nossa Senhora do Carmo.
Nessa última carta, o governador deu conta que Pedro da Rocha auxiliou D. Antônio de Albuquerque em 1711 com 12 escravos armados às suas custas, ressaltou sua atuação na junta que se estabeleceu para firmar em trinta arrobas a arrecadação dos quintos régios, destacou sua participação na contenção de uma sublevação ocorrida na Vila do Carmo e, por fim, sublinhou sua participação no cargo de juiz ordinário, vereador e almotacé[110] de Vila Rica.

Mais um revoltoso favorecido, Rafael da Silva Souza esteve, de forma bem acentuada, envolvido com os negócios da governabilidade e da governança. Em 1711, recebeu do governador D. Antônio de Albuquerque, patente de sargento-mor do terço dos auxiliares do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Em 1712, El-Rei escreveu a carta de confirmação da referida patente, na qual deu conta que Rafael da Silva serviu, durante mais de dois anos, no posto de capitão de infantaria da ordenança do mesmo distrito.

Na ocasião da invasão francesa à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1711, apresentou-se ao governador com 200 escravos armados e pagos às suas custas.

---

[110] Tipo de fiscal de pesos e medidas

De próprio punho, Rafael da Silva deu conta que "*ele por seus importantes serviços e capacidade ficou encarregado do governo das Minas pelo governador D. Antônio de Albuquerque em que o dito baixou socorro ao Rio de Janeiro*", servindo com patente de coronel no distrito do Ribeirão do Carmo, mas com ocupação de capitão-mor.

Em 1713, como procurador da Vila Real do Carmo, foi um dos que assinou o termo segundo o qual ficou constando que a comarca de São João del Rei contribuiria com 5 arrobas e 10 libras de ouro, a comarca de Vila Rica com 12 arrobas de ouro e a comarca da Vila Real com 10 arrobas e 22 libras de ouro com declaração que os moradores de Pitangui deveriam pagar uma arroba de ouro.

Também como procurador da mesma Vila, em 1714, fez parte de uma comissão composta pelos procuradores das câmaras e por dois peritos para determinar quais os limites que deviam ser estabelecidos entre as três comarcas que o governador D. Brás Baltasar almejava criar nas Minas do Ouro, a saber, a de Vila Rica, a do Rio das Velhas – com sede em Sabará – e a do Rio das Mortes –com sede em São João del Rei.

Quando o referido governador lhe passou carta patente do posto de coronel das companhias da ordenança dos privilegiados, reformados e mais nobreza destas minas, deu conta que Rafael da Silva havia servido nos postos de capitão de ordenança da Vila do Carmo, de sargento-mor do terço dos auxiliares da mesma vila; de capitão-mor das ordenanças da referida localidade, que estava servindo por espaço de 5 anos; que se portou com conhecido valor e limpeza de mãos quando cobrou os Reais Quintos no distrito de Guarapiranga; que

auxiliou a D. Antônio de Albuquerque, em 1711, "às custas de sua fazenda"; e que era homem de "conhecida nobreza". Em 1715, foi eleito para o cargo de juiz ordinário novamente em Vila do Carmo.

Sebastião Carlos Leitão, igualmente outro revoltoso, foi agraciado com o posto de sargento-mor do terço auxiliar do distrito de Vila Rica. Na carta patente, o governador D. Antônio de Albuquerque deu conta que a pessoa ocupante do referido posto deveria ser "capaz e de respeito" e, reconhecendo em Sebastião Carlos pessoa de "capacidade, e valor com muita experiência do militar", além de ser "*dos principais moradores destas Minas, e com cabedais bastantes para poder, com as despesas de marchas tão largas e esperar dele que em tudo satisfaça as obrigações de sargento-mor*", concedeu-lhe o aludido posto.

Cerca de dois anos depois, Sebastião Carlos foi promovido, por D. Brás Baltasar, ao posto de coronel do regimento de cavalaria da ordenança de uma companhia na comarca de Vila Rica. Na carta patente, D. Brás Baltasar ressaltou os serviços prestados por Sebastião Carlos no auxílio ao Rio de Janeiro, caracterizando-o como uma pessoa de bons merecimentos e que atendia prontamente os "desejos e ordens" do governador.

Félix de Azevedo Carneiro e Cunha, mais um revoltoso, foi companheiro do governador D. Antônio de Albuquerque, em muitas campanhas da Coroa Portuguesa no Brasil, tendo ascendido "*por todos os postos inferiores, e pelo de capitão do regimento da Armada Real, fazendo muitas campanhas e armadas por mar, e terra achando-se em muitas ocasiões de peleja com valor notório*", já tendo atuado no Real Serviço,

além de em muitas "ocasiões de peleja" no reino, também na capitania de São Paulo.

Antes de descer à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, D. Antônio de Albuquerque, a quem Félix de Azevedo se apresentou com escravos seus armados às suas custas, concedeu-lhe a patente de sargento-mor de um terço pago recém-criado nas Minas a mando de Sua Majestade.

O revoltoso Antônio Martins Leça recebeu meia légua de terra em quadra nas Cabeceiras de São Bartolomeu, local onde, desde 1710, "fabricava uma roça" na qual "*queria fazer uma fazenda para dela pagar dízimos a Sua Majestade*". Em 1713, foi feito capitão de uma companhia dos auxiliares do terço de Vila Rica.

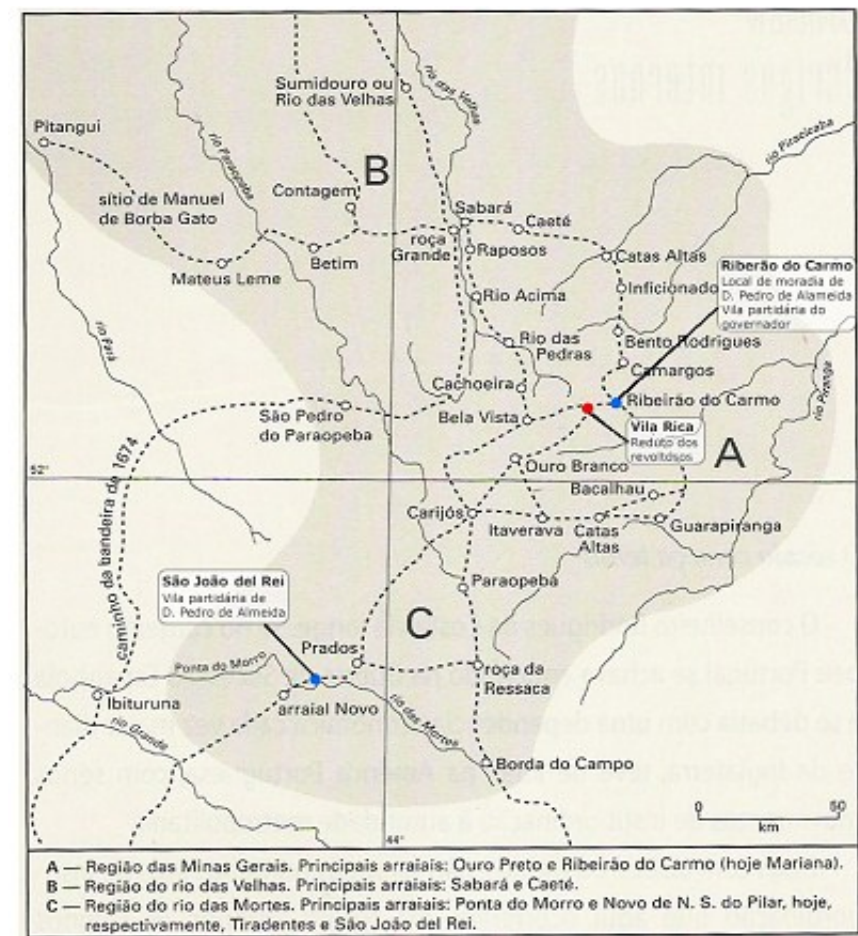
Desempenhou o cargo de procurador e cobrador do ouro pela câmara também de Vila Rica atuando na repartição das comarcas. Destruiu quilombos às custas de seu bolso e com risco à sua vida. Por tudo isso foi promovido, em 1717, sargento-mor das ordenanças do distrito de Vila Rica.

Por fim, chegamos a Felipe dos Santos, português, pobre, trabalhava para Pascoal da Silva Guimarães, onde exercia as funções de ferreiro, principalmente como ferrador de cavalos e mulas. Confiante na riqueza e poder do seu patrão, acreditava que passaria a sesmeiro e proprietário, depois do sucesso da sublevação.

Bom orador e carismático, foi escolhido por Pascoal para ser o porta voz junto à população, agitando e tentando convencer a todos da utilidade da revolta.

Abaixo a situação da cada um dos principais revoltosos, quanto a sua posição na sociedade e posse de bens:

Nome do revoltoso	Cargo/Profissão/Bens
Antônio Caetano Pinto Coelho	Capitão mor
Antônio Martins Leça	Sargento mor e sesmeiro
Frei Bento	Frade
Felix A Carneiro Cunha	Ten. Aux. mestre de campo-sesm
Felipe dos Santos	Serviçal
Francisco de Monte Alverne ..	Frade
Francisco Xavier	Capitão - primo de Pascoal
Franco da Costa Ramos	Médico
João da Silva Guimaraes	Juiz de barrete e sargento mor
João Nunes Viseu	Médico
José Carlos	Serviçal
José da Silva Guimaraes	Serviçal
José Peixoto de Abreu	Letrado
José Ribeiro Dias	Letrado
Manuel Mosqueira da Rosa	Ex-ouvidor
Matias Barbosa da Silva	Capitão
Pascoal da Silva Guimarães ...	Líder da revolta, já descrito
Pedro da Rocha Gandavo	Coronel e sesmeiro
Pedro de Barros	Serviçal
Pedro de Moura Portugal	Frade
Rafael da Silva e Souza	Coronel de ordenança
Sebastião Carlos Leitão	Coronel de cavalaria
Sebastião da Veiga Cabral	Ex governador col. Sacramento
Teodósio da Silva	Serviçal
Tomé Afonso Pereira	Serviçal
Traquilha	Capitão
Vicente Botelho	Frade, filho de Manuel M Rosa

A — Região das Minas Gerais. Principais arraiais: Ouro Preto e Ribeirão do Carmo (hoje Mariana).
B — Região do rio das Velhas. Principais arraiais: Sabará e Caeté.
C — Região do rio das Mortes. Principais arraiais: Ponta do Morro e Novo de N. S. do Pilar, hoje, respectivamente, Tiradentes e São João del Rei.

Mapa da região do Conflito em 1720

Capítulo 16

Revolta em Vila Rica de 1720
A Ação

O motim da população foi marcado para a véspera do dia de S. Pedro, quando todos estariam comemorando a festa. Nesse dia, Pascoal estava em sua fazenda e mandou recado ao seu filho João da Silva, que executasse "*tudo quanto tinham concertado ou, se não, tomasse veneno, pois já não podiam voltar atrás*."

Assim, em Vila Rica, em 28 de junho de 1720, por volta das 11 horas da noite, desceram do morro do Pascoal (morro do Ouro Velho) duas turmas, compostas por 6 mascarados e 40 negros armados, cada uma.
Uma foi para o centro da vila e a outra foi para o bairro Padre Faria. Com extrema violência, os negros arrombavam as portas das casas e obrigavam os moradores a se juntar ao motim, sob pena de terem as casas queimadas com eles dentro.

Ambas as turmas, engrossadas pela população temerosa, se encontraram na praça e foram juntas para frente da casa do Ouvidor, Martinho Vieira. Em lá chegando arrombaram a casa, mas não encontraram o ouvidor. Esfaquearam um seu empregado, estupraram violentamente sua amante, destruíram tudo o que encontraram.

De lá partiram para uma casa onde o Conde costumava se hospedar quando estava em Vila Rica e não encontraram ninguém. Foram então à casa de Bartolomeu Bis, amigo íntimo do Ouvidor, mas ali também nada encontraram.

Passaram toda a noite revirando a vila e ao amanhecer do dia 29 foram para frente da Câmara. O paço teve suas saídas guarnecidas pelos revoltosos para que o povo ficasse nele, enquanto o letrado José Peixoto da Silva, fingindo ser obrigado, redigia um manifesto a ser entregue ao conde de Assumar.

O governador, D. Pedro de Almeida, conde de Assumar, raposa experiente, tinha se mudado para a Vila do Carmo futura cidade de Mariana, justamente para ficar distante de Pascoal e sua turma. Assumar se afastou de Vila Rica para melhor comandar a reação contra as desordens e a imposição de sua autoridade absoluta.

Então, no mesmo dia 29, José Peixoto se dirigiu para lá para entregar o manifesto ao Conde de Assumar, que já sabia do motim, pois fora alertado pelo escrivão da Ouvidoria de Vila Rica, Manuel Jose Martins, que tinha se infiltrado entre os revoltosos, mas na verdade era espião do Governador.

Este sabia de tudo e sabia também que não teria tempo para compor um batalhão e lutar contra os revoltosos, mas não levou em consideração as propostas trazidas por Peixoto.

Este voltou para Vila Rica e contou a disposição do governador. Então os líderes ordenaram que os serviçais

instigassem o povo dizendo que o governador estava reunindo forças para atacá-los. A vila ferveu o dia inteiro.

No dia 30 de junho, os revoltosos enviam 3 procuradores do "povo" para se encontrar com o governador. Foram o sargento mor Antônio Martins Leça, e os letrados José Peixoto da Silva e José Ribeiro Dias, o segundo como "procurador do povo" e o terceiro como "juiz do povo".

Na reunião que tiveram com o governador propuseram que o mesmo fosse até Vila Rica, para conceder o perdão aos revoltosos. O Conde disse que concederia o perdão, mas que isso demoraria, pois dependia de decisão do rei. E nada falou sobre os pedidos trazidos anteriormente por Peixoto. Este, reservadamente, aconselhou o governador a não ir até Vila Rica, pois cairia em uma armadilha.

Os líderes verificam que o governador está ganhando tempo e então começam a tarefa de armar um grupo para marchar até Vila do Carmo para depor ou assassinar o governador. Em 2 de julho, esse grupo composto de cerca de mil pessoas ruma, então, para Vila do Carmo.

Notar que jamais os verdadeiros líderes participavam dessas incursões ou negociações. Mandavam seus serviçais ou testas de ferro à frente das pessoas que arregimentavam para compor o batalhão. Pascoal, durante toda essa farra, ficou em uma de suas fazendas.

O governador sabia de todos os movimentos dos revoltosos e reuniu os dragões e mais grupos de negros armados,

colocados à sua disposição por seus amigos, protegeu o palácio e várias residências da Vila do Carmo.

O grupo do governador não permitiu que os revoltosos entrassem na Vila, que então fizeram uma comissão para se reunir com o governador, que estava ciente que a revolução se alastrara e tinha atingido Sabará e Mato Dentro.

Nessa reunião Peixoto novamente colocou as reinvindicações ao governador, que astuciosamente concordou com todas. Fizeram então um documento que foi assinado pelo Conde de Assumar e várias personalidades entre elas *Sebastião Da Veiga Cabral*; Domingos Teixeira de Andrade; *Antônio Caetano Pinto Coelho*; Domingos Teixeira Tenório; *Rafael da Silva e Sousa*; *Félix de Azevedo Carneiro e Cunha*; Luis Tenório de Molina; *Matias Barbosa da Silva*; Gabriel da Costa Pina; Sebastião Fagundes Varela; Torquato Teixeira de Carvalho, vigário da vara; *Pedro de Moura Portugal*; Manuel da Costa de Araújo; doutor *Francisco da Costa Ramos*; doutor *João Nunes Viseu*; Pedro Teixeira Cerqueira; Manuel Cardoso Cruz; Pedro Gomes Esteves; Manuel da Silva Ferreira; Manuel d'Afonseca; Manuel Loureiro; Manuel Mendes de Almeida; Jacinto e Barbosa Lopes.[111]

Os revoltosos pretendiam matar o ouvidor, expulsar o govenador e impor as seguintes medidas, dentre um total de 15:

- A não construção de casas de fundição de cunhos e moedas

[111]Os nomes em itálico são de revoltosos. Veja que os líderes não participavam do motim.

- anulação dos registros nos quais se cobravam impostos aos mineradores;
- redução das custas judiciais e dos salários do foro;
- supressão do monopólio do sal, da aguardente e do fumo pela coroa;
- fim dos contratos de gado.

Em 5 de julho, os agitadores circularam um boato que o Governador pretendia cobrar a dívida de Vila Rica com a coroa que chegava a 30 arrobas de ouro. O governador desmentiu e, afirmando que o perdão do dia 2 estava vigorando, demitiu o Ouvidor Martinho Vieira, nomeando para seu lugar o juiz de Vila Rica, João da Silva Guimarães, filho de Pascoal.

Esse golpe na revolta, ao retirar de cena o filho do principal líder, causou uma reação nos revoltosos que mandaram sua tropa de choque agitar toda a Vila, que se transformou num pandemônio.

A situação se agrava. O governador chama o ex-ouvidor Manuel Mosqueira da Rosa à Vila do Carmo, mas este não vai. O governador chama então seu filho, o padre Vicente Botelho, que também não comparece. O governador tenta novamente e dessa vez, Rosa vai ao seu encontro, quando lhe é oferecido o cargo de Provedor da Fazenda Real, ao qual ele não aceita e o governador sente que não podia contar com ele contra a revolta.

Igualmente acontece com Sebastião da Veiga Cabral, que frequentava a casa do governador, mas também era revoltoso.

Cabral fez de tudo para derrubar o governador e finalmente disse que estava sendo ameaçado de morte por dois mascarados, caso "*não aceitasse o cargo que os revoltosos lhe tinham dado, qual seja, governador de Vila Rica*". Assim disse ao Governador que para escapar de tal situação fugiria para o Rio, mas, foi parar em Vila Rica.

Avisado pelo escrivão da Ouvidoria, Manuel José Martins, o governador fica sabendo que em 12 de julho seria deflagrado novo motim, com a aclamação de Sebastião da Veiga Cabral, como novo governador e o preenchimento dos demais cargos postos e ofícios com uma lista de indicados por Pascoal Guimarães.

O conde já conseguira o apoio dos seus amigos e somente aguardava a chegada desses reforços, pois sua intenção sempre fora "*desembainhar a espada e cortar a cabeça dessa Hidra*." Então, em 13 de julho publicou um bando, recompensando com uma quantia de 100 oitavas de ouro a quem matasse um mascarado. Também, alegando que o novo motim quebrara o acordo, declarou que o perdão dado em 2 de julho somente atingiria o povo, estando cancelado para os cabeças do movimento.

Nesse mesmo dia, enviou a Vila Rica um grupo de 30 dragões para prender os líderes do movimento. Foram presos Pascoal da Silva Guimarães, Sebastião da Veiga Cabral, Manuel Mosqueira da Rosa, frei Vicente Botelho e frei Bento.

Depois das prisões, na madrugada de 14 para 15 de julho, a vila se tornou um inferno e os bandos de negros liderados pelos mascarados mataram uma pessoa, acusada de ser espião

do governador, voltaram arrombar as casas ameaçando de morte os moradores que não os acompanhassem na manhã seguinte para libertar os presos.

O governador também foi avisado que o filho de Pascoal, o juiz João da Silva Guimarães, estava na localidade de Serra, com um grupo de negros armados esperando para atacar com a chegada de reforços vindos do Rio das Velhas, onde Pascoal tinha muitos amigos. Diante disso avisa a Pascoal, que estava preso, que "*que todo dano que seu filho causasse na Vila seria descontado nele*".

Diante dessa ameaça, temeroso por sua vida, Pascoal escreve uma carta a seu filho ordenando-lhe que tirasse do motim todos os seus familiares e retrocedesse.

Nesse momento, o governador já tinha recebido reforços e com um exército de cerca de 1500 homens, principalmente de negros armados, mas contando também com brancos, mulatos, índios flecheiros e dragões, invade Vila Rica em 16 de julho.

A Vila estava calma, pois os serviçais de Pascoal estavam em outras vilas tentando amotinar suas populações. Felipe dos Santos estava em Cachoeira, um bando estava no morro do Ouro Podre, Tomé Afonso Pereira, o mais violento dos revoltosos estava em Sabará; e a Vila do Carmo, de onde saíra o governador, também se amotinara.

D. Pedro de Almeida manda que as casas de Pascoal e outros amotinados, situados no morro do Ouro Podre sejam destruídos. A tarefa fica difícil, pois os negros de sua milícia

somente queriam saquear e beber os vinhos que existiam nas casas, sem que os chefes pudessem contê-los. Finalmente, conseguem disciplinar a turba e queimam as casas indicadas. O morro do Ouro Podre ficou então conhecido como Morro da Queimada.

Em 17 de julho, o governador lançou um bando ordenando que todos saíssem do morro do Ouro Podre e fossem residir em Vila Rica ou em outro lugar. Também ordenava que todos os moradores de Vila Rica voltassem às suas casas no máximo em três dias, sob pena de serem considerados revoltosos e terem seus bens confiscados.

Prosseguindo, prendem Felipe dos Santos que foi encontrado no paço da Matriz de Cachoeira, discursando e incitando o povo a revoltar-se.

Felipe dos Santos, mesmo preso, ainda acreditava que seu patrão seria vitorioso nessa batalha e lhe salvaria, com desassombro confessava com jactância a sua condição de revoltoso e dava brados de “morte ao governador”. Diante de tamanha insolência, o Conde de Assumar realiza um julgamento sumário no qual Felipe dos Santos não volta atrás, continuando firme em se declarar revoltoso, sendo então condenado à morte, o que foi feito em 19 ou 20 de julho de 1720.

Foi enforcado, depois decapitado, sendo sua cabeça espetada em um poste em Vila Rica e o resto do corpo foi arrastado por um cavalo pelos caminhos até se despedaçar por completo.

Em 20 de julho, o governador reconduz Martinho Vieira ao posto de Ouvidor e a situação é controlada. Os líderes dos revoltosos presos são enviados então para Portugal.

Deve-se notar bem que Felipe dos Santos não queria libertar a terra de Portugal. Era um mero serviçal de um poderoso que desejava apenas uma vida melhor, SOB A COROA PORTUGUESA. Pagou com a vida por ser pobre, desvalido, temerário, um perfeito idiota útil, um "bucha de canhão" que serviu para que o Conde o fizesse vítima de um castigo exemplar.

Capítulo 17

Revolta em Vila Rica de 1720
Epílogo

O resumo da revolta de 1720 traz importantes lições para se entender a Inconfidência Teórica de Tiradentes, cerca de meio século depois.

Pontos a analisar:

1. Liderança e Mentores
2. Causas
3. Objetivos
4. Técnicas de Ação
5. Garantias em caso de Falha
6. Destino dos envolvidos

1 - Liderança e Mentores

A liderança e mentores foram compostos de pessoas poderosas, conforme vimos anteriormente, com uma extensa rede de coligados igualmente ricos, poderosos e ocupantes de cargos de governança - Pascoal contava com 56 pessoas, sendo 7 em cargos de governança, 17 militares, 11 religiosos e 20 em diversas outras ocupações. Sebastião da Veiga Cabral e Manuel Mosqueiro da Rosa, também possuíam cada um extensas redes de clientelismo, de igual importância a de Pascoal.

2 - Causas

Devido às condições vistas anteriormente da Coroa portuguesa, no início do século XVIII, o território da região de extração aurífera e de diamantes da capitania de Minas do Ouro era uma região em que a governabilidade não era exercida na sua plenitude pela autoridade do rei. A situação era um complicado jogo de xadrez no qual Portugal tentava desesperadamente dominar a situação e impor a vontade real.

Porém, desde o descobrimento do ouro, as condições eram desanimadoras. Primeiramente pelo tipo de gente que tinha se apoderado do território, no dizer do Conde de Assumar, "*indivíduos feros*". Depois pelo tipo de oficiais do governo que Portugal enviava para lá, corruptos e sequiosos de riquezas. Finalmente pela ambição da coroa que somente se interessava pela extração do ouro, a qualquer preço, sem se importar com os outros aspectos da vida no local.

Os governadores enviados pela Corte para a capitania assumiram a tática de beneficiar com poder e distinções os que se destacavam na mineração. Assim, serviram-se das forças auxiliares e de ordenança, promovendo indivíduos a cargos como capitão-mor, sargento mor, mestre de campo, etc, criando uma elite local, que enriquecia com tais cargos ao mesmo tempo em que seus membros ficavam pertencendo a rede de clientela do governador.

Porém, com o passar do tempo e com o poder e riqueza aumentados, os senhores ricos das Minas se libertaram do governador e criaram suas próprias redes de clientelismo.

Por exemplo, a família de Pascoal da Silva Guimarães, pelo seu poder e riqueza, era a responsável pela manutenção da governabilidade na sua região, deixando a governança da monarquia portuguesa totalmente dependente dela. Régulos[112] como Pascoal, portanto, se estabeleceram antes do poder de El-Rei, na região das minas.

Acontece, porém, que a maioria dos governadores também era vítimas da febre do ouro e, assim que tomavam pé da situação, trabalhavam integralmente para enriquecerem, deixando os assuntos de El-Rei em segundo plano.

O principal meio de integração entre as elites locais que exerciam a governança e o governo imperial eram as câmaras municipais[113].

---

[112] Régulo: pequeno rei, chefe de pouca importância, mas de temperamento tirânico. O sentido aqui usado é de alguém que não sendo rei, procede e governa como se fosse um.

[113] As câmaras eram dotadas de patrimônio e finanças próprias, independentes do Real Erário, em geral competia às câmaras editar posturas, processar e julgar os crimes de injúrias verbais, pequenos furtos e as infrações de seus editos (as causas de almotaçaria); resolver embates relativos a servidões públicas (caminhos, águas etc.); cuidar do abastecimento, da política sanitária, da urbanização, da educação, dos serviços sociais, além de terem responsabilidade sobre órfãos e enjeitados. Eram órgãos fundamentais de representação dos interesses e das demandas dos colonos, possuíam jurisdição não somente na localidade na qual estavam sediadas, mas também nos territórios que compunham os termos existentes. Eram regidas pelas Ordenações, que regulamentavam o funcionamento do Reino Português, podendo instalar-se apenas nos locais com estatuto de vila. As eleições davam-se de três em três anos, elegendo dois juízes ordinários – no século XVIII, o mais velho acumulava a função de presidente da câmara, sendo que na sua ausência a Coroa nomeava o juiz de fora –, três vereadores e um procurador, por voto daqueles que figuravam em listas para tal fim, a saber, os homens bons, na expressão das leis. O exercício de tais cargos conferia a seu titular prestígio social e político, podendo significar acumulação de riquezas. -- BICALHO, Maria Fernanda. "*As câmaras municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro*".

Os governadores enviados por Portugal tiveram cerca de quinze anos para estudarem e conhecerem todas as facetas da governabilidade exercida por tais régulos locais e foram acumulando experiências e estratégias para melhor poderem transferir o comando das suas mãos para o âmbito da Coroa.

O estabelecimento das câmaras foi uma dessas estratégias para que os representantes de rei pudessem, aos poucos, estabelecer o exercício de sua governabilidade. Dessa forma a Coroa precisava da elite que compunha as câmaras para garantir de forma mínima a sua autoridade e as elites das câmaras necessitavam das honras privilégios, títulos e mercês que a coroa distribui para reafirmarem e solidificarem sua qualidade de excelência de elite.

O fator detonador da revolta foi a ação do Conde de Assumar, que com uma perícia e determinação incomuns, construiu uma rede de clientela maior e mais poderosa que as da elite dos colonos, contando ela com cerca de 90 pessoas, dentre as quais 16 com cargos de governança, 22 na ordenança, 13 nas auxiliares, 5 nos dragões, e 34 em diversas (como sesmeiros, capitães, sargentos-mores, alferes, guardas-mores, etc). Isso permitiu que sufocasse todas as revoltas surgidas, fortalecendo a governança da Coroa.
Pascoal sentiu que a governança dos colonos estava seriamente ameaçada pelo Conde de Assumar e, desde 1719, tratou de projetar a revolta.

3 - Objetivos

O objetivo declarado foi a anulação do decreto de proibição de circulação de ouro em pó e a implantação de casa de

fundição e de moedagem em Vila Rica. Na época tudo era pago com oitavas de ouro em pó e a obrigatoriedade de levá-lo a uma casa de fundição tão perto, daria um severo golpe nos descaminhos, sendo inevitável uma drástica mudança nos hábitos da população, que temia ser imensamente prejudicada. Juntamente com este, havia os 15 pedidos para melhorar a vida da população, como vimos anteriormente.
O objetivo principal e oculto da revolta era manter a governança feita pelos colonos, que fariam suas próprias leis e determinariam as quotas de imposto sobre o ouro a serem pagas à Coroa. Isso faria com que o poder continuasse nas mãos de régulos, como Pascoal.

D. Lourenço de Almeida (sucessor do Conde de Assumar) em 1721 escreveu:

> *"Junto desta Vila morava Pascoal da Silva, homem de espíritos elevados, pelos quais desejava dominar estas Minas e muitos tempos o conseguiu pela demasiada estimação que lhe davam os Governadores, e como este homem gastava com excesso, eram tantas as dívidas, que apenas chegavam os seus bens para as pagar; por esta causa principiaram os seus credores a querê-lo citar, e vendo-se este perdido, todo o seu ponto foi malquistar o ouvidor e o governador para o que lhe não foi necessário muito; uniu-se a ele Sebastião da Veiga, que por qualquer caminho que fosse desejava ser Governador, assim pela sua ambição de governar como pelas demandas que trazia nestas Minas, e fazendo ambos partidos com Manuel Mosqueia da Rosa, prometendo-lhe que seria outra vez Ouvidor, o que ele desejava muito. (...) Toda*

> *quanta diligência cabe no possível, tenho feito para vir no conhecimento da causa que este povo de Vila Rica teve para fazer os motins passados, e acho constante matéria por todos que o fundamento destas alterações não foi outro senão paixões e interesses particulares (...) e como necessitavam de pretexto para o seu levantamento, tomaram o das Casas das Fundições, o qual pareceu bem a barbaridade deste povo pelo lucro que se lhe representava de não pagarem".* [114]

A decisão de continuar sendo colônia de Portugal era clara e patente. Notar que na reinvindicação nº 4 da lista que foi entregue ao Governador, os revoltosos mencionavam explicitamente que "***queriam assegurar a Sua Majestade, que Deus guarde, as trinta arrobas***" que seriam pagas de acordo com diversas ajustes que seriam feitos nas contribuições que as pessoas faziam para pagar os quintos.
No item nº 5 pedem: "***Querem para serviço de Deus Nosso Senhor e Sua Majestade que Deus guarde e conservação da república, que nem um negro ou negra se rematem na praça*** (...) E, no item nº 12 destacam: "***E por final conclusão de tudo querem que V. Excia. em nome de Sua Majestade que Deus guarde, lhes conceda perdão geral selado com as armas reais*** (...)"[115]

A insurreição e violência tinham a única finalidade de fazer o Conde fracassar e ser substituído ou, até mesmo assassiná-lo,

[114] Mathias, C L Kelmer - "*Jogos de Interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica*" - UFRJ - 2005
[115] Todas as quinze reinvindicações podem ser encontradas em diversos autores, não as colocamos aqui, por motivo de espaço.

afastando-se assim o perigo de perda de comando das elites coloniais.

Então, mais uma vez, contrariando os diversos autores que colocam o ufanismo em lugar da verdade, não houve inconfidência, mas sim, reafirmação de fidelidade a El-Rei e, portanto, jamais se pensou em independência.

4 - Técnicas de Ação

A técnica utilizada foi simples: convencer a população a lutar do lado dos revoltosos, quer por meio de persuasão ou violência e manter as povoações das vilas em constante agitação, utilizando para isso grupos de negros armados, comandados por serviçais encapuzados dos senhores coloniais, que ficavam à distância, sem se envolverem nas refregas. As reinvindicações também foram estudadas para aparecer como beneficiárias do povo, mas, que, se implantadas, somente fortaleceriam a governança colonial.
Como a população já estava alvoroçada com o fim da circulação do ouro em pó, foi fácil conseguir sua total adesão à revolta.

5 - Garantia em Caso de Falha

Desde 1700, o comportamento de El Rei para com os senhores extrativistas de ouro foi o mais benevolente possível. A meta era produzir ouro e retaliar ou prender os produtores somente traria prejuízos, com a consequente queda na produção. E Portugal se acostumara e precisava desesperadamente de ouro. A Inglaterra, que sugava essa riqueza sem qualquer trabalho de extração, também não podia

consentir que as autoridades portuguesas, literalmente, matassem a galinha de ovos de ouro.

Existia ainda outro fator importante. Por ter distribuído ouro e perdões a mancheias, D. João V foi apelidado de "*O Magnânimo*". Mas, na realidade, D. João e a realeza que a ele se seguiu, como D. Maria, a Louca, que antes de ganhar tal epíteto foi chamada de "*A Piedosa*", mal sabiam o que estavam assinando quando algum ministro lhe punha na mesa um decreto determinando o perdão a alguém.

D. João V somente se importava com 3 matérias: religião, mulheres e ouro para gastar com os dois primeiros. Vejamos:

> "*Em uma das suas cartas a D. Luiz da Cunha, conta o grande diplomata Alexandre de Gusmão, secretário do Rei, que tendo ido falar a D. João V acerca de um negócio importante, teve que esperar por muito tempo, porque El-rei achava-se entretido a conversar com um andador a respeito de quanto rendiam por ano as esmolas que os devotos deitavam na bandeja para a missa das almas!*"[116]

E mais:

> *"D. João V presidia aos conselhos, entretendo-se a armar e desarmar um modelo do Vaticano em madeira, miniatura primorosa que de Roma lhe tinham enviado de presente. O rei não prestava*

[116] Branco, M Bernardes - "*Portugal na Epocha de D. João V*" - Livraria de Antonio Maria Pereira- Lisboa - 1885

> *atenção aos ministros; só se ocupava das cousas beatas: quanto rende o mealheiro das almas? e as missas? perguntava ao prior de S. Nicolau, seu valido. (...) Depois o cardeal da Motta, irmão do secretário de Estado voltando-se para D. João, contava-lhe gravemente a aparição de Sancho a seu amo, como nos conta o padre Casuino na sua "Corte Santa": o rei, o duque de Latões, o marquês de Valença, e todos os outros do conselho, com uma atenção cortesã, íntima e imbecil, escutavam religiosamente. (...) O que agora ocupava principalmente o rei e o conselho era o caso do uma feiticeira, caída em poder da Inquisição, e que fizera confissões tenebrosas. Por isso o Cardeal instava com o soberano para que se conseguisse do papa o livrar-nos de espíritos malignos e de feitiços que causavam neste reino tanto dano : não me consta que os sintam outras nações, concluía gravemente. Enquanto o papa não resolvia a questão, decidiu-se proibir o anúncio dos raios, tempestades e trovões, nas folhinhas do ano, para sossegar o povo.* [117]

Portanto, os revoltosos sabiam que podiam contar com a ambição dos ministros que, subornados por muito ouro, elaboravam decretos de acordo com suas conveniências que o rei assinava displicentemente, sem qualquer desejo de saber o que tal assunto tratava.

Isso era de conhecimento geral e era nessa premissa que os colonos ricos baseavam sua segurança: sempre houve o

[117] Martins, J P OLiveira - "*História de Portugal*" - Tomo II- Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

perdão real e todos sabiam que tal mercê não falhava, desde que os ministros reais fossem bem aquinhoados.[118]

Por outro lado, as aparências tinham que ser salvas e sempre se cuidava de colocar no drama pessoas de "segunda" classe, desvalidos, pobres, sem nome, que pagariam o pato, sofrendo a mão pesada do Rei em castigos exemplares.

Assim se fechava o pano da ópera, da farsa, da enganação. Os poderosos se safavam sem qualquer perigo; o povo estremecia diante do castigo exemplar dado a um "importante" revoltoso; o rei, por castigar apenas um ou a poucos, era elogiado por sua bondade e humanidade e alguém descamisado, pagava com a vida pela rebeldia covarde de muitos.

6 - Destino dos revoltosos

A revolta de Vila Rica colocou em jogo interesses cujas origens estão nos primeiros anos dos descobrimentos das jazidas, sendo que o seu desbaratamento significou mais do que a restauração da ordem, configurou-se como "*o*

---

[118] O perdão era "concedido" mesmo diante de desculpas simplórias. Inácio Francisco de Araújo relembrou que era capitão da fortaleza de S. Sebastião e que acabara de arrendar o contrato dos dízimos do açúcar, que "não podia desemparar sem grande dano da sua fazenda e prejuízo da Real" enquanto que Mateus de Moura Fogaça, sendo capitão no Rio de Janeiro, "faltaria ao serviço" se tivesse que cumprir o degredo. Quando os reis perdoavam, quase sempre exigiam uma contrapartida, que se traduzia, frequentemente, no pagamento de quantias em dinheiro a diferentes instituições. No caso em estudo, a campeã, obedecendo à tendência da época, é a casa do despacho dos desembargadores do Paço, com um total de 528 000 reais, oscilando entre apenas seis mil e 200 000. As duas exceções são de 16000 reais, 8000 cada um, pagos à fazenda real do Rio de Janeiro pelos dois indivíduos perdoados pelo caso do conluio no contrato das baleias. Existiu ainda um perdão total, ou seja, sem contrapartida. (***Braga, P Drumond - O Brasil e o Perdão Régio***).

aniquilamento de uma rede de clientela liderada por comerciantes que tentavam dominar Vila Rica desde 1705".[119]

D. Pedro de Almeida conseguiu formar um quadro da política de então, e, por seu intermédio, tornou-se um perito na tradição de revolta e na circulação de ideias sediciosas, o que lhe capacitou derrotar as sedições, criar uma extensa rede de coligados e fazer profundas transformações na administração local, que sempre resultaram na debacle da supremacia política garantida pela Guerra dos Emboabas aos reinóis, gerando assim um aumento do poder metropolitano.

Com o poder garantido, o Conde de Assumar envia presos os líderes da insurreição para Portugal. Em Lisboa, porém, graças à sua enorme riqueza, Pascoal e seus amigos são tratados como príncipes e logo conseguem que El-Rei lhes conceda perdão. Pascoal promoveu mesmo, com bons advogados, um processo de responsabilidade contra o conde de Assumar. Tal processo foi arquivado devido a sua própria morte.

Outros, no Brasil, continuaram a sua vida normal em cargos de governança, como por exemplo, José Ribeiro Dias que, para não ser preso foi ordenado padre em 1720, e em 1733 solicitou privilégios do governador, que mandou expulsá-lo da Capitania. Rafael da Silva e Souza e Matias Barbosa que obtiveram cartas patente em 1726 e 1735, respectivamente. Antônio Martins Leça, Félix de Azevedo Carneiro e Cunha e Pedro de Moura Portugal foram citados numa lista do

[119] Mathias, C L Kelmer - "*Jogos de Interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica*" - UFRJ - 2005

Govenador Lourenço de Almeida (sucessor do conde de Assumar) como "*pessoas de grande valia na contenção da revolta*"

Porém as estadas de Pascoal, Cabral e Rosa em Portugal fizeram estragos. Além de utilizar de todos os recursos para escapar da acusação de traição, Pascoal processou o Conde de Assumar em Lisboa. Outro revoltoso, Sebastião da Veiga Cabral, se tornara um poderoso inimigo do Conde e até morrer, em Lisboa, fez de tudo para prejudicá-lo diante do Rei. Igualmente procedeu Manuel Mosqueiro da Rosa.

O conde chegara à Portugal em 1722, trazendo uma imensa bagagem. D. João V, com a cabeça cheia de intrigas, não o recebeu e insuflado pelos ministros subornados, estava dando ouvidos às queixas dos revoltosos. Seus principais inimigos junto ao rei eram o Cardeal da Mota - João da Mota e Silva - uma espécie de primeiro ministro e amigo íntimo do Rei e o Marquês de Abrantes[120], camarista do Rei e que exercia uma tremenda influência sobre D. João V.

[120] "No tempo em que permaneci em Portugal, o rei acatava muito as ideias do Marquês de Abrantes, gentil-homem da sua câmara, conselheiro de Estado e o homem mais superficial e mais bruto que em minha vida conheci. Muito rico, porém, por o rei o ter cumulado de benefícios. Esse ministro não encarava bem os estrangeiros ilustrados, e depois de lhes arrancar os resultados dos seus estudos, com que se fazia valer perante Sua Majestade, tratava de os banir do reino. Também porfiava em afastar de junto do rei senhores da Corte que tinham maiores méritos, tais como aqueles que nomeei anteriormente e com os quais o secretário de Estado me aconselhava a travar conhecimento. Aos conselhos do marquês de Abrantes se atribui a vida retirada de Sua Majestade. que nunca vive em público e convive pouco com a nobreza" ---(***O Portugal de D. João V Visto por três Forasteiros***.)

Assim, fica D. Pedro de Almeida no ostracismo da corte de 1722 a 1732, quando o Rei permite então que compareça ao palácio. Mais tarde, em 1744, o Conde de Assumar é nomeado Vice-Rei em Goa, onde fica até 1750. D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, Conde de Assumar, Marquês de Alorna, faleceu em Portugal, em 1756.

Capítulo 18

Revoltas Importantes
1721 a 1777

Uma das mais importantes consequências da revolta de 1720 foi o desmembramento da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separando-se a Capitania de São Paulo. Assim em 12 de setembro de 1720 foi criada a capitania de Minas Gerais. Os territórios que compreendiam os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás ficaram pertencendo à Capitania de São Paulo.

O primeiro governador da nova capitania de Minas Gerais foi D. Lourenço de Almeida, que ficou no cargo de 1721 até 1732.

Embora seu governo possa ser reconhecido como aquele no qual mais aumentaram as rendas régias – daí sua importância do ponto de vista tributário – foi também marcado pela corrupção, venalidade de cargos e conflitos entre o governador e eclesiásticos, militares, ouvidores, contratadores e comerciantes. Esteve às voltas com irregularidades nas arrematações dos contratos do ano de 1724, realizou provimentos de postos para os quais não tinha jurisdição e envolveu-se, ilegalmente, na exploração de diamantes antes de comunicar seu descobrimento a El-Rei, em 1725.

Corrupto, sem caráter, ambicioso, criou uma extensa e bem estruturada rede clientelar que lhe permitiu praticar todo tipo

de arbitrariedade tais como o hábito de sequestrar os bens de seus inimigos.

Segundo Maria Verônica Campos, o governador "*agiu para construir uma rede de contrabandistas de ouro e diamantes, em tudo semelhante a uma rede clientelar, na qual se colocou na posição central e certamente com a maior parcela de lucro no negócio*".[121]

As revoltas continuaram a ocorrer, sendo notórias as de 1735, 1760 e a de 1776.

Em 1735 o governo português, diante da impossibilidade de conter os descaminhos e a corrupção provocada pelo imposto dos quintos, instituiu a "capitação".
Essa era mais uma tentativa da política do governo de D. João V, que visava estabelecer e fortalecer a autoridade da Coroa Portuguesa nas regiões de mineração. Paralelamente, a Coroa almejava, se não eliminar, pelo menos enfraquecer os poderes locais exercidos pelos reinóis que tinham se instalado, enriquecidos e fortalecidos na mesma região.

Na região do São Francisco, em 1736 explodiu uma conflagração que ficou conhecida como "*Motins do Sertão*", cuja liderança esteve nas mãos de D. Maria da Cruz.
D. Maria da Cruz, em 1736, era viúva do coronel Salvador Cardoso de Oliveira e dona de uma fazenda, de nome Capão com cerca de 12 léguas quadradas, no sertão do médio São Francisco, pouco distante do Arraial de Pedras de Baixo, além de possuir outras menores com culturas e criação de gado.

[121] Campos, M Veronica - "*Governo de Mineiros*"

A implantação da capitação na região foi feita com extrema violência, provocando um choque terrível entre o poder da coroa e o poder local. Essa foi uma das mais importantes revoltas contra o sistema tributável, na qual participaram muitos potentados regionais, o povo e um número enorme de padres.

Mais uma vez ficou patente o caráter de fidelidade ao Rei. Nas manifestações o povo gritava "*Viva o Rei, Viva o Povo, Morra o governador Martinho de Mendonça*."

Grande parte dos amotinados inclusive D. Maria da Cruz e seu filho Pedro Cardoso foram presos em 1737. Pedro Cardoso foi desterrado para a África. Depois foram perdoados em 1739.

As revoltas de 1760 e 1776, conhecidas como "*Inconfidências de Curvelo*" foram classificadas como ameaçadoras à autoridade do Rei. Foram as primeiras depois que o Marquês de Pombal, em 1759, expulsou os jesuítas do reino.
A quantidade de padres ricos envolvidos nessas conflagrações é imensa. Eles lutavam contra a política de Pombal tanto na esfera econômica quanto na eclesiástica.

Mais uma vez, todos os inconfidentes foram perdoados e soltos, inclusive um dos líderes de 1776, o padre José Correia da Silva, advogado e vigário geral de Sabará, que em 1789 também participaria da Inconfidência Mineira.

A 24 de março de 1777, inicia-se o reinado de D. Maria I, **QUE NÃO TEVE PAPEL ALGUM** na Inconfidência

mineira. Para se comprovar isso, necessitamos voltar no tempo alguns anos e verificarmos o que ocorreu depois do falecimento de D. João V, em Portugal.

Capítulo 19

D. José I e Pombal

D. João V falecera em 31 de julho de 1750. No mesmo dia, com 36 anos, assume o trono seu filho, D. José I, denominado "*o Reformador*".

Seguindo os conselhos de diversos ministros de seu pai, colocou como seu secretário particular Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, o responsável por uma modernização jamais vista no país. Aboliu a escravatura nas Índias portuguesas, reorganizou o exército e a marinha, reestruturou a Universidade de Coimbra acabando com a discriminação dos "cristãos novos" (pelo menos em parte). Uma das mais importantes reformas foi nos campos das economias e finanças, com a criação de companhias e associações corporativas que regulavam a atividade comercial, assim como a reforma do sistema fiscal. Também foi responsável pela eliminação da oposição interna, pela expulsão dos jesuítas do reino e pelo controle e anulação da Inquisição em Portugal e pela compra, com muito ouro, da bula papal extinguindo a Companhia de Jesus.[122]

---

[122] *"Esse homem extraordinário reconstruiu Lisboa, que havia sido reduzida a cinzas por um grande terremoto. Deu então início a um calculado e sistemático combate à influência dos nobres portugueses. Além disso, Pombal vibrou um não menos terrível golpe contra o poder do clero. Foi o primeiro estadista a expulsar os jesuítas, vindo o seu exemplo a ser imitado, pouco depois, pelo resto da Europa."* - **Cheke, Marcus - "Carlota Joaquina" - Livraria José Olympio - 1949**

Logo no princípio, a escolha de D. José desagradou a toda Corte, principalmente os nobres mais velhos que consideravam Pombal um provinciano, quase plebeu, que inclusive não possuía título de nobreza, sendo tratado pelos nobres como “Sebastião José”.

Desmistificando a realeza, sabe-se perfeitamente que os reis de Portugal a partir de 1500 foram nulidades. Quem governava eram os ministros e funcionários do estado. Quando eram bons, o reino andava bem.
D. Jose I e a rainha eram amantes da caça e passavam, juntamente com a família, longas semanas no campo. No início de janeiro, as barcaças reais levavam-nos rio acima até Salvaterra de Magos, onde caçavam durante várias semanas e, segundo notícias da época, levavam uma vida alegre e despreocupada. O ouro do Brasil garantia esse ócio e luxo.
Na primavera, faziam a viagem de três dias até Vila Viçosa, perto da fronteira com Espanha. Os meses de verão eram passados em Belém, onde praticavam o tiro e a falcoaria, e em excursões a Mafra para mais caçadas.
Isso sem falar na beataria, que consumia 80% do tempo da realeza. Assim, quase não restava tempo para a “enfadonha” tarefa de governar.
No dia 1 de novembro de 1755, exatamente às 9:40 horas da manhã, ocorreu um violento terremoto,[123] que arrasou a costa de Portugal.

---

[123] Com cerca de 8,5 pontos da escala Richter (max de 10) o seu epicentro foi no oceano Atlântico, a 200 km a leste de Lisboa, que foi arrasada pelo tremor e pelos tsunamis, com ondas de 15 metros de altura. Logo depois ocorreram diversos outros tremores menores e depois um incêndio colossal, que durou 7 dias, arrasando completamente Lisboa.

O Marquês de Pombal, então, tomando a frente do governo, enquanto a nobreza tremia de medo e se refugiava nos campos, ajoelhando-se e pedindo clemência aos céus, resolveu agir.

> *"Quando a Cidade ardia e desabava ainda, nos dez primeiros dias de novembro, Pombal, como o imperador de uma tribo antiga destroçada na guerra pelo inimigo — assim era Lisboa, acampada em barracas nos subúrbios — Pombal, duro e forte, preveniu as consequências da desgraça funesta. Denunciava-se uma fome temerosa. Já se comiam os cães, os gatos, os ratos e pássaros vivos; já se devoravam as raízes, as ervas e as cascas das arvores. Gemia-se num abandono miserável, não havia alimentos nem casas. Pombal construiu albergues para os dispersos; organizou a tropa em companhias de coveiros; recolheu todos os salvados, restos das coisas preciosas da Lisboa da Índia e do Brasil; comprou trigos; tarifou os gêneros; impediu os conluios; proibiu a saída dos víveres; defendeu as praias contra os argelinos, corvos que decerto viriam explorar o campo do batalha; prendeu os pedintes e vadios; enforcou sumariamente, sem processo, em altos paus erguidos pelas esquinas das ruas, os ladrões e incendiários, deixando-lhes as cabeças pregadas no patíbulo, para exemplo."*[124]

[124] Martins, J P Oliveira - *"História de Portugal"* - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

Lisboa foi completamente destruída, inclusive o palácio real. Perderam-se tesouros. [125] O número de mortos é indefinido: alguns dizem 20 mil, outros 100 mil. O rei ficou tão amedrontado com o terremoto, que passou a sofrer de uma intensa claustrofobia e medo de construções. Desse modo, passou o resto de sua vida morando em luxuosas tendas que mandou erguer no bairro de Ajuda, no subúrbio de Lisboa. Pombal, então assume completamente o governo, como primeiro ministro de D. José I.

Pombal tentou criar uma nova nação, impondo uma estrutura avançada a um povo atrasado, inculto e fanatizado pela religião. Para isso utilizou de todas as armas que dispunha:

> *"O dinheiro do Brasil dava para todas as extravagâncias, sensatas e insensatas. Dera para D. João V satisfazer a sua loucura de ostentação majestática e fradesca; dava agora para o Marquês de Pombal construir uma nação de estufa, com gente de fora. (...) O Marquês de Pombal reforçava a inchada retórica das suas notas para Roma com as instruções secretas e mais positivas ao seu embaixador. «*Utilize o suborno aos padres*» - escrevia o marquês ao embaixador - «observando quem são os cardeais e as pessoas mais importantes com relação ao negócio, e compre-os por todos os meios que lhe forem possíveis,*

[125] *"Quando as paredes do paço da Ribeira desabaram, no dia 1º de novembro, e todo o edifício se esboroou, viu-se correr um jorro de coisas preciosas que a onda do rio engoliu: eram as joias, as louças, as pratas, os quadros e charões da Índia, que, desde D. Manuel, os reis entesouravam, e se dizia valerem para cima de mil milhões de cruzados."* - Martins, J P Oliveira - *"História de Portugal"* - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa- 1882 - (*Lembrar que 1000 cruzados equivaliam a quase 1 kg de ouro.)*

> *sem se expor a ser sacrificado por eles. Vale mais e custa menos fazer a guerra com dinheiro, do que com exércitos. Aqui (em Lisboa) há mais de cem mil cruzados de fina prata lavrada em Paris e de porcelana de Saxe. Poderei também enviar-lhe alguns diamantes brutos, que mandará lapidar; entretanto dir-me-á se podem servir para cruzes, peitorais, etc. Mando-lhe quatro anéis. Seria talvez melhor oferecer as pedras em bruto, como uma amostra dos produtos dos países tão queridos dos jesuítas.»*[126]

Pombal, desde 1757, em toda oposição que lhe foi feita, sempre encontrou o dedo dos jesuítas, que, talvez prevendo um futuro negro, faziam de tudo para derrubá-lo. Em vão.

Depois do terremoto, Pombal deu ordens severas para que os padres o explicassem ao povo como um fenômeno natural e não como punição divina. Muitos não obedeceram, entre eles o padre Gabriel Malagrida, que passou a ser mais veemente nas suas ideias de castigo pela mão de deus. O padre Malagrida, já com sintomas de messianismo e demência, era famoso por ser da ala dos "profetas", ou seja, daqueles que estavam sempre prevendo castigos de deus para os pecadores. Pior para ele.

Enquanto Pombal se esforçava, divulgando folhetos para explicar a causa natural do terremoto, Malagrida em 1756, escreve uma obra chamada "*Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto*", onde mostrava que aquilo fora castigo divino e que poderia ser evitado no futuro com procissões e exercícios espirituais.

---

[126] Martins, J P Oliveira - *"História de Portugal"* - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

Esse fato transtornou Pombal que o exilou para Setúbal. Isso, porém não afetou a fama e influência de Malagrida que era visitado naquela cidade pela maioria da nobreza de Lisboa, inclusive a família Távora.

> *"O Marquês de Pombal, utilitário e prático, incluía numa condenação comum - e terrível, porque seu gênio era feroz - a Inquisição e os Jesuítas, a tradição purista do catolicismo e os desvarios místicos. A religião era para ele, não um instinto ou um sentimento, mas sim uma engrenagem necessária, porém subalterna, do maquinismo da sociedade; e aos espíritos geométricos de sua escola passavam despercebidos os fenômenos complexos e profundos da alma religiosa. Eram inconscientemente ateus ou Deus reduzia-se a um arquiteto. O fanatismo de D. João III, as visões de Afonso de Albuquerque, o entusiasmo católico de Camões, a loucura de D. Sebastião, deviam parecer ao Marquês, ou imposturas, ou artes de políticos, ou verdadeiras doidices de cérebros perfeitamente ocos. (...) Por outro lado, travando o movimento de absorção pelo clero de toda a riqueza de uma nação beata, Pombal atacava a teocracia nacional. (...) é mister aplaudir com ambas as mãos a dupla destruição da Sociedade de Jesus e da Inquisição, porque ambas, já caducas, serviam apenas para protrair, de um modo corruptor, um estado já anacrônico. O misticismo que as criara tornara-se de fato uma verdadeira doidice, ou uma sórdida torpeza (...) é mister aplaudir com ambas as*

mãos, (...) porque a tirania absolutista, desmantelando o Santo Ofício, ***foi um instrumento de liberdade.”***[127]

[127] Martins, J P Oliveira - *“História de Portugal”* - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

Capítulo 20

O Processo dos Távoras

D. José I, para manter a tradição da família, detestava os assuntos de governo, entregando tudo à Pombal e, apesar de casado, divertia-se muito caçando a mulher do próximo. Assim como seu pai, que fora apelidado de "*O Freirático*", tinha um extenso quadro de amantes. Nenhuma mulher estava salva da cobiça do Rei, que quando apontava para uma, seus desejos logo eram satisfeitos.

Uma de suas amantes, desde 1751, era Teresa Tomásia ("*a mais bela flor da nobreza portuguesa*") irmã de D. Francisco de Assis, (3º Marquês de Távora, que foi Vice-Rei na Índia) casada com seu filho Luis Bernardo. Teresa era, portanto, irmã e nora de D. Francisco, que também era general e diretor geral da cavalaria do reino.

Outra, bem mais antiga, era a Duquesa de Aveiro, D. Leonor, mulher do Duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas da Silva, que também era irmã de D. Francisco da Silva, o Marquês de Távora. Depois do Rei, o duque de Aveiro era o nobre mais poderoso de Portugal.

Para completar, em 1758, D. José também estava assediando de forma implacável a filha do Duque de Aveiro, Joana Tomásia, de apenas 16 anos de idade, que se queixou

amargamente com o pai. Ou seja, o rei tarado teve primeiro a mãe, e agora queria a filha.

Por outro lado, a família Távora suspeitava que o Duque de Aveiro fora o alcoviteiro que entregara Teresa aos braços do Rei. Ao regressarem a Portugal, em 1753, após quatro anos de bem sucedido governo de D. Francisco de Assis na Índia, os Távoras foram informados por amigos e parentes que a esposa de Luís Bernardo de Távora, D. Teresa Tomásia de Távora havia se tornado a amante preferida do rei D. José I, e que esse relacionamento amoroso adulterino já era de conhecimento público.

Indignada com a situação, D. Leonor Tomásia de Lorena, mulher de D. Francisco, passou a pleitear a anulação canônica do casamento de seu filho Luís Bernardo e exigiu que o mesmo não mais convivesse maritalmente com D. Teresa.
A posição radical adotada pela Marquesa de Távora em relação ao casamento do filho mais velho aborreceu extremamente o rei D. José I, o qual mandou seu principal ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, tentar convencer os Távoras de que D. Teresa deveria retomar a vida conjugal normal com o marido Luís Bernardo de Távora. Contudo, os Távoras se mostraram irredutíveis.

Posteriormente, o próprio rei, D. José I, solicitou pessoalmente a D. Francisco de Assis que fosse relevado o "*suposto caso*" de D. Teresa com aquele regente em troca de favores e títulos no governo, mas D. Francisco de Assis recusou a proposta do rei, irritando-o mais profundamente ainda.

No começo da noite de 3 de setembro de 1758, D. Pedro saiu do paço de Ajuda em uma sege[128] dirigida por um cocheiro acompanhado de seu criado, o sargento-mor Pedro Teixeira, e foi se encontrar com sua amante, Teresa, na Quinta de Belém. Na volta, cerca de onze e meia da noite, o cocheiro vê três homens montados e acelera a sege. Os homens a perseguem a atiram três vezes por trás da sege. Um dos tiros falha. Os outros fazem dois enormes buracos na parte traseira da sege. Um atinge o cocheiro, e o outro, atinge com gravidade o ombro e o braço direitos do Rei. Teixeira saiu ileso.[129]

Pombal logo toma as providências, escondendo o rei e fazendo total segredo do atentado. Para todos efeitos, o rei estava "doente".

---

[128] Sege: pequena carruagem, de duas rodas, para somente um passageiro.

[129] *"Antônio Soares Brandão, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, Cirurgião da Câmara de Sua Majestade Fidelíssima, dos seus exércitos, Cirurgião Mor do Reino, e suas conquistas. Certifico que no dia três de Setembro deste presente ano depois das onze horas da noite vi e curei a El-Rei Nosso Senhor que Deus guarde de umas feridas combustas, e dilaceradas feitas com armas de fogo ao meu parecer maiores que as espingardas ordinárias, carregadas estas com chumbo grosso, as quais feridas principiam desde a omoplata, ou espádua direita, descendo pelo ombro e braço abaixo até o cotovelo e tudo pela parte posterior compreendendo também o peito da mesma parte, no qual também recebeu do chumbo seis orifícios, mas na parte superior do braço perto da articulação e sobre o músculo deltoide, foi a maior força da cargas que pelos efeitos do estrago me pareceram os tiros dados a queima roupa; de sorte que fez na sua entrada uma grande cavidade, com muita perda de substância, grande dilaceração, da qual resultou muita perda de sangue, e passou o chumbo embuchado, junto, e por cima dos processos da articulação do ombro a parte interior donde fez um grande tumor, no qual foi preciso fazer uma incisão, e se tirou por esta parte chumbo, e fragmentos da carruagem, tudo em muita quantidade, exceto o chumbo, que já se tinha tirado pela sua entrada, e na continuação da cura se tiraram mais por diversas partes do braço trinta e oito grãos do mesmo chumbo, e algumas porções do vestido, e por ser tudo verdade o juro pelo hábito de Cristo de que sou professo. Junqueira a vinte de dezembro de mil e setecentos cinquenta e oito. Antônio Soares Brandão."* **Azevedo, Pedro - "*O Processo dos Távoras*" - Tipographia da Biblioteca Nacional - Lisboa - 1921**

No dia 4 de setembro, coloca todo o dispositivo de segurança do governo para caçar os autores. Pombal possuía uma eficiente rede de espionagem e recebe informações valiosas sobre quem emprestara a arma que fez os disparos. Devido às circunstâncias, os principais suspeitos são o Marquês de Távora, o duque de Aveiro e D. Jeronimo de Ataíde, Conde de Atouguia, genro do Marquês de Távora.

Todos sabiam que estes nobres tinham muitos amigos no Brasil e Pombal passou a censurar a correspondência entre eles, descobrindo muitos indícios e comprovando o quanto era odiado por eles. É instalada a "*Junta da Inconfidência*", para apurar e punir os culpados. Também eram suspeitos os padres jesuítas Gabriel Malagrida, João de Matos, José Perdigão, Jacinto da Costa e Timóteo Oliveira, entre outros. [130]

Pombal estava perseguindo os jesuítas desde que entrara no governo e isso tinha gerado uma legião de inimigos, pois Portugal era inteiramente dominado pela Igreja. Os Távoras, campeões da beatice, eram os guardiões e defensores da Companhia de Jesus dentro da alta nobreza de Portugal. O

[130] Malagrida - conta-nos em suas memórias D. Mariana Bernarda de Távora, esposa do Conde de Atouguia - diante dos exageros do rei com suas amantes e da devassidão dos nobres, mandou dizer-lhe que "***se não emendar da sua vida e consentir que se faça a casa de Exercícios, para a emenda dos seus vassalos, que Deus tem determinado castigá-lo, que isto lhe mando eu dizer, que depois de ele o saber, da minha parte não se me dá que ele me mande cortar o pescoço***". Porém ninguém teve coragem de levar tal recado ao Rei, que já tinha declarado que considerava o padre Malagrida "***ridículo e louco***" *.(a casa de Exercícios era uma espécie de convento que Malagrida queria que o Rei mandasse construir, para nela se curassem os pecadores com exercícios espirituais)*-- Santos, Zulmira - "*Entre Malagrida e Pombal: as memórias da última Condessa de Atouguia*". - Universidade do Porto.

padre jesuíta Gabriel Malagrida era frequentador assíduo da casa de D. Francisco e confessor de sua mulher.

Até hoje não se sabe quem realmente foi o mandante do atentado. As versões são várias, entre elas:

- O Marquês de Távora, humilhado pela situação do romance do rei com sua nora e por se sentir injustiçado pelo rei e o Marquês de Pombal por não o terem recompensado pelo seu brilhante trabalho feito na Índia;

- O Duque de Aveiro, também humilhado por ter as mulheres de sua família (a esposa e filha) como amantes do rei, além de ter sido sempre contrariado pelo Rei em suas pretensões de títulos de nobreza;

- A rainha, D. Mariana Vitória de Bourbon, que também humilhada, acreditava que na sege estava Teresa Tomásia que era levada para se encontrar com o rei, que tinha arranjado uma desculpa de estar em uma reunião de estado;

- Muitos nobres que tinham profundo ódio ao criado, confidente e alcoviteiro de D. José, o sargento-mor Pedro Teixeira, cujos principais inimigos eram a Rainha e o Duque de Aveiro, a quem Teixeira tinha conquistado uma de suas amantes.

- Os jesuítas, que estavam desesperados com a perseguição de Pombal;

- O próprio Marquês de Pombal, para que pudesse esmagar seus inimigos na corte.

Em 9 de dezembro de 1758, em Lisboa, é lançado pela Junta um edital, contando sobre o atentado e avisando da prisão dos envolvidos.

Entre os dias 12 e 13 de dezembro ocorreram as prisões, quando foram detidos não só os familiares dos principais suspeitos como também sua criadagem e seus amigos.

Os principais presos foram:

- Os Távoras: Francisco de Assis, o Marquês de Távora, sua mulher D. Leonor Tomásia de Lorena, seus filhos José Maria de Távora e Luis Bernardo de Távora;
- D. Jeronimo de Ataíde, o Conde de Atouguia;
- D. José Mascarenhas, o Duque de Aveiro;
- Serviçais e amigos: Antônio Alvares Ferreira, o autor dos disparos e Manoel Alvares Ferreira, seu irmão; Braz José Romeiro, cabo de esquadra e João Miguel, serviçal do Duque de Aveiros.

O serviçal José Policarpio de Azevedo, apesar de ter sido caçado implacavelmente desde o dia 4 de setembro, conseguiu escapar e mesmo tendo uma recompensa de 10 mil cruzados (10 kg de ouro!) por sua cabeça, nunca mais se ouviu falar dele.

Na noite de 11 de janeiro de 1759, antes da publicação da sentença, foram encarcerados o Provincial dos Jesuítas João Henriques e os seus padres Gabriel Malagrida, Inácio Soares, João Alexandre, Jacinto Costa, José Perdigão, José Moreira, João de Matos, Timóteo de Oliveira e Francisco Eduardo.

No seu opúsculo dando causa do terremoto, "*Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto que Padeceu a Corte de Lisboa no Primeiro de Novembro de 1755*" Malagrida, batendo de frente com Pombal, teimava na sua teoria de "castigo divino" :

> *«Sabe, pois, oh! Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos templos e conventos, homicidas de tantos habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que trazem ainda tão inquieta e fora da sua natural firmeza não são cometas, não são estrelas, não são vapores ou exalações, não são fenómenos, não são contingências e causas naturais, mas são unicamente os nossos intoleráveis pecados»*

Agora os jesuítas estavam colhendo o que plantaram. Os padres João de Matos, João Alexandre e Gabriel Malagrida, eram os que mais fomentaram a população contra Pombal e Malagrida, por ser o mais famoso e o mais veemente "profeta" do apocalipse, por ser temerário e desdenhar de toda a cautela, seria o escolhido do Marquês para fechar com chave de ouro a Inquisição.

No dia 12 de janeiro terminou o processo, sendo proferida a sentença (ver extrato dela no Anexo) e no dia 13 de janeiro de 1759 ocorreram as execuções. [131]

---

[131] *Relação dos supliciados, na Praça do Cais de Belém em 13 de Janeiro de 1759:*

1. A Marquesa que era de Távora, Dona Leonor de Távora: Morreu degolada por detrás, sentada em um banco tosco no meio do cadafalso. Às 8 horas e um quarto da manhã.

2. Seu filho José Maria, Ajudante das Ordens, que foi de seu pai o Marquês, que foi de Távora: Preso a uma aspa (cruz em forma de X) a ela encostado por ir muito fraco, morreu de garrote, e depois massolado. Às 8 horas e mela.

3. O Conde, que foi de Atouguia, D. Jeronimo de Ataíde, genro que era do Marquês de Távora, que também foi punido: Aspado ao alto, morreu de garrote, e depois massolado e rodado. Às nove horas e meia.

4. O Marquês, que foi de Távora, Luiz Bernardo de Távora. O mesmo. Às 10 horas.

5. O Cabo de Esquadra de Cavalaria, Braz José Romeiro, de casa do dito Luiz Bernardo, Marquês de Távora. O mesmo. Às 10 horas e um quarto.

6. Manoel Alvares Ferreira, Guarda-roupa de José Mascarenhas, Duque que foi de Aveiro. O mesmo. Às 10 horas e meia.

7. João Miguel, criado de acompanhar do dito José Mascarenhas. O mesmo. Às 11 horas.

8. O Marquês que foi de Távora, Francisco de Assis, Inspetor e Diretor que era da Cavalaria do Reino: Morreu rodado e massolado vivo. Ao meio dia e meia hora.

Houve um intervalo para o almoço.

9. José Mascarenhas, Duque que foi de Aveiro, chefe e principal cabeça desta infame conjuração. Rodado vivo, deitado sobre a lenha em que assim havia de ser queimado, e a vista do alcatrão. Às 14 horas.

10. Antônio Alvares Ferreira, irmão do Guarda-roupa acima: Queimado vivo, descobrindo-se-lhe os corpos já mortos acima referidos, que se achavam cobertos. Às 15 horas.

11. José Policarpio, cunhado do supra dito: Queimado em estátua por fugir. E promete Sua Majestade Fidelíssima dez mil cruzados a quem o prender.

Todos foram reduzidos a cinza, e esta deitada ao mar, com a do cadafalso. - ***"Acordam e Sentenças Proferidas pelo Conselho e Desembargo de EL-REI D. José I, Contra os Cumplices no Attentado de 3 de Setembro de 1758 em que Perigou a Vida D'este Monarcha." - Typ. Salles, Lisboa - 1866.***

Os que escaparam da morte foram lançados em prisões. Foi o caso das mulheres das famílias, servos e amigos.

Desenho do Patíbulo depois da execução

Massolar é o termo usado para "marretar". A operação consistia em dar uma pancada com uma marreta de cerca de 10 kg no peito do condenado. Depois, eram marretados seus ossos dos braços e pernas. Havia um detalhe: na sentença se dizia como o condenado devia estar, o que podia ser vivo ou morto garroteado. O Duque de Aveiro e o Marquês de Távora foram massolados vivos e depois queimados. Os outros foram massolados depois de serem garroteados, menos José Maria

Távora, cuja corda do garrote rebentou, sendo morto a pancadas. O Duque de Aveiro foi o que mais sofreu, pois o carrasco errou a pancada e, em vez de lhe arrebentar as costelas, deu a pancada na barriga. Seus gritos pavorosos ecoaram em toda a praça, arrepiando o povaréu. Oliveira Martins conta que Antônio Alves Ferreira, o autor dos disparos contra o Rei, foi morto queimado envolvido em breu e enxofre, mas pelos autos, relata-se que foi o Duque de Aveiro que recebeu tal tratamento: "*e à vista do alcatrão*". Provavelmente, ambos o foram assim. [132]

O espetáculo da execução foi dantesco, uma cena do mais horripilante terror, mesmo para a época. A fumaça encobria o céu e o cheiro de carne queimada se espalhou por toda Lisboa. A intenção do Rei (ou de Pombal) era chocar a população e dar um exemplo terrível para quem pretendesse se rebelar. Por esse motivo, D. José exigiu que toda Corte presenciasse a cena. E no meio dos nobres estava uma moça de 24 anos, completamente paralisada de horror, com a mente sofrendo um trauma devastador: *Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança,* que ficaria conhecida na história como D. Maria I, a Louca.

[132] *"(...) Isto durou toda a manhã, das 6 às 12. Depois do um descanso, prosseguiu a hecatombe. Entrou primeiro em cena o velho marquês do Távora; mostraram-lhe os cadáveres da esposa e dos filhos, deitaram-no na aspa, esmigalharam-lhe ossos. O desgraçado gemia; mas o horror pavoroso dos gritos veio da execução do Duque de Aveiro. O Ferreira, que dera os tiros contra o rei, foi untado de breu, com um saco do pez e enxofre ao pescoço, queimado vivo, e assado lentamente, porque o vento afastava o fumo o as chamas: a cadeia de ferro que o ligava pela cintura ardia em brasa, apertando-o num anel de fogo. A cena acabou às 4 horas da tarde.*" Martins, J P Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa-1882

Capítulo 21

D. Maria I

Voltamos a alertar os leitores para as obras que estão sendo lançadas neste século XXI, com o intuito de estabelecer uma "nova verdade": aquela que seja do interesse de governos, grupos e ideologias. Para tanto, a publicação de tais obras envolve grandes somas financiado o autor e a obra.
A "reabilitação de D. Maria I" é uma dessas. Portanto, vamos nos ater ao que os autores que escreveram, apenas com o compromisso com a verdade, nos relataram.

No cômputo geral, a gestão do Marquês de Pombal deu uma guinada em Portugal para a modernidade, mas, como no dizer de Oliveira Martins, Pombal fez uma nação "*de estufa*", ou seja, aperfeiçoou o maquinismo em detrimento do organismo, do outro elemento que constitui uma nação: o povo.

Impiedosamente, mostrando uma verdade cáustica, Martins dá conta do erro de Pombal, que desejava "*construir uma nação com a ideia de fazer dela um indivíduo autônomo e forte*". Porém, diferente das máquinas, onde não é relevante de onde provém o tijolo e ferro com que são construídas, numa nação, a procedência da sua argamassa e dos tijolos, isto é, do elemento humano, é de grande importância. Em Portugal, tal material era da pior qualidade possível: "*a cal estava ardida por dois séculos de jesuitismo, as pedras estavam podres do tempo e da ação corrosiva dos vícios orientais. Material assim, genuinamente nacional, só poderia dar um D. João V,*

e dera-o; uma D. Maria I, e deu-a, logo que o Rei anônimo acabou (...)” [133]

Martins declara que D. José I “*foi um ninguém*” - e por isso o chamava de “*rei anônimo*” - desmistificando a obra de Pombal:

> *“(...) O Portugal de D. José I - só agora, ao concluir, lhe proferimos o nome para dizer como foi ninguém - era um falso Portugal de importação, nas ideias, nas instituições, nos homens. (...) A máquina desconjuntou-se, desde que o maquinista a largou; e para ensinar aos utopistas que uma nação não se inventa, que um organismo é coisa diversa de um maquinismo, veio, a reação de D. Maria I, repor à luz da evidência, o Portugal verdadeiro, beato, soez, violento e ridículo. (...) O Marquês de Pombal (...) consumava uma revolução cujo mérito foi mostrar ao português, beato e ensandecido, que havia no mundo alguma cousa mais do que freiras e marmelada, outeiros e arruaças, piedosa luxúria e visões desvairadas. (...) Talvez que um vislumbre de verdadeira luz raiasse já, no cérebro nacional, quando, ao observar a restauração das cousas pátrias, com a sua natural pachorra, o povo dizia depois: «**Mal, por mal, melhor Pombal**!»* [134]

---

[133] Martins, J P Oliveira - “*História de Portugal*” - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

[134] Martins, J P Oliveira - “*História de Portugal*” - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

Quando o Marquês de Pombal assumiu, em 1750, D. Maria tinha apenas 16 anos.

Amável, tímida e envergonhada, D. Maria sofria de acessos de melancolia e de agitação nervosa. Como seu avô e os demais membros da família real, era terrivelmente carola, sendo profundamente servil para com a Igreja, tendo como objetivo na vida entrar em um convento para se tornar freira e passar os seus dias em oração. Com um extremo fanatismo o seu quarto estava "*cheio de livros de devoção e de imagens de santas de todos os tamanhos e feitios*".[135]

O palácio enxameava de frades. Em Mafra, viviam mais de 200 jesuítas, somente para prestar "assistência espiritual" ao rei e sua família. Cada membro tinha um confessor particular e esse padre era todo poderoso, principalmente os confessores do rei e da rainha.

Ninguém jamais pode estimar o mal que os tais "confessores" podiam causar numa mente de adolescente. O ambiente freirático e fanático, não só da nobreza como também da casa real de Portugal, aliado ao terror imposto por séculos de Inquisição teria amalgamado o caráter do povo português no fanatismo, do qual fazia parte a jovem D. Maria, criada aos cuidados dos jesuítas, acreditando serem eles a luz de deus no mundo.

Esse ambiente pernicioso e fanático, aliado à falha genética que carregava, pois os casamentos consanguíneos somente

[135] Beckford, William - "*Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha*" - Centaur Press, 1972

reforçavam isso, trabalhavam para acabar com a pouca sanidade que lhe restara. O seu avô, Filipe V de Espanha, e o tio, Fernando VI, sofreram de doenças mentais tendo ambos perdido totalmente a razão no final das suas vidas.

Filipe, fanatizado pela religião, acreditava que o fogo o estava a consumir por dentro, sendo o castigo divino pelos seus pecados mortais. O medo do inferno fazia com que sua loucura variasse entre a letargia extrema e explosões de frenesi violento. Era capaz de gritar e gemer durante horas de seguida, cantava alto e mordia-se a si próprio. Recusava que lhe raspassem a barba, cortassem o cabelo ou as unhas dos pés. Tinha ilusões e visões, todas ameaçadoras.

Fernando, igualmente fanatizado pelos frades, herdou a doença do pai. Nas suas fases de loucura, também variava entre a apatia completa e extrema agitação, sendo capaz de passar dez ou mais dias sem dormir. Vivia atormentado com a eventualidade da morte súbita, convencido de que o seu corpo estaria a ser destruído por dentro e que morreria se se deitasse. Recusava-se a ser lavado, barbeado ou vestido. Recusava comida, tomando apenas refrescos líquidos. Batia com a cabeça contra a parede e atacava os criados. D. Maria I, carregava toda esse carga genética maligna.

Oliveira Martins escreveu " *(...) agora que no trono se sentava uma mulher, virtuosa sim, mas* ***a maior beata*** *que a educação jesuíta criara no decurso de quase três séculos*"[136]

[136] Martins, J P Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

A perseguição de Pombal aos jesuítas repercutiu imediatamente em D. Maria, achando que tal atitude era obra do demônio e um atentado ao próprio deus. Os frades reforçam a tese e demonizam D. Sebastião.

À medida que este aperta o cerco aos jesuítas, mais o ódio de D. Maria aumenta. Pombal também persegue a velha nobreza católica, viciada e estéril. D. Maria interpreta isso como a ruína da nobreza e de Portugal. Seu ódio e temor de castigos divinos aumentam, alimentados pelas pregações dos jesuítas, os quais, como frei Malagrida, anunciam e esperam um castigo de deus por tal perseguição contra os seus representantes na Terra.

A natureza conspira para a insanidade de D. Maria. Em 29 de junho de 1753, a princesa ficou doente com uma "*febre inflamatória violenta*" e, à medida que a febre aumentava, os médicos a sangravam cada vez mais.

Finalmente, tendo sido sangrada seis vezes, os médicos acharam que ela não tinha salvação e que fatalmente morreria. Os frades se apressam para lhe dar a extrema-unção. Sua mãe, porém, acreditando em milagres ordena que trouxessem uma imagem de madeira de Jesus que estava no convento da Graça. Essa imagem, que se acreditava ter poderes miraculosos, era conhecida como "Senhor dos Passos". A estátua foi transportada para o palácio com todas as honras, numa solenidade pomposa, e colocada no quarto de D. Maria.

Simultaneamente, os secretários da Corte mandam buscar um médico alemão, que descobriu a causa da doença e passou-lhe os devidos remédios.

No dia seguinte, após ter tomados os remédios e com a estátua de Jesus no quarto, em 8 de julho, D. Maria estava melhor e com o tratamento, continuou a melhorar, dia após dia.

Assim que se curou, D. Maria atribuiu a cura à estátua de Jesus, que foi levada de volta ao convento, com sua fama de milagrosa aumentada enormemente, com outra solenidade pomposa e exuberante.

Então acontece o terremoto. A ruína do trono português causada por ele, que se não tivesse o ouro do Brasil chegando às toneladas, seria total e permanente, talvez mesmo extinguindo a nação portuguesa para sempre. Os frades levantam as mãos para o céu e gritam dos púlpitos "*Sodoma e Gomorra , eis aí teu castigo*".
D. Maria, com 21 anos incompletos, não precisa de mais nada para ter a mais firme certeza de que seu pai e o odiado Sebastião José (ainda não era Marquês) são os responsáveis diretos por tal punição divina. Temerosa pela perdição da alma nos tormentos do inferno, se desespera por tentar descobrir se eles já estão condenados e, principalmente, se ela também não entraria no rol dos que seriam amaldiçoados.

D. Maria está desequilibrada, aterrorizada com o medo do inferno e passa então pelo transe de testemunhar a horrível tortura dos Távoras. Sua frágil sanidade fica congelada e agora não mais tem dúvidas: seu pai irá para o inferno. Mortificada, torna-se reclusa, saindo muito pouco de seu quarto, faz penitências, o cilício é inseparável e passa os dias em orações.

Mas, o transe ainda não acabara. Em 1760, com 26 anos incompletos, seu pai, o Rei, a obriga casar-se com seu tio, D. Pedro de Bragança, de 43 anos. Esse pequeno trauma seria ofuscado com o que veio depois. Em 1761, o Marquês de Pombal, dando continuidade ao processo dos Távora, fecha as portas da Inquisição com chave de ouro: manda queimar, através da própria Inquisição, o frei Gabriel Malagrida. D. Maria entra em pânico insano, acreditando que seu pai e o Marquês não somente estão no inferno, como são a encarnação do próprio demônio.

Em 24 de fevereiro de 1777, morre D. José I. Em março, assume o trono D. Maria I, com 42 anos. Sua primeira providência foi exilar Pombal para sua propriedade rural, proibindo-o de se apresentar diante da Rainha ou da Corte.

Toda a política do reinado anterior foi modificada. A rainha, de acordo com os sentimentos de seus súditos imediatamente após a sua ascensão mandou abrir as portas das prisões e convidou a Igreja e os nobres a reassumirem seus postos na administração. Tal mudança ficou conhecida como "*a viradeira*"
Então a Nação parou. Os moinhos e fábricas estabelecidos por Pombal entraram em decadência. O país ficou reduzido a um estado muito semelhante ao da paralisia. Portugal começa a andar para trás, voltando ao tempo de D. João V, com alguma piora.

> *"Entre os próprios portugueses o espírito de iniciativa extinguira-se, e não só a imundície das ruas de Lisboa como os bandos de mendigos às portas das igrejas eram sintomas de uma decadência radical. Apesar das reformas de Pombal, o poder da Igreja continuava*

imenso (...) Numa população de três milhões de almas, trezentas mil ou pertenciam a ordens religiosas, ou estavam indiretamente ligadas a algum estabelecimento monástico. Só em Lisboa havia nada menos de cento e oitenta mosteiros. Praticamente, todos os grandes edifícios visíveis em qualquer parte do interior eram ou igrejas ou conventos. E além dos monges, alguns dos quais se revelavam eficientes agricultores, havia um enxame de frades que viviam em íntimo contato com o povo e exerciam tirânica influência sobre todas as suas ações.
O que o confessor era para o solar dos nobres, o frade era para a casa do pobre em Lisboa." [137]

A memória de Pombal evocava uma espécie de horrível pesadelo. Durante os últimos quinze anos do seu governo, Portugal viveu sob o império do terror. As prisões regurgitavam de nobres e padres, que agora seriam postos em liberdade.
Pombal estava derrotado. Tudo de ruim que ele desejara arrancar de sua pátria, voltava agora com força redobrada através de D. Maria I. [138]

---

[137] Cheke, Marcus - "*Carlota Joaquina*" - Livraria José Olympio - 1949
[138] *"Durante três séculos o clero mantivera o povo submisso, mergulhado no que viajores protestantes descreviam como "abjeta superstição". Sendo a ciência médica quase desconhecida, se São Braz ou São Marcos deixavam de atender a alguma promessa, o doente recorria a remédios dignos de curandeiros. Lesmas esmagadas eram postas em cataplasmas sobre feridas abertas e velhos inválidos eram alimentados com caldo de cobra. A aristocracia não ficava muito acima das classes rurais em matéria de esclarecimento."* - Cheke, Marcus - "*Carlota Joaquina*" - Livraria José Olympio - 1949

Oliveira Martins não tem complacência: "***Nos seus seis reis, a dinastia de Bragança contava já com dois mentecaptos: Afonso VI e D. Maria I***."[139]

A rainha era uma mulher de fanáticas convicções religiosas cujos atos eram ditados por seus confessores ou pelos padres que lhe enxameavam a corte. Governando, seu principal objetivo era reparar as afrontas infligidas à Igreja pelo ministro de seu pai.

> "*Digna neta do rei Dom João V, cuja paixão inveterada consistia em promover procissões cada qual mais pomposa que a outra, seu passatempo favorito era presidir às cerimônias religiosas para celebrar a salvação de vários indivíduos obscuros, persuadidos, geralmente, em troca de uma pensão concedida pela corte, a se declararem convertidos à verdadeira fé.*" [140]

Sem Pombal, os "*empenhos*" - pistolões ou suborno - voltaram a caracterizar as transações políticas do governo português. Os ministros e conselheiros tomaram as rédeas do poder, assumindo o papel que sempre tiveram diante dos reis mentecaptos portugueses, ou seja, governavam por eles.

D. Maria I, sem ter a mínima noção do que era governar um país, muito menos sem possuir os requisitos tanto de

---

[139] Martins, J P Oliveira - "*História de Portugal*" - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

[140] Cheke, Marcus - "*Carlota Joaquina*" - Livraria José Olympio - 1949

competência como mentais para isso e, principalmente, com a vontade única de se redimir da culpa de seu pai e salvar sua alma do fogo do inferno, se cerca de uma fauna exótica de lunáticos e corruptos e de um batalhão de frades.

Por exemplo, Pina-Manique, o homem mais poderoso do seu reinado, era desembargador, intendente geral de polícia, administrador da alfândega de Lisboa, feitor-mor das alfândegas do Reino, provedor da casa-pia, administrador das calçadas e da iluminação da capital, entre outros cargos. À sombra de sua desembargadoria, ocorriam os roubos e negociatas.

O Marquês de Ponte-de-Lima, considerado pródigo, era um dos ministros. Sua preocupação era se tornar cavaleiro das ordens que existiam.

O Cardeal Cunha possuía uma biblioteca de 11 mil livros, que o povo chamava de "11 mil virgens".

O arcebispo de Tessalônica, Frei Inácio de São Caetano, que também era Inquisidor-Mor e confessor de D. Maria, era um déspota, brutal e atrevido. Até com o príncipe do Brasil, o futuro D. João VI, era grosseiro e mal educado. Ao notar que ele era alegre e ignorante, o Marquês de Pombal o designou para ser confessor de D. Maria.

Quando assumiu o trono, D. Maria o nomeou ministro e inquisidor-mor. Seu poder ficou semelhante a um vice-rei, do qual ele usava e abusava em mil estripulias, principalmente com as mulheres. Sua principal alegria era comer. Dizia-se

que devorava um leitão assado por dia. Seu desespero era tratar de qualquer assunto relativo à governança do reino.

> *"A rainha, que era muito piedosa, julgava-o, porém, um santo, e nada sabia das suas travessuras. Enfadava-o bastante o governo, a necessidade de ensaiar os conselhos, antes de ir à presença da rainha; e quando olhava para a escada interior, que ligava os seus aposentos aos da soberana, dizia aos íntimos: «forte praga é aturar essas mulheres, lá d'escada acima!» (...) Escadas acima, a cena mudava. O palácio era um convento. O rei esposo, feíssimo, com um aspecto de idiota, o olhar esgazeado, a peruca desgrenhada, parecendo bêbado, era um sacristão, ou cousa nenhuma: o ente que piedosamente fora encarregado de dar herdeiros à coroa. Por toda a parte murmuravam terços, e havia santos por todos os cantos, em oratórios e nichos, com velas e lâmpadas acesas."* [141]

O Visconde de Villa Nova, outro ministro, com sua mania de ser cavaleiro, foi chamado de "*grão-besta que chegou a ser grão-cruz*".

O mais rico fidalgo da corte era o Marquês de Marialva, de quem se pode escrever um livro, que somente pensava em equitação, além de ter mania por relógios. Suas estrebarias ficavam embaixo de suas salas, "*que davam a elas um cheiro imundo*".

[141] Martins, J P Oliveira - *"História de Portugal"* - Tomo II - Livraria Bertrand - Lisboa- 1882

O Marquês de Angeja, também conde de Vila do Verde, D. Pedro José de Noronha Moniz e Sousa, sexagenário tirânico, com demência senil, foi nomeado Presidente do Real Erário (presidente e lugar-tenente da real pessoa no Erário régio), além de acumular as seguintes funções: gentil-Homem da real câmara; deputado da Junta dos Três Estados, do conselho da rainha e do conselho de guerra; tenente general dos exércitos; ministro adjunto ao despacho do gabinete; governador da Torre de São Vicente de Belém; inspetor geral de toda a arrecadação das fazendas dos armazéns da Guiné e Índia e do arsenal real da marinha; inspetor geral das obras públicas e do plano de reedificação da cidade; comendador da Ordem de Cristo e da Ordem de Santiago; capitão general da armada dos galeões de alto bordo do mar Oceano. Suas duas obras lembradas são o enriquecimento ilícito e, devido ao seu ódio a Pombal, a ordem de paralisar todas as obras de reconstrução de Lisboa, iniciadas por Pombal.

> *"Dom Pedro, o príncipe consorte da rainha Maria I, era tido por todos como analfabeto. Seu ministro da Marinha sabia somar e subtrair, mas nunca conseguira aprender a multiplicar e a dividir. O conde de São Lourenço costumava distrair seus convivas durante o jantar contando as mais incríveis façanhas mentirosas. O marquês de Castelo Melhor, segundo descrição deixada pelo marquês de Fronteira em suas memórias, passava os dias arreliando e agradando alternadamente sua preta velha favorita cuja obrigação era espantar moscas à sua volta. A única paixão e o único passatempo do opulento conde de Vila Nova era sair à frente do pálio, de opa vermelha,*

> *tocando uma sineta de prata. «Ele vive permanentemente a serviço da hóstia», escreve Beckford, «e passa o melhor de seus dias entregue a esse estranho mister. Nunca existiu amante mais ciumento de sua eleita, do que esse ingênuo moço o é da sua sineta. Não admite que outra pessoa a faça vibrar.» Quanto ao conde de Vila de Verde, ministro de Estado, sua corpulência e gulodice ficam acima de qualquer descrição. Depois de jantar por seis homens afundava-se numa cadeira e passava o resto da noite bebendo água gelada, cujos goles eram intercalados por sonoros arrotos. Na verdade, comparados com indivíduos do nosso mundo, os cortesãos de Queluz pareceriam tão esquisitos e suas maneiras tão atrasadas, que nos é quase impossível imaginá-los (...)*[142]

D. Maria passa as noites com visões e sonhos com as chamas do inferno. Poderíamos fazer um exercício mental e pensar qual seria a resposta do frade confessor quando ela lhe perguntasse se seu pai estaria sofrendo as penas no inferno. Ou, qual seria a resposta quando perguntasse como salvar a própria alma. Como acreditava inquestionavelmente que os padres representavam deus na terra, a resposta do confessor a tais perguntas, provavelmente, somente poderiam piorar o estado mental da soberana.

A confusão mental e a crença fanática na punição de deus aos pecados cometidos, que tolhem seus movimentos desde 1785, somente aumentaram quando em 1786 morreu seu marido, D.

[142] Cheke, Marcus - "*Carlota Joaquina*" - Livraria José Olympio - 1949

Pedro e, logo depois, em 1788, numa sucessão de desgraças, morrem:

- Em setembro, seu filho, o príncipe herdeiro D. José;
- Em novembro, sua filha, D. Mariana Vitória;
- Em novembro, o seu genro D. Gabriel, marido de D. Mariana, dois dias depois dela;
- Em novembro, o seu confessor Frei Inácio de São Caetano;
- Em dezembro, o seu tio, o Rei Carlos III da Espanha, pai de D. Gabriel.

Além disso, seis meses depois, em julho de 1789, ocorre a Revolução Francesa, quando são decapitados o Rei Luis XVI e sua esposa, que eram seus grandes amigos. E as monarquias perigando.

Parece que, dessas tragédias, o que mais abalou a Rainha foi a morte de seu confessor. O núncio papal de Lisboa escreveu: "*D. Inácio tinha tamanha autoridade em seu espírito que, com uma única palavra, a tranquilizava*"[143]

Com tal maré de azar, a pouca sanidade que restara a D. Maria desaparece de vez, dando lugar à crença firme e indubitável que deus a está punindo e que sua alma está perdida para sempre, condenada a arder pela eternidade nas chamas do inferno.

[143] Mauricio, Domingos - "*Os dois últimos confessores de D. Maria I e a loucura incurável da soberana*" - Acad. Portuguesa de História- 1974

William Beckford,[144] que frequentou a corte portuguesa nessa época, narra que o Marquês de Angeja lhe contara que a rainha tinha constantes visões nas quais seu pai aparecia "*como um monte de carvão calcinado, negro e horrível, de pé sobre um pedestal de ferro fundido, que uma multidão de pavorosos demônios ameaçava derrubar*".

Em outubro de 1791, D. Maria estava completamente incapaz. Caetano Beirão, em seu livro "D. Maria I", relata que, já nessa época, ela padecia de "*grande melancolia, aflições noturnas, sonos interrompidos e abatimento de espírito*". Além disso, tinha frequentes crises de fúria. Em correspondência para o embaixador português em Londres, Luís Pinto, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, escreveu informando que a rainha "*se acha atualmente padecendo de uma aflição melancólica* ***que tem degenerado em insânia e chega aos termos de um frenesi, encontrando-se em delírio permanente***." No dia seguinte informa-se que "*aplacarem-se os furores e veemências, continuando, no entanto, o delírio, sem a mais leve esperança de melhora*" Nos momentos calmos D. Maria explicava que "*estava condenada e sua salvação não tinha remédio, estando já morta e sem entranhas*" [145]

Em 10 de fevereiro de 1792, é retirada do poder, assumindo a regência seu filho, D. João VI.

[144] Beckford, William - "*Recollections of an Excursion to the Monasteries of Alcobaça and Batalha*" - Centaur Press, 1972

[145] Beirão, Caetano - "*D.Maria I - Subsídios para a revisão histórica de seu reinado*" - Emp Nac. Publicidade - Lisboa - 1994

Em 1795, um incêndio destruiu o palácio de Ajuda, a residência real em Lisboa, e toda a corte mudou-se para Queluz. Ali a rainha passava o dia inteiro deitada com as venezianas fechadas; e o silêncio dos jardins era por vezes quebrado pelo seu agoniado gemido "*Ai, Jesus! Ai, Jesus!*".
O mesmo Beckford conta que estando certa noite no palácio de Queluz, foi surpreendido pelos gritos lancinantes de "*Ai, Jesus! Ai, Jesus!*" vindos dos aposentos de D. Maria.

> *"Os ministros, os padres e os cortesãos que lhe compunham a corte talvez fossem dignos de servir a uma soberana louca. Na verdade, pareciam ter sido escolhidos por um hábil "metteur en scène" para formarem o coro numa representação macabra.*
> *Muitos deles, tais como o marquês de Alorna e outros parentes dos infelizes Távoras, tendo provocado a inimizade de Pombal, haviam passado anos apodrecendo em vida na prisão de Junqueira. Quando a rainha ordenou que fossem libertados, eles deixaram o cárcere, segundo descrição de uma testemunha ocular, "como cadáveres ambulantes", obsedados por duas paixões: um ardente desejo de tirar vingança do ministro decaído e uma ambição ainda mais ardente de recuperar suas propriedades confiscadas. Alguns deles, como por exemplo, o alegre conde de São Lourenço, tinham ficado mentalmente desequilibrados em consequência dos seus sofrimentos. É fácil compreender que esses cortesãos semidementes e obsedados pelo desejo de vingança não contribuíram*

> *muito para atenuar a atmosfera de melancolia e de loucura que pairava sobre Queluz."*[146]

Em resumo, D. Maria jamais, em tempo algum, cuidou dos negócios de estado, devido à sua incapacidade mental, provocada unicamente por seu fanatismo religioso e o tenebroso, paralisador, literalmente enlouquecedor, medo do inferno.

E foi com a horda de velhacos e dementes ministros de seu governo que os advogados e amigos dos Inconfidentes mineiros tramaram, trataram e subornaram para que, no final, tudo acabasse bem e o plebeu Tiradentes pagasse o pato sozinho.

[146] Cheke, Marcus - "*Carlota Joaquina*" - Livraria José Olympio - 1949

Capítulo 22

Vila Rica após 1750

Depois do terremoto de 1755, a necessidade do ouro do Brasil foi questão de vida ou morte para Portugal. O Marquês de Pombal, ciente disso já tinha mudado o regime de tributação e desde 3 de dezembro de 1750, a derrama estava regulamentada.

O sistema tributário vigente, substituindo a capitação e o quinto, consistia no envio anual de cem arrobas de ouro para Portugal, como forma de pagamento dos direitos reais sobre o quinto da extração aurífera. O sistema funcionava numa espécie de contrato de risco, através do qual os moradores da região assumiam, por meio de suas câmaras municipais, a responsabilidade de remeter ao fisco lusitano a quantia estipulada.

Depois de feita a apuração, verificava-se o quanto faltava para se atingir as 100 arrobas de ouro. Por exemplo, se houvesse uma arrecadação de 60 arrobas, a dívida seria de 40 arrobas.
A cobrança dessa parcela faltante era chamada de "derrama".

Teoricamente, o valor referente à derrama devia ser somado e dividido igualmente entre as quatro comarcas mineiras. Depois, cada comarca, em particular, faria outra subdivisão da cota que respectivamente lhe cabia, distribuindo-a, desta vez, entre seus moradores, para enfim obter a quantia a ser paga por cada habitante. Cabia ao governador da capitania e aos

ministros imediatos da Coroa, sobretudo intendentes das Casas de Fundição, requererem formalmente o lançamento da cobrança individual.

Mas, esse lançamento podia ser feito de diversas maneiras, exigindo-se, por exemplo, o complemento integral ou parcial da dívida (haja vista a possibilidade de cobrar valores referentes a apenas um único ano ou a todos eles). Por outro lado, permitia-se pagamento progressivo ou parcelado, com prazos longos. E, é claro que as pessoas mais influentes tinham mais camaradagem e facilidades nesses pagamentos, inclusive o não pagamento com a inclusão da dívida no próximo ano.

Ainda não se descobriu qual era o processo que as Câmaras utilizavam para ratear a dívida entre os moradores. O certo é que método, logo ao ser implantado produziu uma enorme dívida, que se acumulava de ano para ano.

Porém, a partir de 1750 o ouro começou a escassear, mas Portugal não queria saber disso. A meta de 100 arrobas tinha que ser cumprida a qualquer custo. A derrama foi executada em 1763-1764 e depois em 1771-1772.

A dívida da primeira foi de 14 arrobas de ouro e o governador Luis Diogo Lobo decretou a derrama, que somente conseguiu completar tal quota em 1764, depois da aplicação de meios violentos e retaliações sobre as pessoas. Em 1773, o então governador José Luiz de Meneses Abranches Castelo Branco, disse que " *a derrama de 1763-64 fora gravosa aos povos*".

Porém, esse pagamento se referia ao período até o ano de 1763. Daí por diante já existia novo déficit. Então de 1763 a 1773 a dívida tinha chegado a 154 arrobas de ouro.

Com o ouro acabando e a mineração se tornando cada vez mais difícil, complicada e cara, cada ano que passa vai apresentando um déficit, que se acumula com os dos outros anos anteriores. Assim, chega-se a 1785, onde se apura que o déficit era de 7.200 kg de ouro. A fantástica quantia de quase oito toneladas de ouro!

Os mineradores, acossados, estavam com dificuldades para conseguir equipamentos e escravos para manter a exploração. Para piorar, o padre D. Martinho de Mello e Castro, o todo poderoso ministro de D. Maria I, em 1785, assinou o "*Alvará de Proibição Industrial*" [147] que vedava a instalação de manufaturas no Brasil e mandava fechar e destruir as que existiam.

A situação então se tornou crítica, pois todos dependiam agora de calçados, tecidos, ferramentas, sal, fumo, etc, que seriam trazidos pelo governo - a grande maioria desses produtos vinha da Inglaterra – a um preço exorbitantemente caro e em quantidade reduzida.

O sal, por exemplo, entrava no Brasil vindo de Portugal, já custando o dobro. Quando chegava a Minas, era taxado com

---

[147] Como vimos no capitulo passado, D.Maria jamais governou, quando ainda não era completamente insana. Depois que ficou incapacitada permanentemente, pior ainda. Quando se falar que a Rainha D. Maria I baixou um decreto deve-se subentender que D. Maria, quando muito, ASSINOU tal decreto. Todo o resto foi feito por seus ministros.

novo imposto, triplicando seu preço. O mesmo acontecia com o ferro e artigos de couro. A situação estava insuportável.

Em setembro de 1773 escrevia o ilustre poeta francês, o cavaleiro de Parny a respeito do Rio de Janeiro:

> *"É este país um paraíso terrestre; a terra produz abundantemente os frutos de todos os climas; o ar é sadio; as minas de ouro e de diamantes numerosas; mas a todas estas vantagens falta-lhe uma, que é a única que pode tornar aquelas preciosas; — a liberdade! Tudo jaz aqui na escravidão; pode-se entrar, mas não se pode sair. Em geral acham-se os colonos descontentes e cansados de seus sofrimentos."*[148]

Durante o governo de Luiz da Cunha Menezes, membros da elite local foram afastados de posições e possibilidades de lucro. O governador contrariou os interesses de Tomas Antônio Gonzaga, a ponto de ser denunciado à rainha. Contrariou também Francisco de Paula Freire de Andrade e seu sogro Álvares Maciel (o pai). Em 1786, ordenou a busca de documentos incriminadores na fazenda de Maciel, iniciando uma ação contra o mesmo para resolver o pagamento de antigos débitos.

Além disso, promoveu muitos de seus protegidos à carreira militar e preteriu a promoção de outros, dentre eles, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, que foi tirado do comando do

[148] Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948

Destacamento da Mantiqueira e, por isso, ficou afastado da possibilidade de ganhos com o contrabando. Ordenou, ainda, o banimento do padre José da Silva e Oliveira Rolim, notório contrabandista, pego como um bode expiatório.

Em 1788 acontecem dois fatos marcantes: a drástica diminuição das remessas de ouro para Portugal e a chegada de novo governador da Capitania de Minas: D. Luís Antônio Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, Visconde de Barbacena, que recebera, em 1788, ordens de Martinho de Mello e Castro, ministro de D. Maria I.

Tais instruções continham medidas que contrariavam ainda mais os interesses dos magnatas das Minas. Eram elas:

- o aumento da receita e ampliação da dependência da economia mineira em relação a Portugal,
- correção dos abusos do clero,
- regulamentação da cobrança extorsiva de direitos eclesiásticos,
- exame das práticas condenáveis dos magistrados,
- avaliação do envolvimento dos intendentes com o contrabando,
- aumento dos valores de direitos de entrada (espécie de tributo, responsável pelo encarecimento dos produtos metropolitanos nas Minas),
- reavaliação de contratos arrematados desde 1754, nos quais a Fazenda Real fracassou na cobrança de impostos,

- substituição dos contratos de arrecadação que passariam para administração direta da Coroa.

Entre suas ordens, uma é expressa e taxativa: cobrar as quotas que eram devidas há quase 15 anos, ou seja, lançar uma derrama. O Ministro recomendava, no entanto, que o Visconde de Barbacena avaliasse se o povo tinha condições de suportar a derrama.

Em meados de 1788, o Visconde de Barbacena comunica oficialmente à Junta da Fazenda tal pretensão. Logo o boato corre por toda a capitania, chegando até às palhoças do interior.

Então começaram a surgir entre a população diversos cálculos para se ter uma ideia de quanto cada um teria que arcar para cobrir tão exorbitante obrigação. Segundo Gaspar, se espalhou uma notícia que cada habitante de Minas teria que pagar 8 oitavas de ouro (cerca de 30 g de ouro)[149]

O problema é que nesse cálculo estavam incluídos incapazes, velhos, crianças e mulheres, e principalmente escravos. Assim um fidalgo que tivesse mulher, 5 filhos pequenos e 50 escravos, num total de 57 pessoas teria que pagar aproximadamente 1,7 kg de ouro. Isso seria equivalente hoje a quase R$ 200 mil.

Outro detalhe é que as ordens eram para incluir todos sem exceção, inclusive militares e clérigos.

---

[149] Gaspar, T Souza - "*Derrama , Boatos e Historiografia: O Problema da revolta Popular na Inconfidência Mineira de 1789*"

As consequências desta derrama seriam funestas, pois na realidade o povo não tinha como pagar. A derrama deixaria os ricos na miséria, pois perderiam os seus bens e ainda seriam presos por não poderem pagar integralmente a dívida. Todos estavam aterrorizados diante dessa possibilidade e ninguém tinha dúvidas que as ações do governo seriam cumpridas.

Capítulo 23

A Revolução que não Houve

A lei do Ministro Martinho de Mello e Castro de 1785, acabando com as fábricas (o governo incendiou a maioria, causando um tremendo impacto negativo na população) foi a gota de água para os mineradores, que passaram a conspirar.

Os ricos que estudavam no exterior, também traziam as idéias de libertação do colonialismo, mirando-se no exemplo dos Estados Unidos que se separara da Inglaterra em 1776. Porém, a motivação mais forte estava mesmo na cobrança exagerada de impostos e na violência com que as derramas anteriores tinham sido conduzidas. Portanto era uma empreitada exclusivamente econômica.

Assim uma elite riquíssima e culta, os magnatas, iniciou um movimento na mesma Vila Rica. Não havia uma linha de ação bem traçada e o plano estava esquematizado apenas em dois pontos: um POSSÍVEL apoio militar fornecido por vários tenentes coronéis comandantes e o esperado apoio popular conseguido depois que o golpe fosse desferido.

Nesse ponto devemos raciocinar sobre dois pontos: o primeiro são os motivos do movimento e o segundo os objetivos.

Os motivos eram claros e seguiam a tradição de Minas, nos motins e revoltas, ou seja, a taxação oficial que sempre foi

espoliadora e os métodos de cobrança que sempre foram corruptos e violentos.

Analisemos agora os objetivos. O primeiro que salta à vista, desde que é o mais utilizado pelos ufanistas é a independência e emancipação. Será que os inconfidentes queriam tornar-se independentes de Portugal?

Anteriormente vimos que tal objetivo jamais esteve nos planos de qualquer motim que aconteceu em Minas. Os gritos de "*Viva El-Rei*" sempre ecoaram em todas as manifestações. Por que?

Os mentores das revoltas sempre foram pessoas que tinham mais conhecimentos e cultura e todas elas sabiam que não havia meio de lutar contra os exércitos de Portugal na região das minas. Os motivos eram vários: a região não era costeira, os caminhos vigiados por tropas, não se tinham nem homens nem armas que bastassem, os víveres não durariam muito, não se poderia contar com nenhuma ajuda externa.

É fato notório que Portugal, diante de uma tentativa de emancipação, simplesmente fecharia os caminhos, e cercaria os insurgentes, os quais, quando acabassem as provisões e munições, teriam que se entregar. A situação foi diferente nos Estados Unidos, onde as colônias eram todas na costa, tiveram ajuda da França e da Espanha e com isso era impossível colocá-las em cerco.

Na Inconfidência Mineira, existiam planos de se construírem fábricas, academias, criaram uma bandeira, leis, etc, e inclusive disseram que Maciel construiria uma fábrica de

pólvora. Se Portugal cercasse a área, como isso seria exequível?

Fica evidente que os militares que faziam parte da liderança da inconfidência sabiam perfeitamente disso, e muitas pessoas a quem Tiradentes contou o plano responderam da mesma forma: "***Isso é uma loucura***." O detalhe importante é que, para Tiradentes, essa ideia de independência era válida, pois tinha certeza de que São Paulo e Rio de Janeiro também seriam convencidos com facilidade a entrar na revolta.

Por exemplo, o tenente coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, a maior autoridade em Vila Rica depois do governador, observou que "*tendo o Rio de Janeiro dezesseis naus que lhe defendessem a barra, tornar-se-ia inexpugnável, (...) fácil seria ao governo português meter na capitania de Minas Gerais os socorros que bem lhe parecesse*."[150]

Já o coronel Alvarenga dissera "*que os comerciantes do Rio de Janeiro almejavam, não a liberdade política, mas a liberdade do comércio. (...) e não acreditava que a França viesse socorrer os revoltosos, pois o porto do Rio achava-se perfeitamente defendido e sob a vigilância severa do Vice-Rei Vasconcelos.*"[151]

Então devemos, a bem da lógica e do bom senso, abandonar de vez essa história de independência como objetivo dos líderes. Uma falsa independência foi oferecida por eles a

[150] Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948
[151] Idem

Tiradentes e ao povo como uma mola para detonar a rebelião e manter as massas em movimento. Apenas isso.

Os magnatas planejaram uma revolta com dois objetivos: um claro e acessível a todos os conjurados, inclusive e principalmente a Tiradentes, que era o da independência; e outro, secreto, de conhecimento somente da liderança, que era o mesmo da revolta de 1720.
O objetivo secreto da liderança era antigo, aquele mesmo que sempre estivera em pauta nos motins de Minas: gerar um atrito de grandes proporções, envolvendo se possível toda a população, fornecer alimento ideológico às massas, tais como promessa de independência, de governo estruturado, construções de escolas, fábricas, taxação condizente etc, e aguardar que Portugal, depois de muito trabalho, sufocasse a rebelião, e como sempre acontecia, enforcasse alguém para dar exemplo, degredando outros e concedendo perdão à maioria. A esperança é que nesse perdão viesse também o perdão à dívida que todos tinham com a fazenda real e novo rumo na política tributária da coroa, talvez se estabelecendo um sistema mais justo para a cobrança de impostos. Isso foi o que sempre aconteceu e agora não seria diferente.

Esse objetivo fica evidente na estruturação da revolta. Os líderes não eram insensatos e nem broncos e não dá para engolir a história de como seria deflagrada a revolta. Parece brincadeira de crianças. Tudo na base de promessas. Vejamos:

> Entre 25 de dezembro de 1788 e 1 de janeiro de 1789 ocorreram várias reuniões nas casas dos descontentes da elite de Vila Rica. Na mais importante delas, na casa do tenente coronel Francisco de Paula, todos os

envolvidos foram convidados "*para se encontrarem com o alferes Tiradentes*". Compareceram o vigário Carlos Correia de Toledo, Gonzaga, Maciel, o cel. Alvarenga e o padre Rolim. O assunto era como se deveria efetuar a revolta.

O Cel. Francisco de Paula sugeriu que Tiradentes depois de sublevar o Rio de Janeiro *(Tiradentes tinha mentido dizendo que na capital existia um grupo de fidalgos dispostos a entrar com dinheiro e homens na revolta)* partisse para Minas com a turba armada e então ele, com a tropa sairiam de Vila Rica com a desculpa de enfrentá-los e se juntariam a eles, e assim tomando Vila Rica.

Tiradentes, é claro, se opôs veementemente a tal plano e ficou resolvido que o levante teria que começar em Minas, assim que se publicasse a derrama. Na noite desse dia sairia o alferes Tiradentes com alguns companheiros gritando pelas ruas de Vila Rica — *Liberdade*! — Acudiria o povo consternado ao alarma, e fingindo opor-se, apareceria o tenente-coronel Francisco de Paula com a tropa, e perguntando que pretendia o povo e respondendo os conjurados que "*a liberdade*", concordaria que era uma coisa justa, e dirigiria como missionário uma fala à tropa para que o acompanhasse, enquanto o alferes Tiradentes se acharia a seu lado para convencê-la.

Visto isso, o tenente coronel Francisco de Paula disse que poria sua tropa a disposição; convenceria o tenente coronel Domingos de Abreu Vieira a dar 200 barris de pólvora; Tiradentes ficaria encarregado de arranjar apoio de diversas pessoas; o vigário Toledo ficou de arranjar 100 homens; o coronel Alvarenga disse que

contava com cerca de 500 "pés-rapados". O padre Rolim ofereceu-se para conseguir homens em Minas Novas, além de comprar pólvora no Rio de Janeiro.

O leitor inteligente deve ter notado que nesse plano de revolução armada NÃO EXISTE LOGÍSTICA. Tudo está no condicional. Muito diferente da revolta de 1720 quando Pascoal da Silva Guimarães FORMOU BATALHÕES, colocou um de seus serviçais, Felipe dos Santos, à frente de um deles e mandou que se sublevasse a população, por bem ou mal. Ou seja, ANTES DA REVOLTA cuidou para que houvesse os meios devidamente preparados - homens, armas, forças aliadas, comando, etc - para realizá-la.

E mais, uma matéria dessa envergadura, dessa importância, dessa gravidade, ter sua ação determinada por apenas seis - isso mesmo, SEIS - pessoas, (o padre Rolim estava na casa mas não participou da discussão, por odiar Tiradentes) numa sala de visitas de um coronel. E Tiradentes jamais desconfiou disso.

"O alferes Silva Xavier deveria provocar a agitação em Vila Rica. Teria o auxílio de companheiros que chegariam antecipadamente à cidade em pequenos grupos, com as armas escondidas debaixo dos casacos. Quando os Dragões fossem convocados para enfrentar a multidão, Freire de Andrade deveria atrasar-se até que o alferes tivesse partido à caça dos Barbacenas em Cachoeira do Campo. Introduzindo-se na escolta do governador, ele prenderia e executaria o visconde de Barbacena, voltando então para Vila

Rica. O coronel Freire de Andrade, à frente dos Dragões, fazia face à multidão perguntando-lhe o que pretendia. E o alferes Silva Xavier, mostrando a cabeça do Governador, bradaria que queriam a liberdade. A seguir seria proclamada a República e lida uma declaração de independência" [152]

O plano dos inconfidentes era tão pueril e estúpido, que, mesmo sem dispor dos meios para uma revolta, ainda ficavam presos a uma data de deflagração, totalmente aleatória, a qual não tinham controle. O depoimento de Cláudio Manoel da Costa à devassa é esclarecedor:

"(...) que tudo (o plano) lhe parecera uma fábula ridícula, e por não acreditar que seria posto em prática, não lhe deu atenção (...) tudo aquilo lhe parecia uma comédia de loucos (...) e já tinha declarado o tom de ridículo e de mofa que deu a todas essas coisas, pois jamais pensou que elas houvessem de sair à luz e produzir tão escandalosos efeitos (...)""[153]

Então pergunta-se: como o tenente coronel Francisco de Paula garantiria os soldados, se um dos pontos principais do plano era, diante do povo amotinado, fazer um discurso à tropa, para que aderisse à revolta? Novamente recorramos ao depoimento de Cláudio Manoel da Costa:

[152] Maxwell, Kenneth - "*Conjuração Mineira: Novos Aspectos*" - 1989
[153] Cintra, Assis - "*Tiradentes perante a História*" - L Marrano - São Paulo - 1933

> *"(...) que o tenente coronel Francisco de Paula havia de falar à tropa e o Tiradentes devia estar ao seu lado para a convencê-la (...) e que a fala do tenente coronel seria um discurso de bom senso, entrando em cena então o Tiradentes agitando os soldados com um discurso na linha «seguir-me ou morrer»" (...)* [154]

E as dúvidas não param: e se os soldados do tenente coronel Francisco de Paula não aderissem à revolta? E se o povo não se amotinasse e não seguisse Tiradentes pelas ruas da Vila? E se o tenente coronel Domingos de Abreu não arranjasse a pólvora? E se os padres não conseguissem apoio popular? E se os "pés-rapados" do coronel Alvarenga não aparecessem? Como ficaria a revolta?

Será que tais homens cultos e experimentados, coronéis das forças militares, padres, bacharéis diplomados em Lisboa, seriam incapazes de notar as falhas gritantes de seu plano? Será que essas raposas astutas, todos conhecedores de mil golpes e artimanhas para driblar qualquer dificuldade que aparecesse, sempre se dando bem em seus negócios, como, por exemplo, o sagaz contrabandista de diamantes, padre Rolim, estavam cegos e sofrendo de um surto de estupidez, ao produzir tal plano? Todo um grupo desse naipe agindo como infantis inconsequentes num assunto de tamanha seriedade?

Claro que não. Então como se explica isso? Como explicar a atitude do Dr. Claudio Manoel da Costa no seu interrogatório, quando se sabe com absoluta certeza que ele era um dos

[154] Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

principais, senão o maior líder dos conspiradores? Existe somente uma explicação: o verdadeiro objetivo, o objetivo oculto, era aquele a que nos referimos anteriormente: uma revolta semelhante a de 1720, com o perdão dos revoltosos e suas dívidas no final dela.

Então é nesse ponto que entra Tiradentes. O plano insensato foi feito somente para ele, para seduzi-lo e aproveitar-se de seu complexo de inferioridade para manipulá-lo sem qualquer esforço.

Tiradentes tentou de todas as formas, durante mais de um ano, se aproximar, sem sucesso, dos inconfidentes, que o cozinharam em fogo lento, impedindo seu acesso às reuniões, mas deixando-o desesperado em saber que havia uma revolução e ele não estava nela. De repente, foi aceito e se torna o centro das atenções no malfadado plano:

> *"(...) de recorrer ao empenho da amizade que contraíra na cidade do Rio de Janeiro com o dr. José Álvares Maciel. Era este jovem aparentado com o tenente-coronel de seu regimento Francisco de Paula Freire de Andrade e fácil lhe foi obter o que desejava o pobre alferes. Renovou Tiradentes a prática que tivera com o dr. Alvares Maciel na cidade do Rio de Janeiro, e conseguiu ser por intermédio de sua pessoa iniciado nos mistérios da conjuração que desde muito tempo se tramava em Vila Rica."* [155]

---

[155] Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948

Ou seja, os líderes da revolta passaram todo esse tempo procurando um "Felipe dos Santos" que se encaixasse no plano. Devido à fama de insensato e falastrão, o Alferes era o pato adequado aquele papel. Inconsciente de que estava pondo a corda no pescoço, ele aceita prazerosamente a tarefa de espalhar a ideia de revolução, coisa que já vinha fazendo há alguns anos, que era de conhecimento de todos e que agora tinha chance de sair de um sonho para se tornar realidade.

Ao ser qualificado como "*o enviado dos sublevados*", Tiradentes nela desempenha função subalterna. Essa expressão aparece em: *" (...) até o ponto de se prender o enviado pelos sublevados, Alferes Joaquim José da Silva Xavier."* (ADIM, vol.4, p. 30).

> *"A iniciativa crítica e o êxito imediato do movimento dependiam dos Dragões, e em particular de Freire de Andrade e de Silva Xavier. O alferes parece ter recebido a missão de convencer a cavalaria e de fazer propaganda do movimento. E era tarefa para qual era bem dotado."* [156]

O coronel Silvério dos Reis em seu depoimento também destaca a função de Tiradentes:

> *"Igualmente lhe certificou o dito vigário (padre Rolim) que o partido da desordem e motim que se intentava tinha, nesta Cidade do Rio de Janeiro, grande séquito, o que lhe havia certificado o alferes da tropa paga de Minas Gerais, Joaquim José da Silva*

[156] Maxwell, Kenneth - "*A Devassa da Devassa*" - Paz e Terra

> *Xavier, sujeito de quem **os cabeças do motim** se haviam valido para esta ação, e que cedo vinha a esta cidade para ver se podia tirar a vida ao Ilmo. e Exmo.Vice-Rei, e saber onde tinha os seus bens"* [157]

Não se precisa de mais provas para concluir que na verdade, Tiradentes foi colocado no plano da revolta através de uma maquinação diabólica dos magnatas. Na noite do dia da declaração da devassa ele deveria correr as ruas, com alguns homens armados aos gritos de liberdade.

Enquanto isso, os líderes ficariam calmamente em casa, exatamente como fez Pascoal Guimarães em 1720. Se o povo aderisse e o seguisse, se a massa popular fosse grande o bastante para revolucionar a vila, entraria em ação o coronel Francisco de Paula, que, se conseguisse o apoio da tropa, então declararia a independência e um novo governo. Se a gritaria não desse certo e o povo não se manifestasse, Tiradentes e seus homens seriam presos mas os líderes estariam em segurança.

Mas, será que Tiradentes não teria noção desses riscos? Provavelmente os teria avaliado, mas com sua cegueira devido ao fanatismo, acreditava piamente que, se fosse preso, os líderes, magnatas, ricos, poderosos e influentes, logo o soltariam. Esse foi seu erro fatal, pois, a estrutura da revolta, a verdadeira, previa a sua perdição como bode expiatório, que deveria ser sacrificado para que os outros ficassem livres.

---

[157] (AÐIM, vol.4, p. 48-49)

> *"Na verdade, o alferes provavelmente nunca esteve plenamente a par dos planos e objetivos mais amplos do movimento: de seus interrogatórios mostram-se que suas preocupações pareciam limitadas às táticas imediatas e à divulgação de ideias lusófobas. Inconfidentes importantes haviam evitado, cuidadosamente, relacionar-se com ele. Tanto Gonzaga quanto Rodrigues de Macedo tinham repelido suas tentativas de lhes falar e Cláudio Manuel da Costa tentara fazer o mesmo. Significativamente, o alferes já tinha sido sacrificado por seus companheiros Inconfidentes: em toda a confusão de seus depoimentos, nenhum negara a participação de Tiradentes, ou o que diziam ser o seu entusiasmo fanático e às vezes imprudente pela revolução. Embora muitos procurassem amenizar a importância dos atos dos companheiros, nenhuma preocupação de tal ordem manifestou-se nos comentários sobre o alferes."* [158]

A única falha no plano dos conjurados foi não perceberem que o falatório de Tiradentes se, por um lado era bom, por outro era perigoso quando combinado com os traços de seu caráter que ele não podia dominar: a insensatez, a ânsia de querer conquistar todos para o seu lado, a falta de cuidado ao falar, com quem falar e de que falar, o hábito compulsivo de mentir e a sua incrível tendência à fanfarronice, que ele mesmo confessou em seu primeiro interrogatório. E, ao não perceberem tal detalhe crucial, puseram a perder seus dois planos de uma só vez.

---

[158] Maxwell, Kenneth - "*A Devassa da Devassa*" - Paz e Terra

Depois da prisão dos envolvidos ficou patente que tal movimento foi inteiramente teórico, sem nada possuir de prático. Foram condenadas menos de quarenta pessoas, das quais apenas uma dúzia tinha idéias na cabeça e nada nas mãos.

Não havia exércitos, não havia armas, não houve sequer uma passeata, ou qualquer manifestação pública de revolta. Apenas reuniões onde se discutiram idéias e fizeram-se planos, sem haver qualquer infra-estrutura e logística para que pudessem ser concretizados. A única manifestação pública foi devida a Tiradentes, que foi colocado no movimento nos seus últimos meses, contra a vontade de alguns, como se verá a seguir.

> *Os próprios portugueses tinham consciência de que os fatos realmente não tinham consistência penal. O desembargador Torres, responsável pela devassa em Vila Rica, em carta ao vice-rei, relata essa constatação. «A verdadeira dificuldade — disse o desembargador Torres ao vice-rei — consiste em que a conspiração foi concertada apenas em palavras. Os participantes estavam cônscios de que, não havendo fatos, a melhor defesa era a negativa. Todos tiveram tempo para tomar precauções», observou. No entanto, muitos confessaram a despeito disto. Ele não procedera com o máximo rigor contra os implicados porque «achei que a maior parte dos habitantes de Minas sabia em confuso, que se falava em levante por causa da derrama (...) e muitos dos nacionais presumiram que não desestimariam o êxito da má*

> *empresa ainda que isto judicialmente se não pode demonstrar».”* [159]

Não havia estratégia de luta. Os revoltosos foram presos quando tentavam fugir do cenário principal, que era Vila Rica, com exceção de três ou quatro, que lá ficaram por não acreditar que seriam punidos por suas idéias, já que ninguém havia tentado nenhuma ação criminosa.

A estratégia de defesa, de jogar a culpa em alguém que não fosse rico, nem nobre, nem culto, um desvalido sem influência e sem amigos ricos, que não oferecesse resistência na hora de pagar o pato, partiu dos advogados e amigos influentes dos poderosos presos, que na Corte de Portugal seguiram a mesma linha da revolta de 1720.

Joaquim Norberto de Souza e Silva, em seu livro “***A História da Conjuração Mineira***” que, sem dúvida nenhuma, é a melhor, mais perfeita e mais real obra sobre esse evento (juntamente com “***A Devassa da Devassa***” de Kenneth Maxwell), que é censurada e não divulgada, pois desnuda a realidade da igreja e dos padres ricos além de desmistificar Tiradentes, mostrando-o como na realidade era: um fracassado, revoltado com a vida, falastrão, inconseqüente, insensato, temerário e pé de chinelo no âmbito da conjuração – nos conta:

> *“Ah! e como viviam os povos avexados por quantos impostos imaginavam o clero, a magistratura e o fisco! O colono trabalhava como de parceria para*

---

[159] Maxwell, Kenneth - “*A Devassa da Devassa*” - Paz e Terra

essas três harpias esfaimadas, que só se nutriam de ouro, e que cada vez se mostravam mais insaciáveis; envelhecia antecipadamente nos rudes trabalhos da mineração, enquanto que os padres e os seus empregados eclesiásticos, enquanto os ministros e os que viviam da justiça pública, enquanto os contratadores do fisco e seus apaniguados se deleitavam com as suas propinas e viam seus dias se deslizar pacificamente como se estivessem num éden dourado, verdadeiro paraíso das riquezas.

Entendia o clero que a primeira caridade cristã era tornar as igrejas em mais rendosos mercados deste mundo, embora o fosse à custa de repetidas violências e vexações. Não eram os preceitos da lei que professavam, nem o ensino das máximas do Evangelho, tão necessárias a educação religiosa dos povos, que eles faziam pagar a peso de ouro; — eram insuportáveis e forçadas contribuições extorquidas pelos párocos aos seus fregueses debaixo de pretextos de direitos paroquiais, benesses e pés de altar; eram as grandes e consideráveis taxas por conta de espórtulas, emolumentos, prós e percalços exigidos pela câmara e chancelaria episcopal e pelo juízo eclesiástico em benefício da mitra e dos juízes e oficiais de tais repartições.

Não compreendiam os magistrados, mandados do Reino para ministrarem justiça, que devessem sair pobres como haviam entrado nessas terras que regurgitavam de riquezas. Ante os ricos mananciais se lhes acendia a sede, e quanto mais bebiam nessas

torrentes auríferas, mais insaciáveis se mostravam; e afinal exigiam areia de ouro sobre os seus despachos. Era assim que os emolumentos dos ouvidores e oficiais de justiça pesavam sobre os povos como a mais onerosa de todas as contribuições.

Já o capitão-general Gomes Freire de Andrade, depois conde de Bobadela, dizia em seu tempo, e na lhaneza de sua linguagem, à corte de Lisboa, que os padres e os magistrados levavam das minas tanto cabedal como as fortes imposições do governo. De então em diante cresceram os abusos de tal maneira que a metrópole foi a primeira a reconhecer a justiça das muitas e repetidas queixas que depunham habitantes da capitania sobre os degraus do trono português.

O fisco com seu aparato de justiça, e sob o título de real fazenda era, em suas exigências, a mais temível de todas essas harpias esfaimadas. Verdadeiro monstro horaciano, tinha os cem braços de Briareu, que estendia pelas terras auríferas para a arrecadação de todos os impostos, pois pagava-se o que entrava, e pagava-se o que saía; tinha os cem olhos de Argos, que alongava pelas avenidas vigiando o extravio, atormentado pela ideia dos contrabandos, e pelas denúncias que urdiam a inimizade e a vingança; tinha as garras do dragão das Hespérides com que senhoreava as terras diamantinas; e tinha finalmente o corpo da hidra de Lerna e estendia o seu cordão avaro através das florestas, ao largo dos rios e por cima das serras.

A messe era abundante e a colheita despertava cada vez mais a ambição da mãe-pátria. Cinco ramos, cada qual mais rendoso, constituía o seu patrimônio, tais como - o quinto do ouro - o contrato das entradas - o contrato dos dízimos - o donativo e a terça parte dos ofícios - e a extração dos diamantes.

De todos eles, porém, o mais vexatório era, por sem dúvida, o quinto do ouro, e foi esse o único que deu lugar a tantos e a tão sérios tumultos, que terminaram por fim com as mais bárbaras e horrendas execuções. (...)
Por outro lado viviam os povos da rica e industriosa capitania no maior descontentamento possível pela proteção que se dava à indústria manufatureira da mãe-pátria em detrimento da do país.

Para verificar e animar os estabelecimentos do Reino e dar saída fácil às suas imperfeitas manufaturas era necessário aniquilar as fábricas brasileiras.

O sopro, que era vivificante e animador no Reino, tornava-se mortífero na colônia. Não viu o governador D. Antônio de Noronha sem espanto e admiração o aumento considerável das fábricas mineiras, e a diversidade dos gêneros de suas manufaturas a ponto de se lhe afigurar que, em pouco tempo, ficariam os habitantes da capitania inteiramente independentes das fábricas do Reino.

Proibindo-as, foi o seu expediente adotado pelo governo da metrópole, que não só o sancionou como que estendeu a proibição a todas as capitanias do Brasil. Completou o facho dos esbirros incendiários por conta do governo a obra da destruição; — os teares desapareceram!

Colonos, os brasileiros queriam manufaturar para si mesmos as suas fazendas quando a metrópole se encarregava de vesti-los, contanto que não esquecessem minerar a terra, e pejar com os quintos os cofres do seu real erário." [160]

[160] Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948

Capítulo 24

Tiradentes

Joaquim José da Silva Xavier nasceu em 12 de novembro de 1747[161], na fazenda Pombal, perto do rio das Mortes, nas proximidades de S. João del Rey. Seu pai era o português Domingos da Silva Santos e sua mãe, a brasileira, Antônia da Encarnação Xavier. Tinha sete irmãos, sendo dois padres, Domingos da Silva Xavier e Antônio da Silva.

Joaquim ficou órfão de pai e mãe aos onze anos, sendo criado até aos dezoito anos por um tio, que era prático dentista. Com ele aprendeu os conhecimentos básicos da profissão.

Porém não seguiu a ordem religiosa, nem arranjou uma profissão decente. Norberto diz que "*enquanto seus irmãos abraçavam a vida eclesiástica e se acolhiam à sombra do altar*", Joaquim pulava de várias em várias profissões. Dentre elas, foi mascate (vendedor ambulante), quando também arrancava dentes, às vezes de graça, outras, em troca de algumas moedas, ficando muito popular e conhecido, ganhando o apelido pouco lisonjeiro de "*tira-dentes*".

Assim, em suas andanças, por azar, foi preso, acusado de desordem. Desgostoso com a experiência, parou de mascatear e, ressentido e magoado, tentou mudar a sorte, tornando-se

[161] No seu primeiro interrogatório, em 5 de maio de 1789, declarou que tinha 41 anos. Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

também minerador, adquirindo uma propriedade em Simão Pereira, num barranco do rio Paraibuna. Ali, num sítio com casas, senzala e outras benfeitorias, tentou minerar com 3 escravos, porém sem dinheiro para comprar as ferramentas e escravos, logo foi obrigado a abandonar essa aventura, perdendo suas propriedades por dívidas.

Com 27 anos, em 1775, conseguiu entrar no Regimento de Cavalaria, onde se estagnou no posto de alferes – equivale a pouco mais que sargento – e foi preterido nas quatro vezes que tentou uma promoção, apesar de ter cumprido todas as missões perigosas que lhe eram destinadas. Na função de alferes foi comandante do destacamento que, no início da década de 1780, patrulhava a estrada para o Rio de Janeiro, na Serra da Mantiqueira. Depois foi comandante de um destacamento no Caminho Novo e Comandante da Patrulha do Mato. Na carreira militar, não progrediu de posto ou de remuneração.

Sua coragem era incontestável, mas tinha um defeito: era falastrão inconseqüente e mentiroso convicto. Falava demais, sem avaliar o assunto, a ocasião, as conseqüências e as pessoas que o ouviam e inventava histórias para prender a atenção do ouvinte. Eis a sua descrição por Norberto:

> *“A sua fisionomia nada tinha simpática*[162] *e antes se tornava notável pelo que fosse de repelente, devido,*

[162] A polêmica criada em torno da imagem do “herói” foi tão grande que o governo achou por bem intervir. O patrono de entidades militares e de outras instituições deveria ter uma imagem bem definida. E isso foi feito através do decreto 58.168 de 1966, que instituía a imagem oficial desse herói fuleiro. O presidente Ernesto Geisel, sério e honesto, o revogou.

em grande parte, ao seu olhar espantado. Possuía, porém, o dom da palavra e expressava-se, as mais das vezes, com entusiasmo, mas sem elegância nem atrativo, resultado de sua educação pouco esmerada; ouvindo-o, porém, na rudeza de sua conversação, gostava-se da sua franqueza selvagem, algumas vezes por demais brusca e que quase sempre degenerava em leviandade; de sorte que uns lhe davam o característico de herói e outros o de doido.

Tornava-se assim o objeto de público gracejo, provocando o riso, e não poucas vezes as vaias e apupadas do vulgo.

Não tinha instrução alguma além da ordinária, todavia era de fácil e intuitiva compreensão. A sua prenda, como então se dizia, de pôr e tirar dentes, até desinteressadamente, graças à bondade de seu coração, que não condizia com a impetuosidade de seu gênio, lhe facilitava o conhecimento com numerosas pessoas e famílias (...)" [163]

De 1777 a 1779 esteve acantonado no Rio de Janeiro, onde foi pai de uma menina – sem se ter casado - segundo consta, de nome Joaquina, filha de uma certa Antônia do Espírito Santo.

Em 1781 seu destacamento foi designado para construir uma variante do caminho de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro. Com a experiência de obras adquirida nessa missão, necessitando vencer na vida e julgando-se apto a isso, teve a

[163] Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948

ideia de fazer um projeto de canalização dos rios Andaraí e Maracanã para abastecer a cidade do Rio de Janeiro com água, que, na época, tinha que ser trazida de longe por escravos. Também fez um requerimento para construir um armazém e curral de gado no porto do Rio.

O projeto do aqueduto, classificado pelo Dr. Álvares Maciel e pelo próprio Vice-Rei, como "*loucura*", uma quase utopia, além de monumental, difícil de ser realizado e estupendamente caro – Tiradentes não tinha um centavo – também contrariou os poderosos aguadeiros, razões pelas quais foi abortado.

Assim, acompanhado de um tremendo azar, andava entre Vila Rica e o Rio de Janeiro, quando conseguia licenças de seu comandante para fazer tais viagens, sempre pregando contra o governo e julgando que se as capitanias se libertassem de Portugal, na certa, seria bafejado por melhor sorte.

Foi esse o "bucha de canhão" escolhido pela defesa dos conjurados para ser o bode expiatório, aproveitando-se da sua imensa fama de revoltoso enlouquecido que criara em todos os lugares onde passava, com suas abertas, constantes, intermináveis, insensatas e perigosas pregações contra a Coroa Portuguesa.

Sua fama de falastrão e agitador era imensa. Jerônimo de Castro e Sousa, Alferes do Regimento de Cavalaria Auxiliar do Rio de janeiro, em carta de dez de maio, dirigida ao Vice-Rei Luís de Vasconcelos e Sousa, diz:

> *“ (...) pois de quanto disse o dito alferes não fiz caso, nem os circunstantes, por o conhecer louco, e assim advertido no que diz, ou faz, além de o conhecer também pobre e desvalido para qualquer empresa; nenhum crédito mereciam as loucuras por ele proferidas.”* [164]

Outra descrição é do Capitão Mota:

> *“(...) que sabe por ser público em roda esta Vila, que o Alferes Joaquim José da Silva, por alcunha — o Tiradentes — andava falando pelas tabernas, quartéis, por onde se achava, que estas Minas Gerais podiam vir a ser uma república; e, em certa ocasião, nas vésperas em que o dito Alferes fez jornada para o Rio de Janeiro ultimamente, indo à casa dele (interrogado), principiou o mesmo Alferes a conversar largamente; e estendendo a conversação, que até ali tinha sido sobre coisas indiferentes, começou a exagerar a beleza, formosura e riqueza deste País de Minas Gerais, asseverando que era o melhor do mundo, porque tinha em si ouro e diamantes, acrescentando que bem podia ser uma república livre e florente (...)”* [165]

[164] (ADIM, vol.4, p. 64)
[165] Interrogatório do Capitão Vicente Vieira da Mota, Vila Rica, 22/06/1789 - ADIM, vol.1, p. 155

Tiradentes, de pele morena[166], talvez mulato, era bronco, xucro e néscio. Traumatizado e inconformado com sua sorte - jamais passou de alferes, sendo preterido nas várias vezes que pediu promoção[167] - tentou ser minerador e faliu, tentou ser mascate, foi preso por desordem e desistiu da profissão, repelido pelas mulheres, falastrão, mentiroso, fanfarrão e arruaceiro[168], era a peça ideal que faltava na engrenagem do plano real dos inconfidentes.

O próprio Tiradentes se considerava fanfarrão:

> *"-Mas, se confirmas o que o ajudante Carneiro fala, então dissestes "que se todos tivessem teu ânimo, isso já teria sido executado, pois estavas com coragem para atacar o próprio vice-rei no seu palácio"*
> *-Sim, mas isso falei por simples jactância, uma grande bazófia, pois pretendia me gabar; mas JAMAIS ME PASSOU PELA CABEÇA INTENTAR TAL COISA."*[169]

---

[166] O padre Martinho de Freitas em suas "Memórias" (citado por Aires da Mata Machado Filho em seu livro "Tiradentes, herói humano") diz que ele quisera desposar certa moça em São João del Rei, «***opondo-se o pai da menina por ser o pretendente colono e de cor morena***». Chacon, Vamireh - *"Inconfidências, Inconfidências"* - Revista do Arquivo Nacional vol 4 - nº1 jan-jun-1989

[167] De 1775 , com 27 anos, quando passou a ser militar, até 1788 - ou seja 13 anos - teve seus 4 pedidos de promoção negados. Uma das grandes pistas sobre seu caráter foram as negativas à promoção. Será que todos os seus comandantes eram ruins e não o promoviam por perseguição?

[168] Quando soube que o alferes estava pregando uma revolta o Visconde de Barbacena exclamou: "**Só se for uma revolução de meretrizes. Deem nesse maroto com um chicote. Ele é um bêbado**" (*Mury, Lygia - "Barbacena"*)

[169] Segundo interrogatório de Tiradentes, realizado em 27/05/1789 - Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

Claudio Manoel da Costa, em seu depoimento à devassa diz que Tiradentes era néscio:

> *"(...) dizia-se que o Tiradentes conversa com todos da tropa e ela é a culpada em não o ter preso logo no início (...) somente falei com Tiradentes uma ou duas vezes no meu escritório, sempre na presença de testemunhas; era pessoa de tão fraco talento que nunca serviria para se tentar com ele qualquer empreendimento (...) e que um homem daquele tipo podia fazer muito mal às pessoas pelo seu fanatismo (...)*[170]

Mas o que se lê na imensa variedade de livros que tratam do assunto? Tiradentes era herói, com cultura superior, "*falava francês fluentemente*", era rico, bondoso, amável, querido, idealista, etc, etc. Ou seja, uma imagem construída para ser símbolo oficial. Um falso herói, de uma falsa revolta. Mais uma fraude no país das fraudes.

A sua cultura pode ser comprovada pela sua biografia. Aos onze anos, órfão, foi viver com um tio, com o qual aprende a tirar dentes e fica até os 18 anos. Com esse tio tem uma educação normal, aprendendo a ler e aritmética. Nada mais. Tanto que depois, sai da casa do tio para ser mascate. Onde está sua cultura "superior"? A versão cretina de que ele "*falava francês fluentemente*" foi retirada de seu depoimento

[170] ADIM - "Arquivo da Devassa da Inconfidência Mineira"

à devassa em que ele disse alguém lhe pediu emprestado um dicionário de francês.[171]

Essa é uma inferência totalmente sem fundamento. Por possuir um dicionário não se segue que a pessoa necessariamente seja fluente na língua do dicionário. Mas, para se tirar dúvidas, têm-se os depoimentos de duas pessoas:

> *"Nenhum conhecimento tinha o Tiradentes das línguas estrangeiras, mas por uma impostura, que noutro seria pedantismo, e que nele degenerava em ostensiva jatância, muniu-se por empréstimo ou compra de alguns livros franceses e ingleses sobre as leis e a história dos Estados Unidos, e andou pelas casas das pessoas que conhecia a lhes pedir que traduzissem certos pedaços que lhes marcava de antemão como quem tinha necessidade de inteirar-se da matéria, para a qual nenhumas habilitações possuía.*
> *Tendo chegado a esta capital Francisco Xavier Machado, o qual recolhia-se do destacamento de Jacobina, na capitania da Bahia, vindo por mar, encontrou-se o Tiradentes com este velho conhecido que exercia o posto de porta-estandarte em seu regimento; cumprimentaram-se mutuamente e o Tiradentes ficou de procurá-lo daí há dias.*

---

[171] "***E com Salvador do Amaral Gurgel falou poucos dias antes de partir para esta cidade, por ocasião de lhe ir pedir emprestado um dicionário de francês***." (Sexto interrogatório de Tiradentes, ocorrido em 14/04/1791 no Rio de Janeiro) - Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

Não deixou de cumprir a sua promessa, e dirigiu-se à sua casa levando um livro em francês, em oitavo, com capa de papel pintado. Era o porta-estandarte filho do reino; contava trinta e quatro anos e adquirira na Europa o uso da língua francesa, da qual vertia com facilidade. Apresentou-lhe o Tiradentes o livro, que não era mais do que a coleção de leis regulamentares dos Estados Unidos, e pediu-lhe que traduzisse um capítulo, que trazia marcado. Satisfeita a primeira curiosidade, folheou o Tiradentes e levou muito tempo a procurar outro lugar, com o qual não deparou, e retirou-se afinal, deixando-lhe ficar a obra, sem dúvida para ser apensa à devassa como foi.

Visitava o alferes ao sargento-mor Simão Pires Sardinha, morador à Rua do Rosário, o qual conhecia perfeitamente a língua inglesa. Começou o Tiradentes a ocupá-lo em traduções verbais de obras escritas em inglês sobre as coisas da América do Norte. Era, porém, Sardinha homem de muita perspicácia e, conhecendo pelas conversas do alferes o seu intento, procurou com prudência evitá-lo para não envolver-se numa questão cujo caminho bem previa aonde ia ter. Devolveu, pois, os livros ao alferes e começou daí em diante a negar-se às suas visitas, e a prevenir as pessoas de seu conhecimento, com as quais falava o alferes, que fugissem dele, que estava doido, furioso." [172]

[172] O porta-estandarte Machado e o sargento mor Sardinha, por terem sido visitados por Tiradentes, foram também interrogados pela devassa e seus depoimentos foram esses - Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948

Veja que Tiradentes, depois de folhear e não encontrar a passagem que queria ver traduzida, deixou o livro com Machado, livro esse que foi anexado aos autos da devassa. Não é preciso dizer mais sobre esse assunto.

Outro assunto que vende livros é dizer que Tiradentes era rico. Em um dos mais recentes, seu autor tomou o inventário de bens a serem confiscados e partiu disso para concluir qual era a riqueza dos conjurados.

Argumentação totalmente falaciosa e falsa. Vejamos o que nos conta Norberto:

> *"No dia 28 de agosto de 1788 apresentou-se o alferes Joaquim José da Silva Xavier ao comandante de seu regimento, para logo dar parte de doente, pois, com efeito, chegara enfermo à Vila Rica. Reteve-o a sua enfermidade em casa pelo espaço de três meses; suspenderam-lhe o soldo e teve ele de recorrer ao empenho da amizade que contraíra na cidade do Rio de Janeiro com o dr. José Álvares Maciel."* [173]

E mais:

> *"Voltou o coronel à Vila Rica, bem como o alferes, que obteve licença por um mês para vir ao Rio de Janeiro, quando só para as viagens de ida e volta lhe seriam necessários vinte dias. Sem recursos para as despesas de sua jornada, apenas conseguiu o alferes a*

[173] Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948

> *quantia de cem mil réis, como adiantamento de seu soldo, prestando-lhe esse favor o seu compadre tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, a quem passou um crédito. (...) Vê-se, pois que isoladamente e por sua conta caminhava o inexperto alferes. Ao passo que se arrogava a direção do movimento, nenhum séquito tinha que o seguisse, nem quem lhe adiantasse um ceitil por conta da conjuração.”* [174]

E os conjurados também não andavam bem da bolsa:

> *“Como se andassem apostados em se encontrarem, valia-se de igual expediente (pedir empréstimo) o coronel Alvarenga, a fim de ocorrer às despesas da sua partida para o Rio das Mortes, obtendo do mesmo tenente-coronel (Domingos de Abreu Vieira) três quartas partes daquela quantia. Bem dizia Domingos de Abreu Vieira, conhecedor dos recursos dos conjurados, que o único que, pela sua fortuna, poderia tentar alguma coisa era o padre José da Silva de Oliveira Rolim.”* [175]

O que nos conta a falácia da riqueza de Tiradentes no livro que trata do confisco de bens dos inconfidentes:

1. que Tiradentes requereu 43 datas para explorar a mineração na localidade porto do Meneses e nos córregos da vargem e do Convento. Mostra-se a

[174] Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948
[175] Idem

escritura de posse e exploração das datas em outubro de 1781.

2. Que “possivelmente” com os lucros dessa exploração emprestou a José Pereira Beltrão 200 mil réis a Luis Pereira de Queirós 220 mil réis. Os vales foram encontrados no sequestro de seus bens

3. Que Tiradentes recebeu em 1757 (com 10 anos de idade) uma herança de sua mãe no valor de 965 mil e 774 réis.

4. Que Tiradentes “possuía” uma fazenda com “50 km^2” resultado de oito sesmarias na localidade de Rocinha Negra, porto do Meneses. Mas esse imensa fazenda passou para as mãos de João Alves Ferreira que mostrou escritura de compra e ficou com sua posse.

5. Que Tiradentes possuía 3 fazendas em S. João del Rey, na localidade de Nossa Senhora da Glória, que ficaram na posse do capitão Jeronimo da Silva Ferreira

O autor conclui, de modo falsamente doloso, que “*Tiradentes era grande proprietário de terras*”, e portanto rico.

Vejamos as falácias:

Ponto 1 - As datas de mineração.
Tiradentes comandou a construção do caminho do Meneses em 1781, como alferes. Também é notório que comandou um destacamento de patrulha no Caminho Novo, donde auferia

ganhos extras facilitando o contrabando de ouro e pedras preciosas.

Também é notório que o governador Luis Cunha de Menezes, em 1783, o destituiu do patrulhamento, por sua corrupção, devolvendo-o às fileiras, ficando acantonado em Vila Rica. Daí seus desespero e revolta.

Essas datas requeridas eram desculpa para lavagem da propina que recebia do contrabando. Ou seja, ter as datas não significa que, necessariamente as estava explorando. E mais: como explorar as datas morando em Vila Rica e sendo alferes? Quem controlaria a exploração e os escravos nas datas?

E mais: Pelo regimento de concessão de datas o requerente deveria possuir pelo menos 3 escravos para explorar cada uma. O que daria um total de 129 escravos avaliados em 230 kg de ouro (cerca de 30 milhões de reais ao câmbio de 2012).

Claro que sozinho o alferes não poderia explorar mais de uma data e como jamais deixou de ser alferes, obviamente não seria ele quem trabalharia na mineração. Portanto precisaria de escravos.

Dos conjurados, todos magnatas, Alvarenga possuía mais de 200 escravos (e teve que pedir dinheiro emprestado ao coronel Domingos), o coronel Francisco Lopes, quase 100, o coronel Jose Aires Gomes 114, Luis Vaz de Toledo Piza, irmão do padre Carlos Correia de Melo, 40; o coronel Silvério dos Reis, mais de 200; Jose Resende Costa, 24.

Claro que Tiradentes jamais teve tal quantidade de escravos. Esse argumento é, pois falacioso e falso, não servindo para provar a sua riqueza.

Ponto 2 - Foram encontrados "vales" de empréstimos a essas duas pessoas, que somados perfaziam a quantia de cerca de 1,1 Kg de ouro (cerca de 120 mil reais ao câmbio de 2012) Pergunta-se: de onde veio esse dinheiro? Como foi conseguido? Tal soma era mesmo de Tiradentes?

Ou seja, se encontrar vales de empréstimo no espólio do falecido, não significa necessariamente que o dinheiro tenha saído do bolso de quem está de posse deles. E o pior: se os vales estavam lá, significava que não os tinha recebido. O autor diz "***provavelmente***" o dinheiro era da exploração das datas. Ou seja, uma suposição. Eu digo: o dinheiro era do contrabando, ou seja, outra suposição. O certo é que ninguém sabe a origem destes vales e isso definitivamente não prova a riqueza de ninguém.

Ponto 3: Quando a mãe morreu Tiradentes tinha 10 anos. Se tivesse recebido a soma apontada equivalente a cerca de 2,3 kg de ouro (cerca de 260 mil reais ao câmbio de 2012) com dez anos de idade, certamente não teria se transformado em mascate aos 18. Além disso, o autor não diz que esse era o valor da propriedade da sua mãe. E não menciona os outros sete irmãos com quem deveria dividir a herança. Devemos notar que imóveis somente se transformam em dinheiro depois de vendidos. A pessoa pode possuir um terreno e não ter dinheiro na mão para as necessidades do dia a dia.

Pontos 4 e 5 : Possuía fazendas, mas que no final das contas estavam em nome de outras pessoas. Portanto o que se conclui é que NÃO AS POSSUÍA.

Em resumo, Tiradentes, como ele mesmo se descreveu no seu primeiro interrogatório[176] e como as diversas testemunhas atestam, era um paupérrimo, sem ter onde cair morto.

Outra prova incontestável do mau caráter desse personagem, cuja vida particular é quase um mistério antes de 1789, pode ser encontrada em um documento pouco divulgado. Trata-se do processo de Antônia Maria do Espírito Santo, que se encontra no Arquivo Público Mineiro – documentação descoberta pelo historiador Tarquínio José Barboza de Oliveira, principal organizador dos Autos da Devassa (o processo iniciado contra os suspeitos em 1789).

Entre novembro de 1789 e meados de 1790, houve em Vila Rica um processo envolvendo Tiradentes. Nele, Antônia Maria do Espírito Santo, amásia do inconfidente, reivindica junto às autoridades locais a posse da escrava Maria, de "Nação Angolla" – junto com seus dois filhos pequenos,

---

[176] "Mentes! Sabemos muito bem que tu tens te dedicado a espalhar tais ideias, pois a maior parte das pessoas da capitania de Minas já as sabem, sejam elas quem forem. Tu pregas para quem quiser ouvir, incansavelmente tentas persuadir a todos na rebelião, além de estar inteirado de todos que estão na mesma tarefa. Queremos saber quem são essas pessoas.
- Tudo isso é uma fantasia, uma mentira. SOU UM SIMPLES ALFERES, SEM TÍTULOS, SEM VALIMENTOS, SEM RIQUEZA, TOTALMENTE SEM CONDIÇÕES PARA PODER PERSUADIR TÃO GRANDE QUANTIDADE DE PESSOAS A FAZER SEMELHANTE ASNEIRA. - ***Tiradentes no seu primeiro interrogatório em 22 de maio de 1789*** **-** Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

Gerônimo e Francisca – que fora “seqüestrada” com os demais bens de Tiradentes na ocasião de sua prisão. Para tanto, Antônia Maria alega que a escrava lhe havia sido doada pelo alferes, não pertencendo mais a Tiradentes, e que, portanto, lhe deveria ser restituída. As relações pouco elogiáveis entre o inconfidente e sua concubina são expostas no processo da seguinte forma:

> *“Diz Antônia Maria do Espírito Santo, menor órfã do falecido seu pai Antonio da Silva Pais, que estando na companhia da viúva sua mãe Maria Josefa, vivendo com toda a honestidade e recato, a principiou a aliciar o alferes Joaquim Jose da Silva Xavier, o qual debaixo de palavra de honra e promessas esponsalícias lhe ofendeu a pudicícia, de cuja ofensa resultou conceber e dar à luz um feto do mesmo alferes, que passou ao extremoso excesso de arrancar a suplicante dos braços da dita sua mãe”. (...)O alferes, vivendo em sociedade por causa daquela promessa, doou à mesma suplicante uma escrava por nome de Maria, de nação Angolla, que sucedendo ser preso o dito alferes Joaquim José da Silva Xavier na cidade do Rio de Janeiro, foi confiscado, ou seqüestrado com outros mais bens”.*

Antônia Maria é descrita como menor quando Tiradentes se aproximou dela e a seduziu principalmente com promessas de casamento. Chama a atenção, por ser algo grave dentro do contexto da época, o fato de Tiradentes ter faltado com sua “palavra de honra” ao acenar com promessas de casamento que não foram cumpridas. O pesquisador do período da Inconfidência Mineira e doutorando da USP André Figueiredo

frisa o peso da palavra em Ouro Preto do final do século XVIII e confirma a fama de boquirroto do alferes:

> *"Numa sociedade como a mineira, a palavra representava muito. Tudo era lavrado na base da palavra: as compras do dia-a-dia, os relacionamentos amorosos, os acertos de trabalho etc. Tiradentes, segundo percebo de seus depoimentos nos Autos da Devassa, era um grande falador".*

Outro detalhe a notar é o que declara a requerente, quando diz que Tiradentes vivia com ela, sem estar casado. Esse era outro escândalo na sociedade da época. Todos os nobres tinham amantes, mas, bem ou mal, a coisa era escondida e não viviam com elas. Viver com uma amásia era ainda passível de se sofrer uma punição pela Inquisição. Tiradentes era tão insignificante, tão zé povinho, sem caráter e sem expressão, que ninguém se importava com ele ou com o que ele fizesse.

Capítulo 25

Preparativos da Conjura

O germe da revolta foi plantado logo que se iniciaram os incêndios das fábricas, ordenado pelo decreto de 1785. As reuniões foram efetuadas na surdina, pelos comandantes militares e os mineradores ricos.

A maioria delas foi efetuada na casa do Ten. Cel. Andrade e de Tomás Antônio Gonzaga. Em setembro de 1788 tinham um esquema pronto e nessa época, o alferes Xavier entra em cena. Era um dos poucos, se não o único pobre, dentre os revoltosos. A justiça portuguesa acusou 34 pessoas de estarem ligadas ao comando da revolta.

Entre eles:

- **Dr. Tomás Antônio Gonzaga** – desembargador, ex-ouvidor de Vila Rica, advogado, nascido em Portugal, rico minerador, o verdadeiro chefe da conjura.
- **Dr. Cláudio Manoel da Costa** - advogado formado em Coimbra, poeta e rico minerador – o segundo no comando da conjura.
- **Ten. Cel. Francisco de Paula Freire de Andrade** - comandante do regimento dos Dragões, rico minerador, o terceiro no comando da conjura
- **Ten. Cel Inácio José de Alvarenga Peixoto** – advogado formado em Coimbra, latifundiário, próspero minerador e poeta, ex-ouvidor, comandante do 1º Regimento Auxiliar de Rio Verde.

- **Ten. Cel. Francisco Antônio de Oliveira Lopes** - comandante das Milícias e irmão do padre José
- **Ten. Cel Domingos de Abreu Vieira** – Comandante regimento de cavalaria
- **Sargento-Mor Luiz Vaz de Toledo Pisa** - irmão do padre Carlos Toledo
- **Dr. José Alvares Maciel** - cunhado do Cel Andrade, formado em Ciências naturais em Coimbra e na Inglaterra
- **Dr. Domingos Vidal de Barbosa** – médico formado na França, cunhado do Ten. Cel. Oliveira Lopes
- **Capitão José Resende da Costa** (pai) - latifundiário
- **José Resende da Costa** (filho) – filho do capitão
- **Cônego Luiz Vieira da Silva** – latifundiário e rico minerador
- **Padre Carlos Correia de Toledo e Melo** - também próspero minerador
- **Padre José de Oliveira Rolim** – outro minerador de diamantes, imensamente rico.
- **Padre Manuel Rodrigues da Costa** - latifundiário
- **Padre José Correia da Silva**, advogado e latifundiário.

Mas quem eram esses homens?

Com exceção de Tiradentes, eram os magnatas de Minas, de que eram típicos o opulento contratante João Rodrigues de Macedo e o latifundiário Alvarenga Peixoto, ou o advogado de Vila Rica, Cláudio Manuel da Costa. Todos participavam de uma miríade de atividades econômicas e estavam crescentemente vinculados à economia regional.

O tenente-coronel ***Francisco de Paula Freire de Andrade*** foi o mais ostensivo de todos os chefes do movimento, o homem em quem os conjurados concentraram todas as esperanças. Era a segunda figura na terra depois do governador-general porque as honras do comando pertenciam ao governador, no posto de coronel. Bastava, pois a sua cooperação para assegurar que a única tropa importante da capitania ficasse do lado dos conjurados.

Casara-se com Dona Isabel Carolina de Oliveira Maciel, filha do capitão-mor de Vila Rica, José Álvares Maciel. Era na casa do Ten. Cel. Andrade que acontecia a maioria das reuniões de conspiração.

O ***Dr. Cláudio Manuel da Costa*** nascido em Coimbra, era poeta e um advogado habilíssimo, consciencioso; e gozava em alto grau a estima do povo, sendo, na verdade, homem de conhecimentos superiores não só para o seu tempo como para o lugar em que vivia. Havia aperfeiçoado a sua educação na universidade de Coimbra e conseguira na Europa a fama de delicadíssimo poeta da escola italiana. Sua biblioteca era a maior dentre as particulares que se conheciam no Brasil, e a melhor quanto à escolha das obras, sendo muitas delas proibidas na colônia.
Nessa época já tinha sessenta anos, mas entrou de corpo e alma na conjuração. Sua espaçosa mansão em Vila Rica era o ponto de reunião da intelectualidade da capitania. Era muito próspero, pois possuía fortuna que lhe deixaram seus pais e tinha clientela importante, 31 escravos e sociedade em minas de ouro, possuindo uma fazenda de criação de gado e de porcos, além de um negócio de grandes proporções de

concessão de créditos. Acredita-se também que estivesse envolvido com o contrabando.

D. Luís Diogo Lobo da Silva, assim que começou a governar a Capitania, nomeou o Dr. Cláudio Manuel da Costa como secretário do governo, função que ocupou com um desempenho invejável por duas vezes, renunciando ao posto logo que o governo passou às mãos de Luís da Cunha e Meneses.

Depoimentos de testemunhas dizem que o Dr. Cláudio Manuel da Costa foi o principal mentor da criação dos estatutos e leis da nova república, que seriam aplicados depois da vitória da Conjuração. Era, pois, o segundo líder dos conjurados.

O terceiro líder era o desembargador ***Tomás Antônio Gonzaga***, nascido em Portugal, mas de família brasileira, que acabara de ser ouvidor de Vila Rica e que gozava em toda capitania a mais elevada reputação. Foi o vulto mais importante da Conjuração, o verdadeiro líder da conspiração, o líder moral, intelectual e decisório.

Nasceu em Portugal na cidade do Porto em 11 de Agosto de 1744 era filho do Desembargador João Bernardo Gonzaga, que era um magistrado nascido no Brasil e que fora ouvidor de Pernambuco, juiz do Tribunal Superior da Bahia, sendo igualmente juiz do Tribunal Superior do Porto, além de ter sido muito amigo do Marquês de Pombal..

Veio para ao Brasil em 1751, quando o seu pai foi nomeado Ouvidor de Recife, e no ano de 1762 matriculou-se no curso

de direito da Universidade de Coimbra em Portugal, onde se formou em 1768, quando passou a advogar na cidade do Porto. No ano de 1778 foi nomeado Juiz de Fora para a cidade de Beja e em 1782 foi nomeado para Ouvidor Geral de Vila Rica, na distante Capitania de Minas Gerais do Estado do Brasil. Era muito conhecido e respeitado na Corte Portuguesa, com centenas de amigos influentes em Lisboa.

Outros Conjurados

Em 11 de julho de 1788, em Vila Rica, assumiu o governo da capitania de Minas Gerais o capitão-general ***Luís Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena,*** com ordens de implementar a derrama por qualquer método. Enquanto tomava as providências para apertar a população, instituindo um regime de terror, os ânimos se voltavam para a ideia da revolução.

Nas comemorações do Natal de 1788, em sua casa, Tomás Antônio Gonzaga, diante do Ten. Cel Alvarenga e do padre Carlos Correia de Toledo, lançou, pela primeira vez, a ideia de uma República. Foram esses três que começaram a difundir a ideia, de forma reservada, em seus respectivos círculos de amizades e dentro da conjuração, que já se achava esquematizada.

Os conspiradores usavam as altas qualificações desses três líderes para obterem apoio e mais adesões à causa.

José Álvares Maciel, filho do capitão-mor também de nome José Álvares Maciel e cunhado do Ten. Cel. Andrade,

formara-se em Coimbra, em Ciências Naturais e fizera pós graduação de um ano e meio na Inglaterra, onde aprendeu sobre teares e siderúrgicas, para implementá-las no Brasil.

Tinha 27 anos, quando, no Rio de Janeiro, em 1787, encontrou Tiradentes, que conhecia de Vila Rica, e lhe falou sobre os progressos da Europa e a falta de ânimo dos brasileiros em progredir.
Tiradentes, emocionado, fez um discurso violento defendendo os brasileiros e atacando o governo de Portugal. Maciel, preocupado com as ideias e pelo modo aberto e descuidado com que o alferes falava, desconversou o máximo que pode.

Tiradentes o procurou diversas vezes para expor suas ideias de revolução e o projeto de canalização dos rios – até visitaram juntos a floresta da Tijuca - porém Maciel partiu para Vila Rica, deixando-o no Rio.

O Ten. Cel. de cavalaria auxiliar ***José Aires Gomes*** possuía em Borda do Campo (atual Barbacena) uma fazenda de cultura com casa de hospedagem para viajantes e armazém de víveres. Além da fazenda de cultura da Borda do Campo possuía a rica fazenda da *Mantiqueira*, com capela e oficina de ferreiro, e as de *Calheiros*, *Acassu* e *Passa-Três*, bem como os sítios do *Quilombo* e do *Confisco*, onde ensaiava a plantação de trigo, e o do *Engenho*, com um alambique. Possuía, ao todo, 114 escravos.

O padre ***José de Oliveria Rolim*** era filho de um riquíssimo minerador de diamantes. Antes mesmo de se ordenar padre, vivia com uma mulher em Diamantina, onde teve vários filhos, com a qual continuou a viver, depois de ser ordenado.

Era uma das pessoas mais ricas e influentes dentre os conjurados. Rolim não exercia o sacerdócio, tornando-se banqueiro e contrabandista de diamantes e pedras preciosas.
Sua briga com o governo português ocorreu quando estatizaram as minas de diamante de sua família. Os seus irmãos – tinha 3 – sendo um deles bacharel de direito, o outro padre e o terceiro minerador, como o pai, eram famosos por seus abusos cometidos no Arraial do Tijuco. Foram processados por assassinato e expulsos da capitania indo morar na Bahia. Com a troca de governador voltaram à Minas, em menos de um ano.

Inácio José de Alvarenga Peixoto, nascido em Coimbra, ex-ouvidor de São João del Rei, endividado, com ação pendente da Junta de Comércio de Lisboa (cerca de 12 contos de réis) e com débitos com João Rodrigues de Macedo e Joaquim Silvério dos Reis.

Seu patrimônio, de mais de setenta contos de réis, era suficiente para saldar suas dívidas e, segundo João Pinto Furtado, colocava-o em posição de destaque quanto à riqueza. Possuía 132 cativos.

Padre Carlos Correia de Toledo, nascido em Taubaté (SP), homem rico e culto, dono de propriedades agrícolas onde tinha lavouras de milho e feijão, engenho, e de minas, pároco em São José del Rei, hoje Tiradentes. Tinha 32 escravos.

Francisco Antônio de Oliveira Lopes era proprietário de fazendas que possuíam grandes lavouras e engenhos de

açúcar, além de minas, rebanhos bovinos (umas 300 cabeças), criação de porcos e aves.

Analisando bem a lista acima, verifica-se que nela estão somente pessoas nobres, ricas e influentes. É infantilidade pensar que no meio de tão ilustres e poderosas personalidades, um simples alferes, homem do povo, pobre e sem posses, fosse a pessoa a liderar, mandando inclusive no comandante do regimento dos Dragões, em vários coronéis comandantes e no próprio ouvidor.

Tiradentes era um estafeta, um testa de ferro, um trouxa. Seu posto de alferes era um pouco acima de sargento. Ele se apresentava ao povo e o agitava, tentando convencer todos a participar de uma revolta que só existia em sua cabeça, até se deparar com a conjuração secreta.

Assim, quando todos se guarneciam de intensas cautelas, o idiota falava abertamente, ficando a descoberto. Por esta razão, era o mais conhecido.

É interessante observar que a ação da devassa obedeceu a certos limites, estabelecidos talvez por critérios políticos e econômicos. Pessoas como João Rodrigues de Macedo, contratador da Real Fazenda, o homem mais rico de Vila Rica, cuja residência é hoje a Casa dos Contos em Ouro Preto, foi tido como o grande financiador da conjuração, sendo um dos que, talvez devido ao tráfico de influência, conseguiu escapar dos processos das devassas. Seu nome aparece poucas vezes nas inquirições e isso graças à amizade que mantinha com o escrivão da Devassa de Minas Gerais, o Desembargador José Caetano César Manitti.

Os que denunciaram a trama foram:

- **Ten. Cel Joaquim Silvério dos Reis** - rico minerador
- **Ten. Cel Basílio de Brito Malheiro do Lago** – rico minerador
- **Mestre de Campo Inácio Correia Pamplona** - rico minerador

Capítulo 26

Novo Conjurado: Tiradentes

Em 1788 Tiradentes volta do Rio, em viagem para Vila Rica. No caminho, por onde dorme – "pousa" como se diz em Minas - em fazendas e pousadas, fala abertamente da necessidade de uma revolução, não se importando com quem estivesse ouvindo. É imprudente e usa sua oratória – era bom nisso – para, como julgava, tentar convencer as pessoas a se rebelarem.

Note-se que ele nada sabia da Conjuração que estava sendo tramada em segredo em Vila Rica. Não tinha projeto. Não tinha bens, além de seu soldo. Estava quase na miséria. Falava por falar, emitindo apenas sua opinião.

Perto de S. João del Rey, viajando juntamente com Dr. Pedro José Araújo de Saldanha, que rumava também para Vila Rica para substituir o Dr. Tomás Antonio Gonzaga no posto de ouvidor, param para pousar na hospedaria do Ten. Cel. José Aires Gomes, que era também um rico fazendeiro.

Tiradentes com temerária estupidez, à noite, depois de saber do rigor do novo governador, o Visconde de Barbacena, discursa dizendo que gostaria que ele praticasse crueldades mil vezes piores, talvez assim o povo se rebelasse e se libertasse de Portugal. Depois repete tudo que tinha ouvido do Dr. Maciel sobre os progressos da Europa. O Cel José Aires Gomes, fica abismado com o que ouve.

Em tempo, o novo ouvidor, Dr. Pedro Saldanha, viria a ser um dos juízes que conduziu a devassa contra os Conjurados. Precisa falar algo mais?

Na outra noite, Tiradentes, que tinha se separado do Dr. Pedro Saldanha, pousou na fazenda do Registro Velho, de propriedade da viúva Dona Joana Teresa de Jesus, mãe do padre Manuel Rodrigues da Costa, que também morava lá.
O padre sabia da Conjuração e ouviu calado o alferes pregar novamente a revolução. Desconfiado com a sua leviandade, o padre ficou na reserva e até mesmo aconselhou-o a não fazer tais comentários, a ter prudência e outras coisas do tipo.

Em 28 de agosto de 1788, Tiradentes chega a Vila Rica e pede dispensa de suas funções de alferes, alegando doença. Ficou afastado por três meses sem receber soldo e, portanto, em sérias dificuldades. Vai pedir socorro ao jovem Dr. Maciel, que além da ajuda, também deixa escapar algumas conversas sobre a Conjuração.

O Ten. Cel. Aires Gomes, impressionado pela leviandade do alferes, andou investigando sua vida, contando o caso a várias pessoas e interrogando o padre Manuel Rodrigues da Costa, a quem declarou que iria denunciar Tiradentes ao governador. Porém, não o fez pessoalmente, um erro fatal, que acabou o colocando também como conspirador.

Enquanto isso, Tiradentes, agora sabedor de rumores sobre a conjuração, insistia com o Dr. Maciel, para que lhe apresentasse ao Cel. Andrade, seu cunhado. Dr. Maciel se esquivou sempre e até viajou a serviço do governador, ficando

livre da perseguição de Tiradentes. Este se desespera por não conseguir penetrar no meio dos conspiradores.

Então, um certo dia, a sorte lhe sorriu. O Ten. Cel. Andrade adoece e com o pretexto de examiná-lo, Tiradentes consegue aproximar-se dele e, não resistindo, tocou no assunto.

O Ten. Cel. Andrade ficou assombrado da audácia de seu subordinado e desconversou, porém Tiradentes, mentindo descaradamente, lhe garantiu que havia um movimento no Rio de Janeiro. O Ten. Cel. Andrade então se interessou, mas não deu a perceber isso, mas aceitou a conversa fiada de Tiradentes e não o repeliu.

Tiradentes saiu do primeiro encontro com o Ten. Cel. Andrade dando pulos de alegria, por ter feito esse primeiro contato e percebido que o Ten. Cel. simpatizava com a ideia da revolta.

Sem conseguir conter-se foi falar com seu chefe imediato o Capitão Maximiliano de Oliveira Leite e falou sobre a revolta, procurando convencê-lo a participar. O capitão ficou na defensiva – o assunto era grave e a punição para tal crime, todos sabiam qual era: a morte – e Tiradentes, irresponsável, contou sobre o Ten. Cel. Andrade. O capitão então ficou indignado e o repreendeu energicamente por estar colocando o nome de seu comandante nessa história gravíssima.

Tiradentes, aproveitando-se da bondade do Ten. Cel. Andrade, então inicia uma perseguição, procurando-o incontáveis vezes, sob os mais diversos pretextos. O Ten. Cel. sempre o recebia, mas fugia do assunto principal.

Em um desses encontros, perplexo, o Ten. Cel. ouviu Tiradentes contar-lhe uma conversa que tivera com Ten. Cel. Inácio José de Alvarenga, afirmando que ele apoiava a revolta.

Os conjurados estavam de prontidão, pois Tiradentes tinha espalhado o boato entre a população - mentira - de que a capitania do Rio iria se revoltar com ajuda de navios franceses que atacariam a capital.

Ninguém sabia se isso era mentira ou verdade e tal boato criou uma discussão feroz entre os revoltosos. Um dos que acreditavam em Tiradentes era o Cel. Francisco de Paula, enquanto o Cel. Alvarenga e Tomás Antônio Gonzaga – era inimigo de Tiradentes – o consideraram elemento pernicioso.

Enfim, bem ou mal, Tiradentes conseguiu sobressair e passou a comparecer às reuniões dos revoltosos, mais a poder do Ten. Cel. Andrade e do Dr. Maciel e aparentemente contra a vontade da maioria dos restantes. Isso se deu no final de 1788. Tiradentes deixou-se envolver completamente nesse ambiente e agiu de acordo com que os conjurados esperavam. A sorte estava lançada.

Capítulo 27

A Conjuração Agoniza

Em janeiro de 1789, as reuniões na casa do Ten. Cel. Andrade se intensificam. Em todas o Dr. Maciel, com os livros que trouxe da Europa, é o centro das atenções.

No início do ano de 1789, a derrama estava iminente e a conjuração pronta para estourar. Porém, a pena de morte era uma sombra que acompanhava todos os conjurados. O medo de perder tudo, inclusive a própria vida, era imenso.

Por outro lado, os conjurados tinham esquematizado todo o novo governo no papel, porém não possuíam logística para a ação. Os comandantes militares garantiam a tropa, mas nem isso era concreto.

O restante, tal como o apoio popular, a chegada de homens, armas e munições para engrossar as fileiras militares, estavam à cargo de cada um dos participantes que se comprometiam tomar essas providências.

Além disso, existiam as mentiras de Tiradentes que no Rio de Janeiro os descontentes se armariam para a guerra. E, não se tinha certeza do apoio das outras capitanias, notadamente a Bahia. Tudo isso sem qualquer confirmação.

Os comandantes militares notaram essa terrível falha: tudo era compromisso verbal, sem nenhuma garantia de que pudesse a vir realizar-se. E começaram a desanimar.

Já no final de janeiro de 1789, com os rumores da instalação da derrama se fortalecendo, a situação muda e as reuniões praticamente acabam. Tomás Antonio Gonzaga está quase só em Vila Rica. Todos os outros conjurados importantes, alegando as mais diversas escusas, fugiram da cidade. Somente ficaram Tiradentes, Cláudio e Domingos de Abreu.

Os boatos da revolução correm soltos. Até os mendigos da cidade estão falando sobre ela. Lógico que o Visconde de Barbacena também sabe, inclusive o nomes dos principais conspiradores.

Os conjurados fugitivos nada desconfiam e, cansados de esperar a derrama, que era a senha para deflagrar a revolta, começam a voltar à cidade no começo de março.

Tiradentes, desconfiado dessa debandada no momento mais crítico, resolve também não deixar seu corpo na reta e pede a seu comandante autorização para ir ao Rio de Janeiro para, supostamente, saber do andamento do processo – que tinha ido parar em Portugal – sobre a canalização dos rios.

Ele estava receoso de que algo estivesse sendo tramado pelos companheiros de conjuração, que agora não mais falam com ele, se afastavam quando ele chegava e não mais o punham a par do andamento da revolta.

O Ten. Cel. Francisco de Paula, antevendo suas intenções, lhe concede apenas um mês de licença, quando a viagem para o Rio de Janeiro levava, entre ida e volta, 20 dias.

Assim, tomando 100 mil réis emprestados, como adiantamento de seu soldo, parte o alferes para o Rio de Janeiro, acompanhado de seu escravo.

Assim que Tiradentes partiu, o Visconde de Barbacena mandou dois ordenanças a campo. Um, para seguir Tiradentes e, nos locais onde ele pousaria, investigar tudo o que pudesse. O outro foi a Borda do Campo, convocar o Ten. Cel. Joaquim Silvério para que viesse imediatamente falar consigo.

O Ten. Cel. Silvério, que já tinha delatado a conspiração, cumpre a ordem e no caminho para Vila Rica encontra Tiradentes, que está indo para o Rio de Janeiro.

Tiradentes, imprudente, comenta mais coisas com o Ten. Cel., sem nada desconfiar. Era o dia 15 de março de 1789.

Os acontecimentos estão sempre intimamente ligados ao tempo decorrido, e isso é de vital importância. Devemos, pois, prestar atenção nas datas, nos capítulos que se seguem.

Capítulo 28

O Governador e a Conjuração

O governador da capitania, o Visconde de Barbacena logicamente também soube dos rumores da revolta. O boato corria solto na vila, tendo sido espalhado principalmente pela indiscrição de Tiradentes.

Muitos outros também eram indiscretos. Quando algum familiar de um dos conjurados ficava sabendo das intenções do grupo, tratava logo de convidar mais alguém, sem qualquer critério. Bastava que o estranho falasse mal da Coroa ou do governo.

O Ten. Cel. José Aires Gomes, que, como vimos anteriormente, era bastante rico e dono da pousada onde pernoitou Tiradentes, assombrado com o que este contara, resolve se encontrar com o padre Manuel Rodrigues da Costa para descobrir o que mais estava ocorrendo. Não se sabe o que eles falaram, mas o certo é que o Ten. Cel. Aires encerrou a conversa com o padre, dizendo que iria à Vila Rica para comunicar ao governador o que estava acontecendo. Foi fato ainda que o Ten. Cel. Aires falava a quem quisesse ouvir que procederia desse modo.

Em agosto de 1788, em Vila Rica, na casa de João Rodrigues de Macedo, o Ten. Cel Aires se encontra com o desembargador Luís Beltrão de Gouveia e Almeida, que o convida a participar de um passeio com o Visconde de

Barbacena e sua esposa, em Cachoeira do Campo, localidade onde o Visconde tinha uma propriedade e onde passava seus momentos de lazer.

Nesse passeio, o Ten. Cel Aires, receoso de falar ao próprio governador, conta ao desembargador toda a trama e lhe pede que informe ao Visconde. Estranhamente, o desembargador não o faz. Essa foi a primeira delação pública do movimento.

Os historiadores chamam o Visconde de Barbacena de tirano, ditador, despótico, etc, mas este somente fez o que lhe competia no cargo: tentou descobrir a verdade dos boatos, com todos os meios que dispunha. E um deles foi a espionagem.

O que os governos de hoje fazem de forma comum e aceita por todos, com suas agências de inteligência, foi a providência tomada pelo Visconde. Além disso, contou com a lealdade de outros militares, que, cumprindo seu dever, denunciaram a trama.

Chamou o Ten. Cel. Joaquim Silvério dos Reis e lhe deu a missão de descobrir tudo sobre essa tal revolta.

Joaquim Silvério dos Reis era português e tinha vindo para o Brasil muito jovem. Rapidamente enriqueceu, sendo dono de várias fazendas. Por sua fortuna e conhecimentos políticos logo recebeu do governador o posto de Ten. Cel. de um regimento auxiliar de cavalaria, que formou e equipou com seus próprios fundos.

O Ten. Cel Silvério, então, cumprindo sua missão de espionagem, passa várias semanas vasculhando toda Vila Rica, tentando encontrar informações que lhe pudessem ser úteis.

O padre Carlos Correia de Toledo e Melo, vigário da freguesia de Santo Antônio, Vila de S. José do Rio das Mortes, era um homem de cinqüenta e oito anos de idade natural de Taubaté, na capitania de S. Paulo, e vivia abastadamente na sua paróquia, mas não só passava por grande demandista como gozava da fama de não pagar a quem devia.

Contava o padre Carlos Correia de Toledo muitos irmãos e uma irmã. Um dos irmãos fazendeiro, assistente na Vila de S. João d'el-Rey, era o sargento-mor de cavalaria auxiliar Luís Vaz de Toledo Piza.

Em dezembro de 1788 encontraram-se na casa do Ten. Cel Francisco de Paula, além do dono da casa e seu cunhado (Dr. Maciel), o padre Carlos Correia de Toledo e Tiradentes.

Nesta reunião o padre Carlos fica sabendo da conjuração, principalmente pela indiscrição de Tiradentes, que, mais uma vez, falou demais e com insensatez. Apoiados pelo Dr. Maciel, conseguem que o padre Carlos se una a eles na conspiração.
Alguns dias depois o padre Carlos Correia de Toledo e Melo está em sua residência, à rua do Sol da freguesia de Santo Antônio da Vila de S. José, quando aparece para visitá-lo o seu irmão, o sargento-mor da cavalaria auxiliar da Vila de S. João-del-Rey, Luís Vaz de Toledo Piza, o qual estava

servindo de juiz de órfãos da vila de S. José do Rio das Mortes.

Era um homem de cinqüenta anos de idade, natural de Taubaté e vivia de suas lavras do Rio Acima na Vila de S. José, com perto de quarenta escravos.

Contou-lhe o padre Carlos Correia de Toledo com toda a avidez as interessantes notícias que sabia a respeito do levante; nomeou as pessoas que entravam e acabou por convidá-lo para que também fizesse parte da conjuração.

Luís Vaz, mais movido pelos benefícios e obrigações que devia ao irmão de que por ter o ânimo propenso a desordens; aceitou, pois, o convite e alistou-se nas fileiras dos conjurados.

Julgando-se já cabeça da conjuração, passou o sargento-mor, para servir ao vigário, a convidar gente. Tratou, pois de predispor o Ten. Cel. Francisco Antônio de Oliveira Lopes, partindo no dia seguinte para a vila de S. João del-Rei.

Chega aos ouvidos do Ten. Cel. Joaquim Silvério dos Reis a notícia de que os irmãos Toledo estão convidando pessoas para participar da revolta.
O Ten. Cel Silvério procura, então, o sargento-mor Luís Vaz e o encontra no Arroio da Laje. O Ten. Cel Silvério, queixa-se então do Visconde de Barbacena, que, segundo um boato, queria desmobilizar seu regimento de cavalaria. Diz ainda que Sua Majestade o tinha enganado, porque em nome da rainha lhe havia dado a patente de Ten. Cel. chefe de seu regimento e feito com que ele se desvelasse em regular e fardar a maior

parte da gente à sua custa, e que não podia ver destruído assim, sem mais nem menos, o fruto de tanto trabalho, quando nem uma falta havia cometido.

O sargento-mor Luis Vaz, iludido pelas amargas queixas que ouvira, pensando que havia feito a melhor das aquisições para a conjuração, conta-lhe tudo sobre o levante e o convida a participar dele.

Conta ainda, debaixo de todo o segredo, que o desembargador Tomás Antônio Gonzaga era o primeiro cabeça da conjuração, o qual tendo acabado o seu tempo de serviço, como ouvidor da comarca, conservava-se, todavia, há muitos meses em Vila Rica sem se recolher à Bahia, sob o frívolo pretexto de seu casamento, mas que tudo era sistematicamente calculado, pois, achava-se escrevendo as leis por que se devia regular a república.

Narrou-lhe todos os pormenores das disposições tomadas para o levante, e até lhe declarou que além da cabeça do governador seriam cortadas outras como a do ouvidor de Vila Rica, Pedro José Araújo de Saldanha e do ajudante de ordens Antônio Xavier de Resende, por serem de opinião contrária.
O Ten. Cel. Silvério com tantas e tão boas informações não cabia em si de contentamento; quis, porém, certificar-se e dirigiu-se imediatamente à vila de S. José e lá se foi apear junto à porta do vigário Carlos Correia de Toledo.

O vigário não gostou que seu irmão desse semelhante passo, mas pensou que o Ten. Cel. havia abraçado a causa como um dos mais formidáveis devedores à Fazenda Real, tanto mais que se mostrava satisfeito dizendo que ficava muito bem se

depois da revolta o deixassem com as fazendas e escravos que possuía.

Confirmou ao Ten. Cel. tudo quanto dissera o imprudente irmão. O vigário foi ainda mais longe, e garantiu-lhe ter visto as novas leis nas mãos do próprio Gonzaga.

Concluiu certificando ter já o alferes Tiradentes obtido um grande grupo de revoltosos no Rio de Janeiro para onde ficava a partir, e que o intento do alferes era cortar também a cabeça do vice-rei.

Assim, de posse da informação completa, parte o Ten. Cel. Silvério para Vila Rica, a fim de prestar seu relatório ao governador, o Visconde de Barbacena.

O vigário Carlos Toledo foi ainda o responsável por mais um grande vazamento de informações. Alguns dias depois do encontro como Ten. Cel. Silvério, hospeda em sua casa o Mestre de campo Inácio Correia Pamplona, ao qual o vigário conta por alto os detalhes da revolta.
Pamplona não acredita muito nessa conversa, mas, de volta à sua casa, por toda a parte ouve falar no levante, se bem que vagamente.

Mal chegou à casa que lhe bateu à porta um comprador de gado. Depois de feito o negócio lhe disse que não podia ir à vila de S. José por causa do boato que corria de que pessoas poderosas e influentes tramavam um levante! Perguntando-lhe o Mestre-de-campo se ele entrava na conjuração, respondeu-lhe que não, por ser amigo e compadre do tenente-coronel João Carlos, e que o governador estava informado de tudo.

Mal se havia retirado o negociante de gado, que lhe chegou à porta um velho a lhe pedir esmolas, lastimando-se em suas lamúrias da colheita, que lhe falhara, e assegurando que tudo estava perdido, e que todos se queixavam, pois não se falava em toda capitania senão numa enorme derrama, que acabaria por fazer levantar o povo, o qual procuraria obter a sua liberdade.

Retirava-se este quando apearam-se à sua casa, o capitão João Dias da Mota e André Esteves, que iam tratar de certos negócios particulares. Deu-lhe o capitão a notícia de que passara um padre em viagem de Vila Rica para a Borda do Campo, falando largamente no levante, e que dormira no Rancho das Lavrinhas de Lourenço, onde conversara com o estalajadeiro sobre o mesmo assunto.

Em vista disso, decidiu-se o Mestre-de-campo a informar o governador sobre tudo o que estava acontecendo.

O Ten. Cel. Basílio de Brito Malheiro do Lago nascera na vila da Ponte do Lima, no reino de Portugal. Era casado e contava já quarenta e seis anos de idade. Possuía as lavras do Palmital, na comarca do Serro Frio, onde morava.

Através de conversas com o guarda livros João Rodrigues de Macedo, Basílio de Brito tomou conhecimento das linhas gerais do levante. Pediu então uma audiência com o governador para tratar de assuntos particulares.

Antes porém, falou com o Ten. Cel. Francisco Antônio Rebelo, ajudante de ordens do Visconde, que amedrontado,

pois sabia também do levante, pediu que este intercedesse por si diante do governador.

Com este, contou o que sabia sobre a revolta e ouviu o magistrado. Perguntou-lhe o visconde de Barbacena se além das pessoas que nomeara sabia de mais alguma, e onde se juntavam para esse fim. Respondeu-lhe o tenente-coronel que todos os nacionais desta terra desejavam o levante, e que a eles se ligavam alguns filhos de Portugal, sem modo de vida.
Parecia-lhe que as reuniões eram celebradas em casa do Dr. Cláudio Manuel da Costa e do desembargador Tomás Antônio Gonzaga.

Recomendou-lhe então o governador, com todo o empenho, que fosse disfarçadamente conseguir mais informações junto aos revoltosos.

Assim, a rede de espionagem do Visconde se completara. Agora, ele estava sabendo de tudo, dos nomes e das datas. A Inconfidência Mineira, que não nascera e não nasceria, estava condenada à morte.

Capítulo 29

A Extinção da Insurgência

Estamos, pois, a 15 de março de 1789. O Ten. Cel. Joaquim Silvério dos Reis encontra-se com o governador, Visconde de Barbacena, e denunciou a conspiração por escrito. Foi o último a escrever a delação, coisa que já tinha sido feita antes pelo Ten. Cel. Basílio de Brito e pelo Mestre de Campo Inácio Pamplona. Todos os denunciantes foram claros em atribuir a chefia da conjuração a Tomás Antônio Gonzaga.

Imediatamente o governador, que sabia que a senha para detonar a revolta seria a derrama, manda uma mensagem às Câmaras da Capitania, suspendendo-a. Isso alarmou os conspiradores, que ficaram extremamente desconfiados e cautelosos, julgando que o Visconde de Barbacena soubesse de alguma coisa. Tomás Antônio Gonzaga se encontra então com o governador para sondá-lo. O Visconde, já sabendo de toda trama, finge que nada sabe e desconversa.

Gonzaga nota que o Governador está fingindo e sai da audiência com a certeza que o plano fora descoberto. Ocorre então uma debandada. Todos os importantes chefes da revolta começam a fugir de Vila Rica, inclusive os militares.

Na cidade ficam apenas Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manoel da Costa e Jose Álvares Maciel. É célebre a frase de Tomás Antônio Gonzaga, depois da audiência com o

governador, quando o cônego Luis Vieira lhe perguntou sobre a revolta: "***A ocasião para isso perdeu-se***".

Enquanto isso, Tiradentes seguia seu caminho para o Rio de Janeiro, sem nada saber. E vai pregando a revolta por onde passa, inventando histórias, criando personagens fictícios (isso até complicou a vida de uma pessoa inocente, depois) para confirmar o apoio à causa por uma multidão de pessoas. Norberto narra detalhadamente essa viagem, em várias páginas de seu livro.

O governador manda o Ten. Cel. Silvério para o Rio de Janeiro, para fazer a denúncia ao Vice-Rei, D. Luis de Vasconcelos e Souza, o conde de Figueiró. Tiradentes se demora pelo caminho e, a 19 de abril de 1789, o Cel. Silvério o encontra novamente. Nada conta e somente escuta Tiradentes com o seu mesmo discurso de revolta.

Chegando ao Rio de Janeiro, Tiradentes aluga uma casa e passa a procurar antigos companheiros de armas, sob os mais diversos pretextos. Munido de livros sobre legislação dos Estados Unidos e França, procura pessoas que possam traduzir trechos para ele, que desconhecia totalmente qualquer língua estrangeira. A todos que procura, deixa-os complicados e, depois, serão acusados de também serem revoltosos.

O Ten. Cel. Silvério se apresenta ao Vice Rei, que ao saber das denúncias do Visconde e do pedido para observar Tiradentes, não dá muita importância, pois já conhecia o Alferes com seu megalomaníaco projeto de canalizar os rios. "*Ele não passa de um louco*" diz o Vice-Rei, mas mesmo

assim, manda o Ten.Cel. Silvério seguir todos os passos de Tiradentes.

O Ten. Cel. Silvério, muito “discretamente” aluga uma casa em frente à de Tiradentes, na rua S. Pedro, e para lá se muda. Tiradentes, insensato, nada desconfia ao ver o seu novo vizinho. Eis o que narra Norberto:

> *“.....continuava o alferes Tiradentes na sua imprudente propaganda sem método, sem tino e sem esperança de resultado algum para seus fins. Não procurava nem era procurado por pessoa alguma de consideração a não ser o sargento-mor Simão Pires Sardinha, que apenas por duas vezes o recebeu em sua casa à Rua do Rosário. Limitava-se pois a conviver com pessoas de pequena esfera, passando os dias pelas lojas de negócio e casas de mulheres perdidas, onde em altas vozes e sempre gesticulando, ou falava nos seus projetos de meter as águas da Tijuca ou Andaraí na cidade, e de estabelecer armazéns na praia da Saúde e barcas de passagens, ou punha-se a declamar com azedume, segundo o seu estilo, a favor de seus planos de república, atraindo a atenção pública e promovendo cenas de escândalo. (...) Sem nenhuma comunicação com os conjurados, sem dar um passo para a conjuração, limitava-se a propaganda infrutífera numa declamação vã, e tão desasada pela acrimônia de suas expressões e*

grosseria de seus gestos que afugentava em vez de aliciar prosélitos."[177]

Todos os passos de Tiradentes são seguidos e o Vice Rei fica sabendo de tudo que ele faz, mesmo as mínimas coisas. Estranhando que não tenha cúmplices, chega mesmo a duvidar da conspiração, mas o Visconde de Barbacena o convence de que a coisa era realmente perigosa.

O Vice-Rei então se prepara para um grande levante tomando várias providências, das quais criando prisões secretas em vários locais do Rio, entre eles o seu próprio palácio e no hospital da Ordem da Penitência. E mandou dois espiões se colarem a Tiradentes, vigiando-o por 24 horas ao dia.

Os dias passam e o dinheiro de Tiradentes vai acabando. Para conseguir dinheiro, vendeu seu escravo ao sargento-mor Manuel Caetano. Então é avisado que está sendo espionado, mas aparentemente, não dá atenção ao fato. Depois que alguns sargentos reforçam o aviso, ele começa a preocupar-se e se assusta com a marcação cerrada e clara que os espiões faziam. Pensa em matá-los, porém desistiu da ideia e foi reclamar com o próprio Vice-Rei. Este fingiu que nada sabia e quando Tiradentes lhe pediu autorização para voltar a Vila Rica, lhe disse que não era necessário temer nada e até lhe concedeu uma licença mais longa.

Tiradentes volta para casa e ao chegar, encontra o Ten. Cel. Silvério, que lhe diz que o Vice-Rei sabe da revolta e vai

[177] Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948

mandar prendê-lo. Aconselha que fuja imediatamente. O alferes, aterrorizado, se desespera em busca de uma saída.

Sem amigos no Rio de Janeiro e sem saber para onde ir, lembrou-se de pedir autorização a um capitão que conhecia para se esconder em sua fazenda. O capitão era Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes, capitão de regimento de voluntários reais da cidade de S. Paulo, que havia chegado ao Rio de Janeiro em companhia de Antônio de Morais e estava hospedado na casa do Mestre de Campo Inácio de Andrade Souto Maior Rendon, à Rua dos Quartéis.

Tiradentes inventa uma história que o Vice Rei estaria querendo fazer com que perdesse seu posto, obrigando-o a ficar mais tempo no Rio e pedia ajuda para voltar a Minas e se apresentar ao seu regimento. O oficial lhe deu duas cartas de apresentação, sem desconfiar de nada, e ficou de avisar a ocasião para que ele pudesse viajar.

Tiradentes resolveu, então, se esconder para esperar essa ocasião. Não tinha para onde ir e sua única esperança foi uma viúva, Dona Inácia Gertrudes de Almeida cuja filha ele tinha curado de uma ferida no pé, anos atrás.

Novamente, mentindo, inventou uma história que era fiador de alguém em Minas e estava sendo cobrado e necessitava esconder-se por alguns dias até que pudesse provar sua inocência. A mulher acreditou e indicou a ourivesaria de Domingos Fernandes da Cruz na Rua dos Latoeiros – hoje Gonçalves Dias. Lá Tiradentes se escondeu no sótão.

Alguns dias depois, um dragão foi até sua casa, provavelmente para prendê-lo e verificou que ele tinha fugido. Prende, então, seu escravo – ainda não tinha mudado de dono – que é torturado para contar onde o patrão estava. Mas ele de nada sabia. O vice–Rei, dá partida à devassa e expede ordem de prisão e Tiradentes é caçado por todo o Rio de Janeiro.

Em seu esconderijo, Tiradentes é visitado pelo sobrinho de Dona Inácia, o padre Inácio Nogueira. O primeiro, ao saber da prisão de seu escravo e da caçada à sua pessoa, pede inocentemente ao padre que se encontre com o Ten. Cel. Silvério para obter ajuda. O padre faz isso, mas desconfia do Ten. Cel. Silvério e não lhe conta o local do esconderijo.

O Ten. Cel. Silvério relata o acontecimento ao Vice Rei, que manda prender o padre Inácio e o interroga. O padre, a princípio, nada falou, mas depois de uma sessão em uma sala secreta, com o próprio Vice-Rei, entregou Tiradentes. Ficou para a história a ameaça do Vice-Rei ao padre: "***Consumi-lo-ei se não me der conta do Alferes Joaquim José***"

Era o dia 10 de maio de 1789. Uma grande escolta seguiu para a casa de Domingos Fernandes, que lá não se encontrava, e, sem resistência, prenderam Tiradentes, que foi interrogado. Negou tudo e nada mais disse.

Capítulo 30

A Devassa

O processo de investigação da revolta foi chamado de *devassa*. A primeira devassa foi instituída em 7 de maio de 1789, no Rio de Janeiro, pelo Vice Rei, assim que soube da fuga de Tiradentes.

Na noite de 17 de maio, em Vila Rica, os conjurados são avisados por uma pessoa misteriosa, encapuzada e encoberta por uma capa, da qual ninguém jamais soube a identidade, de que deveriam queimar todos os papéis da revolta e fugirem, pois ela tinha sido descoberta. No dia 22 de maio, o Visconde Barbacena, expede ordem de investigação das denúncias e prisão dos implicados.

No dia 23 de maio, de manhã cedo, o chefe da conjura, Tomás Antonio Gonzaga é preso. E outras prisões se seguiram. Enfim se descobre que o Ten. Cel. Francisco de Paula, em 2 de maio, advertiu o Visconde de Barbacena sobre algo que aconteceria, que a 3 de maio, foi obrigado a contar a ele grande parte da trama e que a 17 de maio prestou depoimento por escrito.

No dia 27 de maio, Tiradentes passa pelo segundo interrogatório e, de novo, procede da mesma forma. Nega tudo e fica calado. Em 30 de maio de 1789, a cena se repete no seu terceiro interrogatório.

Em 6 de junho de 1789, o Visconde de Barbacena abre a segunda devassa, agora em Vila Rica baseada nas seis cartas delatoras, que foram recebidas sucessivamente: do Ten. Cel. Joaquim Silvério dos Reis, do tenente-coronel Basílio de Brito Malheiros do Lago, do mestre-de-campo Inácio Correia Pamplona, do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, do Ten. Cel. Francisco Antônio de Oliveira Lopes, e do tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira.

Em 11 de junho, a devassa no Rio de Janeiro, tinha um juiz, um escrivão, as cartas de denúncias do Ten. Cel Silvério, do ajudante João José Nunes Carneiro, do tenente-coronel Basílio de Brito Malheiros do Lago, do mestre de campo Inácio Correia Pamplona, e das denúncias de Jerônimo de Castro e Sousa e de Valentim Lopes da Cunha e sua irmã Mônica Antônia do Sacramento, em todas havendo a incriminação do réu Joaquim José da Silva Xavier.

Foram ouvidos dois denunciantes, e três pessoas foram presas por se julgarem coniventes com Tiradentes pela proteção que lhe dispensaram (foi preso com as cartas de recomendação no bolso) e mais sete indivíduos de nenhuma importância social. Interrogado por três vezes, Tiradentes negou as acusações.

Vendo isso, o Vice-Rei notou que estava fazendo papel de tolo, pois se descobriu que, na verdade, NÃO HAVIA REVOLTA. Não havia participantes, não havia planos, não havia testemunhas, não havia fatos nem ações e somente tinham um réu meio louco: o alferes Joaquim José.

O Vice-Rei, para não ficar mal, pois fizera preparativos para enfrentar uma imensa e sanguinária revolução (aparelhando

vários fortes para receberem os presos inclusive até, preparando salas de seu próprio palácio para servirem de celas para os prisioneiros), notando que os informes do Visconde de Barbacena envolviam muito mais pessoas de Vila Rica, resolve transferir a devassa do Rio para Vila Rica.

Em 18 de julho de 1789, chegam a essa cidade os magistrados e todo o cabedal jurídico da devassa do Rio para se juntar à de Vila Rica.

No decorrer do final de 1789, em sucessivos comboios, os presos foram transferidos para Rio de Janeiro, onde ficaram incomunicáveis, em cadeias secretas, sendo submetidos a um isolamento total, sem falar com ninguém, nem sair das celas infectas, por meses. Somente em novembro desse ano, o Vice-Rei mandou iniciar os interrogatórios aos presos.

A devassa prosseguia e somente foi finalizada em 9 de abril de 1791. Em seguida os autos foram enviados à Portugal e tudo ficou parado, aguardando o pronunciamento da Corte.

Note bem que os presos ficaram esses 22 meses na cadeia, incomunicáveis, em buracos horrorosos, úmidos, sem ventilação, sem luz, sem janelas, mal alimentados, sem ver o sol, sendo transformados, pouco a pouco em farrapos humanos. Tiradentes ficou acorrentado.

Um detalhe que não pode ser deixado de lado. Aqui era o Brasil, governado por Portugal. E a justiça da época era essa mesma que conhecemos hoje: corrupta, injusta, e facciosa.
Protegendo ostensivamente os poderosos que realmente tinham conspirado e sendo inclemente com os simples, sem

nada a ter com a revolta, simplesmente denunciados por inimigos para lhes prejudicar, a devassa foi obra prima desse tipo de safadeza.

Conta-nos o mesmo Norberto:

> *"Ao passo que buscara a justiça envolver na conjuração muitos indivíduos por meras suspeitas, fazendo sobre eles rigorosas e reiteradas instâncias, como sucedeu com as personagens enigmáticas do Tiradentes, não consentia a mesma que se depusesse contra certos sujeitos altamente protegidos pelo visconde de Barbacena e seus ministros!*
> *Escrevo longe do lugar, do tempo e das pessoas que assistiram a este lúgubre drama, ou nele tomaram parte, e nem posso recorrer às tradições por pouco fidedignas; mas vê-se algumas vezes no próprio processo levantar-se a ponta do véu, e desses descuidos felizes se aproveita a história para patentear alguns desses mistérios sem temor de se ver contrariada.*
> *Já, nas Instruções que dera ao visconde de Barbacena queixava-se Martinho de Melo da escandalosa proteção de que gozavam dos magistrados de Vila Rica certos magnatas que eram devedores de grossas somas à Fazenda Real. Entre estes mencionava João Rodrigues de Macedo, o célebre e feliz contratador da administração das entradas. Essa proteção continuou ele a ter sempre, e não obstante o pouco tempo que contava de residência em Vila Rica, servia ao visconde de Barbacena de agente para com ele em empréstimos de dinheiros de que careciam certos*

indivíduos! Ora não é crível que o contratador deixasse de ouvir as conversas, que sobre o levante, tiveram em sua casa os coronéis Alvarenga e José Aires, o vigário Carlos Correia de Toledo e outros que lá iam jogar o gamão até alta noite e apreciarem-lhe a ceia, e que somente merecesse ser perguntado e preso o seu guarda-livros, o famoso palrador Vicente Vieira da Mota. Pois bem, quando alguns dos conjurados traziam o seu nome à tela dos depoimentos, pediam os juízes que não tocassem nele, e o ouvidor e corregedor da comarca de Sabará José Caetano César Manitti, declarando ao Ten. Cel. Francisco Antônio de Oliveira Lopes ser íntimo amigo do contratador, prometeu-lhe em paga do seu silêncio tomá-lo sob a sua proteção e procurar salvá-lo. Dever-se-iam ter em conta de muito felizes os capitães Maximiliano de Oliveira Leite e Manuel da Silva Brandão, os quais pertencendo ao regimento que comandava o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade que, assistindo as palestras da conjuração, segundo o testemunho de alguns dos conjurados, e bem que contrariados pelo depoimento de outros, não passaram pelo menor incômodo. O que mais admira é que escapasse o último ao ódio do visconde de Barbacena, pois incorreu no seu profundo desagrado deixando de dar conta da diligência de que o incumbira a respeito do padre José da Silva de Oliveira Rollim. Deu isso motivo a tirar-lhe o comando da demarcação diamantina, onde o Tiradentes o supunha um grão-turco e que por desvanecido deixara de se contar no número dos conspiradores.

> *Simples denúncias, que bastavam para levar às masmorras os habitantes da capitania de Minas Gerais, e despertar o fisco para a apreensão de seus bens, foram impotentes ante a consideração que merecia às autoridades de Vila Rica o dr. Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, ouvidor-geral e corregedor da comarca do Rio das Mortes, sobre o qual pesavam severas acusações apontando-se as testemunhas que podiam ser inquiridas relativamente aos fatos alegados, quando a própria justiça alardeava em exceder-se nas maiores pesquisas para obter informações que mais agravassem a sorte dos que não eram dignos das simpatias das autoridades.”* (Souza e Silva, J N – “*A História da Conjuração Mineira*” – Melhoramentos – 1921)

João Rodrigues de Macedo, que nasceu em Coimbra, era maçon e do Rio de Janeiro foi para Minas Gerais em 1775, foi o peixe mais graúdo que a repressão da Inconfidência Mineira deixou escapar. A devassa não deixou de saber que Macedo era um dos principais conspiradores; mais foi regiamente recompensado para não absorvê-lo em suas masmorras, era o maior banqueiro de Minas Gerais, talvez o homem mais rico da capitania e sem embargo, o maior devedor entre os mineiros à Fazenda Real – e pagou para não ser preso.

Pagou ao governador da capitania, ao escrivão do processo e certamente a diversas outras autoridades e pessoas, para ver-se livre do processo, o que, afinal, conseguiu.

A casa em que morava na Rua de São José era o mais belo palácio particular da capitania, hoje é a Casa dos Contos.

No processo da devassa aberto em Minas Gerais, a casa foi requisitada para servir de prisão especial para os presos com privilégios e alojamento para as tropas do Esquadrão do vice-rei. O governo gostou tanto da casa que, depois do processo, não a devolveu, sendo confiscada em 1793 para ser a sede da própria Junta da Real Fazenda, arrecadadora dos tributos, os "contos", daí o nome que passou a posteridade como a Casa dos Contos.

Macedo nunca foi chamado a depor, mas ao ser feito o seqüestro dos bens de seu empregado, Vicente Vieira da Mota em 11 de Maio de 1791, foi obrigado a testemunhar contra ele.

Capítulo 31

Os Prisioneiros

A "terrível e sanguinária conspiração", no final, não passou de um projeto destrambelhado que jamais saiu do papel, a não ser pela indiscrição temerária de Tiradentes. Oito homens, sem soldados nem armas, eram os autores da tremenda conjuração!

A possibilidade de realização do levante foi seriamente pensada, por vezes, pelo desembargador Tomás Antônio Gonzaga, o dr. Cláudio Manuel da Costa e o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Foram seguidos pelo Ten. Cel. Alvarenga, o vigário Carlos Correia de Toledo, o padre José da Silva de Oliveira Rolim e o doutor José Álvares Maciel.

No dizer de Norberto:

> *"... o alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, se intrometeu à força nos mistérios da conjuração e por uma ostentação vangloriosa tornou-se por toda a parte o seu propugnador inábil e fatal.*
>
> *Eram apenas todos os mais, comparsas, que mal sabiam o papel que representavam e que só pela barbaridade da legislação foram introduzidos nesse drama lúgubre.*

Não passou Domingos de Abreu Vieira de mera criatura de Francisco de Paula, como do vigário Carlos Correia de Toledo o eram igualmente seu irmão Luís Vaz de Toledo Pisa, Francisco Antônio de Oliveira Lopes e José Lopes de Oliveira.

A imprudência do Ten. Cel. Francisco Antônio ainda acarretou a perdição de Vitoriano Gonçalves Veloso e Francisco José de Melo, vítimas obscuras que ignoravam a causa porque tanto sofreram.

Com o fim de salvar-se concorreu Tiradentes para a desgraça do capitão Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rego Torres, de Manuel José de Miranda e do pobre ourives Domingos Fernandes. Foram o padre Manuel Rodrigues, João da Costa Rodrigues, Antônio de Oliveira Lopes, João Dias da Mota, Salvador Carvalho do Amaral Gurgel ainda vítimas da leviandade do alferes.

Pagou Vicente Vieira da Mota sua garrulice, sendo para mal de seus pecados oposto a toda ideia da emancipação brasileira!

Sofreu o Ten. Cel. José Aires pela mania de querer passar por poeta satírico, e o pobre Manuel da Costa Capanema por uma fútil ameaça que nenhuma conexão guardava com o levante.

Padeceu o dr. Domingos Vidal de Barbosa em lugar de seu condiscípulo José da Maia.

Tiveram por culpa, o cônego Luís Vieira e o dr. José Álvares Maciel a leitura a que se davam com paixão da história da América inglesa; o capitão Resende Costa a leviandade de acreditar na criação de uma universidade em Vila Rica, (...) e o dr. José de Sá e Bitencourt a triste fatalidade de se parecer com uma das figuras enigmáticas imaginadas pelo alferes Tiradentes.

E para julgar a todos esses homens, alguns levemente culpados, e todos os mais, inocentes, passaram-se meses, os quais se converteram em largos anos de sofrimento, aumentado pelos horrores de seus cárceres, a espera de que a alçada pronunciasse a terrível sentença.” [178]

Realmente, como se não bastassem os terríveis cárceres, a maioria dos presos menos importantes passou somente por um ou dois interrogatórios, ficando meses a fio, abandonados e esquecidos nas celas, incomunicáveis, sem ter notícia do mundo exterior.

Na verdade, tinham notícias por somente uma via: dos franciscanos que tinham por missão percorrer os cárceres e patíbulos, com o intuito de convencer os réus a confessarem e aceitarem resignados seu triste destino.
Estavam alquebrados, desnutridos, doentes, abatidos pelos sofrimentos corporais e psicológicos infligidos pelos

[178] Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948

magistrados, que, antes de fazerem justiça, queriam, a todo custo, somente arrancar deles confissões de traição.

Os presos da conjuração se agarram a essas aves de rapina vestidas de marrom, pois eram as únicas pessoas com quem podiam manter contato. Pelo menos um preso, o Ten. Cel. Francisco Antônio de Oliveira Lopes, reclamou oficialmente da lavagem cerebral que os frades franciscanos fizeram, no seu dizer "*em minha consciência*".

Os magistrados, talvez por concordar com isso, fizeram lavrar nos autos o protesto do Ten. Cel. Lopes. Outro comprovante dessa tarefa asquerosa foi o próprio Frei Raimundo de Panaforte que deixou escrito como se realizava tal função.

Capítulo 32

A Salvação dos Poderosos

Voltemos às datas.

Em 4 de julho de 1789, o Dr. Cláudio Manoel da Costa, enforca-se na prisão, de uma forma suspeitíssima[179] (enforcou-se em um armário da sua altura!!!). Os interrogatórios se sucedem com os mais visados pela devassa. Gonzaga ficou célebre por negar tudo sempre, o Ten. Cel. Alvarenga por delatar a todos, contando até pequenos pormenores das mais diversas ocasiões.

Enquanto isso, a notícia já corria em Portugal. Tomás Antônio Gonzaga por sua família, vida e trabalho em Portugal, tinha grande quantidade de amigos políticos, ricos e nobres, que se puseram a trabalhar para livrá-lo dessa enrascada.

Rapidamente se descobre o acontecimento de 1720, em que, naquela mesma corte, o Rei D. João V tinha mandado soltar os nobres e rico conspiradores e enforcado o único pobre e sem amigos, Felipe dos Santos, que foi considerado o chefe da conspiração.

Em dezembro de 1788, D. Maria I estava inválida, devido a sequência de mortes de seus entes queridos. O governo era

[179] Hoje não mais resta dúvida que Claudio Manoel da Costa foi assassinado. Sua prisão era na casa de João Rodrigues de Macedo, que tinha todos os motivos para assassiná-lo.

dirigido pelo seu poderoso primeiro ministro D. Martinho de Mello e Castro, Foi fácil aos conjurados através de seus procuradores em Portugal convencerem D. Martinho a produzir um documento de perdão. E para não deixar a Coroa em má posição, decidira-se enforcar o cabeça da revolta.

Então, o problema se resumia a encontrar um bode expiatório, sem recursos de defesa, no qual se pudesse jogar a responsabilidade da revolta. Parece que isso foi arranjado logo depois de julho de 1789. Em Portugal, os amigos dos conjurados tratariam de conseguir o perdão e no Brasil, as autoridades deveriam conseguir alguém para pagar o pato.

Nessa hora, ordens superiores da Corte chegam à colônia, para que tal empreitada fosse levada a cabo. Os frades vão trabalhar junto aos presos e os magistrados levarão o processo para a incriminação desse “escolhido”.

Vamos recordar a data do último interrogatório de Tiradentes: 30 de maio de 1789. O quarto interrogatório foi efetivado somente em 18 de janeiro de 1790. Quase sete meses depois!

Por que tal espaço de tempo? Simples. Foi o tempo necessário para os frades convencerem Tiradentes a confessar e aceitar sozinho a responsabilidade.

O próprio Tiradentes declarou que, na prisão, os frades mostraram a ele a gravidade de seu ato. Já que, pelas leis humanas, ele não poderia escapar do castigo, e tinha cometido um grave erro tanto contra os homens como contra Deus, confessando não se livraria da pena, mas salvaria sua alma, pois com a confissão, arrependendo-se do seu crime sem

acusar os companheiros estaria praticando um ato de bondade e amor ao próximo e Deus lhe concederia a absolvição. Essa prova é cabal sobre a atitude dos frades.

Sobre a atitude dos magistrados, ficou patente, quando foi permitida a quebra da incomunicabilidade, uma das mais fortes armas para dobrar a vontade dos revoltosos. Certo dia, outro preso, o Ten. Cel. Alvarenga, o delator que estava ajudando a devassa, é trazido à cela de Tiradentes, para convencê-lo também a confessar.

Com tais práticas executou-se a tramoia. E com sucesso. Enquanto todos os demais, quer por defesa própria, quer por instrução de advogados, negavam a participação, atirando a culpa em Tiradentes, apontando-o como chefe indiscutível da revolta; este, convencido pelos frades, com a vontade quebrada pela solidão, isolamento e privações de quase sete meses em um buraco infecto, incomunicável, sempre acorrentado[180] em 18 de janeiro de 1790 confessa tudo, da forma com que fora instruído. Não culpa ninguém e chama para si toda a responsabilidade.

Jose Álvares Maciel, disse que foi Tiradentes quem, pela primeira vez, lhe falou sobre a revolta. Também foi esse o depoimento do Ten. Cel. Francisco de Paula. Já o cônego Luis Vieira, afirmou que, desde o tempo do governador Luis Cunha Menezes (antecessor do Visconde de Barbacena), já se

[180] Na ata do quarto interrogatório está escrito: *"(...) e declaro que a estas perguntas o respondente* ***esteve livre de ferros*** *e em liberdade (...)"* Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

sabia que o alferes, no Rio, andava convocando o povo para um levante. E assim por diante.
No dia 6 de junho de 1790, chega ao Rio de Janeiro, D. José Luis de Castro, o Conde de Resende, para ocupar o cargo de Vice-Rei. Este deixou os conjurados esquecidos no cárcere, enquanto os trâmites processuais se arrastavam lentamente. Todos aguardavam algo, que deveria chegar da Corte.

E, em 15 de outubro de 1790, os amigos poderosos dos conjurados na Corte portuguesa, conseguem uma carta régia que condenava a morte somente o principal cabeça de uma conspiração contra a coroa.

Com isso fechou-se o esquema para salvar da forca os padres, nobres e ricos conjurados. Nesse momento, Tiradentes foi condenado à morte e os outros se safaram.

Em 24 de dezembro de 1790, na fragata portuguesa *Golfinho*, desembarca no rio a alçada (tribunal itinerante) instituído pela "Rainha", com ordens para proceder o julgamento dos conjurados. O juiz da alçada era Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, que foi também nomeado pelo governo português como chanceler da Relação do Rio de Janeiro.

Chegou com um séquito de auxiliares e plenos poderes para lavrar sentenças, trazendo consigo a carta-régia de D. Maria I, além de obedecer às seguintes instruções **SECRETAS**:

- todos os culpados, com exceção do chefe da conjura, terão as sentenças suspensas que deverão ser remetidas para a Corte;

- todos os réus eclesiásticos seriam julgados pela alçada em separado dos outros, e as sentenças proferidas ficarão em segredo, sendo remetidas ao governo central, que tomará a decisão que lhe melhor convier.

Conta-se que a chegada da alçada aterrorizou a todos, pois sabia-se do rigor com que eram tratados os crimes de lesa-majestade. O juiz Vasconcelos deu novo impulso às devassas e o processo voltou a andar.

Os interrogatórios foram em grande quantidade. Tiradentes passou por mais sete. O padre Rolim por 15. Todos os outros presos foram interrogados oficialmente por diversas vezes. Todo o processo da devassa foi revisto minuciosamente e os meses se passaram.

Como, porém a corrupção estava na alma de Portugal, dois personagens escaparam, à custa de suborno, de serem interrogados pela devassa.

> *"(...) não resta dúvida alguma de que um dos mais ativos centros da conspiração era a grande mansão de João Rodrigues de Macedo, ao lado da ponte de São José, em Vila Rica. Aí foram travados alguns dos mais importantes debates e conseguidas as mais importantes adesões. (...) Macedo recebeu total proteção contra qualquer interrogatório, ou investigação, ou implicação na inconfidência. O que deu em troca só pode ser suspeitado, mas há prova evidente de que Barbacena, em certo momento,*

> *manteve certos entendimentos financeiros com o contratante."* [181]

Inácio Correia Pamplona foi outro famoso "peixe graúdo" a passar ileso pelas malhas da repressão. Português rico, corrupto e poderoso, tornou-se famoso em Minas como o "desbravador dos sertões do alto São Francisco". Era um novo bandeirante do século XVIII. Há evidências nos ADIM de que Barbacena o protegeu.

Finalmente, no dia 21 de outubro de 1791, a alçada deu prazo de 5 dias para que os 29 réus envolvidos apresentassem sua defesa. Para isso nomeou-se o Dr. José de Oliveira Fagundes como advogado de defesa. Feita a defesa, o tempo passou.

[181] Maxwell, Kenneth - "*A Devassa da Devassa*" - Paz e Terra

Capítulo 33

O Final Combinado

Na noite de 17 de abril de 1792, debaixo de escolta militar e com a escolta de 11 frades comandados pelo frei José de Jesus Maria do Desterro, onze condenados foram trazidos à cadeia pública para aguardarem a sentença.

O Vice-Rei, às oito horas da manhã, do dia 18 de abril reuniu-se com a alçada, e numa reunião – uma farsa - que foi até às duas horas da madrugada do dia 19 de abril, preparam a sentença. A sentença foi lida, em duas horas, para os condenados, que a ouviram em silêncio.

Eis o trecho da sentença:

> *"Portanto condemnão ao réo Joaquim José da Silva Xavier, alferes que foi da tropa paga da capitania de Minas a que, com baraço e pregão, seja conduzido pelas ruas publicas ao logar da forca, e nella morra morte natural para sempre, e que depois de morto, lhe seja cortada a cabeça e levada a Villa Rica, aonde em logar mais publico della será pregada em um poste alto ate que o tempo a consumma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes pelo caminho de Minas, no sitio da Varginha e de Cebolas, aonde o réo teve suas infames praticas, e os mais nos sitios de maiores povoações, até que o tempo tambem os consumma; declarão o réo imfame, e seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens applicão para o fisco e*

> *camara real, e a casa em que vivia em Villa Rica será arrazada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e não sendo propria serà avaliada e paga a seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memoria a infamia deste abominavel réo."*

Quando terminou a leitura, alguns prisioneiros irromperam em lamúrias e, conseguiram falar uns com os outros, pela primeira vez desde que foram presos.

Estavam assustados e se recriminado da triste sorte, porém alguns estavam impassíveis e serenos. Entre eles o Dr. Álvares Maciel.

A ação dos confessores, fazendo lavagem cerebral religiosa nos condenados, onde homens rudes e acostumados ao cenário violento das minas, totalmente descaracterizados pelo sofrimento de três anos de prisão nas masmorras, aparecem com o mesmo discurso que Tiradentes mostrou na hora de sua morte, ou seja, falando em salvação, vida eterna, beijar algemas, agradecer as torturas, expiar pecados - os "*horrendos crimes"* cometidos, conforme Alvarenga - fica patente na cena final da leitura da sentença, narrada pelo frei Antônio do Couto:

> *"Alvarenga (...) rompeu em vozes e raciocínios tão extravagantes, que o religioso (...) o acordou repetidas vezes do transporte horroroso, a que se tinha entregado. Já incriminava a sua esposa (...) lamentava a orfandade de uma filha, (...) já se supunha diante do tribunal divino, protestando e*

asseverando que a mesma fé, que obrigava a acreditar haver em Deus justiça, ele gritava, que, se Deus era justo, não lhe perdoaria seus horrendos crimes; (...) o religioso animado contudo com o santo fogo da caridade, rebateu os ímpetos do astuto inimigo, (...) em lhe dizer e obrigar a acreditar, que Deus é justo para o condenar, previstas as suas culpas, não menos lhe manda crer, que é misericordioso para o salvar, mediante a sua contrição: ele veio ao mundo, não a destruir, sim a reparar, nem quer a morte do pecador, mas que se converta para lhe dar a vida eterna (...) Calou-se, pensou e lançou-se aos pés do religioso, que recebeu a sua sacramental confissão."

(...)

O mais patético dos atos desta cena representam Rezende, pai e filho. Era o pai sexagenário, em cujo peito tinha, esta sentença fatal, derramado um frio medo, que enregelando todo o sistema físico o tornara em estátua de pedra: apenas ouvida a sentença, pronunciou estas únicas e seguintes palavras dirigidas ao ministro: «Senhor eu tenho credores e muitas dívidas» e ficou mudo. (...) o filho abraçou-se com o pai e banhando-lhe as frias e encovadas faces nas suas ardentes lágrimas falou deste modo: «Meu querido pai, ah! Não desanimes, o que é o morrer ? Acabam-se as fadigas, os trabalhos os tormentos, que tanto consternam a todos durante a vida. (...) Querido pai, ah! soframos, soframos estes passageiros infortúnios em desconto de nossos ocultos crimes; beijemos estas algemas, cinjamos estas cadeias, elas nos podem aligeirar os passos no alcance de uma felicidade eterna, se as carregarmos em memória das

> *que carregou o nosso Redentor. Ah! meu amado pai, o que é a vida? Aspiremos a imortalidade». (...) Os soluços deram movimento a toda sua máquina, (...) apesar das grossas algemas, que lhes prendiam os pulsos, deram lugar para que os religiosos, que por sorte lhes tocarão, se valessem destas disposições para excitar-lhes uma verdadeira contrição.*
> *Não menos Maciel concorreu para esta cena ser toda patética. A um canto da sala dita conservava a serenidade de seu rosto, imóvel e tendo diante dos olhos o livro de suas devoções, apenas disse para o réu Francisco Antônio, que estava no meio da sala com a cabeça à banda e os olhos espantados, e como quem tinha verdadeira amizade: «Adora, amigo, a Providência e segue com fidelidade as suas últimas disposições a teu respeito: recorda-te, que principiaste a conhecer as tuas essenciais obrigações de homem e de cristão depois que foste separado do consórcio dos homens. Nem tu sabias persignar; agora já sabes de cor o ofício de Nossa Senhora; e se entregue aos rigores da justiça, principiastes a nascer para a graça, faze de tua morte, cominada pela justiça, mesmo um sacrifício de expiação». Saiu do pasmo o seu amigo e ele voltou-se para o seu confessor cheio daquela inexplicável paz, que derrama nas almas uma verdadeira contrição. "* [182]

Foi então que o Dr. Domingos Vidal de Barbosa, dando gargalhadas, garantiu que não morreria na forca. Foi cercado por todos e continuou afirmando, não morreria no cadafalso

---

[182] Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

em hipótese nenhuma. Todos acharam que ele tinha enlouquecido. Porém a história era outra. Ele e os demais que estavam calados, já tinham conhecimento do que aconteceria no outro dia.[183]

---

[183]**A incrível história inventada pelo Dr. Domingos Vidal para justificar porque teve um ataque de riso quando ouviu sua sentença de morte, contada pelo frei Antônio do Couto que presenciou a cena**: "*Com efeito Vidal de Barboza, graduado em Medicina, tanto que ouviu a sua sentença, em vez de abater o seu espírito, disparou a rir dizendo: «Ora assim eu sou tolo, que morra enforcado!» Pôs com espanto a todos, este dito; e até os mesmos co-réus supuseram-no alienado de seu juízo: mas ele, dando provas que está em seus cinco sentidos, prosseguia no seu dito. (...) Já os mesmos seus companheiros entregues nas mãos de seus confessores e fazendo de sua morte, sacrifício de expiação, se escandalizavam de seu desfecho e arguiam de ímpio, que abraça a morte como correio de sua última tranquilidade. Ao que respondia: «Não sei do que lhes serve serem racionais: todo o homem que pensa como eu penso, não morrerá por certo enforcado». Muito mais entrou a banhar-se de alegria, quando o Desembargador apareceu com a resposta aos primeiros embargos, o qual excetuava o direito de vida para alguns, se bem se retificava a mesma sentença, não admitidos os embargos; pois que vai disse: «Morrerei enforcado, quando me julgo o menos culpado?» Finalmente lido o perdão, manifestou então os princípios em que fundava a sua alegria relutada louca, ímpia ou de teatro. A prisão em que estive, (disse) ficava debaixo do vão da escada que sobe para as salas do palácio do governador da fortaleza da Ilha das Cobras; pude escavar um pouco a parede, que ficava do lado da escada principal e acertei fazer justamente pegado a um dos degraus um pequenino buraco; por ele via quem subia e aplicando o ouvido certo dia, ó que dia! ouvi dizer ao juiz da Alçada ao governador: «Que decisão! A efusão de sangue não será muita, apenas um ou dois outros morrerão enforcados». Então havia eu querer morrer enforcado, quando era dos menos culpados? Viva! viva a nossa soberana!*" Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

No dia 20 de abril de 1792. O próprio juiz da alçada, Dr. Vasconcelos, numa orquestração patética, então apresenta ao tribunal a carta régia de D. Maria I, datada de 18 meses atrás. Lógico que não tornou pública a data em que tinha sido escrita.

Pelo teor, todos notaram imediatamente que tinha sido elaborada **com o prévio conhecimento dos delitos e dos autores**. A leitura da sentença do dia anterior foi somente uma cortina de fumaça para se dar seriedade a um julgamento com uma aparência de justiça, quando, na verdade o destino de todos tinha sido traçado em 15 de outubro de 1790 pelo governo português.

Carta da "Rainha"[184] para o juiz da alçada:

> *— Sebastião Xavier de Vasconcellos Coutinho, do meu conselho, da minha real fazenda, e chanceler nomeado da relação do Rio de Janeiro. — Eu, a rainha, vos envio muito saudar. Tendo-vos determinado pela carta régia de Julho do presente ano a que deveis praticar na comissão de que vos tenho incumbido, assim com os réus eclesiásticos como com os seculares compreendidos no crime de que trata a mesma carta, por esta vos ordeno as alterações seguintes:*
>
> *Quanto aos réus eclesiásticos que sejam remetidos para esta corte debaixo de segura prisão, com a*

[184] Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

sentença contra eles proferidas para a vista dela, eu determinar o que melhor me parecer; quanto aos outros réus, e entre eles os reputados por chefes da conjuração, havendo algum ou alguns que não só concorressem com os mais chefes nas assembleias e conventículos, convindo de comum acordo nos pérfidos ajustes que ali se trataram, mas que além disto, com discursos, práticas e declamações sediciosas, assim em público como em particular, procurassem em diferentes partes, fora das ditas assembleias, introduzir no ânimo de quem os ouvia, o veneno da sua perfídia, e dispor e induzir os povos, por estes e outros criminosos meios, a se apartarem da fidelidade de que me devem; não sendo esta qualidade de réu ou de réus, pela atrocidade e escandalosa publicidade de seu crime, de tais e tão agravantes circunstâncias, digno de alguma comiseração, ordeno que a sentença, que contra ele ou contra eles proferida, segundo a disposição das leis se dê logo a sua devida execução.

Quanto, porém, aos outros réus, também chefes da mesma conjuração, que não se acharem em iguais circunstâncias, querendo usar com eles da minha real clemência e benignidade, ordeno, pelo que respeita tão somente a pena capital que tiverem incorrido, que esta lhes seja comutada na imediata de degredo por toda a vida para os presídios de Angola e Benguela, com pena de morte se voltarem para os domínios da América.

> *Quanto aos mais réus, que, nem foram chefes da referida conjuração, nem entraram ou consentiram nela, nem se acharam nas assembleias ou conventículos dos referidos conjurados, mas que tendo tão somente notícia ou conhecimento da mesma conjuração, não a declararam nem denunciaram em tempo competente; hei por bem perdoar-lhes igualmente a pena capital em que tiverem incorrido e que esta se lhes comute na do degredo para os outros domínios da África, compreendidos os de Moçambique e rio de Sena, pelos anos que parecerem conveniente, debaixo da mesma pena do morte se em tempo algum voltarem aos domínios da América, o que assim executareis, ficando tudo o mais na sobredita carta régia de 16 de Julho em seu inteiro vigor. Escrita em o palácio de Queluz, em 15 de Outubro de 1790. — RAINHA*

Note que a carta, escrita em 15 de outubro de 1790, veio no bolso do juiz Vasconcelos, quando aportou no Brasil, em 2 de dezembro de 1790. O seu autor é o ministro D. Martinho, pois D. Maria, como vimos anteriormente, nessa época já estava demente e não mais tinha consciência do que se passava ao seu redor. Veja que D. Martinho, como padre, livra os padres dos rigores da Alçada secular.

A farsa do julgamento salta à vista. Basta cotejar as datas. Tiradentes passou pelo primeiro interrogatório em 22 de maio. O segundo em 27 de maio e o terceiro em 30 de maio de 1789.

Nesses três primeiros interrogatórios, o alferes negou tudo e se manteve firme na negação. Nada sabia, nada acontecia e

nada havia feito. Então, se decide cozinhá-lo em banho maria, dando-lhe um castigo terrível: uma solitária pavorosa num calabouço, acorrentado, sem poder sair, sem ver o sol, sem conversar com ninguém. Ficou preso, acorrentado, incomunicável por quase 8 meses.

Enquanto isso, nos gabinetes dos advogados dos ricos conjurados se fechava um acordo para se conceder o perdão real aos seus clientes, deixando-se a punição para o pato alferes. Tudo acertado com os ministros, é necessário apenas que os frades convençam o desditado a confessar de forma premeditada.

A técnica funcionou. Alquebrado, esquelético, desnutrido, piolhento, passando privações físicas e psicológicas, totalmente dominado pelos frades confessores, em 18 de janeiro de 1790, no quarto interrogatório, confessa tudo, da maneira que os frades o convenceram a contar. O quinto ocorreu em 4 de fevereiro de 1790, no qual ele continuou a confissão.

Veja a data. Fevereiro de 1790. Já se tem a confissão nos termos adequados e combinados. O próximo passo, conforme a farsa estabelecida, é D. Martinho escrever a carta perdão da “rainha”. As tratativas demoram e a carta somente é escrita em outubro de 1790.

Parece piada de português, mas não é. Nessa carta se infere os termos de uma sentença, que ainda não existia, pois somente foi lavrada em 18 de abril de 1792.

Como é que em outubro de 1790, ou seja, quase dois anos antes, já se sabia que na sentença existiriam quatro grupos de sentenciados? Que os réus eclesiásticos tinham sido condenados? Que um grupo sofrera um tipo de pena, que seria mantida; outro grupo sofrera pena de morte, que seria comutada em degredo; e outro grupo, também com pena de morte, que seria igualmente degredado? Que se soubesse dos crimes que cada grupo cometeu?

A explicação é simples: a carta somente apareceu no dia 20 de abril de 1792, ou seja, dois dias depois da sentença. Assim, para o público, é lógico que, tendo sido escrita depois dela, que seu teor se referisse ao que a sentença proclamara.

Novamente, por quase um ano e cinco meses, Tiradentes é esquecido na prisão, acorrentado e sofrendo intensa lavagem cerebral dos frades, os únicos que podem visitá-lo.

O sexto interrogatório somente aconteceu a 14 de abril de 1791! Quase um ano e cinco meses depois. Mas agora, tais interrogatórios são apenas peças para dar maior credibilidade à farsa montada e para se incriminar mais alguns conjurados.

Nessa data, na verdade, Tiradentes já é homem morto. O plano funcionara maravilhosamente. Mais uma vez, como sempre aconteceu em Minas, o indivíduo desprovido e desvalido é condenado à morte, enquanto os magnatas e padres se safam.

Assim, no dia 20 de abril de 1792, cumprindo-se a ordem "da rainha", anulam-se partes da sentença do dia 18 e um substitutivo é elaborado. Por ele, Tiradentes continua

condenado a morte, pois foi o único considerado pelo tribunal como líder do movimento.

Os outros condenados à morte, ficam agora condenados ao degredo perpétuo, com exceção de José de Resende Costa pai e filho, e Domingos Vidal de Barbosa, cujo degredo perpétuo ficou comutado a dez anos. No restante fica valendo tudo o que foi determinado na sentença do dia 18.

No outro dia, 21 de abril de 1792, cumpriu-se a determinação e Tiradentes foi enforcado, decapitado e esquartejado. Norberto narra:

> *"Algemado, tendo entre as mãos a imagem do Cristo, marchava o padecente, sem afastar os olhos do crucifixo, a exceção de duas vezes que os pôs no céu.*
>
> *Escreveu uma das testemunhas oculares: "Causou admiração a sua constância, e muito mais a viva devoção que tinha aos grandes mistérios da Trindade e da Encarnação (...) O valor, a intrepidez e a pressa com que caminhava, os solilóquios que fazia com o crucifixo que levava nas mãos encheram de extrema consolação os que lhe assistiam (...)*
>
> *Quando se tratava com ele de oferecer a morte como sacrifício a Deus, apressava-se e era necessário detê-lo; quando se lhe dizia que aquele era o tempo precioso e necessário para amar a Deus, detinha-se: e nisso se empregava.*

Confessando o inefável mistério da Trindade, transportava-se, e aproximando-se à forca, pediu que só nisso lhe falassem. (...) Sem levantar os olhos, que tinha pregados na imagem do divino mártir, sem estremecimento algum que lhe traísse a coragem, deu lugar ao algoz para o fatal preparo, pedindo unicamente por todo o favor que abreviassem a execução, no que ainda insistiu por duas vezes.

Era essa a última graça que solicitava, e nem assim lhe foi concedida. Subindo alguns dos degraus do patíbulo improvisou frei José de Jesus Maria do Desterro, guardião do convento de Santo Antônio, um sermão, prolongando assim, em nome da religião, as angústias do triste padecente.

Rezou depois o mesmo religioso o credo dos apóstolos. No meio do mais sepulcral silêncio ouvia-se a voz do Tiradentes, que já vinha da eternidade, repetindo uma por uma as palavras da oração. Descia o frade os degraus à proporção que ia terminando, até que sumiu-se a sua voz. Então impeliu o algoz a sua vítima que caiu despenhando-se no espaço (...).

Morrera o Tiradentes, não como um grande patriota, com os olhos cravados no povo, tendo nos lábios os sagrados nomes da pátria e da liberdade, e na alma o orgulho com que o homem político encara a morte como um triunfo, convertendo a ignomínia em apoteose, mas como um cristão, preparado há muito pelos sacerdotes com a coragem do contrito, e a convicção de ter ofendido os direitos da realeza, e

quando muito consolado com a esperança da salvação eterna.

Não terminou este espetáculo, sempre bárbaro, sempre indigno de uma nação e sempre aviltante para a humanidade, sem que frei Raimundo de Penaforte, subisse alguns degraus do patíbulo para pregar à multidão. Escolheu para tema de seu sermão as palavras do Eclesiástico: "Nem por pensamento traias o teu rei, por que as mesmas aves levarão a tua voz, e manifestarão o teu juízo." Finda a prática religiosa, começou a dispersar-se o povo (...)[185]

[185] Silva, J N Sousa - "*História da Conjuração Mineira*" - Imprensa Nacional - Rio de Janeiro-1948

Capítulo 34

Epílogo

O esquartejamento de Tiradentes foi feito decapitando-o e separando seus braços e pernas do tronco, o qual foi enterrado como indigente no Rio de Janeiro. Essa operação foi realizada às portas fechadas e sem a presença de público.

As autoridades acharam por bem, como forma de advertência à população, colocar os braços e pernas em trechos do caminho novo, em locais onde ele era bem conhecido.

A cabeça foi para o centro de Vila Rica (atual Ouro Preto) e os braços e pernas foram colocados em:

- sítio de Cebolas (atual Inconfidência, Paraíba do Sul);
- arraial da Igreja Nova, na atual Barbacena;
- estalagem da Varginha, na atual Conselheiro Lafaiete;
- sítio das Bandeiras, na atual Ouro Preto.

A cabeça ficou somente um dia no poste tendo desaparecido na noite do primeiro dia. Nunca se soube o que foi feito dela e quem a retirou.

O final dos conjurados foi diverso do que a sentença proclamara. Alvarenga, alegre com a comutação da sua sentença, leviano, falava para quem quisesse ouvir que, além de escapar do patíbulo, ter a localidade de *Dande* para lugar de seu desterro, fora resultado da amizade de alguns ministros

da alçada, seus contemporâneos na universidade de Coimbra, e que Dande, por ser porto aberto aos navios de todas as nações, era um local do qual se podia evadir facilmente. Outra prova da corrupção e facciosidade do tribunal da devassa.

Assim que os juízes da alçada souberam disso, em 2 de maio de 1792, trataram de anular sua transferência para tal local, designando-lhe *Ambaca* para exílio.

Com muito "jeitinho" se conseguiu depois que várias penas perpétuas fossem reduzidas: o degredo perpétuo de Gonzaga a dez anos, para a praça de Moçambique; de Vicente Vieira da Mota, a dez para o Rio de Sena; de José Aires a oito para Inhambane; de João da Costa Rodrigues a dez para Mossovil; de Antônio de Oliveira Lopez a dez para Macua; de Vitoriano Gonçalves Veloso a dez para a Cabeceira Grande; de Fernando José Ribeiro a dez para Benguela. Mudaram o lugar do desterro de João Dias da Mota para Cacheu, ficando em tudo o mais o acórdão em seu inteiro vigor.

Os eclesiásticos, que haviam sido recolhidos à fortaleza de S. José da Ilha das Cobras, foram sentenciados secretamente. Remetidos em 24 de junho de 1792 para Lisboa, foram encarcerados na fortaleza de S. Julião da Barra, onde ficaram quatro anos.

Em 1796 faleceu na prisão o padre José Lopes de Oliveira. O poderoso ministro D. Martinho, que também era padre, resolveu não sacrificar mais seus colegas e mandou removê-los para diferentes conventos.

Padres Condenados:

Nome	Pena	Partiu do Brasil	Faleceu
Jose Lopes de Oliveira	secreta	24/06/1792	1796
Carlos Correia de Toledo	secreta	24/06/1792	1804
Luis Vieira da Silva	secreta	24/06/1792	1809
José da Silva Oliveira Rolim	secreta	24/06/1792	1835
Manuel Rodrigues da Costa	secreta	24/06/1792	1844

O padre Manuel Rodrigues da Costa conseguiu obter a sua soltura no fim de dez anos; e pouco depois por intervenção do embaixador francês, saía o padre José da Silva de Oliveira Rolim; até que finalmente obtiveram também a sua liberdade o vigário Carlos Correia de Toledo e o cônego Luís Vieira.

O padre Carlos Correia de Toledo faleceu em 1804, quando se preparava para voltar ao Brasil. Voltaram ao Brasil os padres José da Silva Oliveira Rolim, Luis Vieira da Silva e Manuel Rodrigues da Costa, que viveram aqui muito confortavelmente até o dia da morte.

Deve-se ter em mente que os condenados ao degredo saíram do Brasil em péssimas condições e saúde, devido aos 3 anos de cárcere, nas piores condições possíveis e foram para a África em locais que as condições de saúde nas cidades eram iguais ou piores que as do cárcere no Brasil. Lá, a malária, febres e outras doenças dizimavam os europeus e jogar os condenados em tais lugares foi apenas uma adiamento da pena de morte, pois a maioria morreu sem completar 10 anos de pena (dos 18 degredados, a metade morreu dentro de 6 anos; dois, dentro de 8 anos; um, dentro de 10 anos; um,

dentro de 13 anos; um, dentro de 17 anos e um, dentro de 18 anos)
Locais de Degredo:

Nome	Local	País
José Resende Costa, pai	Bissau	Guiné
Jose Resende Costa, filho	Praia(Ilha Santiago)	Cabo Verde
Domingos Vidal Barbosa	Praia(Ilha Santiago)	Cabo Verde
João Dias da Motta	Cacheu	Guiné
Ignácio José Alvarenga Peixoto	Embaca	Angola
Jose Alvares Maciel	Massangano	Angola
Luis Vaz de Toledo Piza	Cambambé	Angola
Francisco Antônio de Oliveira Lopes	Bié	Angola
Francisco de Paula freire de Andrade	Encoxe	Angola
Domingos de Abreu Vieira	Muximba	Angola
Fernando Jose Ribeiro	Benquela	Angola
Thomaz Antônio Gonzaga	Moçambique (ilha)	Moçambique
José Ayres Gomes	Inhambane	Moçambique
Vitoriano Gonçalves Vellozo	Cab. Angove	Moçambique
Vicente Vieira da Mota	Vila de Senna	Moçambique
João da Costa Rodrigues	Inhambane	Moçambique
Salvador de Carvalho Amaral Gurgel	Inhambane	Moçambique
Antônio de Oliveira Lopes	Porto Belo	Moçambique

A data da morte de Vitoriano Gonçalves Vellozo é desconhecida; e sobre Fernando José Ribeiro, sabe-se que foi condenado para Benguela, deveria partir em 25 de junho de 1792 na Corveta “Nossa Senhora da Conceição de Santa Rita”, mas não embarcou por falta de espaço. Nada mais se sabe dele.

Da mesma forma, José Martins, que foi condenado às galés, servindo no Rio de Janeiro esquálido, desnutrido, acabado pelos três anos de encarceramento nas piores condições

possíveis, foi enviado em 16 de maio de 1792, depois de ser açoitado, para cumprir a pena e nunca mais se ouviu falar dele.

Destino dos outros condenados a degredo:

Nome	Pena	Partiu do Brasil	Faleceu
Ignácio José Alvarenga Peixoto	Perpétua	05/05/1792	jan/1793
Domingos Vidal Barbosa	10 anos	24/06/1792	Set/1793
João Dias da Motta	10 anos	24/06/1792	Out/1793
Domingos de Abreu Vieira	Perpétua	25/06/1792	1794
Antônio de Oliveira Lopes	10 anos	22/05/1792	1794
Luis Vaz de Toledo Piza	Perpétua	05/05/1792	1795
José Ayres Gomes	8 anos	22/05/1792	1795
José Resende Costa, pai	10 anos	24/06/1792	1798
Vicente Vieira da Mota	10 anos	22/05/1792	1798
Francisco Antônio de Oliveira Lopes	Perpétua	05/05/1792	1800
João da Costa Rodrigues	10 anos	22/05/1792	1800
Jose Alvares Maciel	Perpétua	05/05/1792	1802
Salvador de Carvalho Amaral Gurgel	10 anos	22/05/1792	1805
Francisco de Paula freire de Andrade	Perpétua	25/06/1792	1809
Thomaz Antônio Gonzaga	10 anos	22/05/1792	1810
Jose Resende Costa, Filho	10 anos	24/06/1792	1841
Vitoriano Gonçalves Vellozo	10anos	22/05/1792	?
Fernando Jose Ribeiro	10 anos	?	?

Condenado às Galés:

Nome	Pena	Iniciou	Faleceu
Jose Martins	10 anos	16/05/1792	?

José Alvares Maciel chegou a Luanda em 20 de junho de 1792 e foi internado na enfermaria da Forte de São Francisco do Penedo com pneumonia e escorbuto. Recuperado, de lá

seguiu viagem para a Fortaleza de Massangano, de onde foi solto para lutar pela sobrevivência.

Tornou-se representante comercial dos negociantes de Luanda na área de Calumbo. Em 1799 o Governador o encarregou da missão de verificar a existência de riquezas minerais pelos sertões de Angola. Na Província de Itamba no lugar denominado Trombeta, jurisdição de Golungo, no sítio de Cathari, montou uma pequena siderurgia que produzia alguns ferros com improvisação e auxílio de cento e trinta quatro negros.

O coronel Francisco de Paula Freire de Andrada, cunhado de Maciel e seu sócio na fundição de ferro morreu 17 anos depois do degredo em São Paulo em Luanda.

Em 1805 faleceu Amaral Gurgel um dos poucos exilados bem sucedidos no exílio. Foi degredado para Moçambique, para onde seguiu com Tomás Antônio Gonzaga e José Aires Gomes, sendo aproveitado como ajudante do Cirurgião-Mor do Regimento de Infantaria, tendo se transferido, em novembro de 1793, juntamente com Aires Gomes, para Inhambane, onde se casou, teve 5 filhos, foi Vereador de 1794 até 1802, Presidente da Câmara em 1803, Almotacé (fiscal de pesos e medidas) em 1804. Retornou para Moçambique em 1807, sendo nomeado Cirurgião-Mor do Regimento de Infantaria. Em 1810 requereu licença para voltar ao Rio de Janeiro, a qual foi negada.

Porém, o conjurado que mais sucesso fez no exílio foi o desembargador Tomás Antônio Gonzaga. Exilado na ilha de Moçambique, lá casou-se rapidamente com Juliana de Souza Mascarenhas, herdeira de um rico traficante de escravos de

Moçambique. Gonzaga aliou-se ao sogro administrou alguns setores de seu negócio e reiniciou a carreira de magistrado. Morreu aos 66 anos em fevereiro de 1810.

José Rezende Costa (filho) foi o conjurado que mais viveu depois da condenação. Conseguiu regressar ao Brasil em 1809, depois de cumprir sua pena de dez anos. Na regência de D. João VI obteve o emprego na administração pública de Minas e começou a participar novamente da política local. Em 1823, eleito para a bancada mineira que participou da Assembleia Constituinte e frequentou novamente o prédio em que esteve preso. Muito influente e respeitado Resende Costa (filho) morreu no Rio de Janeiro em 1841.

Aqui termina o drama dos pseudo-inconfidentes, pois não houve inconfidência, ou seja, crime de infidelidade ao Rei. Igualmente não houve "nativismo", sentimento de independência, e nada parecido com isso. O que existe hoje somente são mentiras divulgadas para engabelar o povo ignorante.

Todo esse sofrimento seria evitado se a alferes tresloucado não fosse um paspalhão tão inconsequente divulgando a torto e a direito uma montanha de mentiras sobre uma revolta que não poderia acontecer.

Tudo seria de outra forma se não tivesse chegado aos ouvidos do Governador, o Visconde de Barbacena, que o próprio alferes teria a missão de lhe cortar a cabeça, gerando nele uma vontade de vingança incontrolável; nada teria ocorrido se o Visconde Barbacena, por conta desse ódio, não tivesse convencido o Vice-Rei, D. Luis de Vasconcelos, de que haveria uma grande revolta e este, fazendo papel de tolo se preparou para tal, descobrindo depois que tudo era conversa fiada. Para não ser objeto de galhofa e ridículo, deu carta branca ao Visconde de Barbacena para prosseguir na devassa, longe do Rio, em Minas.

Vimos aqui como o pobre povo é tão enganado e vilipendiado, como Portugal deixou de escapar a chance de ser uma grande nação, como o Brasil colônia foi povoado pelo pior tipo de gente possível, como a Inquisição promoveu a maior hecatombe cultural e econômica nos dois países, reforçando a ideia do absolutismo de reis, que em Portugal, em casamentos consanguíneos sucessivos, produziu verdadeiros abobalhados congênitos.

E fica advertência para o povo brasileiro sobre a qualidade dos heróis desta terra. O panteão de heróis brasileiros é vergonhoso e humilhante por ter ali reverenciada a memória de pessoas como, dentre outras, Tiradentes, D. Pedro I e Santos Dumont, heróis artificialmente fabricados, cuja vida real foi EXATAMENTE o contrário da uma vida heroica.

Por conta disso tudo, conseguimos entender claramente os motivos que levaram frei Raymundo de Penaforte, a escrever no final de sua narração da execução de Tiradentes, o seguinte trecho:

"Dos castigos, que acabo de ver, aprendi certamente a aborrecer a culpa, e em particular a sedição e a perfídia. Lembrando-me da afrontosa morte do réu justiçado, vendo a dos outros, comutada em terríveis degredos, para onde se vão remetendo, encho-me de horror à vista de seus delitos.

Mas nunca podendo constranger-me a desejar precisamente a morte de tantos infelizes, eu estava nas mais excelentes disposições do avaliar, e de saber estimar toda a grandeza de um perdão, que nem por isso o esperava nas circunstâncias do caso. Quem diria, que já o tinha prevenido a NOSSA AUGUSTÍSSIMA SOBERANA? Quem me dera a incomparável honra de poder, ao menos nesta ocasião, chamar-lhe — MINHA !

Mas seja este o desafogo de um vassalo, que está falando só com seu coração, o que de repente se considera levantando a voz no meio de todas as nações estranhas: VIVA A MINHA CLEMENTÍSSIMA, VIVA A MINHA PIEDOSÍSSIMA SOBERANA."

APÊNDICE

1 - Extrato da sentença no Processo dos Távoras[186]

"(...) O que tudo visto, e o mais dos autos com a rezolução, que o dito Senhor foi servido tomar em consulta desta Junta, ampliando a Jurisdição, e Alçada della, para que possa extender as penas merecidas por estes infames, e sacrílegos Reeos, em forma que possão ter a possível proporsão com as suas exacrandas, e escandalosíssimas culpas: Condemnão ao Reo Jose Mascarenhas, que já se acha desnaturalizado, (...) a que com baraço, e pregão, como hum dos trez cabeças, ou chefes principais desta infame conjuração, e do abominável insulto, que della se seguio, seja levado á Praça do Cais do lugar de Belém, e que nella em hum cadafalço alto, que será levantado de sorte, que o seu castigo seja visto de todo o Povo, a quem tanto tem offendido o escândalo do seu horrorozissimo delicto, depois de ser rompido vivo, quebrando-se-lhe as oito canas das pernas, e dos braços seja exposto em huma roda para satisfação dos prezentes, e futuros Vassallos deste Reino: E a que depois de feita esta execução seja queimado vivo o mesmo Reo com o dito cadafalço, em que for justiçado athé que tudo pelo fogo seja reduzido a cinza, e pó, que serão lansados no mar, para que delle, e de sua memoria não haja mais noticia (...)Nas mesmas penas condemnão ao Reo Francisco de Assiz de Távora também cabeça da mesma conjuração persuadido pela Ré sua mulher (...)Aos dous ferozes monstros António Alvares Ferreira, e Jozé Policarpio de Azevedo, que dispararão os sacrílegos tiros, de que a Suprema Magestade de El Rey Nosso Senhor recebeo a offensa; condemnão a que com baraço, e pregão séjão levados a mesma Praça, e que sendo nella levantados em dois postos altos, se lhes ponha fogo que vivos os consuma athé se

[186] Azevedo, Pedro - "*O Processo dos Távoras*" - Tipographia da Biblioteca Nacional - Lisboa - 1921

reduzirem seus corpos a cinza, e a pó, que serão lansados no mar na sobredita forma (...)Aos Reos Luiz Bernardo de Távora, Dom Jerónimo de Atayde, Jozé Maria de Távora, Braz Joze Romeiro, João Miguel, e Manoel Alvares, condemnão a que com baraço e pregão sejão levados ao cadafalso, que for erigido para estas execuçoens no qual depois de haverem sido estrangulados, e de se lhe haverem successivamente rompido as canas dos braços, e das pernas, serão também rodados, e os seus corpos feitos por fogo em pó, e lansados ao mar na sobredita forma(...)E os condemnão outro sim (...) de lhe serem demolidas, arrazadas, e salgadas as cazas das suas habitaçoens, sendo próprias, e de se derribarem, e picarem todas as Armas, e Escudos daquelles, que os houverem tido athé agora.(...) E á Ré Dona Leonor de Távora, mulher do Reo Francisco de Assiz de Távora, por algumas justas consideraçoens (relevando-a das maiores penas, que por suas culpas merecia) a condemnão somente, a que com baraço, e pregão seja levada ao mesmo cadafalço, e que nelle morra morte natural para sempre, sendo-lhe separada a cabeça do corpo, o qual depois será feito pelo fogo em pó, e lançado no mar também na sobredita forma (...) Palácio de Nossa Senhora da Ajuda em Junta de doze de Janeiro de mil e setecentos sincoenta e nove = Com trez rubricas Cordeiro Pacheco Bacalháo = Lima = Souto = Oliveira Machado Fui prezente = Com huma rubrica do Procurador da Coroa"

---

2 - Extrato da Sentença dos Inconfidentes:[187]

"(...) Portanto condenam ao Réu Joaquim José da Silva Xavier por alcunha o Tiradentes, Alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas, a que, com baraço e pregão, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca e nella morra morte natural para sempre, e que, depois de morto, lhe seja cortada a cabeça e levada a Villa Rica aonde, em lugar mais público della, será pregada em um poste alto até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes pelo caminho de Minas, no sítio da Varginha e das Sebolas aonde o Réu teve as suas infames práticas e os mais nos sítios de maiores povoações, até que o tempo também os consuma;

declaram o Réu infame, e seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens applicam para o Fisco e Câmara Real, e a casa em que vivia em Villa Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique e não sendo própria será avaliada e paga a seu dono pelos bens confiscados e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável Réu;

igualmente condemnam os Réus Francisco de Paula Freire de Andrade, Tenente Coronel que foi da Tropa paga da Capitania de Minas, José Alves Maciel, Ignácio José de Alvarenga, Domingos de Abreu Vieira, Francisco Antonio de Oliveira Lopez, Luiz Vás de Toledo Piza, a que, com baraço e pregão, sejam conduzidos pelas ruas públicas ao lugar da forca e nella morram morte natural para sempre, e depois de mortos lhe serão cortadas as suas cabeças e pregadas em postes altos até que o tempo as consuma; as dos Réus Francisco de Paula Freire de Andrade, José Alves Maciel e Domingos de Abreu Vieira nos lugares de fronte das suas habitações que tinham em Villa Rica, e a do Réu Ignácio José de Alvarenga, no lugar mais público na Villa de São João de El-Rey, a do Réu Luiz Vaz de Toledo Piza na Villa de São José, e do Réu Francisco Antonio de Oliveira Lopes defronte do lugar de sua habitação na porta do Morro;

---

[187] Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

declaram estes Réus infames e seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens por confiscados para o Fisco e Câmara Real, e que suas casas em que vivia o Réu Francisco de Paula em Villa Rica, aonde se ajuntavam os Réus chefes da conjuração para terem os seus infames conventículos, serão também arrasadas e salgadas, sendo próprias do Réu, para que nunca mais no chão se edifique.
Igualmente condemnam os Réus Salvador Carvalho de Amaral Gurgel, José de Resende Costa Pae, José de Resende Costa Filho, Domingos Vidal Barbosa, que, com baraço e pregão, sejam conduzidos pelas ruas públicas, lugar da forca e nella morram morte natural para sempre;

declaram estes Réus infames e seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens confiscados para o Fisco e Câmara Real, e para que estas execuções possam fazer-se mais comodamente, mandam que no campo de São Domingos se levante uma forca mais alta do ordinário.

Ao Réu Cláudio Manoel da Costa, que se matou no cárcere, declaram infame a sua memória e infames seus filhos e netos, tendo-os, e os seus bens por confiscados para o Fisco e Câmara Real.

Aos Réus Thomás Antonio Gonzaga, Vicente Vieira da Mota, José Aires Gomes, João da Costa Rodrigues, Antonio de Oliveira Lopes condemnam em degredo por toda a vida para os presídios de Angola, o Réu Gonzaga para as Pedras, o Réu Vicente Vieira para Angocha, o Réu José Aires para Embaqua, o Réu João da Costa Rodrigues para o Novo Redondo; o Réu Antonio de Oliveira Lopes para Caconda, e se voltarem ao Brasil, se executará nelles a pena de morte natural na forca; e applicam a metade dos bens de todos estes Réus para o Fisco e Câmara Real.
Ao Réu João Dias da Mota condemnam em dez anos de degredo para Benguela, e, se voltar a este Estado do Brasil e nelle for achado, morrerá morte natural na forca; e applicam a terça parte dos seus bens para o Fisco e Câmara real.

Ao Réu Victoriano Gonçalves Veloso condemnam em açoutes pelas ruas públicas, três voltas ao redor da forca e degredo por toda a vida para a cidade de Angola, se voltar a este Estado do Brasil e nelle for achado,

morrerá morte natural na forca para sempre, e applicam a metade de seus bens para o Fisco e Câmara Real.

Ao Réu Francisco José de Mello que faleceu no cárcere declaram sem culpa, e que se conserve a sua memória, segundo o estado que tinha.

Aos Réus Manoel da Costa Capanema e Faustino Soares de Araújo, absolvem, julgando, pelo tempo que tem tido de prisão, purgados de qualquer presumpção que contra elles podia resultar nas devassas.

Igualmente absolvem aos Réus João Francisco das Chagas e Alexandre, escravo do Padre José da Silva de Oliveira Rolim, a Manoel José de Miranda e Domingos Fernandes por se não provar contra elles o que basta para se lhe impor pena;

ao réu Manoel Joaquim de Sá Pinto do Rego Fortes fallecido no cárcere declaram sem culpa e que conserve a sua memória segundo o estado que tinha;

aos Réus Fernando José Ribeiro, José Martins Borges condemnam, ao primeiro, em degredo por toda a vida para Benguela e em duzentos mil para as despesas da Relação, e ao Réu José Martins Borges em açoutes pelas ruas públicas e dez annos de galés.

E paguem os Réus as custas.
Rio de Janeiro, 18 de Abril de 1792.
(assinam a sentença os juizes:)
- *Sebastião Xavier de Vasconcellos Coutinho (Chanceler da Rainha);*
- *Antônio Gomes Ribeiro*
- *Antônio Diniz da Cruz e Silva*
- *José Antônio da Veiga*
- *João de Figueiredo*
- *João Manoel Guerreiro de Amorim Pereira*
- *Antônio Rodrigues Gayoso*
- *Tristão José Monteiro"*

3 - Quadros de Equivalências Moedas
Meados do Século XVIII

Moeda	Quant.	Ouro (g)
Ouro (arroba)	1,00	14.687,00
Ouro (oitava)	1,00	3,586
Ouro (g)	1,00	1,00
Libra	1,00	8,03
Escudo	1,00	1,63
Cruzado	1,00	0,96
Réis	1,00	0,0024
Ducado	1,00	0,0045
Florim	1,00	1,18
Soldo	1,00	4,50
Marco ouro	1,00	229,48
Conto	1,00	2.390,46

Massa

Nome	Gramas
Tonelada	793077,4
Quintal	58746,5
Quintalejo	29373,2
Arroba	14686,6
Arratel/Libra	458,9568
Marco	229,4784
Onça	28,6848
Oitava	3,5856
Escrópulo	1,1952
Quilate	0,19920
Vintém de Ouro	0,11205
Grão	0,0498

4 - Quadros de Governadores

Capitania do Rio de Janeiro

Governante	Data da posse
Antônio Pais de Sande	25/03/1693
Sebastião de Castro Caldas	19/04/1695
Artur de Sá e Meneses	02/04/1697
Álvaro da Silveira e Albuquerque	15/07/1702
Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro	01/08/1705
Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho	11/06/1709

Capitania de São Paulo e Minas do Ouro

Governante	Data da posse
Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho	18/06/1710
Brás Baltasar da Silveira	31/08/1713
Pedro Miguel de Almeida Portugal, Conde de Assumar	04/09/1717

Capitania de Minas Gerais

Governante	Início	Fim
Lourenço de Almeida	1721	1732
André de Melo e Castro, Conde de Galveias	1732	1735
Gomes Freire de Andrade, 1.º Conde de Bobadela	1735	1736
Martinho de Mendonça de Pina e Proença	1736	1737
Gomes Freire de Andrade, 1.º Conde de Bobadela	1737	1752
José António Freire de Andrade, 2.º Conde de Bobadela	1752	1758
Gomes Freire de Andrade, 1.º Conde de Bobadela	1759	1763
Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha (interino)	1763	1763
Luís Diogo Lobo da Silva	1763	1768
José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches, Conde de Valadares	1768	1773
Antônio Carlos Furtado de Mendonça	1773	1775
Pedro Antônio da Gama Freitas (interino)	1775	1775
António de Noronha	1775	1780
Rodrigo José de Meneses e Castro	1780	1783
Luís da Cunha Meneses	1783	1788
Luís António Furtado de Castro do Rio de Mendonça e Faro, Visconde de Barbacena	1788	1797

5 - Os Interrogatórios de Tiradentes[188]

Aqui estão três primeiros interrogatórios onde Tiradentes, ainda com esperança de ser solto por influência dos magnatas conjurados, negou tudo. Assis Cintra acredita que Tiradentes deveria ter procedido com dignidade e altivez e não como fez, humilhando-se diante dos inquisidores usado expressões que denotam covardia e fraqueza de caráter, tais como "*somente um bêbado ou louco para fazer tais coisas*" ou "*sou um simples alferes, sem títulos, sem valimentos, sem riqueza, totalmente sem condições para poder persuadir tão grande quantidade de pessoas a fazer semelhante asneira.*" Ou seja, diferentemente de Felipe de Souza, que procedeu com honra assumindo seus atos e ideias, Tiradentes se mostrou decepcionante como herói.

"Esse primeiro encontro de Tiradentes com os representantes da justiça portuguesa merece uma séria e demorada meditação. Não se faz a História com afirmações singulares ou simpatias alvissareiras." *(Assis Cintra)*

Primeiro Interrogatório - 22/05/1789

"*Ano do Nascimento de Nosso senhor Jesus Cristo de 1789, aos 22 dias de mês de maio, nesta fortaleza da Ilha das Cobras, cidade do Rio de Janeiro, presentes*

- *o desembargador José Pedro Machado Coelho Torres;*
- *o ouvidor e corregedor desta comarca e escrivão ad hoc Marcellino Pereira Cleto;*

[188] Cintra, F Assis - "*Tiradentes Perante a História*" - L Marrano Editores S. Paulo - 1933

- *o tabelião José dos Santos Rodrigues e Araújo*

Perguntas feitas pelo Exmo. Sr. Desembargador:

— Diga teu nome
— Joaquim José da Silva Xavier
— Nome do pai e mãe
— Domingos da Silva Santos e Antonia da Encarnação Xavier
— Nascimento?
— Pombal, termo da Vila São João d'El-Rey, capitania de Minas Gerais.
— Idade?
— 41 anos
— Estado Civil?
— Solteiro
— És membro de alguma Ordem?
— Nenhuma
— Ocupação?
— Alferes do Regimento de Cavalaria paga de Minas Gerais
— Sabes ou suspeitas o motivo de tua prisão?
— Não
— Digas a verdade, pois foste preso escondido e tentando fugir, então é porque cometeste algum crime e receavas ser preso. Assim é claro que sabes o motivo da prisão
— Não cometi nenhum crime e não estava fugindo. Apenas me escondi, pois recebi repetidos avisos que o Vice-Rei queria me prender e estava sendo seguido por dois espiões.
— Onde e quando te escondeste?
— Na casa de Domingos Fernandes Torneiro, situada na Rua dos Latoeiros, em 6 de maio deste ano.
— Quem te fez tais avisos?
— Várias pessoas
— Quais?

— Não me lembro

— Digas a verdade, pois supor que está sendo seguido por espiões e boatos que o Vice-Rei te queria prender, se não tivesses culpa nada deveria temer e, ao contrário, foi quando foste preso te encontraram um bacamarte carregado e mais duas cartas que pediam que te auxiliassem na fuga. Isso demonstra que tu cometeste um crime e sabias disso.

— Não cometi crime algum. Apenas me escondi para descobrir o que se passava.

— E o bacamarte e as cartas?

— São meus realmente

— Quem te deu as cartas e para que?

— Uma foi o capitão Manoel Joaquim Fortes, de São Paulo, que se achava hospedado na casa do mestre de campo Ignácio de Andrade, aguardando embarque para a corte e outra de Manoel José pedindo ao mestre de campo Ignácio de Andrade que me desse salvo conduto para Minas, pois era certo que seria parado em alguma barreira no caminho.

— São estas aqui? (mostram-se as cartas)

— Sim

— Perguntamos novamente: por que te escondeste?

— Fiquei sabendo que tinham prendido meu mulato que tinha ficado em minha casa, apesar de o já ter vendido ao sargento-mor Manoel Caetano. Então, para não ser preso também me escondi, levando o bacamarte e as cartas

— Se vendeste o mulato, porque ele continuava em tua casa?

— Vendi, mas com a condição de entregá-lo somente daí a quatro dias

— Então esses quatro dias seriam para o mulato te ajudar nos preparativos da fuga?

— Não. Nesses quatro dias o mulato deveria me avisar se acontecesse algo. Se nada acontecesse, eu voltaria para casa. Mas ele foi preso

— Se estavas escondido, como soubeste disso?

— Pedi para Domingos mandar averiguar.

— Se não estavas fugindo, por que fizeste uma mala com teus pertences? Existe essa mala? Onde está?

— A mala está na casa do mestre de campo Ignácio de Andrade, entregue ao capitão Manoel Fortes

— Qual foi o motivo de tua vinda ao Rio de Janeiro?

— Vim para saber o andamento de três requerimentos, um a respeito de canalização de águas, outro de um trapiche e o outro sobre o embarque e desembarque de gados.

— Quais são teus amigos e conhecidos aqui?

— Não os tenho. Se tivesse não estaria morando de aluguel. Porém muita gente me conhece pelo meu trabalho de tirar dentes.

— Conheces por acaso, o ajudante de regimento de artilharia João José Nunes Carneiro?

— Sim

— E o alferes do regimento de cavalaria Jeronimo de Castro e Souza?

— Sim

— Os procurou em suas casas?

— Visitei o ajudante João José uma única vez, quando esteve doente. Procurei-o de outra feita, mas não o encontrei. Fui várias vezes à casa do alferes Souza.

— O que conversaram nessas visitas?

— Com o ajudante Carneiro conversamos sobre Minas, mas não me lembro do assunto. Com o alferes Souza, queria que ele cobrasse do sargento-mor José Correa uma quantia

que ele estava me devendo proveniente de uma madeira que lhe vendi.

— O que mais conversou com o alferes Souza?

— Não me lembro. Certa vez falamos que o povo de Minas não estava satisfeito com a derrama que os boatos diziam que seria lançada e que não poderiam arcar com tal imposto.

— Mentira. Sabemos muito bem qual foi o assunto de tuas conversas. Sabemos que tua conversa com o ajudante foi bastante longa para ser esquecida, igualmente aquela que tiveste com o alferes Souza, em casa de Valentim Lopes da Cunha e sua irmã Antônia. Diga a verdade!

— Realmente não me lembro

— Tu disseste na ocasião que os cariocas eram uns patifes, vis, que era bem feito que fossem arrochados, visto que queriam suportar o jugo que tinham do governo da Europa, do qual poderiam se livrar como fizeram os americanos ingleses, e que se todos tivessem teu ânimo, isso já teria sido executado, pois estavas com coragem para atacar o próprio vice-rei no seu palácio e que as Minas certamente se levantarão contra o governo e que seria bom que o Rio de Janeiro e São Paulo dessem as mãos para essa empreitada.

— Mentira. Mentira! Jamais disse isso. PARA DIZER TAIS COISAS ALGUÉM PRECISA ESTAR BÊBADO OU DOIDO. Além disso, essas pessoas não eram indicadas para serem comunicadas de tais assuntos, o que realmente não fiz.

— Mentes. Sabemos muito bem que tu tens te dedicado a espalhar tais ideias, pois a maior parte das pessoas da capitania de Minas já as sabem, sejam elas quem forem. Tu pregas para quem quiser ouvir, incansavelmente tentas persuadir a todos na rebelião, além de estar inteirado de todos que estão na mesma tarefa. Queremos saber quem são essas pessoas.

— Tudo isso é uma fantasia, uma mentira. SOU UM SIMPLES ALFERES, SEM TÍTULOS, SEM VALIMENTOS, SEM RIQUEZA, TOTALMENTE SEM CONDIÇÕES PARA PODER PERSUADIR TÃO GRANDE QUANTIDADE DE PESSOAS A FAZER SEMELHANTE ASNEIRA.

— Isso nada quer dizer. Não é preciso ser um grande homem para participar de uma revolta. Basta seguir as lideranças do movimento.

— Continuo a afirmar que não participei nem participo de revoltas e jamais soube que existisse alguma.

Nesse momento é chamada a testemunha número 2, o ajudante João José Nunes Carneiro e foi lido para o interrogado o seu depoimento.

— Ajudante Nunes Carneiro, confirmas este depoimento?

— Sim - respondeu o ajudante

— Que tens a dizer disso? - pergunta-se ao acusado

— Desconheço o que se afirma nesse depoimento. Somente comentei com o ajudante Carneiro que se houvesse a derrama, as pessoas não teriam com que pagá-la.

É chamado o Cel. Joaquim Silvério dos Reis, que confirma seu depoimento na frente do acusado.

— Coronel Joaquim Silvério dos Reis, confirmas este depoimento?

— Sim - respondeu o Coronel

— Que tens a dizer disso? - pergunta-se ao acusado

— Mentiras, mentiras. Isso é uma armação que estão fazendo contra mim.

— Então não disseste ao Coronel, quando o encontrastes no caminho de Minas, que estavas vindo ao Rio para trabalhar para ele (na revolta)?

— Não me lembro de ter dito isso e se o disse foi um mero comentário, sem qualquer finalidade específica e sem qualquer outra consequência.

— Esta tua maneira de proceder somente está a provar que estás mentindo, pois ninguém fala algo sem ter uma finalidade.

"E por este modo houve o dito desembargador estas perguntas por findas e acabadas, dando o juramento ao respondente de haver falado a verdade nelas pelo que respeitava a direito de terceiro, e assinou com o respondente e testemunhas depois deste lhes ser lido e o acharem na verdade, e assinou também o tabelião José dos Santos Rodrigues de Araújo, que a tudo esteve presente. E eu, Marcellino Pereira Cleto, ouvidor e corregedor desta comarca e escrivão nomeado para esta devassa, o escrevi. Diz a emenda no princípio destas perguntas ou entre linha, filho de Domingos da Silva Santos. E eu sobredito o escrevi e assinei. Marcellino Pereira Cleto- Joaquim José da Silva Xavier- João José Nunes Carneiro- Joaquim Silvério dos Reis- José dos Santos Rodrigues- Torres."

Segundo Interrogatório - 27/05/1789

"Ano do Nascimento de Nosso senhor Jesus Cristo de 1789, aos 27 dias de mês de maio, nesta fortaleza da Ilha das Cobras, cidade do Rio de Janeiro, presentes

- *o desembargador José Pedro Machado Coelho Torres;*
- *o ouvidor e corregedor desta comarca e escrivão ad hoc Marcellino Pereira Cleto*
- *o tabelião José dos Santos Rodrigues e Araújo*

(...) para o efeito de continuar estas perguntas; e sendo aí, mandou vir à sua presença o alferes Joaquim José da Silva Xavier, ao qual sendo presente continuou as perguntas na forma seguinte. E eu Marcellino Pereira Cleto, ouvidor e corregedor desta comarca, e escrivão nomeado para esta devassa, o escrevi. — E sendo lhe lidas as perguntas que se lhe haviam feito, e perguntando-se-lhe se eram as mesmas e se de novo as ratificava. Respondeu que eram as mesmas, e de novo as ratificava.

Perguntas feitas pelo Exmo. Sr. Desembargador:

— Continuas negando que tivestes a conversação com o ajudante João José Nunes Carneiro, mesmo após este ter jurado que o seu depoimento é verdadeiro?

— Realmente, andei pensando nesses dias sobre essa conversa e agora me lembro de que o depoimento sob juramento do ajudante é verdadeiro. Eu conversei com ele sobre tais assuntos, mas de forma a fazer apenas comentários e não da forma que a dita testemunha conta, com disposição para a revolta e cometer crimes. Apenas

comentei que o povo de Minas estava desesperado com medo da derrama e que não era boa política vexar os povos porque poderiam -como fizeram os americanos- unir as capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo. E que se houvesse cem pessoas revoltadas e dispostas poderiam até atacar Ilustríssimo e Excelentíssimo Vice-Rei no seu palácio. Porém isso não foi dito como convite para que ele se juntasse à revolta, nem que havia revolta, mas apenas como uma análise dos perigos e suas consequências se não se tivesse o cuidado em contentar o povo.

— Mas, se confirmas o que o ajudante Carneiro fala, então dissestes "*que se todos tivessem teu ânimo, isso já teria sido executado, pois estavas com coragem para atacar o próprio vice-rei no seu palácio*"

— Sim, mas isso falei por simples jactância, uma grande bazófia, pois pretendia me gabar; mas JAMAIS ME PASSOU PELA CABEÇA INTENTAR TAL COISA.

— Quem são as pessoas que estão planejando tal revolta?

— Desconheço qualquer pessoa que esteja planejando uma revolta. Apenas sei que os povos, do mais simples ao mais graduado, dizem que se lançarem a derrama não pagarão e se mudarão da capitania, porém desconheço se existem pessoas que estão se pondo à frente da multidão para liderá-las.

— Estás mentido. Sabemos com certeza que existe uma revolta, um plano, estando até programada a decapitação do Ilustríssimo governador, o Visconde de Barbacena e outros mais, caso não abraçassem a revolta, conforme relata o coronel Silvério dos Reis.

— Desconheço tais assuntos. Nada sei sobre plano ou líderes de revolta e muito menos de se cortarem cabeças de alguém. Com o coronel Silvério dos Reis apenas conversei sobre a situação dos negócios em Minas e disse-me ele que os povos estavam impacientes com receio da derrama, principalmente os que deviam à fazenda Real.

— Quem são esses que estão com receio?

— **Os que estão mais preocupados são o desembargador Thomas Antônio Gonzaga, o coronel Ignácio José de Alvarenga, o vigário de São José, o padre Carlos e muitos outros que agora não me lembro.**

— Estás tentando nos enganar e mentes, pois nas perguntas anteriores negastes tudo, inclusive que nada conversaste como coronel Silvério dos Reis. Agora nos dizes que conversaram sobre outros assuntos.

— Realmente, deixei de contar isso porque tinha me esquecido mas agora, depois de pensar bastante sobre o assunto me voltou à memória que tínhamos conversado sobre algo mais.

— Então, já que estás lembrando bem das conversas, na certa te lembras de que, a respeito do soldado que queria baixa e não conseguiu, tu disseste que "*que os cariocas eram uns patifes, vis, que era bem feito que fossem arrochados, visto que queriam suportar o jugo que tinham do governo da Europa, do qual poderiam se livrar como fizeram os americanos ingleses*" na presença de Valentim Lopes da Cunha e Jeronimo de Castro e Souza.

— Isso jamais disse. Apenas falei que todos deviam ter paciência porque em Minas os povos também passavam por esse sofrimento.

— Mentira, Tu falastes exatamente isso e temos as testemunhas para prová-lo

O desembargador manda trazer as testemunhas Jeronimo de Castro e Souza e Valentim Lopes da Cunha, as quais sob juramento, ambas confirmaram terem ouvido o acusado ter proferido tais palavras.

— Que dizes disso?

— Não me lembro de ter dito isso, portanto as testemunhas talvez estejam corretas, mas, se porventura falei tais coisas não foi com más intenções, nem para cometer revoltas ou crimes.

"E por este modo houve o dito desembargador estas perguntas por findas e acabadas, dando o juramento ao respondente de haver falado a verdade nelas pelo que respeitava a direito de terceiro, e assinou com o respondente e testemunhas depois deste lhes ser lido e o acharem na verdade, e assinou também o tabelião José dos Santos Rodrigues de Araújo, que a tudo esteve presente. E eu, Marcellino Pereira Cleto, ouvidor e corregedor desta comarca e escrivão nomeado para esta devassa, o escrevi e assinei. Marcellino Pereira Cleto- Joaquim José da Silva Xavier- Jeronimo de Castro e Sousa - Valentim Lopes da Cunha -José dos Santos Rodrigues e Araújo- Torres."

Terceiro Interrogatório - 30/05/1789

"*Ano do Nascimento de Nosso senhor Jesus Cristo de 1789, aos 30 dias de mês de maio, nesta fortaleza da Ilha das Cobras, cidade do Rio de Janeiro, presentes*

- *o desembargador José Pedro Machado Coelho Torres;*
- *o ouvidor e corregedor desta comarca e escrivão ad hoc Marcellino Pereira Cleto*
- *o tabelião José dos Santos Rodrigues e Araújo*

(...) para o efeito de continuar estas perguntas; e sendo aí, mandou vir à sua presença o alferes Joaquim José da Silva Xavier, ao qual sendo presente continuou as perguntas na forma seguinte. E eu Marcellino Pereira Cleto, ouvidor e corregedor desta comarca, e escrivão nomeado para esta devassa, o escrevi. — E sendo lhe lidas as perguntas que se lhe haviam feito, e perguntando-se-lhe se eram as mesmas e se de novo as ratificava. Respondeu que eram as mesmas, e de novo as ratificava.

Perguntas feitas pelo Exmo. Sr. Desembargador:

— Antes que continues negando e mentindo, pois no primeiro interrogatório faltaste com a verdade, sendo algumas reveladas no segundo, mas ainda com muitas mentiras e histórias contadas pela metade, quero que saibas que já temos conhecimento de que existe uma conspiração, que tens muitos cúmplices e que Manoel Joaquim Fortes, Manoel José e Domingos Fernandes, em casa de quem te escondestes, sabiam dessa conspiração, pois um lhe

guardou a mala e outro lhe chamava de patrício. Portanto, se sabiam era porque tu lhes tinhas contado.

— No segundo interrogatório falei a verdade e continuo a afirmar que não existe revolta nem sei de nenhuma e, portanto não estou a divulgar tais boatos. Portanto não tenho cúmplices, jamais falei disso aos tais senhores. A mala foi parar na casa do capitão Manoel Joaquim por engano, pois a tinha mandado para casa de Domingos Fernandes. Jamais tinha visto Manoel José, sendo que o encontrei pela primeira vez na noite em que me deu a carta e que me chamava de patrício por ambos sermos de Minas Gerais. Domingos Fernandes somente me abrigou por que eu me encontrava em vias de ser preso.

— Mentira, mentiras. Sabemos que falastes aqui no Rio de Janeiro com outras pessoas, convidando-as para a revolta. Quem são elas?

— Isso não verdade. Jamais fiz tal coisa.

Então foi chamado o coronel Joaquim Silvério dos Reis e mandou-se lhe que repetisse o seu depoimento sobre tal assunto.

— Assim que cheguei de Minas, na escada de Antônio de Oliveira Pinto, o acusado me perguntou como estava o andamento da revolta em Minas e quais as notícias que dava do sargento-mor Luiz Vaz de Toledo, irmão do vigário de São José. Como seria a rebelião, quais os procedimentos, quais as pessoas que estavam comprometidas. O acusado disse também que estava arrependido de ter vindo ao Rio de Janeiro, pois não encontrava apoio, porque todos eram uns bananas, que morriam de medo do Ilustríssimo e Excelentíssimo Vice-Rei e que logo voltaria à Minas, para ver se poderia efetuar a revolta antes da derrama e que desconfiava do ajudante João José, em quem tinha confiado por ele também ser um

patrício, mas que agora sabia que ele não passava de um cachorro traidor que o tinha entregado ao Vice-Rei - disse o coronel

— Negas isso?

— Certamente. Jamais proferi tais palavras. Nessa conversa apenas disse ao coronel que achava que o ajudante João José tinha me denunciado ao Vice-Rei, mas desconheço sob quais pretextos.

"E por este modo houve o dito desembargador estas perguntas por findas e acabadas, dando o juramento ao respondente de haver falado a verdade nelas pelo que respeitava a direito de terceiro, e assinou com o respondente e testemunhas depois deste lhes ser lido e o acharem na verdade, e assinou também o tabelião José dos Santos Rodrigues de Araújo, que a tudo esteve presente. E eu, Marcellino Pereira Cleto, ouvidor e corregedor desta comarca e escrivão nomeado para esta devassa, o escrevi e assignei. Marcellino Pereira Cleto- Joaquim José da Silva Xavier- Joaquim Silvério dos Reis- José dos Santos Rodrigues- Torres."

----

6 - O Tratado de Madrid de 1750

No dia 13 de janeiro de 1750, os representantes de Dom João V, rei de Portugal, e de Dom Fernando VI, rei da Espanha, se reuniram na cidade espanhola de Madrid para acertar os novos limites entre as respectivas colônias na América. O novo compromisso ficou então estabelecido com o nome de Tratado de Madrid.

Portugal e Espanha assinaram o Tratado que, na prática, "criou" o atual Rio Grande do Sul. Com efeito, antes do Tratado de Madri, o meridiano de Tordesilhas excluía a região onde é hoje esse Estado, já que cortava o Brasil entre Belém do Pará e Laguna (SC). Ou seja, o território gaúcho era posse espanhola.

Ele foi assinado para pôr fim às disputas luso-espanholas na América, promovendo a troca da Colônia do Sacramento pelas Missões. Portugal havia fundado Sacramento, dentro de território espanhol, para obter e manter a livre navegação no Rio da Prata. No planejamento do Tratado, destacou-se a atuação de um brasileiro, paulista de nascimento, o diplomata Alexandre de Gusmão, que era membro do Conselho Ultramarino e Escrivão da Puridade (secretário) do Rei Dom João V.

A importância do Tratado de Madri para a história do Brasil e do Rio Grande do Sul é muito grande, pois:

- permutou a Colônia do Sacramento pelo território dos Sete Povos das Missões;
- revogou o Tratado de Tordesilhas, e com isso anulou o meridiano que dividia o Brasil entre Portugal (leste) e Espanha (oeste), adquirindo, o nosso território, a configuração de hoje, praticamente;

- consagrou o princípio do Uti-Possidetis (quem tem a posse tem o domínio); deu à Espanha a navegação exclusiva no Rio da Prata;
- provocou a reação indígena guarani, com o cacique José (Sepé) Tiarajú, surgindo a Guerra Guaranítica (1752-56). Sepé foi morto três dias antes da última batalha, a de Caibaté, onde morreram combatendo mais de 1700 índios;
- motivou a vinda de casais açorianos para o sul do Brasil. Em 1752, foi fundada Porto Alegre;
- motivou o aumento do poderio militar português no sul;
- causou a mudança da capital do Vice-Reino de Salvador (BA) para o Rio de Janeiro;
- criou a Capitania D'El Rey de São Pedro do Rio Grande do Sul;
- deu a Portugal a posse da Amazônia;
- motivou a construção do Forte Príncipe da Beira, da Fortaleza de Macapá e do Forte de Tabatinga, entre outros;
- definiu o Rio Uruguai como fronteira oeste do Brasil com a Argentina.

Mas a aplicação das determinações do Tratado de Madri sofreu muita oposição, principalmente na demarcação das fronteiras e particularmente por parte dos índios guaranis, insuflados pelos jesuítas. Antes da sua confirmação, ocorrida em Badajoz (1801), os seguintes Tratados intermediários ocorreram:

- Tratado de El Pardo (1761): suspende o de Madri, e com isso a demarcação das fronteiras. A Espanha declara guerra à Portugal;

- Tratado de Paris (1763): põe fim à guerra;

- Tratado de Santo Ildefonso (1777): acaba com as lutas no sul, entre portugueses e espanhóis. A Colônia do

Sacramento e as Missões passam à Espanha e Portugal fica com a Ilha de Santa Catarina. O território de São Pedro do Rio Grande fica cortado ao meio, no sentido longitudinal, passando o limite nas imediações da Santa Maria atual;

Tratado de Badajoz (1801)

Põe fim à nova guerra entre Portugal e Espanha (Guerra das Laranjas). Confirma, finalmente, o Tratado de Madri. Antes, os luso-brasileiros-gaúchos haviam invadido os Sete Povos das Missões, expulsando os espanhóis. O que foi conquistado continuou nosso. As fronteiras da Capitania com as possessões espanholas, a oeste, ficam sendo, praticamente, as de hoje, exceto os atuais limites com o Uruguai, que seria criado posteriormente.

O Tratado de Madri, de certa forma, provocou mais lutas, ao invés de acabar com elas. A verdade é que os espanhóis nunca concordaram em perder o território da Capitania de São Pedro para Portugal, assim como não aceitaram ceder aos portugueses a Banda Oriental (atual Uruguai). A situação só ficaria resolvida em 1828, pelo Tratado do Rio de Janeiro, com a criação da República Oriental do Uruguai como estado-tampão, e a conseqüente delimitação das fronteiras.

Volta ao texto

Volta ao índice

Bibliografia

Abreu, Capistrano	Capítulos da História Colonial - 1
Abreu, Capistrano	Capítulos da História Colonial - 2
Abreu, Capistrano	Capítulos da História Colonial - 3
-------------------------	Acordão_e_sentenças_prof. por D Jose I -Távoras
Almeida, R Rocha	A Inconfidência Mineira de 1789
Alves, P W C Lins	D. João de Almeida Portugal e a Revisão do Processo dos Távoras
Amado, Janaina e outros	O Brasil no Império Português
Anastácio, Vanda	Viver em Lisboa no tempo Marquês de Pombal
Anastasia, C M Junho	Vassalos rebeldes: Motins em Minas Gerais no século XVIII
Anastasia, Carla	Entre Cila e Caribde: as desventuras tributárias dos vassalos de sua majestade
Anastasia, Carla	Extraordinário Potentado: Manoel Nunes Viana e o motim de Barra do Rio das Velhas
Andrade, A J e outros	Carção - O Massacre de uma Aldeia
Antonil, A João	Cultura e Opulência do Brasil ed. 1711
Antonil, A João	Cultura e Opulência do Brasil ed. 1982
Araujo, J S A Pizarro	Memórias Históricas do Rio de Janeiro - tomo VII
Araujo, L A Silva	Política Pombalina e Contratos de Tributos e Direitos régios em Minas Gerais
Armitage, João	História do Brazil de 1808 a 1831
---------------------	A arte de Furtar
Atallah,C C Azeredo	Ouvidores e Inconfidência na cap Minas Gerais
Azevedo, E Matias	Inconfidência Mineira: O jogo de Interesses Pessoais
Azevedo, E Matias	Joaquim Silvério das Reis - subjetividades e sentimentos na conspiração
Azevedo, E Matias	Joaquim Silvério dos Reis na América Portuguesa - Esboço de uma pesquisa Biográfica
Azevedo, Pedro	O processo dos Távoras
Ballarotti, C Roberto	A construção do mito de Tiradentes
Banco Central do Brasil	O Dinheiro no Brasil
Barros, F Monteleone	A Evolução das Obrigações tributárias nas Constituições Brasileiras
Barros, F Tavares	Itinerário Geográfico - Rio de Janeiro - Minas - rihgb1956 vol 230
Barros, M N Alvim	Deus Reconhecerá os Seus- A História dos Cátaros
Bartolomeu	Jornada de Vassalos para tomar Salvador em 1625

Beaurcpaire-Rohan, Visc	Dicionário de Vocábulos Brasileiros
Boschi, Caio	"Como os filhos de Israel no deserto"?(ou: a expulsão de eclesiásticos em Minas Gerais na 1a metade do século XVIII)
Botelho, T Rodrigues	População e Escravidão em Minas Gerais em 1720
Botton, F Felicio	E a Terra Continua a Tremer- 1755 O Grande Terremoto
Boxer, C Ralph	The Golden Age of Brazil
Braga, P Drumond	O Brasil e o perdão Régio - 1640-1706
Braga, P Drumond	Preces Públicas no Reino pela Saúde de D.Maria I
Branco, M Bernardes	Portugal e os Estrangeiros - I
Branco, M Bernardes	Portugal e os Estrangeiros - II
Branco, M Bernardes	Portugal e os Estrangeiros - III
Branco, M Bernardes	Portugal na Época de D Joao V
----------------------	Bulla 'Ad Extirpanda', 1252-05-15 - SS. Innocentius IV
Burnay, M J V C B Moniz	A Higiene e Toilette nos séculos XVIII e XIX
Calainho, D Buono	Práticas Médicas na América Portuguesa
Carrara, A Alves	Às toneladas - Descoberta do ouro em MG
----------------------	Carta conde de Resende informando sobre condenados inconfidência mineira
-----------------------	Carta conde Resende a Martinho Mello Castro
----------------------	Carta de D. Joao III ao Papa 15ago1533
Carvalho, J G Vidigal	Os Conjurados de 1789 e a Escravidão
Casa da Moeda do Brasil	Bahia - Reabertura
Casa da Moeda do Brasil	Bahia
Casa da Moeda do Brasil	Casa dos Governadores - RJ
Casa da Moeda do Brasil	Convento do Carmo
Casa da Moeda do Brasil	Minas Gerais
Casa da Moeda do Brasil	Pernambuco
Casa da Moeda do Brasil	Principais Cunhagens
Casa da Moeda do Brasil	Rio de Janeiro
Castro, J H Ferreira	Balanço da produção historiográfica brasileira sobre a revolta de Vila Rica
Castro, J H Ferreira	O Onipresente Manuel Nunes Viana e a revolta de Via Rica - estudo da relação entre a ameaça de Manuel Nunes Viana ao poder de Assumar e a sedição de vila rica de 1720
Catão, L Pena	Sacrílegas Palavras- Inconfidência e Presença jesuítica nas Minas Gerais durante Pombal

Chaves, CM Graça	Negócios, contratos e administração fiscal em Minas Gerais - Conflitos de jurisdição e os poderes locais 1780-1815
Cheke, Marcus	Carlota Joaquina
Chiavenato, J José	Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai
Cintra, F Assis	Na margem da história
Cintra, F Assis	Nossa Primeira História
Cintra, F Assis	Tiradentes Perante a História
Cintra, F Assis	O Rei Fujão
Cintra, F Assis	Os Escândalos de Carlota Joaquina
Colon, Cristobal	Primera Epistola del Almirante Cristobal Colon dando conta de su descubrimiento
------------------	Conjura Mineira - Jornal
------------------	Contexto Histórico do Terramoto de 1755
Correa, Viriato	Histórias de Nossa Pátria
Correa, Viriato	História do Brasil para Crianças
Correa, Viriato	A Bandeira das Esmeraldas
Cortesão, Jaime	Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid
Cortesão, Jaime	A Expedição de Pedro A Cabral e o descobrimento do Brazil
Cortesão, Jaime	Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses
Costa, E Viotti	Da Monarquia a república - Momentos Decisivos
Costa, H Joseph	Narrativa da perseguição de Hyppolyto Joseph da Costa Pereira Furtado de Mendonça
Costa, J D Rodrigues	Portugal enfermo por vícios
Costa, L Freire	Portugal e o Atlântico- Significado do Império
Costa, W J Guimarães	As tramas do poder: a prática cotidiana da justiça na comarca de vila rica (1711-1808)
Cotta, F Albert	O Comércio Negro em Terras Diamantinas
Coutinho, J J C Azeredo	Ensaio Econômico Comercio Portugal c/ Colônias
Cunha, A S	Os impostos e a História
Cunha, V Silva	Paulistas no sertão das Gerais: os motins de Pitangui
Debret, J Baptiste	Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil
Dellon, Charles	History of the Inquisition in Goa
Dias, R Silva	Príncipes negros nas festas de brancos
---------------------	Diccionario portuguez e brasiliano (tupi guarani)
Dundonald, Conde	Narrativa de Serviços Independência
Dutra, E R Freitas	Inconfidência Mineira: Memória e Contra Memória
Eschwege, W L	Pluto brasiliensis

Eymerich, Nicolau	Manual dos Inquisidores
Ferreal, M V	Misterios de la Inquisicion
Ferreira, G Oliveira	Império Ciência e Sociedade
Ferreira, J Martins e outros	A Abordagem do Motim de 1720 nos livros didáticos: Poder administração e controle social nas minas
Ferreira, M Clemente	O Mapa das Cortes e o Tratado de Madrid
Ferreira, R C Alves	Caso Tiradentes e repressão Penal
Figueiredo, L R Almeida	Derrama e Política Fiscal Ilustrada
Filho, M Costa	Itinerário geográfico - rihgb1956 vol 233
Focas, J Diniz	Inconfidência Mineira: A história dos sentidos da história
Focas, Junia	Discursos e sentido na Inconfidência Mineira
Fonseca, T N Lima	A inconfidência Mineira e Tiradentes - Vitalização Mitos
Frangiotti, Roque	Cristãos, Judeus e Pagãos
Franco, J Eduardo	O Terramoto Pombalino e a campanha de desjesuitização de Portugal
Furtado, J Ferreira	Diálogos Atlânticos- Minas Gerais novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII
Furtado, J Ferreira	O outro Lado da Inconfidência Mineira
Furtado, J Pinto	Imaginando a Nação - O Ensino da História da Inconfidência Mineira
Furtado, J Pinto	Inconfidência Mineira historiografia e temporalidade
Galeano, Eduardo	As Veias abertas da América Latina
Gama, J Basilio	O Uraguay
Gandavo, P Magalhaes	História da Província de Sta Cruz
Gaspar, T Souza	Boatos e memória da Inconfidência Mineira
Gaspar, T Souza	Derrama, Boatos e Historiografia- o problema da revolta popular na Inconfidência Mineira
Gomes, G Ambrosio	A Marquesa de Alorna e a sociabilidade ilustrada portuguesa
Gomes, J E A Barroso	As Milícias de El-Rey - Tropas Militares e poder no Ceará Setecentista
Gomes, J E A Barroso	Quando o sertão faz festa a monarquia se faz presente
Gomes, Laurentino	1808-Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História do Brasil e de Portugal

Gonçalves, Adelito	D Maria I
Gonzaga, J Bernardino	A Inquisição em seu Mundo
Gouvea, M F Silva	Dos Poderes de Vila Rica do Ouro Preto- Notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII
Green, Toby	A Inquisição - O reinado do Medo
Herculano, Alexandre	História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal-1
Herculano, Alexandre	História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal-2
Herculano, Alexandre	História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal-3
Herculano, Alexandre	Historia de Portugal - Tomo IV
Herculano, Alexandre	Lendas e Narrativas - tomo1
Herculano, Alexandre	Lendas e Narrativas - tomo2
Imp Portuguesa	O Maçonismo Desmascarado - 1822
---------------------	Instrucção a Principes Sobre a política dos Padres jesuítas - 1760
Jardim, Marcio	Inconfidência Mineira Processo de conhecimento
Kramer, H - Sprenger, K	Malleus Maleficarum
Lapa, M Rodrigues	Autógrafos de Claudio Manoel da Costa - rihgb 1956 vol 233
Laval, F Pyrard	Viagem de Francisco Pyrard de Laval as Indias
Lavallée, Louis-Joseph	Historia Completa das Inquisições em Italia Hespanha Portugal
Lea, H Charles	A History of the Inquisition of the Midlle Ages
Lima e Bacellar	Dicionario da Lingua Portuguesa
Lima, F C G Cerqueira	Ensaio sobre a Adoção do Açúcar como Moeda do Brasil Colonial
Lima, K Teodoro e outros	Morro da Queimada Século XVIII
Lima, T C Pereira	Duas narrativas para um mito: Tiradentes nas obras de Lucio Costa e Francisco de Assis Cintra
Llorente, J Antonio	Compendio Historia Critica de la Inquisicion de España
Llorente, J Antonio	Historia crítica de la Inquisición de España - Tomo I - 1822
Llorente, J Antonio	Historia crítica de la Inquisición de España - Tomo II - 1822
Llorente, J Antonio	Historia crítica de la Inquisición de España - Tomo III - 1822

Llorente, J Antonio	Portrait Politique des Papes - Tomo I - 1822
Llorente, J Antonio	Retrato Politico de los Papas - Tomo II - 1825
Lobo, A S S Costa	Historia da Sociedade de Portugal Sec XV
Lustosa, Isabel	D. Pedro I
Machado, F L Borges	Assis Cintra: Uma Outra História
Magalhaes, Couto	Viagem ao Araguaya
Mansilha, João Fr	Historia Escandalosa dos Conventos Dominicanos em Portugal
Marques, J O Almeida	Voltaire e um Episódio da História de Portugal
Martins, C Alves	Quando Tiradentes encontrou com Calabar
Martins, J P OLiveira	História de Portugal - Tomo I
Martins, J P OLiveira	História de Portugal - Tomo II
Martins, J P Oliveira	Navegaciones y Descubrimientos Portugueses
Martins, J P Oliveira	O Brazil e as Colônias Portuguesas
Martins, W Souza	As ordens terceiras e o poder régio do Rio de Janeiro 1790-1808
Mata, K Paranhos	A Hierarquia Social nas sociedades Mineiras: um estudo da posição social e da posição econômica nos distritos de vila do carmo, vila rica e vila de sabará, na primeira metade do XVIII.
Mathias, C L Kelmer	Recursos e Orientações valorativas nas relações sociais escravistas Minas Gerais primeira metade do século XVIII
Mathias, C L Kelmer	Estando na real lembrança de El-Rei -Utilização dos feitos na revolta de 1720 na busca de mercês e privilégios
Mathias, C L Kelmer	Redes Clientelares e estratégias de ação na revolta de vila rica 1720
Mathias, C L Kelmer	Jogos de interesses e estratégias de ação no contexto da revolta mineira de Vila Rica, c. 1709 – c. 1736
Maxwel, Kenneth	A Devassa da devassa
Maxwel, Kenneth	Conjuração Mineira: Novos Aspectos
Memoria Cult	Edição especial Inconfidência Mineira
------------------	Memória da Justiça Brasileira -Vol1
------------------	Memória da Justiça Brasileira -Vol2
------------------	Memória da Justiça Brasileira -Vol3
Meneses, A Freitas	Uma Memória de Portugal
Menezes, Luis	Historia de Portugal Restaurado 1679
Menezes, P M Leal	O Brasil na Cartografia Lusitana
Mocatta, F David	The Jews of Spain and Portugal and the Inquisition

Monteiro, N Gonçalo	Rendimentos aristocracia portuguesa
Morais, A J Melo	A Independência e o Império do Brasil
Morganti, Bento	Sustos da Vida nos perigos da Cura
Motta, M M Menendes	Sesmarias: Uma história luso Brasileira
Narlochi, Leandro	Guis do Politicamente Incorreto das História do Brasil
Neto, Casimiro	A Construção da Democracia
Nin, J Maria	Secretos_de_la_Inquisición - 1855
Novais, F Antonio	A Proibição de Manufaturas no Brasil e a Politica Portuguesa do fim do sec X
------------------	O Maçonismo Desmascarado - 1822
------------------	O processo dos Távoras
Oliveira, J Cesar	A polifonia perdida do arraial do Tijuco
Oliveira, J J Machado	Quadro histórico da província de São Paulo
Oliveira, L S Pereira	Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal
Pacheco, C B Souza	História Secreta do Brasil
Pereira, M A Paula	Conde de Assumar -Rede de Intrigas Corte de D. João V
Pereira, M A Paula	Vivendo entre Cafres - Vida do Conde de Assumar no Ultramar
Pereira, Sara	Portugal e Nápoles no Tempo de Pombal- Atividade diplomática
Pontos	Reinado de D. José I
Puigblanch, Antonio	La_Inquisicion_sin_máscara
Quental, Antero	Oliveira Martins
Rebelo, D J Soares	Inquisição- A Calamidade que empobreceu a Nação Portuguesa
Receita Federal, Memória	Casas de Fundição
Redondo, Garcia	O Descobrimento do Brazil
--------------------	Regimento do Santo Officio da Inquisição em Portugal 1774
Reis, F M Mata	Exploração ouro e leis nas minas sec XVIII
Reis, J Jose	Quilombos e revoltas escravas no Brasil
Reis, J Silvério	Carta ao Visconde de Barbacena
Reis, L Martins	Minas Armadas - Escravos, armas e politicas de desarmamento na capital mineira setecentista
	Relação Abreviada da república que os jesuítas estabeleceram no Prata

Remedios, J Mendes	Os Judeus em Portugal
Resende, M E Lages	A disputa pela história
--------------------	Revista Arq Publico Mineiro - jun-2007
--------------------	Revista do Arquivo Nacional - vol 4 nº1 jan -jun-1989
Rezende, L A Ornellas	Um ofício central: o escrivão da câmara municipal de Vila Rica 1711-1724
Rezende, R Castro e outros	Os Proprietários de escravos nas Minas Gerais em 1718-1719
Ribeiro, M Silva	A Administração de Gomes Freire de Andrada 1748-1763
Roberts, Jenifer	D. Maria I - A vida Notável de Uma Rainha
Rodrigues, A Carlos	Inquisição e Sociedade Os Familiares do Santo Ofício (1711-1808)
Rodrigues, A Figueiredo	Um estudo sobre o clero e a conjuração mineira
Rodrigues, A Figueiredo	A família Resende Costa e seu envolvimento na Inconfidência Mineira
Rodrigues, A Figueiredo	As Múltiplas Faces da Devassa
Rodrigues, A Figueiredo	Os sertões proibidos da Mantiqueira
Rodrigues, M Benavente	Grandes de Portugal no sec XVIII - Inventários da casa de Távora, Atouguia e Aveiro
Romeiro, Adriana	Construindo o mito de Antônio Albuquerque e o levante emboaba
Roriz, Aydano	A guerra dos hereges
Rugendas, J Mauricio	Viagem Pitoresca através do Brasil
Salgado, Karine	O Direito no Brasil Colônia à Luz da Inconfidência Mineira
Santana, Elcio	Evasão Fiscal e tributação do ouro em minas gerais do século XVIII
Santos, A O Araujo	Ouro Preto e a Queimada, o reencontro com a história
Santos, M A R C Afonso	A Vida Pública de Sebastião Jose de Carvalho e Mello em Viena, Áustria
Santos, Z C	Entre Malagrida e Pombal- As memórias da Última Condessa de Atouguia
Scarroni, Marcello	A quarta-feira negra do rei - Revista de História
Silva, A Moraes	História de Portugal - Tomo II
Silva, C E Lins	Morte de Tiradentes tem Contestação
Silva, E M Ferreira	A Ação da Justiça e as transgressões da moral em Minas Gerais segundo os crimes Mariana 1747-1820

Silva, F J Santos	Apelo ao Governador
Silva, I Graça	Identidade Étnica dos Escravos de Vila Rica dos Setecentos
Silva, J N Souza	História da Conjuração Mineira - Tomo I
Silva, J N Souza	História da Conjuração Mineira - Tomo II
Silva, J Pereira	Autos da Devassa Rio 1794
Silva, L A Rebello	História de Portugal sec XVII e XVIII
Silva, M B Nizza	D. João V e a cobrança dos quintos do ouro de Minas Gerais
Silva, R Machado	Nas páginas descritivas do passado
Siqueira, L Fernandes	Hipólito José da Costa e a Maçonaria no mundo luso brasileiro
Sobreira, F Garcia e outros	Impactos Físicos e Sociais de antigas minerações em ouro preto
Sousa, R Martins	O Brasil e as Emissões Monetárias de ouro em Portugal (1700-1797)
Sousa, R Martins	Politicas Monetárias 1688-1797
Souza, Francisco	Tratado das Ilhas Novas (1877)
Souza, A Rodrigues	A Dona do Sertão
Souza, G Soares	Tratado Descritivo do Brasil em 1587
St Adolphe, J C R Milliet	Dicionário Histórico e Geográfico do Império do Brazil
Straforini, Rafael	Estradas Reais do Séc XVIII: a importância de um complexo sistema de circulação na produção territorial brasileira
-------------------------	Supplemento a Pauta do Imperio do Brazil - 1827
Swearinger, Ronald	Who Really Discovered America
Tapajós, Vicente	História do Brasil
Teixeira, M L R Chaves	Crimes e criminosos: O impacto da legislação penal no território da Capitania de Minas 1771-1820
-------------------------	Tratado de Madrid, 1750
-------------------------	Treaty of Tordesillas
Varnhagen	Historia da Independência do Brasil
Varnhagen	História do Brazil - tomo 1
Varnhagen	História do Brazil - tomo 2
Varnhagen	História geral do Brazil
Varnhagen	Histórias das Lutas com os Holandeses no Brasil
Varnhagen	La verdadeira Guanahani de Colón
Varnhagen	Os Índios bravos e o sr Lisboa Timon 3
Varnhagen	Vespuce et son Premier Voyage
Veloso, J Mariano	Relação das Moedas de Países Estrangeiros - 1800

Villalta, L Carlos	O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista
Villalta, L Carlos	As origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira
Visconde de Taunay	Céus e terras do Brasil
Visconde de Taunay	Dias de Guerra e de sertão
Visconde de Taunay	Goyaz
Visconde de Taunay	Paisagens brasileiras
Visconde de Taunay	Reminiscências